



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

LÍVIA MARIA SILVA ALVES

ELEIÇÕES, PARTIDOS E OLIGARQUIAS NO PIAUÍ:
Permanência e reprodução da elite parlamentar (1998-2014)

TERESINA – PI

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

A474e Alves, Livia Maria Silva.
Eleições, partidos e oligarquias no Piauí: permanência
e reprodução da elite parlamentar (1998-2014) / Livia
Maria Silva Alves. – 2018.
185 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) –
Universidade Federal do Piauí, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Manoel Ricardo Arraes Filho.

1. Elites Políticas. 2. Oligarquias Piauienses. 3.
Deputados Estaduais. I. Título.

CDD 320.981

LÍVIA MARIA SILVA ALVES

ELEIÇÕES, PARTIDOS E OLIGARQUIAS NO PIAUÍ:

Permanência e reprodução da elite parlamentar (1998-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do grau de mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Ricardo Arraes Filho.

TERESINA – PI

2018

LÍVIA MARIA SILVA ALVES

ELEIÇÕES, PARTIDOS E OLIGARQUIAS NO PIAUÍ:

Permanência e reprodução da elite parlamentar (1998-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do grau de mestre em História do Brasil.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Manoel Ricardo Arraes Filho (Orientador)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Professor Dr. Johnny Santana de Araújo (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Professora Dr^a. Arleth Santos Borges
Universidade Federal do Maranhão – UFMA (Examinadora Externa)

Professora Dr^a. Cláudia Cristina da Silva Fontineles (Suplente)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

À minha mãe, por todo carinho, paciência e por ter embarcado comigo nessa jornada, mostrando-me que tudo daria certo ao final.

Ao Tiago, pelo amor, pela confiança e por me acompanhar em todos os momentos.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus. Agradeço a Ele por me emprestar diariamente o coração que pulsa. Agradeço pela vida. Agradeço pela sabedoria que Ele me concebeu, pois, sem ela, eu dificilmente teria lidado com as situações adversas que surgiram ao longo deste caminho. Deus sempre esteve e estará ao meu lado, guiando-me para o melhor caminho e colocando pessoas do bem em minha vida.

Agradeço à minha mãe que é um exemplo de mulher guerreira. Agradeço a ela por ter acreditado, por ter depositado sua confiança em mim e por estar ao meu lado em todos os momentos, me dando força e orientações. Agradeço pelo apoio, incentivo, por ter tido paciência e sabedoria ao ouvir meus desabafos e por me guiar para o melhor caminho. Minha mãe mostrou-me que é preciso lutar e acreditar na vida. Obrigada, Mãe! Serei eternamente grata!

Agradeço ao meu pai pelo companheirismo, pela compreensão, pela proteção e pelos seus conselhos, fazendo com que eu não desistisse e continuasse a batalhar pelos meus objetivos. Agradeço aos meus irmãos, Antônia, Ana Cléa, Maurício, e aos meus sobrinhos, Sophia e Benjamim, pelo carinho e pela compreensão em relação à minha ausência nos encontros familiares.

Agradeço ao Tiago por estar comigo em todos os momentos desta pesquisa, me dando força, incentivando e desejando que ela fosse concluída da melhor maneira possível. Obrigada pelos conselhos, confiança, dedicação, compreensão e pela paciência. Obrigada por ser meu porto seguro e estar sempre ao meu lado. Agradeço por me estimular a nunca desistir dos meus objetivos e por sonhar junto comigo. Obrigada pelo amor, pelo carinho e pelo companheirismo. Obrigada por fazer parte da minha vida.

Agradeço ao meu orientador, Ricardo Arraes, pelo incentivo, por ter acreditado e confiado neste trabalho. Agradeço aos demais professores do Programa de Pós-graduação em História do Brasil pelas aulas, discussões e diálogos frutíferos que me fizeram crescer intelectualmente dentro do curso.

Encerra-se, aqui, mais um ciclo vitorioso, mais uma etapa consolidada. Tenho que reconhecer que não foi fácil chegar até aqui, mas quando se tem o apoio das pessoas que você ama, tudo se torna possível e vencível. Então, o momento é de agradecer e comemorar. É com imensa felicidade e satisfação que agradeço a todos que me ajudaram de forma significativa para a conclusão deste trabalho. Registro, aqui, o meu muito obrigada!

“Entre os cidadãos que gozam de direitos políticos, o número dos que realmente se interessam pelos assuntos públicos é insignificante. Entre a maioria, o significado das relações íntimas existentes entre o bem individual e o bem coletivo está muito pouco desenvolvido. A maior parte não tem a mínima ideia das influências e conseqüências que os assuntos desse órgão que chamamos de Estado podem exercer sobre seus interesses privados, sobre sua prosperidade e sobre sua vida.”

Robert Michels

RESUMO

Esta pesquisa consiste na análise das elites políticas e no processo de oligarquização dentro do Legislativo Piauiense, bem como na compreensão da constituição, homogeneidade e estabilidade política, tendo como foco os deputados estaduais eleitos entre os anos eleitorais de 1998 e 2014. Uma consequência direta desse quadro observado é a grande concentração de poder nas mãos de um reduzido número de famílias políticas tradicionais. É necessário ressaltar que o cenário político do Piauí apresenta uma histórica situação oligárquica na qual o apego ao poder e aos benefícios que este oferece, aliado à falta de meios de controle pelos liderados, possibilitara o processo de oligarquização dentro do Legislativo Estadual do Piauí. Desse modo, a contribuição dos teóricos elitistas Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels é útil para a compreensão do funcionamento efetivo, a qualidade e as limitações de operação do regime democrático no estado piauiense. A realização deste trabalho tem como ponto de partida a análise das fichas de candidaturas e as Atas de posse dos deputados eleitos encontrados nos arquivos públicos do TRE-PI e da Assembleia Legislativa piauiense. Além disso, analisa os resultados oficiais das eleições lançados pelos sítios eletrônicos do TSE e TRE-PI, assim como os perfis biográficos dos parlamentares em cada legislatura, que são essenciais para compreender o processo de oligarquização e as relações familiares e partidárias dos deputados que foram eleitos.

Palavras-chave: Elites Políticas. Oligarquias Piauienses. Deputados Estaduais.

ABSTRACT

This research consists of the political elite analysis and the process of oligarchy evolution within the Legislative of Piauí, as well as the understanding of the political constitution, homogeneity and stability, focusing on the state deputies elected between the electoral years of 1998 and 2014. The great concentration of power in the hands of a small number of traditional political families is a direct consequence of this observed scene. It is necessary to emphasize that the political scenario of Piauí presents a historical oligarchic situation in which the attachment to the power and the benefits that it offers with the lack of control means by the ones led it, allowed the process of oligarchy within the State Legislature of Piauí. Thus, the elitist theorists Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto and Robert Michels's contribution is useful for understanding the effective functioning, quality, and operation limitations of the democratic regime in Piauí. The purpose of this work is to analyze the elected representative's application forms and the Minutes of investiture found in the public archives of the TRE (Piauí) and the Legislative Assembly of Piauí. In addition, it analyzes the official results of the elections launched by the websites of TSE and TRE (Piauí), as well as the parliamentarian's biographical profiles in each legislature, which are essential for understanding the oligarchy process and the family and party relations of the deputies who were elected.

Keywords: Political Elites. Oligarchies of Piauí. State Representatives.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Taxas de comparecimento e abstenção (1998-2014)	41
Gráfico 02: Evolução eleitoral dos seis maiores partidos do Piauí (1998-2014)	53

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Cidades Representadas na Assembleia Legislativa – Legislatura: 1998.....	66
Mapa 02: Cidades Representadas na Assembleia Legislativa – Legislatura: 2002.....	67
Mapa 03: Cidades Representadas na Assembleia Legislativa – Legislatura: 2006.....	68
Mapa 04: Cidades Representadas na Assembleia Legislativa – Legislatura: 2010.....	69
Mapa 05: Cidades Representadas na Assembleia Legislativa – Legislatura: 2014.....	70
Mapa 06: Municípios da Região Norte do Piauí	71
Mapa 07: Municípios da Região Centro-Norte do Piauí	74
Mapa 08: Municípios da Região Sudeste do Piauí	79
Mapa 09: Municípios da Região Sudoeste do Piauí	80

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 01: Famílias e Partidos na região Norte do Piauí (1998-2014)	72
Organograma 02: Famílias e partidos na região Centro-Norte do Piauí (1998-2014)	75
Organograma 03: Famílias e partidos da região Sudoeste e Sudeste do Piauí (1998-2014)....	82
Organograma 04: Dispersão das famílias em partidos políticos (1998-2014)	92
Organograma 05: Estrutura da Carreira Política no Piauí	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: População projetada e eleitorado	39
Quadro 02: Percentual de crescimento da população e do eleitorado entre eleições	39
Quadro 03: Eleitorado, votantes, comparecimento e abstenção (1998-2014)	40
Quadro 04: Votos válidos e brancos/nulos nas eleições para Alepi (1998-2014)	42
Quadro 05: Número de votos obtidos pelos partidos que conquistaram cadeiras na Assembleia Legislativa do Piauí (1998-2014)	46
Quadro 06: Representação Partidária na Assembleia Legislativa do Piauí (1998-2014).....	48
Quadro 07: Local de nascimento dos deputados estaduais na Assembleia Legislativa do Piauí, por região e legislatura (1998-2014)	63
Quadro 08: Composição da Assembleia Legislativa do Piauí, segundo as relações de parentesco (1998-2014)	88
Quadro 09: Idade ao ingressar na Assembleia Legislativa do Piauí (1998-2014).....	97
Quadro 10: Faixa etária dos deputados estaduais, por partidos (1998-2014).....	99
Quadro 11: Total de candidatos registrados nas eleições de 1998-2014.....	107
Quadro 12: Número de mulheres e homens eleitos na Alepi (1998-2014)	108
Quadro 13: Número de mulheres candidatas, suplentes, eleitas e não eleitas; Alepi (1998-2014).....	109
Quadro 14: Mulheres eleitas, partido e votação obtida; na Alepi (1998-2014)	111
Quadro 15: Nível de escolaridade dos deputados estaduais (1998-2014).....	117
Quadro 16: Última ocupação declarada pelos deputados estaduais (1998-2014)	121
Quadro 17: Experiência política dos deputados estaduais: 1998-2014.....	132
Quadro 18: Tempo de carreira política dos deputados estaduais (1998-2014)	140
Quadro 19: Número de mandatos dos deputados estaduais, por legislatura	147
Quadro 20: Número de mandatos por partido na Alepi (1998).....	149
Quadro 21: Número de mandatos por partido na Alepi (2002).....	149
Quadro 22: Número de mandatos por partido na Alepi (2006)	150
Quadro 23: Número de mandatos por partido na Alepi (2010).....	151
Quadro 24: Número de mandatos por partido na Alepi (2014).....	152
Quadro 25: Relação dos deputados e número de mandatos por partidos (2014)	153
Quadro 26: Taxas de renovação e permanência na Assembleia Legislativa do Piauí (1998-2014).....	154

LISTA DE SIGLAS

ADUFPI – Associação dos docentes da Universidade Federal do Piauí

AESPI – Associação de Ensino Superior do Piauí

AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A

AI – Atos Inconstitucionais

ALEPI – Assembleia Legislativa do Piauí

ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

APEP – Associação dos Professores do Estado

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEPISA – Companhia Energética do Piauí S/A

CEPRO – Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

CEUT – Centro de Ensino Unificado de Teresina

COHAB-PI – Companhia de Habitação do Piauí

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEM - Democratas

DETRAN-PI – Departamento Estadual de Trânsito do Piauí

EC – Emendas Constitucionais

FAMCC – Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários

FMCMC – Fundação Cultural Monsenhor Chaves

FUNDESPI – Fundação dos Esportes do Piauí

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OAB-PI – Ordem dos Advogados do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Social Democrático

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPR – Partido Progressista Renovador
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
SASC – Secretaria da Assistência Social e Cidadania
SEDUC-PI – Secretaria de Educação do Estado
SEID – Secretaria para Inclusão da Pessoa com Deficiência
SEMCOM – Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Teresina
SINTE-PI – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí
SINSEP – Sindicato dos Servidores Públicos Federais
SPD - Partido Social-Democrata Alemão
TCE-PI – Tribunal de Contas do Estado do Piauí
TCU – Tribunal de Contas da União
TRE-PI – Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UFPI – Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
2 A ALEPI, AS ELEIÇÕES E OS PARTIDOS POLÍTICOS (1998-2014).....	31
2.1 As eleições para a Assembleia Legislativa Piauiense (1998-2014)	34
2.2 A participação eleitoral nas eleições estaduais (1998-2014).....	38
2.3 Representação Partidária na Alepi.....	43
3 FAMÍLIA E POLÍTICA NO LEGISLATIVO PIAUIENSE	55
3.1 Família e o Poder Político na Alepi.....	59
3.2 Cartografia Política e as Famílias no Piauí.....	61
3.2.1 O local de nascimento dos deputados estaduais	62
3.2.2 Oligarquias da região Norte.....	70
3.2.3 Oligarquias da região Centro-Norte do Piauí	73
3.2.4 Oligarquias das regiões Sudoeste e Sudeste do Piauí.....	77
3.3 As famílias políticas mais influentes no Legislativo Piauiense.....	83
3.4 A herança familiar na Política Contemporânea Piauiense.....	86
3.5 Famílias e as estratégias políticas	90
4 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DA ELITE PARLAMENTAR PIAUIENSE	95
4.1 A faixa etária da Elite Política Parlamentar.....	96
4.2 Gênero e Representação Política na Alepi	103
4.3 Nível de escolaridade da Elite Parlamentar Piauiense.....	115
4.4 Ocupação profissional dos deputados estaduais	120
4.5 Trajetória Política dos deputados estaduais.....	129
5 A POLÍTICA OLIGÁRQUICA NA ALEPI: O PROCESSO DE OLIGARQUIZAÇÃO	
.....	142
5.1 Oligarquia e o Processo de oligarquização.....	144
5.2 Circulação da Elite Política Piauiense	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
REFERÊNCIAS	163
Anexos.....	173

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre as oligarquias e as elites políticas no Piauí, no que se refere às relações políticas e formações das bancadas eleitas para a Assembleia Legislativa do Piauí, durante o período entre 1998 a 2014, surgiu em 2013, a partir da leitura da dissertação de mestrado *Oligarquias e Elites Políticas no Piauí: 1982-1995*¹ de Manoel Ricardo Arraes Filho. Ao longo da minha juventude, convivi quase que diariamente com assuntos relacionados à política local. Assim, via de perto os embates políticos, as articulações e as estratégias utilizadas durante o período eleitoral. A leitura da referida dissertação despertou curiosidade e me levou a aprofundar a pesquisa, o que resultou no trabalho de conclusão de curso apresentado em julho de 2015,² que tinha como objetivo investigar a existência de oligarquias e elites políticas no século XXI, em nosso estado.

O estudo sobre as elites políticas e oligarquias na Assembleia Legislativa do Piauí não serve apenas para explicar a perpetuação de indivíduos no poder político estadual, mas oferece à sociedade oportunidade de reflexão sobre a política piauiense. Além disso, este estudo consiste em contribuição social, acadêmica e, principalmente, teórica para a Historiografia piauiense, considerando que essa temática está inserida em nosso contexto histórico e social.

O termo “oligarquia” surgiu na linguagem política desenvolvida pelos antigos gregos, precursores da democracia, que usavam esse termo para designar o governo de poucos. Na discussão grega sobre as formas de governo, Aristóteles e Platão definiam-no como o governo dos ricos. Embora o termo mais adequado para definir esse tipo de governo seja plutocracia, Aristóteles e Platão definem o termo com esse sentido para identificar a opressão dos ricos sobre os pobres, sendo aplicado negativamente para fazer menção ao regime controlado por um grupo de ricos.³

¹ ARRAES, Ricardo. *Oligarquias e Elites Políticas no Piauí: 1982-1995*. 2000. 181 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

² ALVES, Lívia Maria Silva. *Elites e oligarquias: o caso da elite dirigente piauiense (1994-2010)*. 2015. 95 f. Monografia (Graduação). Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

³ BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 48.

Dessa forma, o termo oligarquia não é o único a fazer referência à forma de governo em que poucos controlam o poder; o termo aristocracia também apresenta essa definição. No entanto o termo oligarquia, que significa propriamente governo de poucos, está relacionado à concepção de mau governo enquanto aristocracia está associada a um bom governo. Essa diferenciação ocorre porque o que caracteriza a aristocracia como forma de governo não é apenas o fato de ser um governo de poucos, mas também o de ser um governo dos melhores no controle do poder. O termo oligarquia conservou o significado pejorativo inicial para designar grupos de poder que governam sem o apoio popular.⁴ Portanto há uma distinção entre os termos que atravessa o tempo e o pensamento político.

Superando as concepções clássicas do termo, Robert Michels nos legou em 1915⁵ um conceito descritivo de oligarquia que descentralizou a construção normativa do termo, envolta da ideia de bom ou mau governo. Com a análise organizacional do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), Michels evidenciou que grupos políticos que aspiravam e apossavam-se do poder organizacional estavam acima, por exemplo, de controles democráticos, o que significa que os partidos políticos tenderiam inevitavelmente à oligarquização.

A obra de Robert Michels não se restringe apenas aos estudos partidários ou ao auxílio para elaboração de um conceito de oligarquia com vasta utilização. Foi possível identificar em seu trabalho contribuições para o debate no interior do movimento socialista no século XX. Trata-se de uma obra de referência para estudos partidários e, conseqüentemente, seu funcionamento organizacional.

O autor contempla e integra a chamada teoria elitista, voltando-se para o entendimento dos problemas de representação política.⁶ De forma geral, as contribuições de Michels, a partir de sua análise, são os limites que os homens impõem às tentativas de organização democrática, ou seja, do funcionamento efetivo do regime democrático, pois aqueles que detêm o poder vão utilizá-lo, em primeiro lugar, em favorecimento próprio.⁷

Na literatura contemporânea das Ciências Sociais é possível identificar três conceitos diferentes para o termo oligarquia, considerando seu uso comum. O primeiro, na sua acepção

⁴ BOBBIO, 1997, p. 56.

⁵ MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

⁶ COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e Processos de Oligarquização: O aporte de Michels à análise política contemporânea. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 20, n. 44, nov. 2012, p. 47-62. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44a04.pdf> >. Acesso em: 29 de março de 2017.

⁷ MIGUEL, Luís Felipe. Oligarquia, democracia e representação no pensamento de Michels. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 13, jan./abr. 2014, p. 137-154. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n13/a06n13.pdf>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

clássica, aristotélica e platônica, apresentada anteriormente, se refere ao governo dos ricos ou grupo dos ricos. O segundo é utilizado para denominar grupos políticos tradicionais que dominam determinadas regiões. O terceiro qualifica um grupo minoritário munido de grande poder dentro de organizações, principalmente as de natureza representativa.⁸

Nesse sentido, este trabalho analisa as oligarquias e as elites políticas piauiense, considerando as elites políticas e o processo de oligarquização dentro do Legislativo Piauienses, bem como a compreensão da constituição, homogeneidade e estabilidade política que incidem sobre a oligarquização dentro do Parlamento Estadual. Diante da abrangência que os conceitos podem alcançar, o nosso foco serão os deputados estaduais eleitos entre os anos de 1998 e 2014. Dessa maneira, o termo oligarquia possui duas formas de utilização neste trabalho: a primeira para designar a dominação de grupo político minoritário dentro do Legislativo que detém o poder político e, na maioria das vezes, o poder econômico; a segunda está associada à dominação de grupos políticos tradicionais em determinados municípios do estado piauiense.

Torna-se necessário ressaltar que, sob esses dois aspectos, o cenário político do Piauí apresenta uma situação oligárquica, pois o apego ao poder e aos benefícios que este oferece, aliado à falta de meios de controle pelos liderados, possibilita o processo de oligarquização dentro do Legislativo Estadual do Piauí. Por conseguinte, a contribuição de Michels é útil para a compreensão do funcionamento efetivo, da qualidade e das limitações de operação do regime democrático no Estado piauiense. Segundo Luís Felipe Miguel, o pensamento de Michels, ao invés de nos levar ao abandono do ideal democrático, serve de alerta contra o abastardamento desse ideal.⁹

As principais questões norteadoras desta pesquisa são: Como e por que as oligarquias permanecem tão vigorosas no controle do poder político sob um regime democrático? As relações familiares com os eleitos sinalizam para compreensão da composição de Elite Parlamentar e para permanência desse processo de oligarquização? Os partidos políticos exercem alguma influência no momento da formação das bancadas que foram eleitas para a Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi) durante o período em questão? Qual o perfil socioeconômico dessa elite parlamentar? Existe preparação prévia para o ingresso dessa elite política parlamentar? Estes atores políticos ocupam posições estratégicas na arena pública visando uma ascensão política? É importante ser um herdeiro político ou ter uma carreira política prévia em ascensão para conquistar e manter uma cadeira na Alepi?

⁸ COUTO, 2012, p. 49-50.

⁹ MIGUEL, 2014, p. 138.

A primeira expressão do termo oligarquia no Brasil fez-se presente na Primeira República. Nas primeiras décadas do período republicano, Sílvio Romero tornou-se um crítico ferrenho às oligarquias. Ele foi preciso ao elaborar seu ponto de vista no texto *As oligarquias e sua classificação*, de 1910, no qual afirmava: “A verdade é que estamos divididos em clãs, com seus donos, em grupos, com seus chefes, em bandos, com seus cabecilhas: política, social, economicamente – é esse o espetáculo geral”.¹⁰

Um dos primeiros intelectuais brasileiros a pensar sobre o fenômeno das oligarquias no Brasil, Sílvio Romero, em conferência proferida no início do século XX sobre a situação brasileira, pronunciou: “Mister há mostrar porque se formaram, como não poderia ser de outra sorte, e, acima de tudo, que se há de fazer para sair delas”.¹¹ O país era visto por Sílvio Romero como “Vinte oligarquias fechadas, feudos escusos, pertencentes a vinte bandos de sicários(...)”.¹² E seguia:

Por toda parte campeiam o filhotismo, a denegação da justiça, o desconhecimento de direito aos adversários, a opressão das oposições, a impunidade dos amigos correligionários, os desfalques nas rendas públicas [...].¹³

Sílvio Romero apresenta, ainda, uma interessante classificação das oligarquias brasileiras em quatro modalidades. Uma delas é denominada como *oikoarchias* ou *oikocracias*, não passam de reproduções do familismo primitivo. Nesse caso, a família, com todos os parentes e aderentes, monopoliza os postos da governança. O outro tipo de oligarquia corresponde a um pequeno grupo, de pessoal não suficiente para caracterizar o familismo, tendo que dividir o poder com alguns amigos e camaradas. A classificação de Sílvio Romero mostra que o significado de oligarquia vai além de um governo de poucos, sendo estabelecida em distintas composições sociais.

Pode-se atestar que é inegável a importância dos estudos sobre oligarquias no Brasil para a compreensão do desenvolvimento político no país. Há pesquisadores comprometidos em analisar e apresentar os meios que deram formas às relações entre os interesses políticos e os autores principais dessa conjuntura. Estudos que favoreceram principalmente o período republicano no Brasil em diferentes unidades federativas, como o da autora Maria do Carmo

¹⁰ ROMERO, Sílvio. *Provocações e debates*: contribuição para o estudo do Brasil social. Porto: Livraria Chardron, 1910. p. 410.

¹¹ ROMERO, 1910, p. 404.

¹² ROMERO, 1910, p. 407.

¹³ ROMERO, 1910, p. 407.

Campelo de Sousa,¹⁴ que priorizou sua análise no funcionamento e no processo do sistema político-partidário brasileiro da Primeira e Segunda República e suas origens, como também a evolução posterior.

Autor de grande destaque no âmbito dos estudos sobre as oligarquias, Victor Nunes Leal, em *Coronelismo, enxada e voto*,¹⁵ interessado em analisar o fenômeno do coronelismo, identificou-o fenômeno próprio da Primeira República. Para Leal a estrutura oligárquica na forma em que se verificou preliminarmente, inclusive em grande parte do Brasil, dependeu inicialmente e de maneira fundamental do coronelismo, que é um sistema amplo de dominação de populações rurais pelos coronéis.

Destaca-se a relevância de reportar-se à produção sobre a compreensão do funcionamento do federalismo no estado de São Paulo na Primeira República elaborado por Joseph Love,¹⁶ assim como a um estudo sobre a oligarquia baiana realizado por Eul Soo Pang, publicado em 1979,¹⁷ e às contribuições importantes de José Murilo de Carvalho¹⁸ com suas obras seminais.

Em *Os bestializados*¹⁹ Carvalho aborda o processo de construção da cidadania republicana; das relações entre o cidadão e o Estado; o cidadão e o sistema político e o cidadão e a própria atividade política. O momento de transição do Império para República representava a primeira grande mudança de regime político após a independência. O novo regime pretendia trazer o povo ao palco da atividade política. No entanto, o novo modelo representou a exclusão da participação política de grande parte da sociedade brasileira. Esse trabalho oportuniza a compreensão das práticas oligárquicas que objetivavam interromper a ampliação da cidadania.

As obras de Maria Isaura Pereira de Queiroz²⁰ e Linda Lewin²¹ evidenciam as relações familiares no jogo político, ou seja, o aspecto familiar. Queiroz atribui ao coronel a

¹⁴ SOUSA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: AlfaÔmega, 1990.

¹⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: AlfaÔmega, 1975.

¹⁶ LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹⁷ PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris [Dir.]. *História da Civilização Brasileira: o Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 172-214.

²¹ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

função de chefe de parentela. Essa relação também pode ser observada no estudo de Linda Lewin ao analisar as famílias de coronéis do estado da Paraíba na Primeira República, constatando que o poder político e o poder familiar estão intimamente associados.

Entende-se que a configuração deste cenário modificou-se, pois as oligarquias deixaram de ser agrárias e modernizaram-se. A figura do coronel deixa de existir para dar lugar a um político engravato que surge de um sistema partidário conciso e complexo, lutando por mais e pela permanência no poder político. No entanto, a sobrevivência do sistema político piauiense ainda depende, em grande escala, do contínuo apoio eleitoral que restou dos recursos, saberes e fazeres das oligarquias tradicionais, que ainda permanecem ativas nos municípios do interior do estado. No limite, a integração e convergência de interesses de classe permitem a dominação da política local.

Dessa maneira, a realização deste trabalho tem como ponto de partida a análise das fichas de candidaturas e das atas de posse dos deputados eleitos encontrados nos arquivos públicos do TRE-PI e da Assembleia Legislativa piauiense, que fornecem informações a respeito do processo oligárquico piauiense e das transformações que vêm ocorrendo no respectivo processo ao longo dos anos de 1998 a 2014. Ademais, analisamos os resultados das eleições oficiais lançados pelo TSE e TRE-PI, detectando relações familiares e partidárias dos deputados que foram eleitos.

Foram analisados e atualizados os perfis biográficos dos deputados eleitos para cada legislatura. Isso nos ajudou a traçar o perfil socioeconômico da Elite Política Parlamentar. Para isso foram feitas fichas de identificação para cada deputado estadual eleito e as informações foram colhidas tanto no site oficial da Casa Legislativa como em visitas ao Arquivo Público desta.

O conceito de Elite também será útil para a realização deste trabalho. A ausência de consenso em torno deste conceito na literatura sociológica tem alimentado a controvérsia metodológica para definição do que seja Elite. Antes das discussões iniciadas pelos estudos sociológicos, o uso do termo elite esteve restrito à linguagem militar. Isso significa que o termo foi inicialmente utilizado para se referir à pessoa ou objeto que tem qualidades excepcionais e também para pessoas que ocupavam altas posições sociais. Esse termo passou a ser utilizado no século XVIII na França para referir-se a tudo que era excelente e, nas

ciências sociais, como “um grupo de pessoas que, em qualquer sociedade, ocupa posições de destaque” nas principais instituições do sistema político.²²

Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels compõem a tríade da Teoria das Elites. Os dois primeiros teóricos inserem o conceito na discussão sobre relações de poder e dominação, objetivando esclarecer as transformações sociais e políticas nas sociedades. Robert Michels enfatizou, nos elementos indispensáveis a uma organização política, que deseja o poder, desenvolvendo uma crítica à organização partidária como ideal de democracia “pura”.

Reconhecendo diferenças conceituais entre os argumentos dos três formuladores da teoria das elites, a tese básica defendida por eles é a de que “em todos os lugares e tempos, uma minoria imporá sempre sobre a maioria, dirigindo-a, exercendo seu mando, empregando recursos e mecanismos diversos para manter a sua posição e controlar sua sucessão”.²³ Vários estudos foram realizados em torno do conceito: alguns procuravam redefinir grupos considerados como elites; outros tentavam ampliar o conceito de elite; e havia aqueles que concordavam ou rebatiam os conceitos formulados pelos teóricos clássicos elitistas, como os trabalhos de Suzanne Keller,²⁴ Wright Mills,²⁵ Robert Dahl,²⁶ Joseph Schumpeter,²⁷ e Raymond Aron.²⁸

Foi o italiano Gaetano Mosca em seu estudo intitulado *Elementi di scienza politica* (1896) que forneceu a formulação, considerada clássica hoje, de que em todas as sociedades, desde as mais desenvolvidas até as menos cultas e fortes, irão existir duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. Para ele, as pessoas pertencentes à classe dirigente possuiriam uma capacidade própria de organização por serem as “minorias”, em contrapartida com a inevitável desorganização da classe dirigida (“maiorias”). Essa última era capaz de uma

²² FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Elites Políticas Regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, out. 2011, p. 176-249. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/14.pdf>>. Acesso em: 29 de março de 2017.

²³ GRYNSPAN, Mário. Do pessimismo ao pluralismo político: apropriações da teoria das elites nos Estados Unidos. In: REIS, Eliana Tavares; GRILL, Igor Gastal (Org.). *Estudos sobre Elites Políticas e Culturais*. Vol. 2. São Luís: EDUFMA, 2016, p. 50.

²⁴ KELLER, Suzanne. *O destino das elites*. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

²⁵ MILLS, Charles Wright. *Elites do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

²⁶ DAHL, Robert. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: AMORIM, M. S. de (Org.). *Sociologia Política II*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 90-100.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

²⁷ SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

²⁸ ARON, Raymond. Estrutura social e estrutura de elite. In: _____. *Estudos sociológicos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 101-145.

ação conjunta apenas sendo liderada pelas minorias.²⁹ Nessa mesma linha de pensamento, Bobbio entendia que haveria um “conjunto de relações de interesse que induzem a coligarem-se entre si e a constituírem um grupo homogêneo contra a classe mais numerosa, esta dividida, dispersa e desagregada”.³⁰

Avançando no conceito, o teórico defende a superioridade de uma classe sobre a outra. Logo, Mosca estabelece a seguinte diferenciação entre elite e massa: a primeira “é sempre a menos numerosa, cumpre todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira”.³¹ O autor considera supostas qualidades diferenciadas que a classe política assume em diferentes lugares e estágios de desenvolvimento histórico.

Na formação estrutural da classe política, o autor entende que haveria alguns elementos e qualidades praticados nas relações de força entre membros e pretendentes aos postos de poder, como a posse de riqueza e o desenvolvimento da cultura e de recursos que foram herdados.³² De acordo com ele, estes instrumentos se transformam em “certificados de superioridade” que justificam as posições de poder e criam outros instrumentos que permitem uma classe restrita impor-se à massa.³³ No que se refere à sua composição, a classe política não é “determinada por um critério único, mas por uma mistura das diferentes qualidades evocadas”.³⁴

No cenário da teoria das elites, surge outro nome de importância: Vilfredo Pareto, que, influenciado por Mosca, apresenta sua tese de que em toda sociedade há uma classe superior, detentora do poder político e econômico, à qual ele deu o nome de “aristocracia” ou “elite”. Sendo assim, os indivíduos que ocupavam os graus superiores da riqueza e do poder constituíam a Elite política ou a aristocracia.³⁵

Pareto apresenta a pluralidade de posições de elite, na qual a elite política seria apenas mais uma, apostando na possibilidade de ativar instrumentos científicos de mensurar as qualidades e capacidades delimitadoras dos indivíduos pertencentes à elite. Segundo o sociólogo Thomas Bottomore, Pareto defende que a elite política é o grupo que exerce o

²⁹ REIS, Eliana Tavares; GRILL, Igor Gastal (Org.). *Estudos sobre Elites Políticas e Culturais*. Vol. 2. São Luís: EDUFMA, 2016.

³⁰ BOBBIO, Noberto. Teoria das elites. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 386.

³¹ BOBBIO, 1992, p. 385.

³² ALBERTONI, Ettore. *Doutrina da classe política e teoria das elites*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1990. p. 73.

³³ REIS; GRILL, 2016, p. 15.

³⁴ ALBERTONI, 1990, p. 73.

³⁵ BOBBIO, 1992, p. 385.

poder ou influência política na sociedade e está empenhado na busca de exercer a liderança política, sendo composta por muitos grupos que podem estar dedicados em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito em si,³⁶ isto é, o conceito de elite formulado a partir das percepções de grupos funcionais.

Quando Pareto publicou seu *Trattato di sociologia* (1916), propunha-se a elaborar o conceito de elite em termos essencialmente sociais, em um contexto sociológico e econômico. Sua doutrina enquadra-se em uma visão mais ampla sobre o desenvolvimento social derivado de uma dinâmica econômica do mundo moderno e industrializado. Dessa maneira, tanto para Mosca quanto para Pareto há um dado constante e essencial para a política: “os grupos dirigentes sempre existiram e sempre foram os protagonistas da história”.³⁷

Para completar a tríade dos precursores da teoria das elites, é importante considerar Robert Michels que, se inspirando nas ideias de Mosca e Pareto, apresentando mais proximidade com as ideias do primeiro que do segundo, publicou seu livro *Sociologia dos Partidos Políticos* em 1915. A obra discute a estrutura dos grandes partidos de massa, especificamente o Partido Social-Democrático Alemão. O teórico atentou-se ao fenômeno da concentração de poder num grupo restrito de pessoas. A este grupo de poder deu o nome de oligarquia, apresentando conotação negativa e caráter degenerativo e inevitável.³⁸

Michels formulou a famosa “lei de ferro da oligarquia”, na qual a “organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandatos, dos delegados sobre os delegantes. Quem diz organização diz oligarquia”.³⁹ Esta frase e fórmula foram suavizadas por Michels dois anos depois do lançamento do livro em alemão. Na edição francesa, após várias críticas recebidas, ele passou a se referir à lei de bronze da oligarquia e, “quem fala em organização fale em *tendência* à oligarquia” (grifo do autor).⁴⁰

Para Michels existe uma organização e o resultado dela é a formação de um grupo oligárquico. Segundo Mosca, essa organização serviria como instrumento para a formação da minoria dominante. De acordo com Bobbio, a obra de Michels constitui uma confirmação histórica e empírica da teoria elitista e mostra a possibilidade de uma aplicação mais ampla, contribuindo para o sucesso da obra.⁴¹

³⁶ BOTTOMORE, Thomas Burton. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 15-16.

³⁷ ALBERTONI, 1990, p. 148.

³⁸ BOBBIO, 1992, p. 386.

³⁹ MICHELS, 1982, p. 238.

⁴⁰ MICHELS, 1982, p. 21.

⁴¹ BOBBIO, 1992, p. 386.

Como vimos, a teoria das elites surgiu e tornou-se mais sólida com os estudiosos clássicos italianos supracitados. Mas a teoria das elites não ficou apenas em solo europeu e atravessou o Atlântico chegando de forma renascida e renovada nos Estados Unidos, sendo acolhida, reelaborada e divulgada por Harold D. Lasswell na mesma época em que a tradução inglesa de o *Trattato* de Pareto foi introduzida aos pesquisadores americanos, em 1935. Lasswell ao formular o conceito de elite faz referência aos três teóricos elitistas Mosca, Pareto e Michels. Apresentando o conceito de elite, ele reforça que:

O estudo da política é o estudo da influência daqueles que a exercem. Aqueles que têm influência são aqueles que tomam a maior parte daquilo que se pode tomar. Os valores disponíveis podem ser classificados como valores de deferência, de renda, de segurança. Aqueles que obtêm a maior parte delas são Elites, o resto é massa.⁴²

Lasswell, em seus estudos posteriores, articula melhor o conceito e entendimento sobre Elites e apresenta classificações do termo. Conforme o autor, a verdadeira Elite é formada por aqueles que têm o poder maior numa sociedade, a Elite média é constituída por aqueles que detêm o poder inferior e a massa é composta por aqueles que têm um poder menor. Gaetano Mosca apresenta que os membros da Elite são menos numerosos em comparação aos da massa e diferencia as várias formas de domínio em que o poder é exercido e controlado por vários tipos de elite numa sociedade.⁴³

Outra obra que ajudou a divulgar o elitismo nos Estados Unidos foi a *The power elite* (A elite do poder), publicada em 1956 por Wright Mills. Segundo Bobbio:

Mills parte da contraposição entre o homem comum, definido como aquele cujos poderes são limitados pelo mundo cotidiano em que vive e que parece ser movido por forças que não pode compreender nem controlar, e a Elite no poder, composta de homens que se acham em posições tais que lhes é possível transcender o ambiente do homem comum e ocupam aquelas posições estratégicas da estrutura social em que estão concentrados os instrumentos de poder, a riqueza e a celebridade.⁴⁴

Ao analisar a distribuição do poder político na sociedade norte-americana, Mills objetiva demonstrar que ela é dominada por um restrito grupo de poder, que constitui a Elite. Ela seria composta por pessoas que ocupam posições no alto comando das forças armadas, nas grandes empresas e no governo. São pessoas que têm o poder mais elevado e constituem uma Elite no poder porque estão ligadas umas às outras por razões sociais, familiares e econômicas, nas quais se sustentam e se reforçam umas às outras, concentrando os seus

⁴² LASSWELL apud BOBBIO, 1992, p. 387-388.

⁴³ BOBBIO, 1992, p. 388.

⁴⁴ BOBBIO, 1992, p. 388.

instrumentos de poder em instituições centralizadas e interdependentes.⁴⁵ De forma parecida com a tese de Mosca sobre as minorias organizadas contra as minorias em desordem, Mills afirma que:

No sistema americano do poder, a cúpula é muito mais unida e poderosa, e a base muito mais desunida e impotente do que supõem geralmente aqueles que se deixam distrair na observação dos estratos médios do próprio poder: estratos não exprimem a vontade da base nem determinam as decisões da cúpula.⁴⁶

De acordo com Bobbio, a tese levantada por Mills deu oportunidade para um debate em torno do conceito de Elite e em torno da validade do elitismo como teoria científica. Entretanto, o conceito foi criticado tanto pelos liberais quanto pelos marxistas. Os liberais negam a existência de uma unidade da Elite no poder, ou seja, negam que o poder na sociedade americana esteja reunido em um grupo monolítico e opõem a ela a teoria que foi chamada “pluralística”.⁴⁷

A citação acima nos faz pensar que a crítica feita pelos liberais nega radicalmente o elitismo, mas a negação feita por eles é apenas ao monolitismo. Ainda mais, os liberais não descartam a possibilidade de existir, em sociedades democráticas, uma contraposição entre aqueles que têm o poder e aqueles que não o têm, e que, mesmo em uma sociedade que seja complexa e fundamentalmente conflituosa, exista apenas uma elite. Para Joseph Shumpeter, o que caracteriza um regime democrático é o método que irá permitir a cada indivíduo lutar, através de competição, pela conquista do poder, objetivando o voto popular.⁴⁸

Ainda para Bobbio, o estudioso que está autorizado a representar o posicionamento dos liberais é Robert Dahl (1958), defensor da hipótese da existência de uma elite no poder que pode ser aprovada através de três pontos, e afirma que a teoria das elites no poder não tem fundamento científico:

i) A hipotética classe dirigente é um grupo bem definido, ii) Há uma amostragem suficiente de casos de decisões fundamentais, em que as preferências da elite contrastam com as de outros grupos, iii) Em todos os casos as preferências hipotéticas da Elite prevalecem.⁴⁹

Já para os marxistas, a Elite no poder não se encontra articulada nos três setores que Mills apresentou. De acordo com eles, a classe dominante é uma só, a dos que detêm o poder econômico. Segundo Bobbio, “esta crítica funda-se através de uma interpretação radicalmente

⁴⁵ BOBBIO, 1992, p. 388.

⁴⁶ MILLS apud BOBBIO, 1992, p. 388.

⁴⁷ BOBBIO, 1992, p. 389.

⁴⁸ BOBBIO, 1992, p. 389.

⁴⁹ BOBBIO, 1992, p. 389.

diversa da sociedade, sendo entendida como um conjunto de relações entre dominados e dominantes, por meio de instrumentos analíticos diversos”.⁵⁰ Essa ideia direciona-se a uma teoria alternativa, confrontando com a teoria das elites, nas duas versões: monista e pluralista.

Para Bobbio:

Enquanto a teoria elitista parte da contraposição entre elite e massa distintas entre si como o elemento passivo da sociedade e limita o elemento conflitual ao conflito interno das elites, a teoria marxista parte da contraposição entre as duas classes antagônicas dos donos dos instrumentos de produção e dos proletários e considera o conflito entre as duas classes sociais o principal motor do movimento histórico. Na visão elitista da sociedade, a relação entre elite e massa não é necessariamente antagônica.⁵¹

Nesse sentido, enquanto a teoria marxista remonta à forma de produção, ao momento estrutural, para encontrar os elementos determinantes do movimento social, a teoria elitista individualiza o elemento determinante da desigualdade social. Além do mais, Ralf Dahrendorf defende que “é a autoridade e não a propriedade, ou seja, o poder de comandar, que consegue obediência e é a causa da formação das classes sociais, das desigualdades e dos conflitos”,⁵² sendo possível identificar os adversários de certo conflito quando se podem individualiza-los.

Na literatura brasileira, o estudo das Elites ganha maior referência com as pesquisas do cientista político e historiador José Murilo de Carvalho. Seus estudos sobre elites não se referem ao estudo dos grandes homens e nem às teorias, mas a grupos especiais de elite que são marcados por características que os diferem tanto das massas quanto de outros grupos de elite. Carvalho, no livro *A Construção da Ordem*,⁵³ tratando das origens e da formação das elites brasileiras no Brasil Colônia, discute esses traços e afirma que quanto mais homogêneas as elites, mais estável é o processo de formação do Estado.

Carvalho tende a seguir Mosca quando afirma que, genericamente, a educação, a participação na burocracia estatal e a utilização de uma linguagem e valores comuns proporcionam certa homogeneidade entre as elites, que, por seu turno, também tornariam possível um acordo básico sob a forma de organização de poder.⁵⁴ Outros trabalhos que contribuíram para a ampliação dos debates sobre elite política e as relações de poder em

⁵⁰ BOBBIO, 1992, p. 390.

⁵¹ BOBBIO, 1992, p. 390.

⁵² DANRENDORF apud BOBBIO, 1992, p. 390.

⁵³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁵⁴ CARVALHO, 2014, p. 20-21.

diferentes estados brasileiros foram os de Mário Grynszpan,⁵⁵ Odaci Luiz Coradini,⁵⁶ Renato Perissinoto,⁵⁷ Adriano Codato.⁵⁸

Carvalho levanta questionamento sobre a afirmação de que não havia diferença entre o Brasil e outros países, pois as elites de todos eram recrutadas principalmente de setores dominantes da sociedade. Ocorre que, nas circunstâncias da época, a participação social era baixa e os conflitos entre os setores surgiam com muita frequência. A homogeneidade ideológica e de treinamento era o que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer uma concepção de implementação de um determinado modelo de dominação política. A respeito da homogeneidade fornecida pela socialização da elite analisada através da educação, da ocupação e da carreira política,⁵⁹ o autor afirma que:

Quanto mais homogênea uma elite, maior sua capacidade de agir politicamente. As razões são óbvias. Uma elite homogênea possui um projeto comum e age de modo coeso, o que lhe dá enormes vantagens sobre as elites rivais. Na ausência de claro domínio de classe, a fragmentação da elite torna quase inevitável a afloração de conflitos políticos e a instauração da instabilidade crônica, retardando a consolidação do poder.⁶⁰

A homogeneidade da elite política piauiense do período em análise tende a coincidir com as características levantadas por Carvalho em seu trabalho. De acordo com os dados levantados na pesquisa, 85% das cadeiras foram ocupadas por deputados que tinham o ensino superior completo e 38% das vagas em disputa, durante os anos eleitorais em questão, foram ocupadas por deputados que atuavam nas profissões ditas liberais.⁶¹ Os fatos sinalizam, por conseguinte, para uma relativa homogeneidade dentro da elite parlamentar estadual.

Os dados coletados na pesquisa nos mostram que o recrutamento da elite política parlamentar do Piauí tende a privilegiar aqueles nascidos nas classes dominantes e nas camadas mais ricas, sendo a composição da elite política socialmente homogênea. No entanto, os dados apontam para presença significativa de deputados vindos da classe média.

⁵⁵ GRYNSZPAN, Mário. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

⁵⁶ CORADINI, Odaci Luiz. As elites como objeto de estudo. In: CORADINI, O. L. *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas retribuições recentes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 7-18.

⁵⁷ PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo; FUKS, Mário; BRAGA, Sérgio (Org.) *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

⁵⁸ PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo. Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, out. 2009, p. 143-195. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n71/v24n71a10.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2017

⁵⁹ CARVALHO, 2014, p. 21.

⁶⁰ CARVALHO, 2014, p. 34.

⁶¹ Ver mais informações no capítulo dois da presente pesquisa.

Diante da complexidade que caracteriza o conceito, a concepção de Elite que contempla os objetivos desta pesquisa baseia-se na ideia clássica e mais geral, que perpassa as obras dos pensadores elitistas, de que em toda sociedade existirá sempre uma minoria organizada que é detentora das várias formas de poder, seja ele econômico, político ou ideológico, à qual se deu o nome de elite, em contraposição à maioria desorganizada.

Ainda são poucos os estudos que tratam sobre a elite política e oligarquias no Piauí. Devemos reconhecer que estes estudos avançaram e se alargaram. Com isso, no que diz respeito aos estudos que contemplam a elite política local, podemos elencar as contribuições do cientista político Ricardo Arraes, pois seu estudo considera a natureza da elite política piauiense, especialmente nas décadas de 1980 e 1990. O autor defende a existência de uma associação entre o domínio oligárquico e regiões com baixos índices de desenvolvimento humano, social e econômico.

Assim como o estudo realizado pela historiadora Tânia Brandão,⁶² as obras do professor José Lopes dos Santos,⁶³ os estudos de Cláudio Bastos,⁶⁴ do cientista político Francisco Farias⁶⁵ e do professor Roberto John⁶⁶ discutem o cenário sobre a constituição e composição da elite política piauiense. Dessa forma, são estudos e contribuições que fundamentaram teoricamente o desenvolvimento desta pesquisa.

O contexto político local em 1998 e na primeira década dos anos 2000 foi marcado por mudanças na política estadual e partidária. O governo do estado estava nas mãos de políticos consagrados e de partidos mais fortes e tradicionais. As oligarquias conseguiam permanecer incólume no controle político. A partir das eleições de 2002 observamos um incremento de partidos políticos disputando as eleições e o governo do estado sendo liderado por bases políticas populares.

Desse modo, o recorte temporal escolhido torna-se interessante devido à análise das mudanças políticas ocorridas no cenário estadual que refletem nos resultados eleitorais para a

⁶² BRANDÃO, Tânia M. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

⁶³ SANTOS, José Lopes dos. *1982: novo tempo chegou*. Brasília: Gráfica do Senado, 1983. _____ . *Política e políticos*. Teresina: Gráfica Mendes: 1988.

⁶⁴ BASTOS, Cláudio. *Família e poder*. Belo Horizonte: Imprimaset, 1991.

⁶⁵ FARIAS, Francisco P. *Do coronelismo ao clientelismo: a transição capitalista numa região do Piauí – 1982-1986*. 1999. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

⁶⁶ SILVA, Roberto John da. *Metamorfose das Oligarquias: O caso do Piauí*. 1999. 381 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Alepi e pela persistência da força familiar nas eleições estaduais, gerando reflexões e debates sobre os limites do sistema democrático no Estado.

Destarte, é possível definir e situar o campo do conhecimento ao qual esta pesquisa se insere. Considerando que vários domínios ou campos podem ser entrevistados no interior da disciplina de História, a pesquisa se insere no campo da História Política, precisamente da História Política do século XX, esta que superou a exclusiva preocupação anterior com a política dos grandes Estados e que passou a interessar-se também pelo “poder” nas suas diversas modalidades.

A nova História Política passou a abrir espaço para uma “história vista de baixo”, ora preocupada com as grandes massas, ora com o indivíduo comum. Esta fez com que proliferassem estudos históricos sobre o processo eleitoral, partidos políticos, mídia e opinião pública. Nesse movimento de renovação, recuperou contato com outras disciplinas, principalmente, com a Ciência Política, e é com este outro campo que o presente trabalho dialoga.⁶⁷

Do campo das dimensões, passemos ao campo das abordagens. Isso quer dizer que existem subdivisões da História que remontam ao campo da observação com a qual nós, historiadores, trabalhamos e há outras que se referem ao tipo de fontes ou ao modo de tratamento delas.⁶⁸ A metodologia do presente trabalho articula-se com o campo da História Serial, abordando “fontes com algum tipo de homogeneidade, e que se abra para a possibilidade de quantificar ou de serializar as informações ali perceptíveis no intuito de identificar irregularidades”.⁶⁹ A fim de analisar e compreender os dados eleitorais e estatísticos fornecidos pelo TRE-PI e TSE, este trabalho relaciona-se também com a História Quantitativa, que se associa ao universo numérico e às variações quantitativas.⁷⁰

Desse modo, foram selecionadas as seguintes fontes: as listas dos resultados das eleições para o cargo de deputado estadual, fornecidas pelo TSE e TRE-PI no primeiro dia após as eleições, e as atas de posse dos deputados estaduais eleitos, encontradas no arquivo da Assembleia Legislativa Piauiense. Além disso, foram analisados os dados estatísticos fornecidos pelo TSE sobre o comparecimento, a abstenção e a quantidade de votos para as eleições na Alepi durante o período em análise.

⁶⁷ RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003.

⁶⁸ BARROS, José D’Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 97.

⁶⁹ BARROS, 2010, p. 98.

⁷⁰ BARROS, 2010, p. 99.

Ademais, são utilizados como fonte os perfis biográficos de cada deputado eleito e as fichas de candidaturas fornecidas pelo TSE, com a finalidade de montar os respectivos Perfis Socioeconômicos. As listas dos resultados das eleições de 1998 a 2014 foram objeto de análise com o intuito de detectar o grau de parentesco dos deputados eleitos, identificando se a cadeira na Alepi está sendo passada de pai para filho, de irmão para irmão, de esposo para esposa e vice-versa. Considerou-se válido e possível o acesso às fontes, organizadas de forma sistemática, em outras palavras, através da utilização de recursos estatísticos descritivos, como a construção de quadros, gráficos e cálculo de porcentagens sobre os parlamentares que compuseram a Alepi no período em questão.

Em *A escrita da História* Michel de Certeau afirma que devemos considerar a História uma operação constituída de um lugar social, isto é, de práticas científicas e de escrita.⁷¹ Segundo Certeau, a atividade histórica está inserida em um lugar, no qual se definirá o que pode ou não ser feito. Esse entendimento foi necessário para que a análise das fontes fosse realizada, pois elas foram construídas em conjunturas possíveis, o lugar tornou-as possíveis.⁷² Podemos citar como exemplo os perfis biográficos dos deputados estaduais que conquistaram assentos na Assembleia Legislativa do Piauí em que percebemos o interesse particular das famílias dos deputados em elaborar a biografia dos parlamentares e o interesse e a preocupação do Arquivo Público da Alepi em organizar, catalogar e divulgar tais perfis.

Com estas conjecturas teóricas e metodológicas, a pesquisa é apresentada em quatro capítulos. O primeiro, *A Alepi, as eleições e os partidos políticos (1998-2014)*, discorre sobre a Assembleia Legislativa do Piauí, o período de sua instalação no estado e os caminhos que a instituição percorreu. Aborda as relações partidárias e as eleições para deputado estadual do ano de 1998 a 2014 e realiza-se a análise da participação eleitoral e representação partidária, chegando à análise dos partidos que disputaram as eleições e a evolução eleitoral dos partidos dentro da Casa Legislativa. Dessa maneira, utilizando-se dessas vertentes, considerou-se o comparecimento, abstenção e os votos válidos, brancos e nulos. A partir disso, mostraram-se os resultados eleitorais obtidos pelos partidos no Parlamento Estadual e foram analisados os partidos que mais conquistaram vagas na Alepi durante o referido período.

O segundo capítulo, *Família e Política no Legislativo Piauiense*, analisa o impacto da relação entre a estrutura familiar e o poder político local dentro do Parlamento Estadual. A análise foi importante para discutir sobre o papel das elites políticas locais no interior do

⁷¹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56-104.

⁷² CERTEAU, 1982, p. 69.

quadro de poder e dominação oligárquica. Foi possível compreendermos como algumas famílias influenciaram nos destinos políticos dentro da Assembleia Legislativa. Logo, para entender o encadeamento social e econômico que cobre a estrutura de poder político piauiense, foi necessário fazer referência à origem de algumas das mais importantes e tradicionais famílias do estado.

O terceiro capítulo, *Perfil Socioeconômico da Elite Política Parlamentar Piauiense*, monta e examina o perfil socioeconômico das bancadas eleitas entre o período de 1998 a 2014, com o intuito de conhecer a sua origem e composição no cenário político Parlamentar Estadual. Para tanto, foi necessário analisar as variáveis socioeconômicas, como a idade, gênero, nível de escolaridade, ocupação profissional e trajetória política dos atores que ocuparam posições estratégicas na Assembleia Legislativa Piauiense. Ao montar o Perfil Socioeconômico, temos o objetivo apresentar *Quem é quem na ALEPI*.⁷³

Por fim, o quarto capítulo intitulado *A política oligárquica na Alepi: o processo de oligarquização*, discute sobre o processo de oligarquização da arena político-partidária do Piauí, sendo um reflexo da longa carreira política da maioria dos deputados estaduais e do significativo número de mandatos acumulados pelos parlamentares. Isso evidencia a manutenção das elites dentro da Casa Legislativa. Além disso, apresentaram-se as condições gerais que permitem explicar a permanência da estrutura oligárquica no Estado, que atravessa a elite política e a própria existência dos partidos locais. Constatou-se o grau de mobilidade e renovação/permanência da elite política parlamentar.

⁷³ Expressão utilizada e adaptada de: RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

2 A ALEPI, AS ELEIÇÕES E OS PARTIDOS POLÍTICOS (1998-2014)

Quando se fala de Parlamento, se faz, normalmente, referência a fenômeno político cujo desenvolvimento histórico se insere no período que vai da Revolução Francesa (1789) até nossos dias.⁷⁴ No *Dicionário de política*⁷⁵ organizado por Noberto Bobbio, Maurizio Cotta, antes de propor uma definição bastante ampla para parlamento, observa que, diante da dimensão histórica, nos deparamos com uma variedade de formas parlamentares igualmente desconcertantes.

O Parlamento, para ele, funciona como “caixa de ressonância propagandística dos órgãos reais do Governo”.⁷⁶ O nome é sempre o mesmo: Parlamento, mas a substância é bastante diversa de um caso para outro. Dessa forma, Cotta define Parlamento referindo-se aos chamados Parlamntos Modernos:

Parlamento pode definir-se assim: uma assembleia ou sistema de assembleias baseadas num ‘princípio representativo’, que é diversamente especificado, mas determina os critérios de sua composição. Estas assembleias gozam de atribuições funcionais variadas, mas todas elas caracterizam-se por um denominador comum: a participação direta ou indireta, muito ou pouco relevante, na elaboração e execução das opções políticas, a fim de que elas correspondam à ‘vontade popular’. Convém precisar que, ao dizermos ‘assembleia’ queremos indicar uma estrutura colegial organizada, baseada não num princípio hierárquico, mas geralmente num princípio igualitário. Trata-se, por isso, de uma estrutura de tendência policêntrica.⁷⁷

A definição de Parlamento de Cotta compõe-se de duas partes: a primeira relacionada à dimensão morfológica e estrutural do fenômeno e a segunda à dimensão funcional. Este primeiro ponto retrata o elo que se instaura entre o fenômeno dos parlamentos modernos e a ideia de representação. O processo eleitoral é passível de inúmeras variações de grande significado político por considerar os parlamentos eleitos uma expressão real da representação política. Visto que são os mecanismos eleitorais que determinam a natureza do vínculo entre representante-representado, é deles que depende o “peso específico” da

⁷⁴ COTTA, Maurizio. Parlamento. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 877.

⁷⁵ BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

⁷⁶ COTTA, 1992, p. 881.

⁷⁷ COTTA, 1992, p. 880.

instituição parlamentar e o seu grau de autonomia em relação às outras estruturas políticas. Além disso, eles determinam as relações de força entre os diversos grupos políticos.⁷⁸

Na realidade dos sistemas políticos representativos, as três interpretações⁷⁹ ou modelos do conceito de representação não conseguem atuar de forma completa em sua forma pura. Há uma interdependência ou conciliação de seus elementos nos sistemas representativos modernos. Isso significa que, ao passo que os três modelos não podem atuar em sua forma pura, a falta dos três modelos ou a sua não combinação pode colocar em crise todo o edifício da representação.

À vista disso, o tripé, que sustenta o edifício da representação ou que define um sistema representativo, deve estar ajustado aos três modelos da representação política. Portanto, ele deve manter certa vigilância dos representados sobre os representantes, relacionado ao modelo de relação de delegação; conceder ao representante certa autonomia para a ação dos representantes, associado ao modelo de relação de confiança e proporcionar certo nível de reconhecimento ou afinidade entre os representantes e representados, expressa no modelo de espelho.

Sendo assim, a indicação de um dado modelo para a figura do representante é uma parte importante, mas não é tudo no processo da representação. Por último e sendo o elemento-chave sobre o conceito de representação, Cotta apresenta a importância do mecanismo eleitoral. Trata-se de eleições livres e competitivas nas quais se afirmam os organismos políticos fundamentais, pois é através delas que se configuram as dimensões de escolha, do juízo, controle e prestação de contas próprios da relação entre representante e representado. Com isso, a representação política poderia ser definida como “um sistema institucionalizado de responsabilidade política, realizada através da designação eleitoral livre de certos organismos políticos fundamentais”.⁸⁰

Para efeito de conclusão sobre a definição relativa aos Parlamentos Modernos, Cotta lembra que não basta a existência pura e simples da sua estrutura institucional e jurídica para que Parlamento possa desempenhar o seu papel, é preciso que ele seja provido de uma vida institucional própria e real. Como observação final, o autor considera que o princípio da autonomia parlamentar, que implica a não interferência dos outros órgãos políticos nos *interna corporis*, constitui uma das bases da experiência parlamentar.⁸¹ A discussão acima

⁷⁸ COTTA, 1992, p. 880.

⁷⁹ Relação de delegação, relação de confiança e a relação de representatividade sociológica.

⁸⁰ COTTA, 1992, p. 1104-1105.

⁸¹ COTTA, 1992, p. 882-888.

auxilia na noção do conceito de Parlamentos Modernos e ajuda no entendimento da instalação e funcionamento da Assembleia Legislativa do Piauí ou do Parlamento Estadual.

A primeira Assembleia Legislativa Provincial do Piauí foi instalada oficialmente no dia 04 de maio de 1835, na cidade de Oeiras, então capital da Província. A solenidade foi dirigida pelo presidente Manuel de Sousa Martins. Até 1834 a atividade parlamentar era realizada pelo Conselho Geral da Província, que foi extinto e substituído pela Assembleia Legislativa Provincial, criada pela Lei nº 16 de 12 de agosto de 1934. Esta tinha como responsabilidade discutir sobre a organização civil, judiciária e eclesiástica, a instrução pública, a política e economia dos municípios, assim como, as despesas, impostos e as obras públicas.

No ano de 1852, com a transferência da capital, o Legislativo Provincial mudou de endereço, com sede em Teresina, a nova capital. A Assembleia Legislativa Provincial teve 27 legislaturas, com mandatos de dois anos, e funcionou de 1835 até o dia 20 de novembro 1889, quando a mesma foi fechada, surgindo a Assembleia Legislativa Estadual.⁸²

Na Primeira República, de 1891 a 1930, o Parlamento contou com dez legislaturas, com mandatos de quatro anos, e composto por vinte e quatro deputados. Na Segunda República, que foi de 1935 a 1937, tivemos a legislatura única com 28 deputados na Assembleia Constituinte. Entre os anos de 1930 e 1947, ressalvado o período dito acima, as Casas Legislativas do país encontravam-se fechadas.

A Constituição de 1935 fixou o número de deputados em trinta para compor cada legislatura, sendo vinte e quatro eleitos pelo voto secreto e seis originários das organizações profissionais do estado; dois da lavoura e pecuária; dois da indústria, comércio e transporte; um das profissões liberais e uma dos funcionários públicos. Um fato interessante é que das categorias com dois representantes, um seria dos empregados e outro dos empregadores. Essa foi a primeira ação de cotas do sistema eleitoral do Estado.⁸³

Passado o período da ditadura Vargas, teve início o período de Redemocratização. Com o contemporâneo nome de Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, entre 1947 e 1964, a bancada legislativa era composta por trinta e dois deputados com mandatos de quatro anos. O período compreendido entre 1964 e 1971 foi marcado por episódios importantes para a configuração do contexto político brasileiro, pois, neste período, aconteceu o Golpe de 1964, quando o Parlamento Estadual piauiense passou a ter quarenta e dois deputados. Na

⁸² MORAES, Herculano. *Assembleia Legislativa do Estado do Piauí: visão histórica, social e política*. Teresina: APL, 2011.

⁸³ MORAES, 2011, p. 57.

legislatura seguinte, no período de 1971 a 1975, a Assembleia Legislativa teve uma diminuição significativa no número de cadeiras, caindo para vinte e uma.

Nas legislaturas seguintes, a oitava (1975-1979) e nona (1979-1983), o número de cadeiras para o Poder Legislativo passou a ser de 24 e, na décima (1983-1987) legislatura, o número de assentos era 27. A partir da décima primeira (1987-1991) até à décima oitava (2015-2019) legislatura, segue-se o que determina o artigo 27 da Constituição sobre o número de deputados para a Assembleia Legislativa, que corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e com mandatos de quatro anos.⁸⁴ Os deputados são eleitos para desempenhar e cumprir todas as funções competentes ao Parlamento, mas, acima de tudo, devem representar e dar voz a todos.

2.1 As eleições para a Assembleia Legislativa Piauiense (1998-2014)

No capítulo que escreveu sobre As eleições, René Rémond afirma que o fenômeno eleitoral tinha outro atributo para reter a atenção dos historiadores: sua antiguidade e continuidade. Ele atesta que a eleição é reconhecida na França⁸⁵ como a origem legítima do poder e em todo esse tempo a prática não teve nenhuma interrupção, exceto pela Guerra.⁸⁶ Ainda sobre o território francês, este foi o primeiro país europeu a adotar o sufrágio universal masculino em 1848.⁸⁷

Rémond observa que os historiadores se interessavam por eleições, sobretudo, por suas consequências, como a relação entre maioria e oposição, a composição dos governos e, até mesmo o funcionamento das instituições ou a duração dos regimes. Percebeu-se que uma

⁸⁴ *CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011, p. 15.

⁸⁵ Segundo René Rémond, há duzentos anos, a eleição é reconhecida na França. Cf.: RÉMOND, René. *Por uma história política* (Org.). Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003.

⁸⁶ Quanto às interrupções eleitorais, Rémond refere-se às eleições para a renovação da Câmara dos Deputados eleita em abril-maio de 1914, que normalmente deveriam ter sido realizadas na primavera de 1918, mas foram adiadas para 16 de novembro de 1919. Quanto àquelas cuja data normal teria sido maio de 1940, um decreto de 29 de julho de 1940, prorrogando as Câmaras, as transferiu para 1º de julho de 1942. O governo de Vichy não organizou as eleições previstas ao termo da lei de 10 de julho de 1940 e foi preciso esperar até 21 de outubro de 1945 para proceder à eleição de uma Assembleia. Ainda para Rémond, o intervalo de tempo entre as duas eleições legislativas foi de nove anos e meio, da primavera de 1936 ao outono de 1945, configurando-se a mais longa interrupção da nossa história eleitoral contemporânea. Cf.: RÉMOND, 2003, p. 38.

⁸⁷ RÉMOND, 2003, p. 38-39.

eleição é também um indicador do espírito público, um revelador da opinião pública, podendo definir por muito tempo os grandes contornos da divisão geográfica e desenhar a cara política de um país.⁸⁸

De acordo Rémond, a partir do início dos anos 1960, os historiadores abandonaram a história do sufrágio, das leis e dos regimes eleitorais, deixando a análise de seus efeitos para os profissionais de outras disciplinas. A história das eleições se beneficiou do contato, principalmente, com a ciência política e a sociologia. A combinação das abordagens destas disciplinas não deixou de ser histórica por seus procedimentos, sua perspectiva e sua problemática.⁸⁹ Como os historiadores se interessaram mais pelas consequências que pelo próprio fenômeno eleitoral, eles davam atenção aos diversos tipos de consultas em função da importância das modificações das quais elas eram agentes na relação de forças, na composição dos governos e no funcionamento das instituições.⁹⁰

As campanhas eleitorais formavam outro aspecto a ser incluído na história das eleições, tornaram-se parte integrante como primeiro ato do processo eleitoral. Desse modo, as campanhas eleitorais não são apenas manifestações das preocupações dos eleitores ou explicação dos programas dos candidatos e partidos, mas representam a operação das estratégias, a interação dos cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Essencialmente, elas modificam, a cada dia, as intenções e as relações de forças. Portanto, o estudo das eleições e dos comportamentos eleitorais evidencia o reflexo do valor que os cidadãos conferem ao ato pelo qual eles escolhem seus representantes e exprimem sua vontade.⁹¹

A história das eleições no Brasil é longa e com episódios marcantes. As primeiras eleições gerais realizadas no Brasil datam de 1821. Durante a Primeira República (1889-1930), foram estabelecidas as primeiras eleições diretas do país, nas quais os candidatos a um determinado posto dependiam da aprovação dos coronéis aliados que asseguravam a participação regional, controlavam o voto aberto e ficavam responsáveis pela apuração dos resultados.⁹² Segundo Thiago Silva e Estevão Silva, a Primeira República foi marcada por constantes fraudes eleitorais e pela prática do coronelismo, caracterizando um sistema político

⁸⁸ RÉMOND, 2003, p. 40-41.

⁸⁹ RÉMOND, 2003, p. 44-45.

⁹⁰ RÉMOND, 2003, p. 48.

⁹¹ RÉMOND, 2003, p. 49-51.

⁹² *História das eleições no Brasil*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/09/historia>>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

assinalado pela ausência de competição política e pelo fenômeno político que Victor Nunes Leal denominou como governismo.⁹³

A partir da Revolução de 1930, houve a normatização destas práticas e, conseqüentemente, a organização do sistema eleitoral, resultando na criação do Código Eleitoral do Brasil (1932). Este introduziu o voto secreto e o voto feminino. Assim, adotou-se, pela primeira vez no país, “o sistema eleitoral proporcional [misto] e a apuração passaria a ser de responsabilidade da recém-criada Justiça Eleitoral, o poder de controlar as eleições não mais figuraria nas mãos do governo”.⁹⁴

No período conhecido como Estado Novo (1937-1945), porém, a Justiça Eleitoral foi extinta e as eleições livres foram suspensas, estabelecendo a eleição indireta para Presidência da República. Sendo que, em 1935, ocorreu a promulgação do Segundo Código Eleitoral em substituição do Primeiro Código, mas sem alterar as conquistas obtidas até aquele momento.⁹⁵

No governo de Dutra (1946), com o advento do novo Código Eleitoral,⁹⁶ a Justiça Eleitoral é restabelecida e volta a regular o alistamento eleitoral e as eleições em todo o país. Nesse período foi instalado o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Além do Código Eleitoral de 1945, foi publicado o de 1955, que criou a folha individual de votação, evitando títulos eleitorais falsos e guardando a liberdade e o sigilo do voto. A novidade deste Código Eleitoral consistiu na exclusividade dos partidos políticos na apresentação dos candidatos.

No período do Golpe Militar (1964-1985), a legislação eleitoral foi marcada por uma sucessão de Atos Institucionais (Ai) e Emendas Constitucionais (EC). Estas mudanças ocorreram para que o processo eleitoral se adequasse aos interesses estabelecidos pelo Regime Militar, como a alteração da duração dos mandatos, eleições indiretas para a presidência da República, governadores e prefeitos, o voto vinculado, entre outros.

Nos anos de 1979 e 1980, as eleições diretas para governador e senador foram restabelecidas, bem como o pluripartidarismo, marcando o início da chamada abertura política. O primeiro presidente civil do país foi eleito em 1985, por meio de um colégio

⁹³ SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 23, n. 56, dez. 2015, p. 75-106. p. 75. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v23n56/0104-4478-rsocp-23-56-0075.pdf>>. Acesso em: 16 de novembro de 2017.

⁹⁴ SILVA; SILVA, 2015, p.76.

⁹⁵ *Evolução da Justiça Eleitoral no Brasil*. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/o-tre/o-tre-pi/memoria-e-cultura/evolucao-da-justica-eleitoral-no-brasil>>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

⁹⁶ Decreto-Lei 7.586/1945.

eleitoral. Em 1993 os brasileiros foram às urnas em plebiscito, por determinação da Constituição de 1988, para a escolha da forma e do sistema de governo brasileiro.⁹⁷

A primeira versão de representação proporcional, adotada no Brasil em 1932, já previa o voto preferencial. A cédula de votação podia conter um grande número de candidatos e o eleitor podia escolher candidatos de diferentes partidos, mas esse processo privilegiava o nome que encabeçava a lista de candidatos.

O referido sistema recebeu críticas quanto à complexidade de apuração e, em 1935, foi adotada uma versão mais simples na qual o eleitor passaria a votar em um único nome. O sistema de lista aberta entra, definitivamente, em vigor nas eleições de 1945 oferecendo duas opções aos eleitores: votar em um nome ou em um partido.⁹⁸ O sistema de votação atual é misto. Uma parte dos representantes é eleita em um sistema proporcional em lista aberta e a outra através do sistema majoritário.⁹⁹

Como a análise está focada nos deputados estaduais piauienses, é importante considerar que o sistema que guia as eleições para este cargo é o proporcional de lista aberta. Quanto à definição do número de cadeiras, para cada estado brasileiro, há uma quantidade de vagas disponíveis no parlamento. O número de vagas em cada Assembleia depende do número de deputados federais de cada estado. Dessa forma, quanto maior for a população, maior será o número de cadeira nas Assembleias.

Ao Piauí são reservadas 30 cadeiras, pois temos 10 cadeiras para o cargo de deputado federal; e para cada vaga na Câmara Federal, temos três para a Assembleia Legislativa. Visto que o número de vagas é proporcional à sua população, apenas o Espírito Santo possui o

⁹⁷ CAJADO, Ane Ferrari Ramos; DORNELLES, Thiago; PEREIRA, Amanda Camylla. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014. p. 49-59. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/tse-eleicoes-no-brasil-uma-historia-de-500-anos-2014.pdf>> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

⁹⁸ NICOLAU, Jairo. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, 2006, p. 689-720. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n4/02.pdf>>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

⁹⁹ Como não é objetivo deste tópico explicar como funcionam os sistemas eleitorais adotados pelo país e nem seus efeitos, apresentaremos, em linhas gerais, o que cada sistema representa. O sistema eleitoral majoritário é relativamente simples, nele será eleito o candidato mais votado. Este é o sistema que rege as eleições para o Poder Executivo (as eleições para Presidente, Governador e Prefeito). Já no sistema proporcional em lista aberta, podemos votar tanto no partido como em um candidato. Os votos que cada partido e/ou coligação receberam são convertidos em cadeiras, ou seja, cada partido e/ou coligação recebe a quantidade de vagas proporcional à sua votação. Aqueles candidatos que foram mais votados têm direito às cadeiras que foram conquistadas pelo partido e/ou coligação. Talvez, a principal crítica a este sistema seja pelo fato da conversão de votos em cadeiras legislativas, pois aquele partido que teve mais votos, conseqüentemente, irá conquistar mais cadeiras e o candidato mais votado deste partido pode “puxar” aquele candidato que não conquistou o mínimo de votos para ocupar uma vaga. Deputados estaduais, federais e vereadores são eleitos por este sistema.

mesmo tamanho da bancada piauiense, com 30 deputados, e os demais estados possuem diferenciação na quantidade de cadeiras oferecidas.¹⁰⁰

Os deputados exercem mandatos com duração de quatro anos e, se o Piauí tem direito a 30 vagas por eleição, então, durante o período em análise (1998 a 2014), ficaram em disputa 150 vagas. No entanto, apenas 76 deputados ocuparam o total de vagas disponíveis, pois este número é composto por parlamentares que estiveram presentes na Alepi uma única vez e por deputados que se reelegeram durante os anos entre 1998 e 2014.

À vista disso, é necessário analisar a participação eleitoral no estado piauiense com relação às eleições do parlamento estadual, examinando as variáveis: o eleitorado, o comparecimento às urnas, a abstenção e os votos brancos, nulos e válidos. Todas estas informações foram colhidas nos sítios eletrônicos oficiais do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e organizadas em quadros e gráficos. Assim, também é relevante analisar se houve aumento do comparecimento às urnas paralelamente à desaceleração do crescimento do eleitorado, bem como se houve crescimento ou não nos percentuais de votos brancos e nulos nas eleições legislativas do Piauí entre os anos eleitorais de 1998 e 2014.

2.2 A participação eleitoral nas eleições estaduais (1998-2014)

O tópico aborda o comportamento das variáveis de participação eleitoral no Piauí nas eleições legislativas. São elas: o comparecimento e abstenção eleitoral, os votos brancos e nulos e os votos válidos. Por conseguinte, ao longo do período em análise, o estado do Piauí apresentou um importante crescimento de seu eleitorado. O quadro 01 mostra os números absolutos da população projetada e do eleitorado nos anos em que se realizaram as eleições para a Assembleia Legislativa.

¹⁰⁰ Os estados brasileiros que possuem 24 cadeiras nas Assembleias Legislativas são: Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rio Grande do Norte e Sergipe. O estado de Alagoas possui 27 vagas e o estado do Espírito Santo dispõe de 30 cadeiras em suas Assembleias Legislativas. Na Assembleia Legislativa da Paraíba há 36 cadeiras. O estado de Santa Catarina tem 40 cadeiras legislativas. Os estados do Pará e Goiás têm 41 vagas legislativas, no Maranhão há 42 cadeiras, 46 no Ceará e 49 em Pernambuco. Os estados do sul, Paraná e Rio Grande do Sul possuem 54 e 55 cadeiras nas Assembleias Legislativas, respectivamente. Os estados brasileiros com maiores números de cadeiras nas Assembleias Legislativas são: Bahia com 63 vagas, Rio de Janeiro com 70 assentos, Minas Gerais com 77 cadeiras e São Paulo com 94 vagas. O Distrito Federal, Brasília, possui 24 cadeiras em sua Câmara Legislativa.

Quadro 01: População projetada e eleitorado (1998-2014)			
	População projetada* ¹⁰¹	Eleitorado**	%
1998	2.714.928	1.781.150	65%
2002	2.898.191	1.848.292	63%
2006	3.036.271	2.073.504	68%
2010	3.118.360	2.261.862	72%
2014	3.194.718	2.344.476	73%

Fonte: *IBGE – Dados Demográficos. **TSE e TRE-PI

O quadro 01 permite o acompanhamento, em números absolutos, dos avanços do eleitorado piauiense. É possível apontar a expansão da cidadania eleitoral como justificativa do crescimento do eleitorado piauiense naquele período. Isso significa que as alterações na Constituição de 1988 propiciaram a ampliação do alistamento facultativo para maiores de 16 anos e menores de 17 anos, assim como a não exclusão dos analfabetos. Embora sejam eleitores facultativos, eles contribuem para o aumento do número de eleitores.

Quadro 02: Percentual de crescimento da população e do eleitorado entre eleições (1998-2014)					
	1998-1994	2002-1998	2006-2002	2010-2006	2014-2010
Eleitorado	8,42%	3,63%	10,90%	8,32%	3,52%
População	1,5 %	6,32%	4,54%	2,65%	2,36%

Fonte: Quadro 1. Elaboração própria.

Por seu turno, o quadro 02 permite que a comparação do crescimento da cidadania eleitoral, em termos percentuais, torne-se mais clara. Com ela, observamos que as taxas do eleitorado piauiense aumentaram e ficaram bem mais elevadas do que as da população. De fato, de 1998 a 2014, o contingente populacional estava em crescimento constante, embora houvesse uma queda acentuada a partir de 2006.

¹⁰¹ Para os anos de 1994 e 1998 cf.: IBGE. *Estimativas preliminares para os anos intercensitários dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datusus*. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/cnv/poppi.def>> Acesso em 18 de novembro de 2017.

Para o ano de 1996, cf.: FUNDAÇÃO CEPRO. *Piauí em números*. Teresina, 2012. p. 34. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201306/CEPRO07_8a8208d146.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

Para os anos 2000, 2002, 2006, 2010 e 2014, cf.: IBGE – Censos Demográficos. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

O fato de haver a incorporação dos contingentes populacionais que ingressaram na faixa etária do alistamento eleitoral obrigatório oferece justificativa para o maior crescimento do eleitorado em comparação com a população. Desse modo, observando os dados organizados e divulgados pela Fundação CEPRO, verificamos que a grande maioria da população residente no estado entre os anos de 1991 a 2007, tinha entre 15 a 24 anos de idade.¹⁰² Além disso, aspectos como urbanização, desenvolvimento de cidades, aumento do nível de escolaridade da população, ajudaram na determinação da expansão do eleitorado no Piauí.

Prosseguindo na análise, observa-se, no quadro 03, a participação do eleitorado nas cinco eleições legislativas ocorridas entre 1998 e 2014:

Quadro 03: Eleitorado, votantes, comparecimento e abstenção, 1998-2014					
	Eleitorado (A)	Votantes (B)	Comparecimento (%) (B/A)	Abstenção (C)	Abstenção % (C/A)
1998	1.781.150	1.346.903	75,6%	434.557	24,3%
2002	1.848.292	1.556.633	84,2%	291.659	15,7%
2006	2.073.504	1.738.648	83,8%	334.856	16,1%
2010	2.261.862	1.813.324	80,1%	448.538	19,8%
2014	2.344.476	1.901.414	81,1%	443.062	18,8%

Fonte: TSE. Dados estatísticos – TRE-PI.

O comparecimento às urnas em 1998 foi de 75,6%. Em 2002 o comparecimento dos eleitores cresceu significativamente, atingindo 84,2% do eleitorado. Essa participação expressiva pode ser justificada pela situação política que assolava no estado piauiense. Em 2001, no início do seu segundo mandato, o então governador do estado, Mão Santa, respondia a um processo de cassação por abuso de poder político e econômico. Em seguida, o referido governador foi afastado definitivamente, através de uma sentença do TSE. O segundo colocado nas eleições anteriores, Hugo Napoleão, assumiu o controle do Estado.¹⁰³

Preparando-se para a reeleição, o então governador, Hugo Napoleão, estava diante de um novo candidato concorrente e sem muitas perspectivas para vencer a eleição para o governo. O eleitorado piauiense se deparou com algo, até então, novo e resolveu testar um

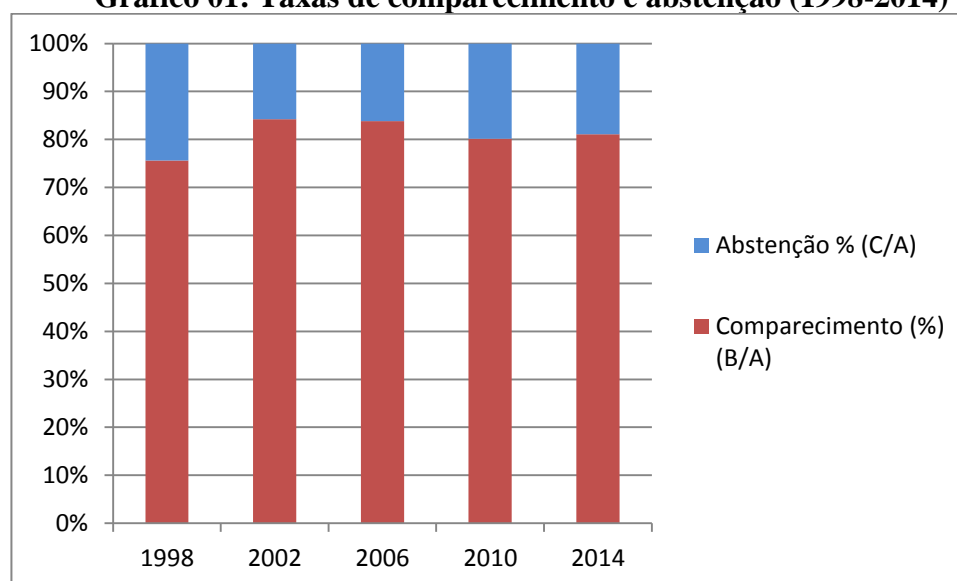
¹⁰² FUNDAÇÃO CEPRO. *Piauí em números*. Teresina, 2012, p. 35-37. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201306/CEPRO07_8a8208d146.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

¹⁰³ BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e Legendas da Política Piauiense*. Teresina: Gráfica do Povo, 2015, p. 185.

governador de esquerda e do setor sindicalista,¹⁰⁴ que era um perfil de candidato diferente daqueles que já havia ocupado tal cargo. Na época, observava-se o crescimento do PT a atingir e conquistar todo o território do Brasil, pois o candidato à presidência do país, Luís Inácio Lula da Silva, estava conquistando mais espaço no ambiente político nacional até alcançar o posto da presidência da república.

Em 2006 o comparecimento às urnas demonstra pequena queda que persiste em 2010, quando o percentual de eleitores presente às urnas foi de 80%, e teve um leve crescimento no comparecimento obtido nas eleições de 2014. Ainda que não seja possível afirmar com exatidão as causas de tais alterações ao comparecimento às urnas sem que se faça uma análise mais incisiva dos diversos fatores envolvidos, que determinam as taxas de comparecimento, de abstenção e de votos brancos/nulos, é possível que a expectativa de mudanças significativas no meio político e a esperança de algo novo que modificasse tanto a conjuntura política quanto a econômica, possam explicar as referidas alterações.

Gráfico 01: Taxas de comparecimento e abstenção (1998-2014)



Fonte: Quadro 03. Elaboração própria.

As eleições de 2002 apontaram o aumento dos percentuais de comparecimento e, de modo consequente, a redução dos percentuais de abstenção. No entanto, a partir das eleições de 2006, o percentual de comparecimento apresentou um pequeno declínio, que refletiu no aumento do percentual de abstenção. Em 1998, o percentual de abstenção foi o maior se comparado aos demais, com pouco mais de 24% (ver gráfico 01). De acordo com o quadro

¹⁰⁴ BRANDÃO, 2015, p. 186-187.

04, podemos verificar a variação dos votos válidos, brancos e nulos nas eleições ocorridas entre 1998 e 2014 para a Assembleia Legislativa.

Quadro 04: Votos válidos e brancos/nulos nas eleições para a Assembleia Legislativa, 1998-2014				
	Votos válidos (E)	Votos válidos (%) (E/B)	Brancos e nulos (D)	Brancos e nulos (%) (D/B)
1998	1.087.780	80.7%	259.123	19.23%
2002	1.461.948	93.9%	94.685	6.10%
2006	1.620.854	93.2%	117.794	6.80%
2010	1.708.755	94.2%	104.569	5.80%
2014	1.773.673	93.2%	127.741	6.71%

Fonte: TSE. Dados estatísticos – TRE-PI.

O quadro 04 permite a comparação, em termos percentuais, de votos válidos, brancos e nulos. Nas eleições de 1998 os votos nulos eram maiores que os votos em branco (mais de 137 mil votos nulos e mais de 121 mil votos em branco), mas em 2002 (voto em branco e nulo: mais de 47 mil para cada), 2006 (voto em branco: mais de 60 mil e voto nulo: 57 mil) e 2010 (voto em branco: mais de 53 mil e voto nulo: mais de 50 mil) a quantidade de votos brancos e nulos eram estáveis. Nas eleições de 2014, nota-se diferença maior entre as duas quantidades de votos, visto que mais de 70 mil eleitores votaram em branco e mais de 57 mil anularam seu voto.

Fazendo uma análise geral da participação do eleitorado piauiense nas eleições para a Assembleia Legislativa, identificou-se o crescimento do eleitorado mais acelerado do que o crescimento da população piauiense, que está possivelmente associado ao envelhecimento da população, às alterações presentes na Constituição de 1988 a respeito da legislação eleitoral e ao processo de desenvolvimento socioeconômico, pelo qual algumas cidades do estado passaram. Os motivos que levam o eleitor a se abster são diversos, como: estar fora do seu domicílio eleitoral, a decisão de não votar ou por já estar morto. Já o voto nulo pode ser entendido como ato de protesto.

Segundo Olavo Brasil de Lima Jr., o motivo que leva o eleitor a se abster não é exatamente o mesmo que o leva a votar em branco ou anular o voto. A decisão final do eleitor envolve decidir se vai ou se pode comparecer às urnas e, depois, como votar. Logo, há fatores que facilitam ou criam obstáculos para o exercício do voto. Lima Jr. aponta barreiras de

natureza ecológica e social que condicionam o comportamento eleitoral no Brasil, tais como a extensão territorial e escolarização.¹⁰⁵

De acordo com Lima Jr., o acesso às urnas não está distribuído de forma homogênea pelas diversos estados do país. Para o autor, é provável que a lógica seja esta: quanto maior a extensão do território estadual e maior o analfabetismo, maior a taxa de abstenção eleitoral. Esses são os fatores determinantes para a abstenção eleitoral e para uma maior taxa de votos nulos e brancos, este último para o caso da escolarização, pois não se trata somente de um cálculo de custo-benefício por parte do eleitor.¹⁰⁶

2.3 Representação Partidária na Alepi

Entre os anos de 1966 e 1979, o bipartidarismo vigorou no Brasil por determinação do código eleitoral. Mas,¹⁰⁷ em meados dos anos 1980, iniciava-se o sistema multipartidário brasileiro. Esse processo foi resultado da reforma partidária de 1979 que abria possibilidades para a ampliação do sistema partidário brasileiro e pôs fim ao bipartidarismo, corrente durante o regime autoritário. O pluripartidarismo se apresenta como parte fundamental do regime democrático, pois as várias correntes de opiniões políticas e partidárias existentes neste regime acomodam-se nele.

A criação de novos partidos fez surgir um ambiente político mais competitivo e diversificado e foi parte integrante da estratégia do regime autoritário de dividir a oposição ligada ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representando mudanças para o eleitor, que estava diante de novas agremiações e teria que adaptar-se. As elites políticas também estavam diante de desafios, entre criar e estruturar novos partidos em todo o país, se adaptarem ao novo sistema partidário, buscarem um diferencial que lhes conferissem um

¹⁰⁵ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Alienação eleitoral e seus determinantes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, out. 1990. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_06.htm>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

¹⁰⁶ LIMA JÚNIOR, 1990.

¹⁰⁷ ASSIS, Éder Araújo. Goiás: os partidos, as eleições e as transformações recentes. In LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org.). *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 80.

perfil ideológico e programático, tornarem o partido conhecido do eleitor e assim conquistar seu apoio.¹⁰⁸

No decorrer de pouco mais de três décadas que nos separam dos anos de 1980, os partidos políticos proliferaram-se nas eleições brasileiras. Com a reorganização partidária de 1979, o pluripartidarismo, no seu primeiro momento, deu origem a seis partidos efetivos, além do MDB/PMDB e da Arena/PDS, surgiram o PDS, PMDB, PP, PTB, PDT e PT. Alguns surgiram devido a cisões no interior das grandes agremiações, que são resquícios do bipartidarismo, como o PDS.

Dos seis novos partidos, o PP é o único que desapareceu e foi incorporado ao PMDB. Em 1985, surgem o PSB (Partido Socialista Brasileiro), o PCB (Partido Comunista Brasileiro), o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o PL (Partido Liberal). O Partido da Frente Liberal (PFL) nasceu no processo de dissensão no PDS e o PL surgiu como dissidência do PFL e do PDS.¹⁰⁹

O historiador francês Serge Berstein oferece contribuição relevante a esse respeito, pois evidencia que a condição para o nascimento de um partido político era uma crise ou ruptura, dentro desse processo evolutivo, para explicar o surgimento de organizações e revelar “uma tendência da opinião fundamentalmente suficiente para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo”.¹¹⁰

Sendo assim, é importante destacar que “a natureza federalista do sistema político brasileiro dar forma a subsistemas partidário-eleitorais estaduais”, ou seja:

O federalismo geralmente estabelece uma grande diferença na maneira como os partidos funcionam, e provoca limitação da disciplina partidária e do peso da organização partidária central estimulando a heterogeneidade: as organizações partidárias em nível estadual tomam as decisões mais importantes; a organização central não exerce muito poder sobre as primeiras. Isso quer dizer que, em relação aos partidos organizados nacionalmente, pode haver até 27 chefes partidários e não um grupo centralizado, pois a coordenação de ideias é muito mais difícil de realizar entre 27 grupos do que por uma liderança partidária centralizada. O federalismo no Brasil trabalha contra a unidade partidária, obriga os

¹⁰⁸ FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, nov. 2008, p. 432-453, p. 433. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/07.pdf>>. Acesso em 11 de dezembro de 2017.

¹⁰⁹ MONTEIRO, Brandão; OLIVEIRA, Carlos Alberto P. de. *Os partidos políticos*. São Paulo: Global, 1989. p. 35-36.

¹¹⁰ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003. p. 67.

principais partidos a tolerarem maior diversidade e autonomia e favorece um arranjo frouxo entre políticos e partidos.¹¹¹

No que diz respeito ao cenário político local, as eleições ocorridas entre 1998 e 2014 para a Assembleia Legislativa apresentam, na prática, o que foi citado acima. No entanto, faz-se necessário iniciar a análise sobre a representação partidária no Legislativo piauiense pelas eleições de 1986 para fornecer a dimensão dos efeitos do pluripartidarismo no cenário local.

Desse modo, nas eleições de 1986 a 1994, tivemos oito partidos que conseguiram cadeiras na Alepi. Em 1982, a formação partidária formada no Piauí continuou inalterada, pois apenas o PDS e o PMDB conquistaram cadeiras dentro do Parlamento Estadual. O PDS permanecia como um partido forte no estado e o PMDB alcançou espaço significativo na Alepi, mas não conseguia se igualar ao PDS.¹¹²

Em 1986, o PFL entra na disputa para conquistar cadeiras na Alepi com o PDS e o PMDB. Nesta época, o PDS estava em processo de desavenças e isso acarretou uma divisão irremediável que facilitou o sucesso do PFL, pois esse partido conquistou mais da metade das vagas em disputa. Assim, entre 1986 e 1994, o PFL passaria a ser, no que diz respeito à conquista de cadeiras no Poder Legislativo, a maior força partidária, já que era o partido detentor de uma bancada de 16 deputados estaduais em 1986, 12 em 1990 e 14 em 1994.

As eleições de 1998 contaram com um incremento significativo da organização partidária no cenário político estadual. Neste pleito, 30 partidos concorreram às 30 cadeiras da Assembleia Legislativa. Destes 30 partidos, apenas 7 conquistaram cadeiras, 20 partidos não alcançaram 1% dos votos válidos e 3 partidos conquistaram entre 1% a 2% dos votos válidos. Da mesma forma, ocorreu nas eleições de 2002 para a Alepi; dos 30 partidos concorrentes às vagas, só 8 lograram êxito na representatividade, 20 galgaram menos de 1% dos votos e 2 partidos obtiveram entre 1% e 2% dos votos válidos.

Nas eleições de 2006, 29 partidos disputaram os assentos da Alepi. Destes, 10 conquistaram as vagas, 17 partidos não obtiveram 1% dos votos e 2 partidos tiveram entre 3% e 4% dos votos válidos. Nas eleições de 2010 e 2014, houve a participação de 24 e 31 partidos, respectivamente, concorrendo às vagas na Alepi. Dentre estes, 11 partidos adquiriram pelo menos uma cadeira em cada eleição, 11 e 16 partidos não atingiram 1% dos

¹¹¹ MORAES FILHO, José Filomeno. Ceará: o subsistema partidário e o retorno ao multipartidarismo. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org.). *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 35.

¹¹² ARRAES, Ricardo. *Oligarquias e Elites Políticas no Piauí: 1982-1995*. 2000. 181 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, p. 134.

votos válidos, cada um, sendo que 2 e 4 partidos somaram entre 1% a 2% dos votos, nessa ordem. Essa dinâmica dos votos obtidos pelos 14 maiores partidos do estado, que conquistaram cadeiras durante as eleições, é representada no quadro seguinte:

Quadro 05: Número de votos obtidos¹¹³ pelos partidos que conquistaram cadeiras na Assembleia Legislativa do Piauí, 1998-2014										
Partidos Políticos	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PFL/DEM	330.957	30%	219.490	15%	224.89	14%	92.723	5%	-	-
PPR/PPB/PP	86.480	8%	135.985	9%	-	-	44.313	3%	51.887	3%
PTB	-	-	75.920	5%	163.81	10%	211.329	12%	217.873	12%
PL/PR	-	-	20.014	1%	35.84	2%	-	-	26.600	1%
PSDB	142.77	13%	201.218	14%	148.56	9%	209.163	12%	124.632	7%
PMDB	302.232	28%	226.282	15%	333.00	20%	253.249	15%	282.460	16%
PT	71.412	6%	109.421	7%	211.60	13%	294.090	17%	218.704	12%
PSB	15.280	1%	-	-	94.84	6%	264.884	15%	318.722	18%
PDT	53.07	5%	46.440	3%	153.6	9%	143.110	8%	96.912	5%
PPS	-	-	-	-	29.25	2%	27.051	2%	-	-
PTC	-	-	-	-	-	-	23.875	1%	60.488	3%
PCdoB	-	-	-	-	60.73	4%	57.067	3%	-	-
PSD	-	-	-	-	-	-	-	-	146.544	8%
PRB	-	-	-	-	-	-	-	-	32.001	2%

Fonte: Dados estatísticos. TSE. Elaboração própria

As eleições de 1998 e 2014 caracterizaram-se, principalmente, pela entrada de novos partidos na cena política piauiense, no prisma eleitoral, instituindo o multipartidarismo que passou a predominar e se estender no estado. Analisando os partidos que conquistaram cadeiras na Alepi em 1998 (ver quadro 05), o PFL e o PMDB foram os partidos que mais conquistaram votos e, conseqüentemente, mais cadeiras (ver quadro 06). No total, foram 30% e 28% dos votos, respectivamente. O PPB conquistou 8% dos votos, o PT ficou com 6%, PDT com 5% e o PSDB com 13%.

No pleito de 2002, como em 1998, houve a predominância do PFL e do PMDB, cada um com 15% dos votos. Nessa legislatura, o PSDB, no que diz respeito à quantidade de votos, se aproximou aos partidos supracitados, com 14% dos votos. O PPB conquistou 9% dos

¹¹³ Número de votos válidos: 1998: 1.087.780 dos votos válidos; 2002: 1.461.948 dos votos válidos; 2006: 1.620.854 dos votos válidos; 2010: 1.708.755 dos votos válidos e 2014: 1.773.673 dos votos válidos.

votos, o PT 7%, o PDT 3%, e o PTB e o PL obtiveram 5% e 1% dos votos, nessa ordem. Entretanto, comparando o pleito de 1998 com o de 2002, verificamos que o PFL e o PMDB reduziram quase pela metade o número de votos válidos obtidos. No entanto essa queda não refletiu na quantidade de cadeiras adquiridas (ver quadro 06). À medida que o PSB não conquistou cadeira no pleito de 2002, o PL e o PTB alcançaram sucesso na aquisição de vagas na Alepi. Em contrapartida, o PT, PSDB, PPB e PDT permaneceram equilibrados tanto ao número de votos conquistados quanto ao número de cadeiras.

A partir das eleições de 2006, para a Alepi, observa-se que houve pequeno aumento no número de partidos que conseguiram representatividade no Poder Legislativo. Nesse pleito, o PMDB foi o partido que mais conquistou cadeiras e votos válidos, alcançando 20% dos votos. O PFL conquistou 14% dos votos válidos e o PT apresentou crescimento de 3% no número de votos em relação à eleição anterior, adquirindo 13%. Os outros partidos atingiram entre 2 e 10% dos votos válidos.

Na legislatura de 2010, mais partidos entraram na disputa por uma vaga na Alepi. De acordo com o quadro 05, identifica-se maior fragmentação dos votos conquistados nas eleições de 1998 a 2014. O PT continuou crescendo e, neste pleito, foi o partido que mais conquistou votos, resultando em 17%. Ainda, no que diz respeito ao número de votos conquistados, o PMDB se igualou ao PSB com 15%, sendo que este último teve crescimento significativo ao passar das eleições. Três partidos entraram na disputa e lograram êxito, como o PTC com 1% dos votos; o DEM, vindo do PFL, com 5% e o PP, vindo do PPR, com 3% dos votos conquistados para as eleições da Alepi. O PSDB e o PTB conquistaram 12% dos votos (cada), o PDT 8%, enquanto o PCdoB e o PPS atingiram um pouco mais de 1% e 2% do total de votos válidos, respectivamente.

Nas últimas eleições para o Legislativo Piauiense em 2014, observamos que o PSB conquistou o maior percentual de votos, conseguindo, aproximadamente 18% dos votos. Em segundo, vem o PMDB com 16% seguido do PT e do PTB com 12% dos votos cada. O número de partidos concorrentes para esta eleição foi maior em relação aos outros anos eleitorais em análise, bem como o número de partidos que conseguiram representatividade (ver quadro 06). Os demais conquistaram os votos de forma dispersa: o PSD, partido que entra na disputa em 2014, atingiu 8% dos votos válidos; o PSDB ficou com 7%; o PDT com 5%; o PP e o PTC com 3% dos votos cada e o PR e PRB com 1% e 2%, respectivamente. O quadro 06 apresenta de forma clara a quantidade de cadeiras obtidas pelos partidos políticos durante as eleições de 1998 e 2014 para a Assembleia Legislativa:

Quadro 06: Representação Partidária na Assembleia Legislativa do Piauí, 1998-2014											
Partidos Políticos	1998		2002		2006		2010		2014		Total
	T = (30)		T = (30)		T = (30)		T = (30)		T = (30)		T = 150
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº (%)
PMDB	9	30%	6	20%	8	27%	5	17%	6	20%	34 (23%)
PFL/DEM	10	33%	9	30%	4	13%	2	7%	-	-	25(17%)
PSDB	4	13%	4	13%	3	10%	3	10%	3	10%	17 (11%)
PT	1	3%	3	10%	5	17%	5	17%	3	10%	17 (11%)
PTB	-	-	1	3%	2	7%	4	13%	5	17%	12 (8%)
PSB	1	3%	-	-	2	7%	5	17%	3	10%	11 (7%)
PDT	2	7%	2	7%	3	10%	2	7%	2	7%	11 (7%)
PPR/PPB/PP	3	10%	4	13%	-	-	1	3%	1	3%	9 (6%)
PTC	-	-	-	-	-	-	1	3%	2	7%	3 (2%)
PL/PR	-	-	1	3%	1	3%	-	-	1	3%	3 (2%)
PSD	-	-	-	-	-	-	-	-	3	10%	3 (2%)
PPS	-	-	-	-	1	3%	1	3%	-	-	2 (1%)
PCdoB	-	-	-	-	1	3%	1	3%	-	-	2 (1%)
PRB	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3%	1 (1%)

Fonte: Dados estatísticos. TSE. Elaboração própria.

De acordo com o quadro 06, é notório o êxito dos partidos políticos na conquista por cadeiras na Alepi nas eleições que ocorreram entre 1998 e 2014. Começando pelas eleições de 1998, o PFL foi o partido que mais obteve cadeiras, resultando em 33% do total de cadeiras oferecidas. O PFL era a agremiação mais forte do estado, situação que começa a se modificar a partir das eleições de 1994, para o governo do Estado. Ainda assim, o PFL chegou à legislatura de 1998 com todas as condições favoráveis para o êxito tanto na conquista do Governo do Estado como na conquista de cadeiras na Alepi. O partido era tido como favorito na eleição para o Governo do Estado, pois apresentava como candidato seu principal líder, o senador Hugo Napoleão, que era o líder do partido no senado e considerado um político de destaque no estado.

Até então, o governo do Estado era comandado pelo peemedebista Mão Santa, mas o seu governo enfrentava crises administrativas. Dessa forma, o PFL tinha em mãos o momento propício para a vitória. Todavia, impasses internos na composição da coligação resultaram na derrota do candidato pefelista. Esse cenário era favorável para motivar e renovar o ânimo do grupo adversário, já que estava diante de um grupo partidário em conflito, com desavenças internas, impasses e dividido.

Como resultado, o candidato Mão Santa (PMDB) virou a eleição e foi reeleito no segundo turno com aproximadamente 51% dos votos válidos, contra 49% dos votos válidos a

favor de Hugo Napoleão. Por conseguinte, o PFL dividiu-se internamente e, praticamente, cedeu o cargo ao adversário, até o momento dito como derrotado.¹¹⁴ O contexto das eleições para o governo do estado refletiu na competição pelas vagas na Assembleia Legislativa, pois o PMDB aparece como o segundo partido com mais representatividade (30%) seguido do PSDB com 13% das vagas e o PPB com 10%, sendo que os demais partidos conquistam menos cadeiras, como o PDT (7%), PT (3%) e PSB (3%).

As eleições de 2002 para o governo do estado foram marcadas por situações decisivas. A cassação, em 2001, do mandato do então governador eleito do estado, Mão Santa (PMDB), foi a primeira delas. Após isso, o segundo colocado, o senador Hugo Napoleão (PFL), assumiu a vaga no Poder Executivo. O governador Hugo Napoleão (PFL), mais uma vez, era considerado favorito para a vitória. Desse modo, ele buscou organizar o governo e preparar a sua reeleição. Para isso, manteve a tradicional coligação PFL/PP e solicitou apoio do PSDB, conseguindo o apoio político em âmbito nacional do candidato à Presidência, José Serra, e do próprio presidente, Fernando Henrique Cardoso, assim como obteve o apoio do prefeito Firmino Filho (PSDB) em Teresina.¹¹⁵

A reeleição de Hugo Napoleão (PFL) estava pronta e com a certeza de vitória, pois, o PMDB se apresentava desorganizado na preparação para a eleição de 2002 e não tinha nenhum candidato que tivesse a possibilidade de enfrentar Hugo Napoleão. Todavia, surge um candidato sem probabilidades de vitórias e com ascensão política para concorrer às eleições para o Governo do Estado. Esse candidato era o então deputado federal Wellington Dias do Partido dos Trabalhadores.

A candidatura à presidência da república de Lula, que crescia em todo país, foi um dos fatores que alavancaram a candidatura de Wellington Dias. O PMDB, sem perspectiva de vitória, passou a apoiar Wellington Dias. A campanha do petista começou a estruturar-se tanto com apoios financeiros quanto políticos. Isso resultou no declínio da campanha do pefelista, enquanto as ideias do petista tomaram conta do eleitorado piauiense e Wellington Dias decidiu a eleição no primeiro turno, vencendo Hugo Napoleão. Mais uma vez, o PFL não soube guiar sua campanha para que conseguisse um resultado positivo, visto que iniciou as eleições como favorito e encerrou como derrotado.¹¹⁶

Mesmo com a derrota em nível de governo, o PFL ainda continuava forte na Alepi. De acordo com o quadro 06, nas eleições de 2002, o partido havia conquistado 9 (30%)

¹¹⁴ BRANDÃO, 2015, p. 177.

¹¹⁵ BRANDÃO, 2015, p. 185.

¹¹⁶ BRANDÃO, 2015, p. 186.

cadeiras na Alepi. Em seguida, o PMDB com 6 (20%) vagas. Os partidos PPB e PSDB conquistaram, em 2002, 4 (13%) cadeiras, respectivamente, no Parlamento Estadual. O PT com sua vitória para o governo do Estado triplicou sua bancada estadual em comparação a eleição anterior, com 3 (10%) cadeiras. Por fim, o PDT elege 2 (7%) deputados para esse pleito e o PL e PTB conquistam 1 (3%) vaga (cada) na Casa Legislativa.

No decorrer do pleito de 2002, o PFL sofreu com as saídas de políticos importantes para outras siglas, como os deputados federais Ciro Nogueira Filho e Paes Landim que migraram para o PP e o PTB, nessa ordem. Além dessas, houve outras saídas importantes de deputados estaduais, como a do Paulo Henrique Paes Landim, que foi para o PTB, e a do Gustavo Medeiros, que se candidatou a prefeitura do município de União, em 2004, reduzindo assim as bancadas do partido na Alepi e na Câmara Federal.

As preparações para as eleições de 2006 estavam a todo vapor. Duas grandes forças eleitorais eram construídas: uma composição de partidos coligados, formados pelo PT, PTB e PSB, e a outra formada pelo PFL e PSDB. O PT contava com o governador do estado na época, Wellington Dias, que estava disposto a reorganizar as finanças do Estado para disputar sua reeleição. Na formação da coligação e da chapa majoritária, o governador Wellington Dias convidou o empresário João Vicente Claudino para a vaga no senado, e o deputado Wilson Martins para a vaga de vice-governador, compondo o seu grupo político com o PTB e o PSB, além de significativa parcela do PMDB.¹¹⁷

Do outro lado, desenhava-se a força eleitoral construída pelo PFL e PSDB. Após a saída de Firmino Filho da prefeitura de Teresina, as bases pefelistas viram o momento oportuno para aproximação entre os referidos partidos. O PFL e o PSDB ainda contavam com a ajuda do senador Heráclito Fortes, que incentivou os partidos nessa disputa eleitoral. A candidatura do ex-prefeito Firmino Filho para o governo do estado ocorria de forma tranquila até o momento que este vetou o nome de Hugo Napoleão para a vaga no senado em sua chapa. A decisão do ex-prefeito de Teresina foi o suficiente para gerar uma crise nas bases dos dois partidos, cujo resultado foi uma cisão e, conseqüentemente, um fracasso eleitoral.¹¹⁸

Coube ao PFL procurar amparo no PMDB, controlado pelo ex-governador Mão Santa. Tudo parecia caminhar para um possível entendimento, mas o PMDB e o PP, que eram partidos coligados, desprezaram o PFL, rejeitando a coligação. Nas palavras do deputado estadual Wilson Brandão: “foi o fim para o PFL, que se viu diante de um quadro completamente desfavorável e constrangedor, pois, até essa eleição, era o maior partido do

¹¹⁷ BRANDÃO, 2015, p. 197.

¹¹⁸ BRANDÃO, 2015, p. 196.

estado, e ficou sujeito a tamanhas humilhações”.¹¹⁹ Sendo assim, as bases do Partido da Frente Liberal estavam livres para percorrer novos caminhos e formar novas alianças.

O desfecho se deu com a reeleição do governador Wellington Dias (PT), juntamente com seu vice Wilson Martins (PSB), e com a eleição do senador João Vicente Claudino (PTB). Além disso, a coligação elegeu 6 deputados federais: Antônio José Medeiros (PT), Osmar Júnior (PCdoB), José Francisco Paes Landim (PTB), Nazareno Fonteles (PT); e os suplentes convocados: Benedito de Sá (PSB) e Elizeu Aguiar (PTB), e também 16 deputados estaduais, sendo que, destes, 11 foram eleitos e cinco suplentes foram convocados. As eleições de 2006 consolidaram a liderança de Wellington Dias e do PT no cenário político piauiense, assim como o senador João Vicente Claudino, juntamente com o PTB.

O grupo político configurado pelo governador do estado, Wellington Dias (PT), continuava forte nas eleições de 2010. Entretanto, ocorreram mudanças na composição desse grupo político para a disputa das eleições de 2010. O governador Wellington Dias havia renunciado ao seu cargo para disputar a eleição para o senado e o vice-governador Wilson Martins (PSB) era o mais cotado para a sucessão. No entanto, Wilson Martins (PSB) havia declarado que, caso assumisse o governo do estado, disputaria à reeleição. Mesmo que esse fato tenha causado desconforto a Wellington Dias, Wilson Martins (PSB) foi candidato ao governo e trabalhou para alavancar sua candidatura, não tendo o apoio do PTB.¹²⁰

No cenário das eleições para o governo do estado, três chapas se apresentaram para o eleitorado piauiense: uma formada pelo Wilson Martins (PSB) e Zé Filho (PMDB), que concorreriam aos cargos de governador e vice-governador, bem como Wellington Dias (PT) e Antônio José Medeiros (PT), que queriam obter uma vaga no senado; a segunda formada por Sílvio Mendes (PSDB) e R. Sá Filho, que disputariam os cargos para governador e vice-governador, e Heráclito Fortes (DEM) e Mão Santa (PMDB), que concorreriam às vagas no senado; por último, a chapa liderado por João Vicente Claudino (PTB) e Flávio Nogueira (PDT), que pleitearam as vagas para o governo do estado, e Ciro Nogueira Filho (PP) e Sargento R. Silva (PP), que disputariam vagas para senador da República.¹²¹

O resultado das eleições de 2010 para o governo do estado mostrou que Wilson Martins (PSB) e seu vice Zé Filho (PMDB) foram vitoriosos. Wellington Dias (PT) venceu a eleição para senador com apoio que recebeu do Presidente Lula, assim como, Ciro Nogueira Filho (PP). O sucesso da chapa vitoriosa refletiu na formação da bancada para a Alepi, na

¹¹⁹ BRANDÃO, 2015, p. 198.

¹²⁰ BRANDÃO, 2015, p. 207.

¹²¹ BRANDÃO, 2015, p. 207.

qual o PT, PMDB e o PSB conquistam, cada um, 5 cadeiras ou 17% do total das vagas. O PFL passou a ser o DEM e nesta eleição para a Alepi conquistou apenas 2 vagas e isso comprova seu enfraquecimento no cenário político piauiense.

O PT, PMDB e o PSB eram os três maiores partidos do estado e já vinham se alinhando em eleições anteriores. Nas eleições de 2014 houve mudanças significativas no quadro político do estado. Desentendimentos entre o governador do estado, Wilson Martins (PSB), e o senador Wellington Dias (PT) acarretaram o rompimento do PT com o Governo. A ideia do grupo situacionista era lançar o nome do deputado federal Marcelo Castro (PMDB) à candidatura do governo do estado, tendo como vice o ex-prefeito de Teresina, Sílvio Mendes (PSDB). Porém, com a saída do governador Wilson Martins para concorrer ao cargo de senador, o vice Zé Filho (PMDB) assumiu o comando do Estado. Este, por sua vez, era contrário à candidatura de Marcelo Castro ao cargo de governador.¹²²

Enquanto isso, no lado oposicionista, Wellington Dias (PT) organizava-se com o PTB e o PP. Dessa forma, formaram-se as coligações partidárias e as chapas majoritárias: no grupo situacionista estavam Zé Filho (PMDB) e Sílvio Mendes (PSDB), concorrentes ao cargo de governador e vice, assim como Wilson Martins (PSB) concorrendo à eleição para o senado; já no grupo oposicionista, estavam Wellington Dias (PT) e Margareth Coelho (PP) disputando o governo do estado, e o ex-prefeito de Teresina, Elmano Férrer (PTB), pleiteando a vaga para o senado. Tais articulações resultaram na vitória do grupo oposicionista, que contavam com o apoio e a força que a presidente Dilma Rousseff (PT) tinha no estado.¹²³

Mesmo com o insucesso do PMDB nas eleições para o governo do estado, o partido elegeu 6 (20%) deputados estaduais. O PTB, que cresceu significativamente dentro da Alepi desde as eleições de 2002, conquistou 5 (17%) vagas para o Parlamento; o PT e o PSB conquistam 3 (10%) vagas cada um; o PSD, que estreava nas eleições de 2014 para a Alepi, conquistou 3 (10%) assentos; o PDT e o PTC elegeram 2 (7%) parlamentares cada um e o PP, PR e PRB conquistaram apenas 1 (3%) vaga cada um.

De acordo com o cientista político José Filomeno Filho, a extensão da máquina partidária e de seu funcionamento mais eficaz “sempre levaram o partido a que o governador do estado estivesse vinculado a perfazer o maior número de votos e, conseqüentemente, a maioria das cadeiras parlamentares”.¹²⁴ Esse raciocínio explica a configuração partidária estadual e o sucesso, ou não, na conquista de cadeiras no Parlamento pelos partidos políticos.

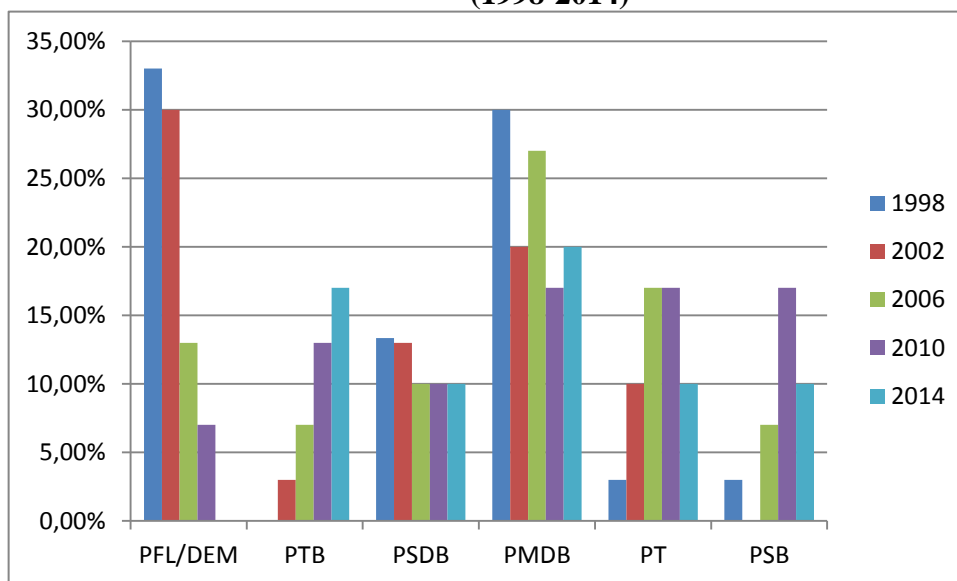
¹²² BRANDÃO, 2015, p. 217.

¹²³ BRANDÃO, 2015, p. 218.

¹²⁴ MORAES FILHO, 1997, p. 55.

Dessa maneira, serve para explicar a permanência e o desempenho dos partidos na Alepi. A evolução eleitoral dos partidos políticos no cenário político estadual pôde ser apresentada através do número de cadeiras conquistadas ao longo dos anos eleitorais entre 1998 e 2014. O gráfico abaixo exprime de forma concisa o crescimento e o declínio eleitoral dos seis maiores partidos do Piauí:

Gráfico 02: Evolução eleitoral dos seis maiores partidos do Piauí (1998-2014)



Fonte: Dados da Assembleia Legislativa do Piauí e TSE. Elaboração própria.

O gráfico 02 expõe claramente o desenvolvimento eleitoral dos seis maiores partidos do Piauí, medidos pelo número de cadeiras conquistadas na Alepi nas eleições que ocorreram entre 1998 e 2014. Tendo em vista o sucesso e insucesso dos partidos citados anteriormente na organização das coligações e das chapas majoritárias para a disputa eleitoral no nível de Governo, havia partidos políticos que possuíam grande força eleitoral no estado e, com o passar das eleições, declinaram até desaparecer, enquanto outros surgiram e tiveram crescimento vertiginoso durante as cinco últimas eleições estaduais.

De acordo com o gráfico 02, o PFL era o maior partido do estado piauiense, pois conquistava mais da metade das cadeiras disponíveis na Alepi desde 1986. Como dito anteriormente, o PFL era o partido que detinha a preferência do eleitorado piauiense. A partir das eleições de 1994, o PFL passa a ser acometido por crises internas e desentendimentos entre os próprios aliados do grupo. Essa é a receita certa para o fracasso e o insucesso eleitoral de um partido político, pois a união dos membros dos partidos é o que garantirá o seu sucesso e existência. O PFL, como mostra o gráfico, em 1998, era o partido que mais havia

conquistado cadeiras na Alepi, mas foi declinando ao ponto de desaparecer nas eleições de 2014.

O PT era o partido político que vinha na contramão do declínio, principalmente nas eleições de 2006 e 2010, nas quais o partido conquistava o eleitorado piauiense e nacionalmente. O PT uniu seu discurso, até então novo para o eleitorado piauiense, ao apoio político e financeiro de partidos políticos já consagrados no estado, como o PMDB. A soma desses fatores foi o que garantiu o sucesso na conquista de cargos públicos e das cadeiras tanto da Alepi quanto da Câmara Federal.

O PTB, liderado pelo empresário João Vicente Claudino, estava em ascensão política. Em aliança com PT, obteve crescimento no que diz respeito à conquista de assentos na Casa Legislativa. Da mesma forma, O PSB, também coligado ao PT, teve crescimento contínuo nas eleições de 1998, 2006 e 2010, sofrendo uma queda na representatividade na Alepi em 2014 devido ao fracasso do seu líder na disputa por uma vaga no senado.

O PMDB e o PSDB, historicamente partidos políticos tidos como tradicionais e conservadores, conseguiram manter-se positivamente no cenário político piauiense. O PSDB manteve-se equilibrado durante as três últimas eleições e após o crescimento obtido nas legislaturas de 1998 e 2002. O PMDB era o segundo maior partido com mais representatividade dentro da Alepi, ficando atrás apenas do PFL, e conseguiu manter-se durante os anos eleitorais analisados. Este soube adaptar-se às mudanças no cenário eleitoral piauiense e acertou nas escolhas para a composição das suas chapas majoritárias e nas suas coligações.

Por fim, até o início dos anos 1990 havia uma relativa estabilidade partidária e parlamentar no Piauí. Os três maiores partidos do estado, o PFL, o PMDB e o PPB, conseguiram sempre mais de dois terços das cadeiras em disputa na Assembleia Legislativa do Piauí. Isso ocasionou uma relativa estabilidade, no sentido da permanência, no quadro político-partidário, bem como o domínio eleitoral e parlamentar dos partidos considerados historicamente conservadores no Legislativo Estadual.

Porém, a situação se modifica com o progresso da aplicação do sistema multipartidário no país e, conseqüentemente, no estado piauiense. A fragmentação partidária observada durante os anos eleitorais foi percebida pelo grande número de partidos parlamentares que elegeram representantes ao longo das cinco legislaturas estudadas. O efeito dessa fragmentação foi observado na distribuição e diluição do poder político no estado, assim como no avanço de partidos, até então desconhecidos, que vão transformando, aos poucos, a história política do estado.

3 FAMÍLIA E POLÍTICA NO LEGISLATIVO PIAUIENSE

Considerando a dualidade significativa que o conceito oligarquia apresenta neste trabalho, estando ora relacionada a um sistema de dominação de um grupo político minoritário dentro da Assembleia Legislativa do Piauí, ora relacionada à permanência da dominação política de poucas famílias no cenário político estadual, é necessário destacar que este capítulo aborda o segundo significado. Assim, faz-se a análise do impacto das relações familiares ou da própria estrutura da familiar e o poder político dentro da Alepi.

Esta pesquisa torna-se importante para o debate acerca das reflexões sobre o papel, a dinâmica e história das elites políticas piauienses. A estrutura familiar detém o poder e a dominação oligárquica no interior político, bem como nos permite compreender a resistência e a influência de algumas famílias tradicionais piauienses na política. Para que se compreenda a estrutura social e econômica que confere a estrutura de poder político no Estado, é necessária a menção à genealogia de algumas famílias tradicionais do Piauí.

Dessa forma, a análise e desenvolvimento dos tópicos se desenvolvem a respeito da contextualização teórica sobre as relações de parentesco e a constituição do sistema político; das principais linhagens familiares que sobrevivem no cenário político estadual por quase três décadas; das estratégias de sobrevivência, manutenção e ampliação dos laços familiares que refletem diretamente na sobrevivência política e econômica e da transmissão de poder político para as novas gerações. Esses são procedimentos utilizados para dar continuidade e vida às oligarquias consagradas, mas que são revestidas por materiais e formas novas.

Para análise das relações familiares e o poder político e, conseqüentemente, as dinâmicas de constituição dos grupos dirigentes para o caso brasileiro, faz-se necessária a compreensão da existência do coronelismo ou da parentela na sociedade brasileira do século XIX, que deu conta de explicar essas dinâmicas de emergência e reprodução dos grupos dirigentes no país. Mesmo se tratando de épocas distantes, esse assunto não pode ser esquecido ou desassociado da análise das relações entre grupos familiares e a política atual.¹²⁵ A análise recai sobre o sistema de relações sociais que torna-se realizável e que fundamenta sua existência no decorrer dos anos.

¹²⁵ PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José F. Os estudos de elites no Brasil: um ensaio crítico sobre a produção recente. In: REIS, Eliana Tavares; GRILL, Igor Gastal (Org.). *Estudos sobre Elites Políticas e Culturais: reflexões e aplicações não canônicas*. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 141-167.[A dinâmica estrutura e funcional poderá ser vista nos tópicos seguintes].

A relação parental e o poder no Brasil foi tema do estudo feito por Cláudio Bastos, que observou a íntima relação entre a genealogia e o poder político em Estados brasileiros, evidenciando que esse fenômeno promove uma sucessão hereditária do poder político em todo o país.¹²⁶ Nesse raciocínio, é aceitável a ideia da natureza familiar do poder político, tendo em vista o poder que as famílias políticas ou as oligarquias estaduais exibiam. No caso do Piauí, observamos que a política estadual se renova internamente de geração em geração.

O poder político construído pelas famílias é decorrente da sua importância social, econômica e cultural fornecida pelas suas bases eleitorais. Esse poder é solidificado pelas formas tradicionais de se fazer política: patrimonialismo, clientelismo e coronelismo. Tais formas são práticas que não existem mais em sua forma pura dentro do atual sistema político e eleitoral vigentes no nosso país, mas ainda observamos traços significativos dessas práticas no fazer político, na conquista e manutenção do poder político de algumas famílias.

As relações entre o poder local e o Estado Nacional do Brasil, até os primeiros anos do século XX, eram marcadas por práticas utilizadas pelos chefes políticos locais para controlar e fornecer votos para o Governo. O Coronelismo é uma dessas práticas. A maior referência para os estudos acerca do poder local é a obra de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*,¹²⁷ na qual o autor examina principalmente o sistema e a figura do coronel como parte deste sistema. Ao estudar a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder desenvolviam-se na Primeira República, Leal desenvolveu o conceito de coronelismo.

Segundo o autor, coronelismo era um sistema político característico da Primeira República, sendo uma complexa rede de relações que vai desde o coronel, que detinha grande influência, poder e atuação política em suas respectivas áreas de domínio nas quais conseguiam votos e elegiam candidatos, até o presidente da República. Essas relações envolviam compromissos recíprocos, ou seja, é uma troca de benefícios entre o poder público e a influência social dos chefes políticos.¹²⁸

Assim, o coronelismo era um tipo de dominação sobre as populações rurais, surgindo da confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político era o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial e o fato econômico era a decadência dos fazendeiros.¹²⁹ Para José Murilo de Carvalho, coronelismo:

¹²⁶ BASTOS, Cláudio. *Família e Poder*. Belo Horizonte: Imprimaset, 1991. p. 59.

¹²⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1997.

¹²⁸ LEAL, 1997, p. 39-41.

¹²⁹ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em:

É um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo.¹³⁰

É notório que, enquanto fenômeno e sistema político, o coronelismo é algo datado na história política brasileira. Para Carvalho, o coronelismo “‘morreu’ simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930 e foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo”.¹³¹ As suas bases foram corroídas pela gradativa inserção de elementos que favoreceram seu desaparecimento, como o voto secreto, o avanço da economia e o progresso da urbanização e industrialização da sociedade brasileira.

As elites políticas, por estarem mais conscientes da sua função e por serem mais organizadas, conseguem perceber e operacionalizar melhor os impactos das mudanças econômicas, sociais e políticas pelas quais todas as sociedades passam, inclusive, a piauiense. Nessa conjuntura, as elites políticas enfrentam as transformações sociais com mais facilidade e acabam por incorporá-las como seus próprios valores. É com sua capacidade de atualização que essa elite se apossa do cenário político, conservando as práticas tradicionais para garantir fidelidade política no Estado.¹³²

O clientelismo, de modo geral, indica um “tipo de relação entre atores políticos que envolvem a concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”.¹³³ O coronelismo não pode ser identificado pelo clientelismo, pois este é um fenômeno mais amplo. De acordo com Carvalho, o clientelismo está presente em toda a história política brasileira no momento em que autores e pesquisadores veem o coronelismo no meio urbano e em etapas recentes da nossa história.

Nesse contexto histórico atual e urbano, as relações clientelísticas dispensam a figura do coronel, pois ela é construída entre o governo e população.¹³⁴ O resultado desse processo

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003>Acesso em 10 de janeiro de 2018.

¹³⁰ CARVALHO, 1997.

¹³¹ CARVALHO, 1997.

¹³² ARRAES, 2000, p. 27.

¹³³ CARVALHO, 1997.

¹³⁴ CARVALHO, 1997.

foi marcado pelas relações diretas que o Governo estabeleceu com os eleitores na intenção de controlar os votos da população, favorecendo a dependência da relação clientelística.

Os três conceitos apresentados acima se relacionam e possuem, cada um, sua especificidade. Como é possível observar, o coronelismo deixou de existir na sua forma pura, enquanto o clientelismo se ampliou com o seu fim. O clientelismo ampliou-se no momento em que os chefes políticos locais perderam a capacidade de controlar os votos da população, passando a ser um mero intermediário entre o governo e seus dependentes. Assim, a parceria entre os chefes políticos e o governo deixou de ser interessante para este.

A discussão não se limita a comprovar se existe ou se existiu, de fato, o coronelismo no Piauí. A questão é perceber que, ao falar de um coronelismo recente e urbano, estamos falando simplesmente de práticas políticas voltadas para o clientelismo. Neste, deputados trocam votos por favores, empregos ou serviços públicos que conseguem devido à sua habilidade de agir sobre os Poderes Executivo e Legislativo, como na própria administração pública do Estado, objetivando a dominação do poder político Estadual. Tais práticas tradicionais são aplicadas e realizadas na política recente do nosso país, e não diferentemente no Piauí, em meio a um regime democrático.

Quanto às formas de classificação das oligarquias estaduais, Eul-Soo Pang é um dos autores brasileiros mais importantes, visto que demonstrou interesse em construir essa análise com objetivo de tipificar as realidades e os tipos de controle encontrados nos Estados. Em sua obra intitulada *Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)*¹³⁵ traça quatro grupos básicos que estabelece para definição de oligarquia, a saber: oligarquia familiar, tribal, colegiada e personalista.

A oligarquia do tipo familiar restringia-se à sua esfera de influência no município e, caracteristicamente, era organizada pela maioria dos coronéis locais. Segundo Pang: “A participação numa oligarquia incluía a família em si, pessoas da mesma linhagem, parentes por afinidade, afilhados de batismo ou de casamento e, às vezes, o povo dependente do ponto de vista socioeconômico”.¹³⁶ A legitimidade desse tipo de controle era obtida pela habilidade do chefe do clã em dispensar favores aos seus membros. Os coronéis possuíam e desempenhavam funções que seriam de responsabilidade do Estado em regimes políticos considerados, pelo autor, mais evoluídos, utilizando-se da inexistência de um Estado centralizado, forte e organizado para manter o controle político e econômico da localidade.

¹³⁵ PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹³⁶ PANG, 1979, p. 41.

Pang define características únicas do coronel, como a sucessão não necessariamente por um herdeiro direto, a dispersão geográfica dos herdeiros e a permissão das solidariedades vertical e horizontal. Desse modo, com a exposição dos resultados encontrados, as oligarquias no Piauí possuem semelhanças com a oligarquia do tipo familiar apresentada por Pang.

Assim, a oligarquia piauiense se assemelha à oligarquia familiar, no aspecto em que a participação em clã familiar inclui tanto pessoas da mesma linhagem quanto estabelece relações matrimoniais que dão sustentação para o jogo político. As oligarquias piauienses sobrevivem ao tempo por possuírem liderança política que não restringe seu poder apenas ao município, isto é, o controle político das oligarquias se dispersa por todo o estado. Logo, as oligarquias no estado unem-se, através de relações financeiras, aos grupos econômicos e encontram, dentro dos partidos políticos, abrigo para reprodução e manutenção das suas lideranças.

3.1 Família e o Poder Político na Alepi

As pesquisas que abordam a relação histórica entre famílias e o poder político têm enfatizado a importância da família como uma instituição ou um princípio básico e que o núcleo familiar vem moldando os padrões sociais e políticos no Brasil desde o período Colonial.¹³⁷ Além disso, esses estudos apontam para relação entre família e poder político como explicação da organização social e política, bem como linguagem para entender as bases das relações sociais das famílias dirigentes do século XIX e XX.¹³⁸

Os resultados da atuação da família sobre as estruturas social e econômica podem ser encontrados tanto nas relações de parentesco como na relação da família com o sistema político. Este fenômeno pode ser denominado sistema de parentela, caracterizado pela habilidade de extensão das relações familiares, constituindo-se como o alicerce das alianças entre a elite.¹³⁹

O sistema de parentela estava relacionado com as bases das relações sociais das famílias que detém o poder e da sua relação com a política. Sua importância resiste para além

¹³⁷ KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social, São Paulo, 1700-1980. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, set. 1988/fev. 1989, p. 37-63.

LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

¹³⁸ PETRARCA; OLIVEIRA, 2016, p. 141-167.

¹³⁹ PETRARCA; OLIVEIRA, 2016, p. 151.

dos séculos XIX e XX por dois motivos: primeiro, pela sua forma de organização social e econômica que se opõe à noção de “grande família”;¹⁴⁰ segundo, a relação entre política e família revela o processo de expansão e diversificação dos elos de natureza pessoal nas alianças políticas. Para que se compreenda o que representa a força da parentela na organização familiar brasileira, é necessário olhar tanto para sua dinâmica estrutural e funcional quanto para sua relação com a política.¹⁴¹

No meio eleitoral, os grupos familiares tentam a conquista do poder público, mas não se satisfazem somente com ela, já que a manutenção e a ampliação da sua força econômica são fundamentais. Por causa dessas condições, as famílias de elite possuem uma lógica própria e uma habilidade de integrar os membros que não são parentes ao sistema familiar. Elizabeth Kuznesof evidencia o papel da família enquanto instituição política e social no Brasil assegurando que, nesse meio social, o parentesco, a ajuda mútua, a troca e o clientelismo eram “as bases da estrutura oligárquica e que a lealdade dos membros do clã era dirigida de um para outro, e não incluía o reconhecimento de outra autoridade além dos líderes dos clãs”.¹⁴²

Ainda para Kuznesof, o papel político da família no Brasil foi crucial enquanto força motriz existente por trás de empreendimentos estruturais e econômicos e, principalmente, do sistema político do Brasil no século XIX. Portanto, as redes familiares e as “oligarquias foram os principais meios através dos quais as economias regionais conquistaram o reconhecimento e desenvolvimento nacionais, e os partidos locais se transformaram em partidos nacionais”.¹⁴³

Em meados do século XIX o cenário político local era controlado pelos chefes políticos, ou seja, pelos coronéis¹⁴⁴ que, por seu grande poder econômico e latifundiário, influenciavam na atuação política, angariavam votos e elegiam seus candidatos. No século XXI, essa prática, que era comum em todo o território brasileiro, deixou de existir, perdeu sua força e seu sentido. Porém, esse processo persiste camuflado, modificado, revestido por novas práticas e rearranjos, adaptando-se às novas realidades.

¹⁴⁰ Segundo Petrarca e Oliveira, a expressão “grande família” está diretamente associada a um grupo coeso e homogêneo e à exigência de uma “herança” familiar pelos seus membros. Nessa lógica, os pertencentes das “grandes famílias” são definidos pelos laços de consanguinidade e visam estabelecer vínculos com o lugar de origem da família. Além disso, elas visam preservar a homogeneidade do grupo, garantir sua condição de “família” e assegurar o pertencimento ao grupo dentro de uma linhagem. Cf.: PETRARCA; OLIVEIRA, 2016, p. 144.

¹⁴¹ PETRARCA; OLIVEIRA, 2016, p. 151. [A dinâmica estrutural e funcional poderá ser vista nos tópicos seguintes].

¹⁴² KUZNESOF, 1989, p. 48.

¹⁴³ KUZNESOF, 1989, p. 62.

¹⁴⁴ LEAL, 1997.

O processo da continuidade histórica das oligarquias no poder atingia os quadros do legislativo piauiense. Tal constatação foi feita a partir da observação de que ocorre no estado, dentro do Legislativo Estadual, uma contínua alternância entre algumas famílias ao longo do tempo, conduzindo as esferas do espaço público, e são meios utilizados para conceberem o processo de duração em política.

A historiadora Tânia Brandão,¹⁴⁵ ao fazer o resgate histórico da origem da sociedade piauiense, evidencia que, desde o início, o núcleo familiar era a unidade essencial na organização política do Piauí. Nesse sentido, o poder político das famílias dirigentes era um mecanismo relevante no momento da configuração da estrutura da elite política e nos resultados eleitorais. Essa Elite Política estava inserida em uma estrutura de relações de diversos estágios de competição ou conflito entre si. Enfim, na história política piauiense, algumas famílias estabeleceram sua hegemonia sobre a economia e a política local. Dessa maneira, as elites mantinham o recrutamento sob seu controle e, nesse meio, a cooptação constituiu um mecanismo importante para restringir o acesso ao poder.¹⁴⁶

3.2 Cartografia Política e as Famílias no Piauí

A relevância do território ou do espaço social e físico é um dos elementos-chave para o exercício político, visto que neles as bases eleitorais são firmadas. Logo, o reconhecimento do nome familiar ganha força e os candidatos que usufruem desses recursos consolidam sua condição de domínio. Portanto, é relevante apresentar as bases regionais e eleitorais dos candidatos ao cargo de deputado estadual e discutir o reflexo que este elemento causa para promover a permanência das oligarquias de mando e poder dentro da organização espacial do estado.

O subsistema político nordestino destacava-se no século XX pela sua histórica vocação regionalista, fosse pelas suas marcantes diferenciações culturais, fosse pela sua formação econômica e política. Dessa forma, a manipulação política e a base territorial eram as dimensões fundamentais do regionalismo e a região nordeste era constituída justamente um caso real do regionalismo.¹⁴⁷ Percebemos que, mesmo em tempos recentes, há resquícios das

¹⁴⁵ BRANDÃO, Tânia M. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

¹⁴⁶ ARRAES, 2000, p. 76.

¹⁴⁷ ARRAES, 2000, p. 43.

práticas regionalistas pelas quais as elites políticas exercem suas influências dentro de um determinado espaço geográfico.

A presente pesquisa não tem o intuito de apresentar e discutir os dados socioeconômicos e demográficos neste tópico, mesmo reconhecendo sua importância para compreender o lugar ocupado pelo Piauí no processo de inserção local e nacional. Com a coleta de dados, foi possível evidenciar a composição e o recrutamento das elites políticas fincadas nas regiões do estado e, conseqüentemente, a resistência das oligarquias locais, que são as bases das elites dentro do Legislativo Estadual. As análises recaem sobre o local de nascimento dos deputados, visualizando quais as regiões que mais forneceram deputados, em um comparativo entre o local de nascimento e o local do seu primeiro cargo público, e localizando as oligarquias de cada região no espaço geográfico do estado.

3.2.1 O local de nascimento dos deputados estaduais

Este subtópico identifica a base geográfica das composições das bancadas eleitas para a Assembleia entre os anos de 1998 e 2014. Além disso, constata a força política de cada região do Estado, mensurada pelo número de cadeiras que foram conquistadas a cada legislatura e projeta um grau de regionalismo, como uma das faces da política regional presente no estado. O quadro 07, logo abaixo, apresenta o local de nascimento dos deputados eleitos para a Assembleia Legislativa:

A divisão regional do estado piauiense obedece à fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dividindo o Piauí em quatro grandes mesorregiões e quinze microrregiões geográficas.¹⁴⁸ De acordo com o quadro acima, é possível avaliar o elevado nível de localismo geográfico com uma das faces do regionalismo, visto que os parlamentares são quase todos nascidos no Estado e este não costuma adquirir candidatos de outros estados da federação. Precisamente, em todo o período das 150 cadeiras em disputa, 13 foram ocupadas por parlamentares oriundos de outros estados.

¹⁴⁸ As mesorregiões são: Norte, Centro-Norte, Sudoeste e Sudeste. Já as microrregiões são: Norte: Baixo Rio Parnaíba Piauiense, Litoral Piauiense, Teresina, Campo Maior, Médio Parnaíba Piauiense, Valença do Piauí; Sudoeste: Alto Parnaíba Piauiense, Bertolínea, Floriano, Alto Médio Gurguéia, São Raimundo Nonato, Chapadas do Extremo Sul Piauiense e Sudeste: Pico, Pio IX, Alto Médio Canindé. Cf.: RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. *Geografia e História do Piauí: estudos regionais*. Teresina: Ed. Halley, 2007.

Quadro: Local de nascimento dos deputados na Assembleia Legislativa do Piauí, por região e legislatura (1998-2014)											
Regiões	1998		2002		2006		2010		2014		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Norte	4	13	1	3	3	10	1	3	1	3	10
Centro-Norte	13	43	13	43	14	47	17	57	17	57	74
Sudeste	8	27	9	30	7	23	7	23	5	17	36
Sudoeste	3	10	3	10	3	10	4	13	4	13	17
Outro Estado	2	7	4	13	3	10	1	3	3	10	13
Total	30	100	30	100	30	100	30	100	30	100	150

Fonte: Elaboração própria. Dados TRE-PI e Alepi. gov

Sobre os candidatos vindos de outros estados e que conseguiram eleger-se para a Assembleia Legislativa, foram dois deputados em 1998: Wilson Brandão e Sebastião Leal Júnior, ambos do PFL e nascidos no Rio de Janeiro e na legislatura de 2002, existiram quatro parlamentares: os reeleitos Wilson Brandão e Sebastião Leal, pertencentes às mesmas siglas partidárias da eleição anterior; o parlamentar Elias Prado, nascido em Alto Santo-CE e Flávio Nogueira, natural de Sobral-CE, ambos eleitos pelo PDT.

No pleito de 2006 houve uma acentuada queda no número de cadeiras ocupadas por parlamentares nascidos em outros estados, já que, nesse pleito, três cadeiras foram ocupadas por políticos exteriores ao estado piauiense: os reeleitos Wilson Brandão (PFL), Flávio Nogueira (PDT) e o parlamentar Cícero Magalhães (PT), oriundo de município de São Benedito do Rio Preto-MA. Nas eleições de 2010, esse número foi quase nulo, exceto pela reeleição do deputado Wilson Brandão, eleito pelo PSB. Em 2014, o número de assentos conquistados por políticos de outras unidades federativas sobe para três: Fábio Xavier (PR), nascido em São Luís-MA; o reeleito Wilson Brandão (PSB) e Zé Santana, um nome desconhecido, até então, oriundo do município Paraibano-MA.

Um dado interessante consiste no fato de que somente três estados forneceram deputados: os estados vizinhos ao Piauí, Maranhão e Ceará, e o estado do Rio de Janeiro. Vale lembrar que todos os políticos que nasceram em outros estados brasileiros e que conquistaram mandatos na Alepi, construíram suas raízes políticas e suas bases eleitorais no próprio estado piauiense. Assim, o fato de terem nascido fora do estado não foi o fator determinante para o sucesso eleitoral, pois, de acordo com a pesquisa histórica familiar dos deputados eleitos, não tivemos casos de bases eleitorais ou grupos políticos transferidos ou expandidos de um estado ao outro.

Com relação à divisão política das bancadas encontradas no quadro 07, observou-se uma oscilação em torno das quatro regiões, constando um amplo predomínio da região Centro-norte do Estado em todas as legislaturas, seguida pelas regiões Sudeste, Sudoeste e Norte. Sendo assim, no conjunto das bancadas, a região Centro-norte elegeu mais deputados ao longo dos cinco pleitos, 74 (49%) ao todo, sendo que, destes, 51 representantes nasceram em Teresina.

O Sudeste do estado elegeu 36 (24%) deputados, o Sudoeste 17 (11%) parlamentares e a região Norte ficou com 10 (7%) eleitos. Temos quase a metade das bancadas formadas por políticos vindos da região Centro-norte do estado. Verificou-se, ainda, que a distribuição espacial do poder político no Legislativo Estadual é desarmoniosa. Os mapas das próximas páginas apresentam os municípios de origem dos deputados estaduais eleitos nos cinco pleitos estudados e reiteram as afirmações ditas acima de forma precisa.

Diante desse fato, conclui-se que o Legislativo Estadual do Piauí é regionalista e que ter bases sólidas por nascimento num determinado município piauiense é uma condição forte à eleição e manutenção de um candidato no poder político. Por fim, o que se constata são casos de investimento de famílias e da administração das redes de relações políticas em que os candidatos estão inseridos, isto é, uma vez eleito, o deputado aparece na função de mediador, estabelecendo a conexão entre o sistema político local e o estadual.¹⁴⁹

Segundo Ricardo Arraes as bases eleitorais, em geral, são reconhecidas como ávidas e insaturáveis pedintes de empregos e recursos. Assim, sob a proteção de tais fatores, que ajudam consolidar a trajetória política dos políticos e influenciam em suas escolhas nas áreas da profissão, formação educação e opiniões políticas,¹⁵⁰ as famílias de elite buscam exercer os principais cargos.

¹⁴⁹ ARRAES, Ricardo. O *babyboom* da oligarquia: de como a senda eleitoral reproduz a elite dirigente no Piauí. *Revista Eleições e Cidadania*, Teresina, n. 5, jun. 2013-2014, p. 19-54.

¹⁵⁰ ARRAES, 2014, p. 45.

**CIDADES REPRESENTADAS
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
LEGISLATURA: 1998**

LEGENDA:

NORTE

- 1 – Parnaíba
- 2 – Esperantina
- 3 – Barras

SUDESTE

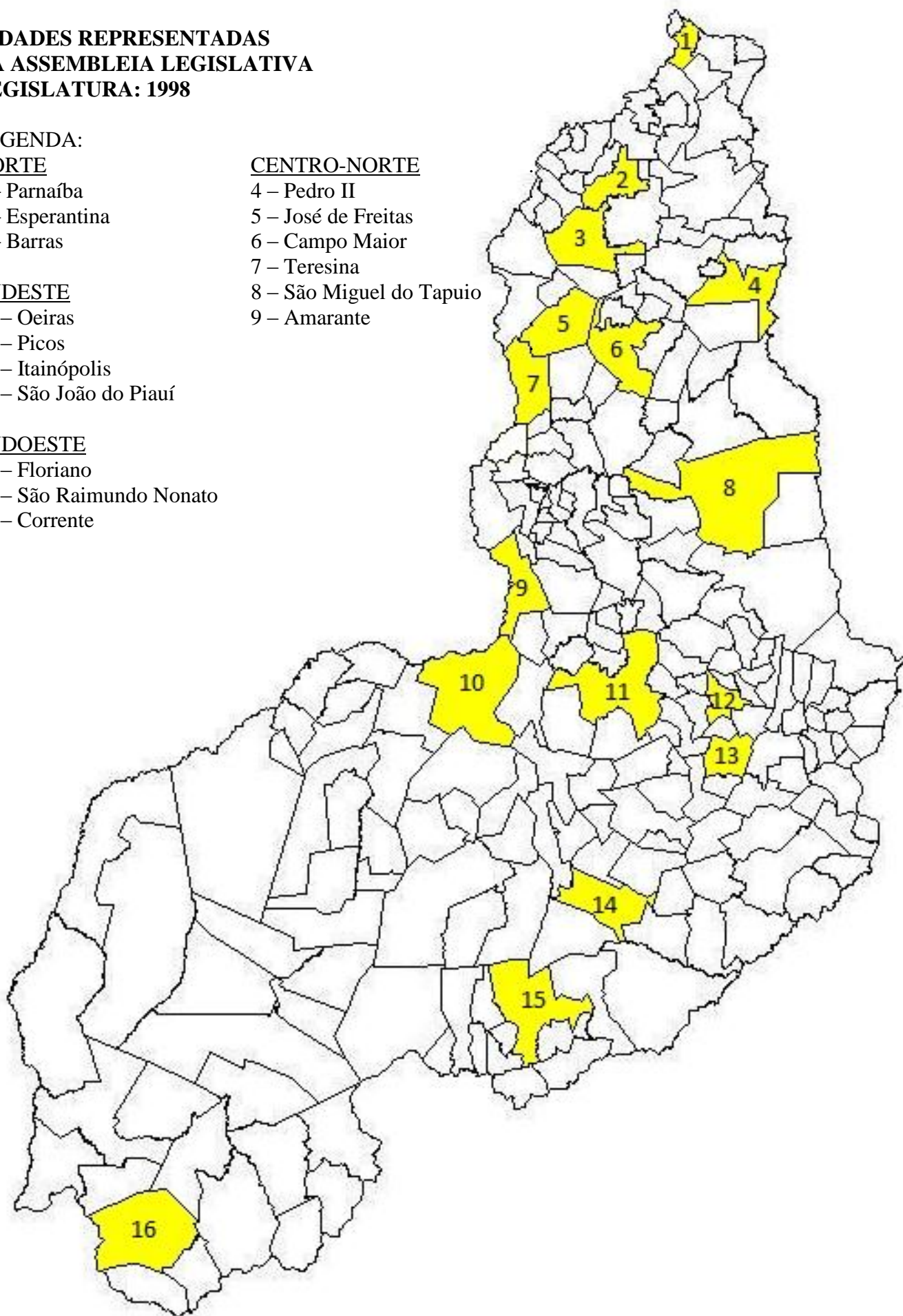
- 11 – Oeiras
- 12 – Picos
- 13 – Itainópolis
- 14 – São João do Piauí

SUDOESTE

- 10 – Floriano
- 15 – São Raimundo Nonato
- 16 – Corrente

CENTRO-NORTE

- 4 – Pedro II
- 5 – José de Freitas
- 6 – Campo Maior
- 7 – Teresina
- 8 – São Miguel do Tapuio
- 9 – Amarante



**CIDADES REPRESENTADAS
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
LEGISLATURA: 2002**

LEGENDA:

NORTE

1 – Parnaíba

SUDESTE

8 – Oeiras

9 – Picos

10 – Itainópolis

11 – São João do Piauí

SUDOESTE

7 – Floriano

12 – São Raimundo Nonato

CENTRO-NORTE

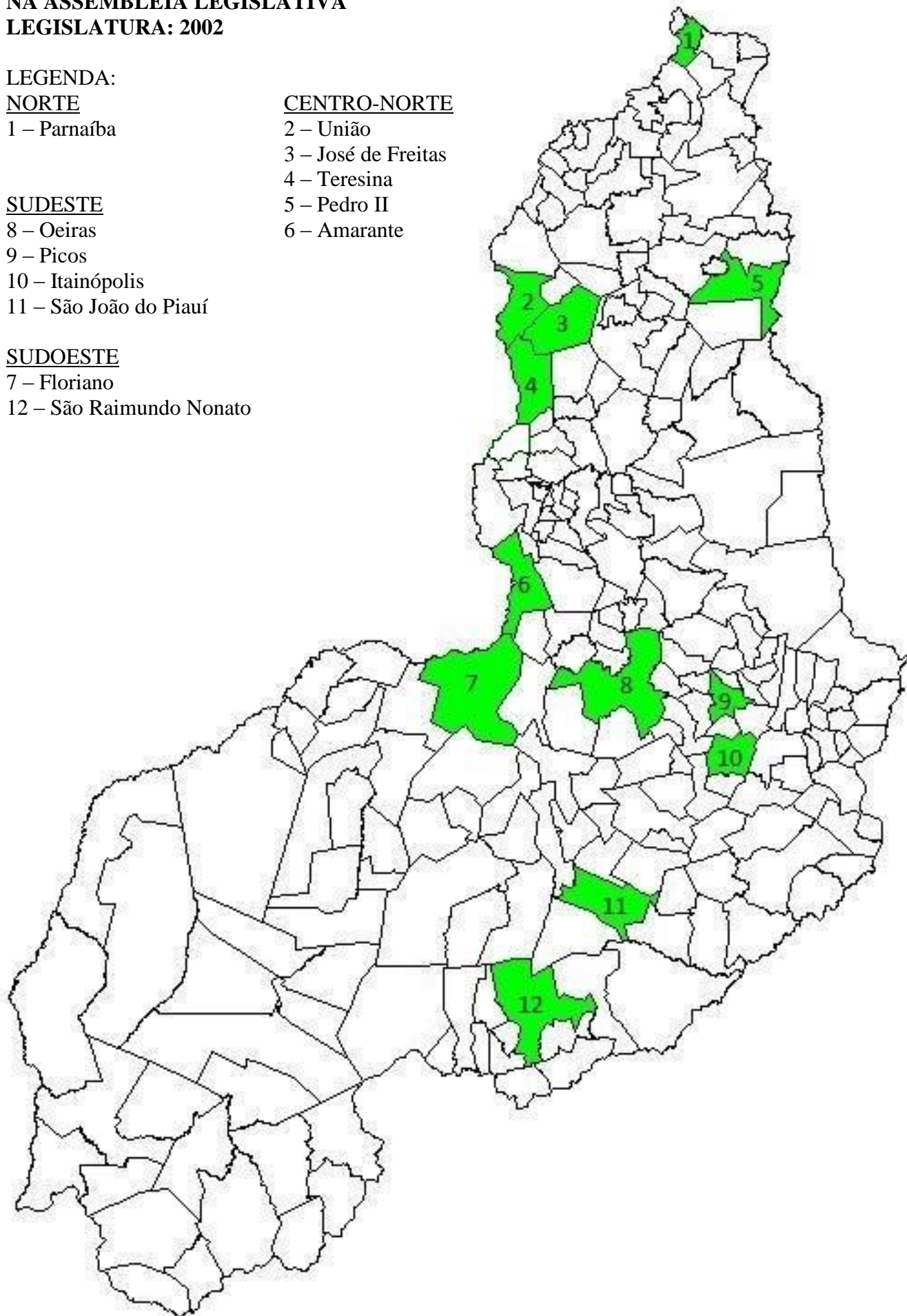
2 – União

3 – José de Freitas

4 – Teresina

5 – Pedro II

6 – Amarante



**CIDADES REPRESENTADAS
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
LEGISLATURA: 2006**

LEGENDA:

NORTE

- 1 – Parnaíba
- 2 – Luzilândia
- 3 - Esperantina

CENTRO-NORTE

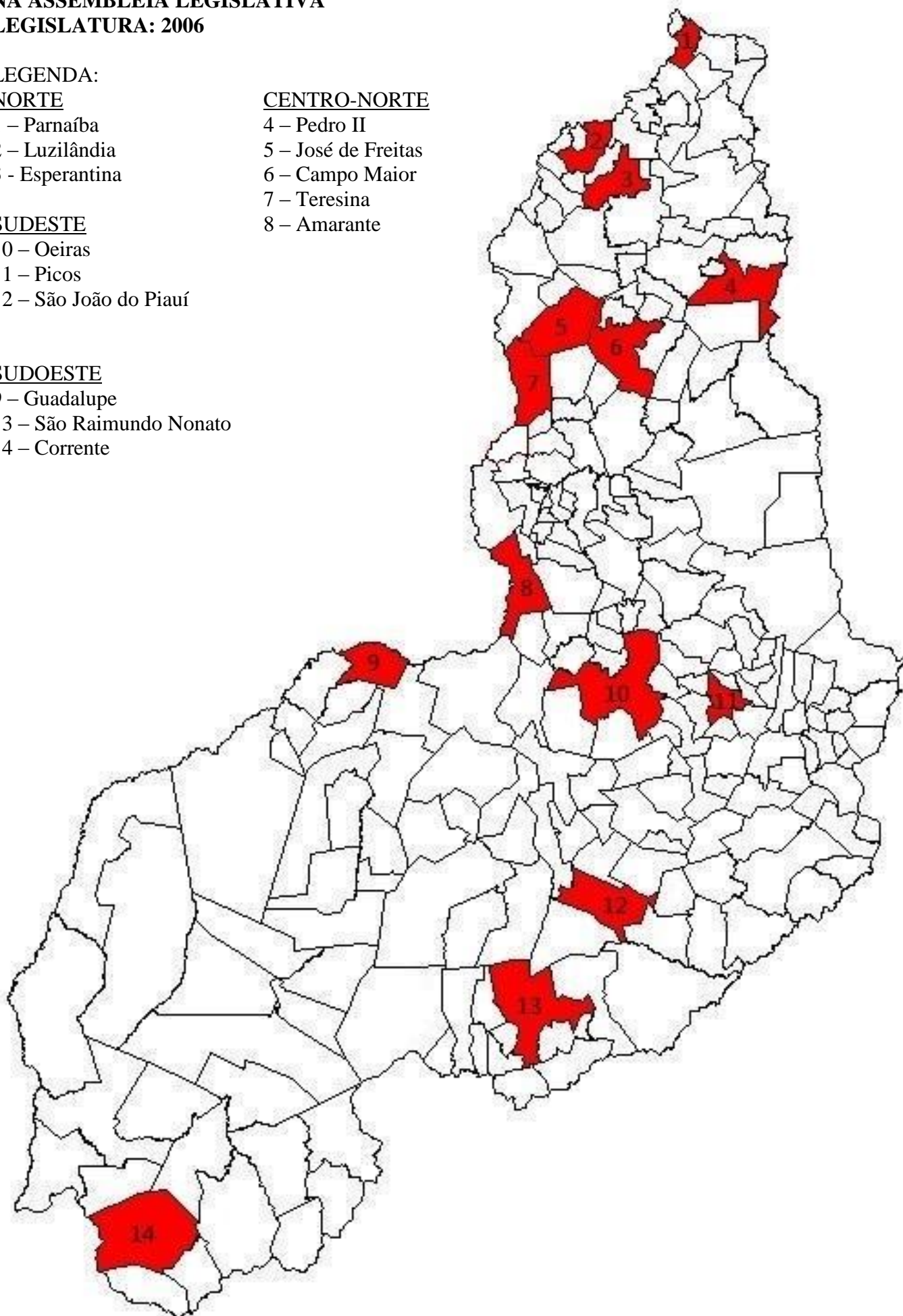
- 4 – Pedro II
- 5 – José de Freitas
- 6 – Campo Maior
- 7 – Teresina
- 8 – Amarante

SUDESTE

- 10 – Oeiras
- 11 – Picos
- 12 – São João do Piauí

SUDOESTE

- 9 – Guadalupe
- 13 – São Raimundo Nonato
- 14 – Corrente



**CIDADES REPRESENTADAS
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
LEGISLATURA: 2010**

LEGENDA:

NORTE

1 – Luzilândia

CENTRO-NORTE

2 – Pedro II

3 – Campo Maior

4 – Teresina

5 – Inhumas

SUDESTE

6 – Oeiras

7 – Picos

8 – Simplício Mendes

9 – Paulistana

10 – São João do Piauí

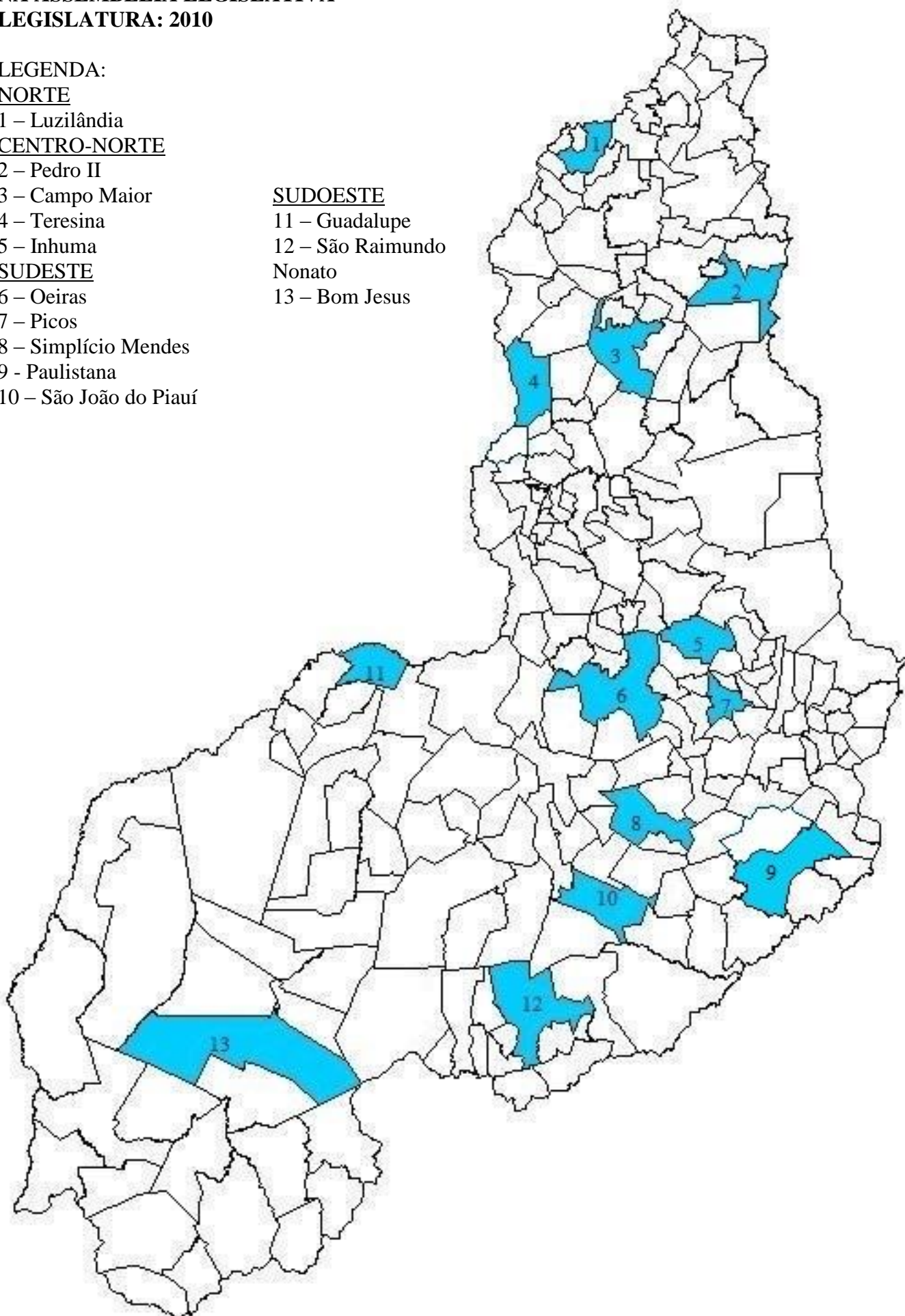
SUDOESTE

11 – Guadalupe

12 – São Raimundo

Nonato

13 – Bom Jesus



**CIDADES REPRESENTADAS
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
LEGISLATURA: 2014**

LEGENDA:

NORTE

1 – Matias Olímpio

SUDESTE

4 – Oeiras

5 – Santa Cruz do Piauí

6 – Picos

7 – Paulistana

CENTRO-NORTE

2 – Teresina

3 – Água Branca

SUDOESTE

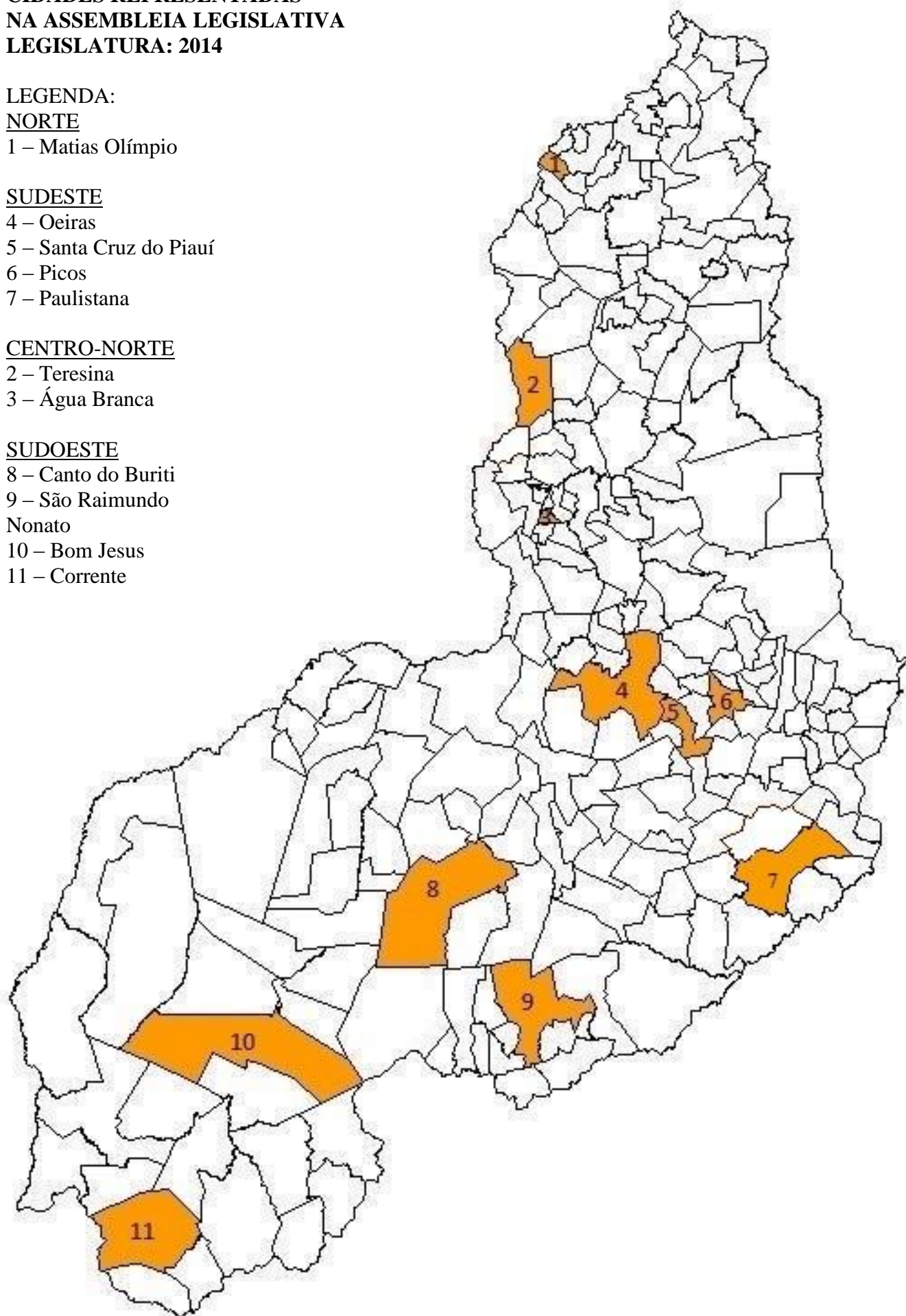
8 – Canto do Buriti

9 – São Raimundo

Nonato

10 – Bom Jesus

11 – Corrente



3.2.2 Oligarquias da região Norte

Os municípios que compõe a região norte do estado¹⁵¹ e que possuíram representantes nos anos eleitorais de 1998 e 2014 foram: Parnaíba, Esperantina, Barras, Luzilândia e Matias Olímpio. O mapa da página seguinte apresenta os municípios correspondentes a esta região do Piauí. De acordo com Arraes, desde o início da colonização até os anos 2000, as regiões do estado tiveram ritmos e processos de invasão, ocupação e desenvolvimento diferenciados.¹⁵²

A desarmonia nas ações públicas de desenvolvimento interno tendia a priorizar a região Norte. Isso caracterizou uma opção política deliberada das elites dirigentes, uma vez que todos os governantes do Piauí, desde a década de 50 até início do século XXI, provinham dessa região.¹⁵³ Ainda seguindo o raciocínio de Arraes, o efeito dessas ações resultou em uma concentração exacerbada das atividades econômicas, de políticas de investimentos e da formação de infraestrutura econômica e social desta região.¹⁵⁴

Com isso, a região Norte do Piauí se destacava economicamente e aprofundava as distorções e os desequilíbrios regionais de desenvolvimento do estado, concentrando desigualdades sociais e econômicas em relação às demais regiões. Atualmente, essa região continua tendo sua importância para o desenvolvimento econômico, estrutural e social do Estado. Mesmo com toda importância e crescimento econômico, a região Norte não está livre das velhas práticas políticas e das velhas oligarquias, sendo que o poder destas sequer diminuiu. O organograma 01 mostra, por partido, as principais famílias da região Norte:

As famílias Moraes Souza, de Parnaíba; a Sampaio Pereira, de Esperantina e a Marques, de Luzilândia, ainda resistem com grande força política e eleitoral. A família Moraes Souza atua politicamente no Estado desde o final da década de 1970 quando Francisco de Assis de Moraes Souza foi eleito para a Assembleia Legislativa pelo partido Arena, passando pela prefeitura de sua cidade natal, pela Câmara Federal, pelo senado e pelo Palácio de Karnak.

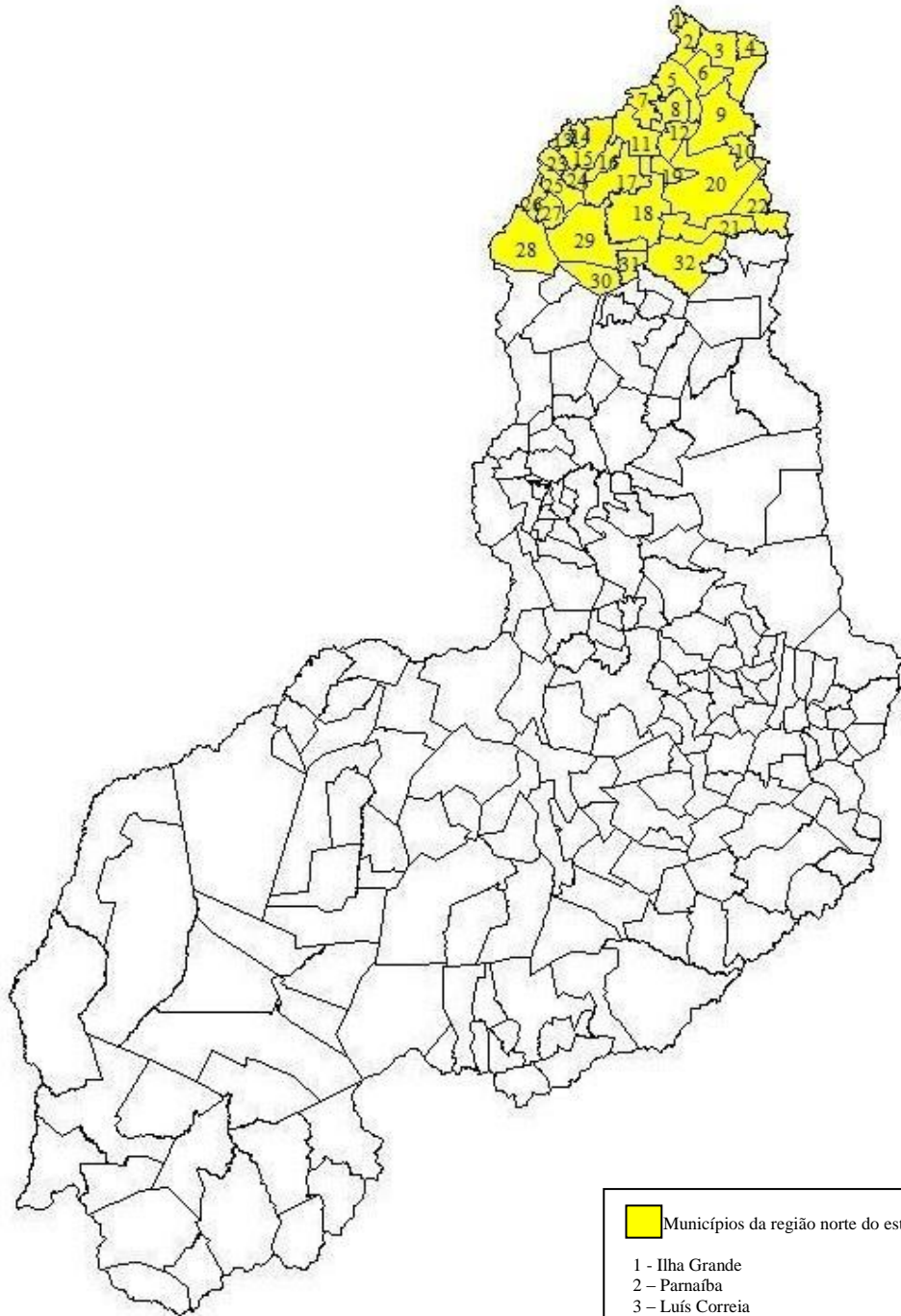
¹⁵¹ De acordo com o IBGE, a região Norte do Estado possui 32 municípios piauienses.

¹⁵² ARRAES, 2000, p. 58.

¹⁵³ ARRAES, 2000, p. 58.

¹⁵⁴ ARRAES, 2000, p. 58.

MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE DO PIAUÍ

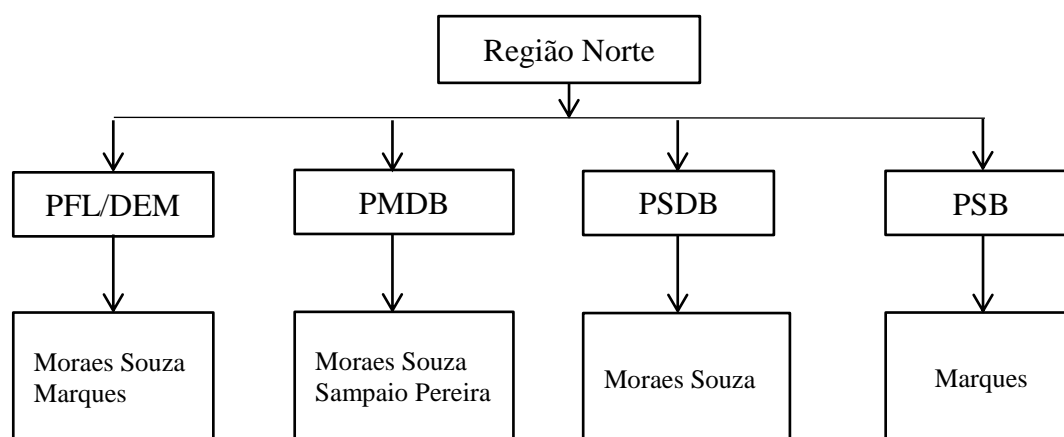


Municípios da região norte do estado do PIAUÍ:

- | | |
|-------------------------------|---------------------------------|
| 1 - Ilha Grande | 17 - Esperantina |
| 2 - Parnaíba | 18 - Batalha |
| 3 - Luís Correia | 19 - São José do Divino |
| 4 - Cajueiro da Praia | 20 - Piracuruca |
| 5 - Buriti dos Lopes | 21 - Brasileira |
| 6 - Bom Princípio do Piauí | 22 - São João da Fronteira |
| 7 - Murici dos Portelas | 23 - Matias Olímpio |
| 8 - Caxingó | 24 - São João do Arraial |
| 9 - Cocal | 25 - Campo Largo do Piauí |
| 10 - Cocal dos Alves | 26 - Porto |
| 11 - Joaquim Pires | 27 - Nossa Senhora dos Remédios |
| 12 - Caraúbas do Piauí | 28 - Miguel Alves |
| 13 - Madeiro | 29 - Barras |
| 14 - Joca Marques | 30 - Cabeceiras do Piauí |
| 15 - Luzilândia | 31 - Boa Hora |
| 16 - Morro do Chapéu do Piauí | 32 - Píripiri |

Durante seus mandatos pelas esferas do poder político, Francisco Moraes Souza foi nomeando parentes para ocupar cargos no primeiro escalão da administração pública do Estado. Seu irmão, Antônio José de Moraes Souza, esteve à frente da Secretaria de Indústria e Comércio. Ele foi eleito deputado estadual por cinco vezes, tendo início nos anos de 1980, e depois deputado federal. Passou, ainda, pelas siglas Arena, PDS, PFL e PMDB.

Organograma 01: Famílias e Partidos na região Norte do Piauí (1998-2014)



Fonte: Elaboração própria.

Conseqüentemente, seu sobrinho Antônio José de Moraes Souza Filho seguiu seus passos e de seu pai. Este foi eleito vereador e prefeito de Parnaíba, conquistando mandatos na Assembleia Legislativa e alcançando o posto de vice-governador na chapa vitoriosa de Wilson Martins. Ele passou pelas siglas do PFL, PSDB e PMDB. Passa assegurar a vaga em âmbito familiar, Antônio Moraes Souza Filho apoia e garante segurança na carreira política de sua ex-esposa, Juliana Moraes Souza (PMDB). Por sua vez, esta é a atual representante da família Moraes Souza no Parlamento estadual, exercendo seu segundo mandato no Poder Legislativo e fez questão de adotar o poderoso sobrenome da família.

A família Sampaio Pereira, com forte atuação política na cidade de Esperantina, iniciou com Themístocles de Sampaio Pereira sendo vereador desse município no início dos anos 1950 pelo PTB. A partir daí, Themístocles Sampaio conquistou mandatos tanto na Assembleia Legislativa como na Câmara Federal e foi vereador da capital piauiense. Ele passou pela sigla do PTB e depois migrou para o MDB, permanecendo neste. Dando continuidade à atuação política do pai, Themístocles Filho é o atual representante da família e elegeu-se deputado estadual em 1986 pelo PMDB, permanecendo neste até a legislatura mais

recente. Ele é o atual presidente da Alepi, cargo que ocupa pela sexta vez. Seu irmão Marlos Sampaio foi vice-prefeito da cidade de Esperantina em 2000 e foi eleito deputado federal pelo PMDB em 2010.

Outras famílias de destaque desta região são: Marques, que tem suas raízes políticas consolidadas mais, recentemente em comparação ao histórico político das anteriores, na cidade de Luzilândia, tendo Ismar Marques e Jannaína Marques como representantes; e a família do ex-deputado estadual José Ribamar com bases eleitorais no município de Barras, que passou sua vaga na Alepi para seu genro Manin Rego, ambos filiados ao PMDB. Enfim, durante o período analisado, a região Norte foi representada na Assembleia Legislativa do Piauí por dez políticos oriundos desta região.

3.2.3 Oligarquias da região Centro-Norte do Piauí

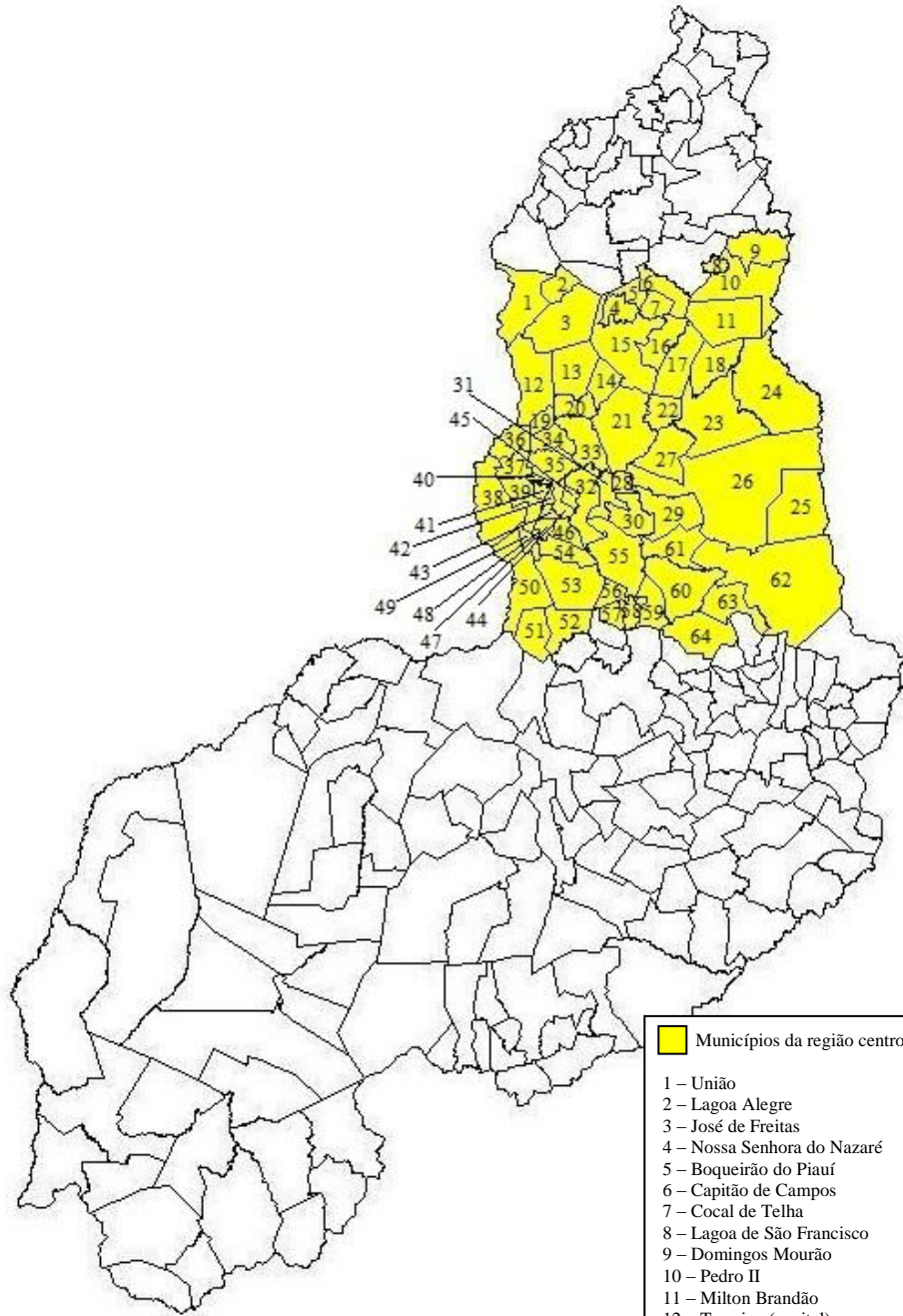
Os municípios que compõe a região Centro-norte do Estado¹⁵⁵ e que possuíram representantes nos anos eleitorais de 1998 e 2014 foram: Teresina, José Freitas, Amarante, Pedro II, Campo Maior, São Miguel do Tapuio, União, Inhumas e Água Branca. Pelos municípios vistos acima que tiveram representatividade no Parlamento Estadual, percebemos que são municípios importantes economicamente para o Estado.

Sem dúvidas, a capital Teresina concentra a maior parte das modificações e transformações econômicas experimentadas pelo desenvolvimento econômico do Estado. Conforme Arraes, Teresina é a única capital interiorizada do Nordeste e encontra-se estrategicamente localizada como entreposto com o Norte do país, posição importante no fluxo comercial entre as duas regiões.¹⁵⁶ Para efeitos de demonstração, o mapa da página seguinte apresenta a localização geográfica da capital do estado, assim como dos demais municípios que compõem esta região.

¹⁵⁵ De acordo com o IBGE, a região Centro-Norte do Estado possui 64 municípios piauienses.

¹⁵⁶ ARRAES, 2000, p. 62.

MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO-NORTE DO PIAUÍ



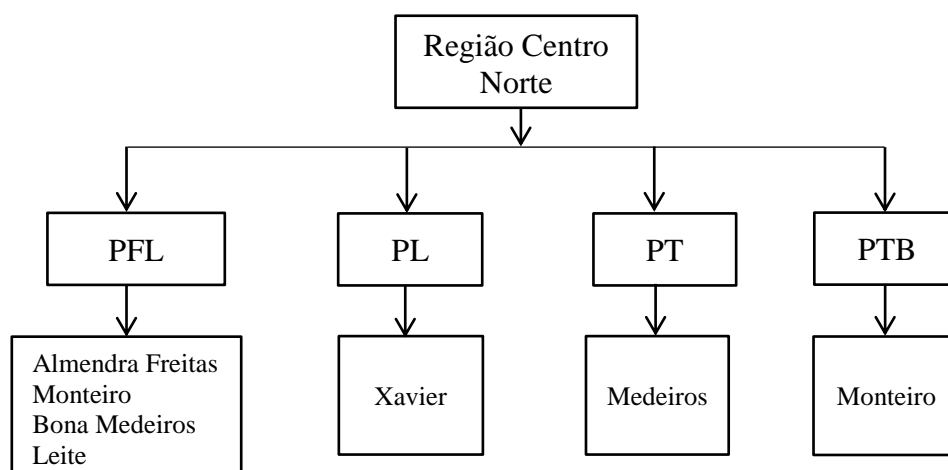
Municípios da região centro-norte do estado do PIAUÍ:

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| 1 – União | 33 – Beneditinos |
| 2 – Lagoa Alegre | 34 – Lagoa do Piauí |
| 3 – José de Freitas | 35 – Monsenhor Gil |
| 4 – Nossa Senhora do Nazaré | 36 – Nazária |
| 5 – Boqueirão do Piauí | 37 – Curralinhos |
| 6 – Capitão de Campos | 38 – Palmeirais |
| 7 – Cocal de Telha | 39 – São Pedro do Piauí |
| 8 – Lagoa de São Francisco | 40 – Miguel Leão |
| 9 – Domingos Mourão | 41 – Agricolândia |
| 10 – Pedro II | 42 – Lagoinha do Piauí |
| 11 – Milton Brandão | 43 – Água Branca |
| 12 – Teresina (capital) | 44 – Olho D'Água do Piauí |
| 13 – Altos | 45 – Barro Duro |
| 14 – Coivaras | 46 – Hugo Napoleão |
| 15 – Campo Maior | 47 – São Gonçalo do Piauí |
| 16 – Jatobá do Piauí | 48 – Santo Antônio dos Milagres |
| 17 – Sigefredo Pacheco | 49 – Angical do Piauí |
| 18 – Juazeiro do Piauí | 50 – Amarante |
| 19 – Demerval Lobão | 51 – Francisco Ayres |
| 20 – Pau D'Arco do Piauí | 52 – Arraial |
| 21 – Alto Longá | 53 – Regeneração |
| 22 – Novo Santo Antônio | 54 – Jardim do Mulato |
| 23 – Castelo do Piauí | 55 – Elesbão Veloso |
| 24 – Buriti dos Montes | 56 – Francinópolis |
| 25 – Assunção do Piauí | 57 – Várzea Grande |
| 26 – São Miguel do Tapuio | 58 – Barra D'Alcântara |
| 27 – São João da Serra | 59 – Novo Oriente do Piauí |
| 28 – Prata do Piauí | 60 – Valença do Piauí |
| 29 – Santa Cruz dos Milagres | 61 – Aroazes |
| 30 – São Félix do Piauí | 62 – Pimenteiras |
| 31 – São Miguel da Baixa Grande | 63 – Lagoa do Sítio |
| 32 – Passagem Franca do Piauí | 64 – Inhumas |

Por sua condição de capital, Teresina confirma a posição de maior e mais importante núcleo urbano, possuindo maiores características de desenvolvimento econômico e social. Em 2017 a população de Teresina atingiu mais de 800.000 habitantes e isso pode ser justificado pela concentração de quase a totalidade das atividades econômicas do Estado na cidade, proporcionando maior oportunidade de empregos e renda para a população. De acordo com os dados do IBGE 37% da população teresinense encontravam-se empregada e com renda de quase 3 salários mínimos.¹⁵⁷ As informações fornecidas sobre a capital piauiense caracterizam a região e o município que mais forneceram deputados estaduais: dos 74 eleitos da região Centro-Norte, 52 eram oriundos de Teresina.

Tais números se explicam em face de algumas “condições essenciais presentes na capital: é a sede político-administrativa, por concentrar o maior colégio eleitoral, o maior e mais dinâmico centro industrial e comercial do Estado”.¹⁵⁸ De acordo com Arraes, estes indicadores permitiriam que, no cenário político, Teresina se assemelhasse aos grandes centros desenvolvidos do país, seja quanto à mobilização, a conscientização do eleitorado, quanto à ruptura com a hegemonia política das oligarquias, não sendo base estratégica de famílias políticas.¹⁵⁹ O organograma 02, organizado por partidos, apresenta as principais famílias da região Centro-norte.

Organograma 02: Famílias e partidos na região Centro Norte do Piauí (1998-2014)



Fonte: Elaboração própria.

¹⁵⁷ IBGE. *Dados estatísticos*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

¹⁵⁸ ARRAES, 2000, p. 61.

¹⁵⁹ ARRAES, 2000, p. 62.

Na Região Centro-Norte do Estado observa-se a participação das famílias políticas Almendra Freitas, do município de José de Freitas que era considerado clã familiar de grande importância até início dos anos 1990 e era ligado à sigla do PFL. Em Campo Maior, duas famílias tinham notoriedade na política do município: os Melo e os Bona, todos alicerçados em grande prestígio e influência política com representantes eleitos na Alepi; César Ribeiro Melo (PFL), Raimundo Nonato Bona (Carboreto) (PMDB), Maurício Ribeiro Melo (PFL) e Margarida Melo Bona (PDT).

A família Xavier teve início com a atuação política do ex-deputado estadual Guilherme Xavier Neto (PL). Tal clã familiar teve bases sólidas no município de Regeneração. O ex-parlamentar exerceu sete mandatos na Alepi, ocupou ainda cargos na administração pública do Estado e era Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCU), mas suas atividades foram interrompidas devido ao seu falecimento no ano de 2012. Fábio Xavier (PR), filho de Xavier Neto, deu prosseguimento ao nome da família na Alepi adquirindo seu primeiro mandato no Poder Legislativo nas eleições de 2014.

A família Monteiro teve como representante principal o promotor de Justiça do Estado Alberto de Moura Monteiro. Vindo do município de Picos, este começou sua vida política na Assembleia Legislativa do Piauí, sendo eleito em 1947 pelo PSD e reeleito em 1958 e 1966. Seu legado político foi passado ao seu filho Fernando Monteiro que começou suas atividades políticas ocupando o cargo de vereador de Teresina em 1982 para logo ser eleito deputado estadual pelo PFL em 1986, cargo que ocupa até a atual legislatura.

A família Leite, por mais que não tenha deixado herdeiros na Alepi, teve Juracir Leite (PFL) como seu principal representante. Nascido no município de Pedro II, recebeu todo apoio e herança política do seu padrinho Tertuliano Brandão (PSD), conquistando 7 mandatos na Casa Legislativa. Este, era político de destaque no cenário piauiense, acumulou mandatos tanto na Alepi quanto na Câmara Federal, na prefeitura de sua cidade natal Pedro II e chegou a ocupar o cargo de vice-governador do Estado em 1950.

Similarmente, a família Medeiros, do município de União, possui importância política no Estado. O maior representante dessa família foi José Raimundo Bona Medeiros, pois conquistou sete mandatos na Assembleia Legislativa no início dos anos 1960 pela UDN, concluindo seu último mandato em 1994. Nesse ínterim, foi prefeito de Teresina e vice-governador do Estado. Com intenção de prolongar o nome familiar no cenário político piauiense, ele apoiou a carreira política de seu filho Gustavo Conde Medeiros (PFL) que foi eleito deputado estadual em 1998 e 2002, sendo também eleito para comandar a prefeitura de sua cidade natal nos anos de 2004 e 2012.

Os Medeiros fazem parte de uma família marcada pela atuação política no município de União e no estado piauiense. Outro membro de destaque da família Medeiros é o sociólogo Antônio José Medeiros, ex-deputado estadual, primo de Gustavo Medeiros e um dos políticos mais importantes do PT, sendo eleito em 2002. Com todo esse cenário político-familiar exposto, evidencia-se que o comando político destas famílias, fundado em políticas tradicionais, favoreceu a constituição e perpetuação das oligarquias a cada ano eleitoral. Por fim, a cada eleição, o grupo familiar unionense desempenha grande esforço no apoio da disputa política de seus filhos, netos, sobrinhos, afilhados e esposas, firmando o poder e a sobrevivência do nome da família política que, geralmente, se sobressai vitoriosa e firme em seus patrimônios políticos.

3.2.4 Oligarquias das regiões Sudoeste e Sudeste do Piauí

Os municípios que compõem a região Sudoeste do Estado¹⁶⁰ e que possuíam representantes nos anos eleitorais de 1998 e 2014 foram: Floriano, Corrente, São Raimundo Nonato, Guadalupe, Bom Jesus e Canto do Buriti. Já os municípios que compõem a região Sudeste¹⁶¹ e com representatividade na Alepi foram: Picos, São João do Piauí, Itainópolis, Simplício Mendes, Oeiras, Paulistana e Santa Cruz do Piauí. Ao todo, 17 cadeiras foram ocupadas por políticos oriundos da região Sudoeste do Estado e 36 originários da região Sudeste do Piauí.

Até meados dos anos 1990, as regiões Sudeste e Sudoeste do Estado piauiense eram as menos assistidas pelos investimentos do Governo do Estado, visto que os modelos políticos que eram adotados tinham excluídos as regiões da execução de programas governamentais. Uma das razões para essa exclusão era pelas suas extensas áreas e pelas suas distâncias da capital do Estado, pois boa parte do semiárido piauiense está próximo dos estados da Bahia e Pernambuco. Tais regiões eram, até então, desprovidas de investimentos na infraestrutura básica, como na realização de estradas, energia, comunicações, em recursos hídricos e na consolidação de quaisquer benfeitorias que favorecessem o desenvolvimento delas.¹⁶²

Em concordância com Arraes, a região Sul do Piauí apresentava grandes vazios demográficos e os indicadores socioeconômicos eram ruins: pobreza, insignificância do setor

¹⁶⁰ De acordo com o IBGE, a região Sudoeste do Estado possui 62 municípios.

¹⁶¹ De acordo com o IBGE, a região Sudeste do Estado possui 66 municípios.

¹⁶² ARRAES, 2000, p. 53.

produtivo, secas, fragilidade em toda a infraestrutura da região e a dependência econômica de transferências orçamentares públicas. Ainda conforme o autor, esse quadro de carência estrutural, social e econômica dos municípios dessas regiões criou condições ideais para a construção da conjuntura política existente. Tal conjuntura foi marcada pelo o aparecimento e solidificação dos compromissos clientelísticos e assistencialistas entre deputados, pelas lideranças locais e pelas suas bases eleitorais. Essas condições favoreceram para as altas taxas de reeleição de seus representantes dentro da Alepi e no predomínio de famílias tradicionais.¹⁶³ Nas páginas seguintes, os mapas apresentam os municípios de cada região Sudeste e Sudoeste do estado.

O cenário de desenvolvimento social, estrutural e, principalmente, econômico da região Sul teve mudanças a partir do início dos anos 2000 com a vinda dos imigrantes do Sul do Brasil para região Sul do Piauí e, foi nesse momento, que essa região começou a se desenvolver. Nos dezessete primeiros anos do século XXI, houve a descoberta do grande potencial de exploração mineral e no cultivo de grãos, principalmente soja, na região Sul do Estado.

Com isso, multinacionais foram instaladas nessa região e ficaram encarregadas pela exploração de grandes jazidas de ferro, níquel, mármore e amianto, os quais proporcionaram o crescimento econômico dos municípios desta região. A exploração e exportação de grãos colocou o Piauí entre os principais produtores de grãos do Nordeste. A Pecuária é outro setor de grande desenvolvimento nesta região, pois foram feitos grandes investimentos tecnológicos que priorizam a qualidade genética dos rebanhos.

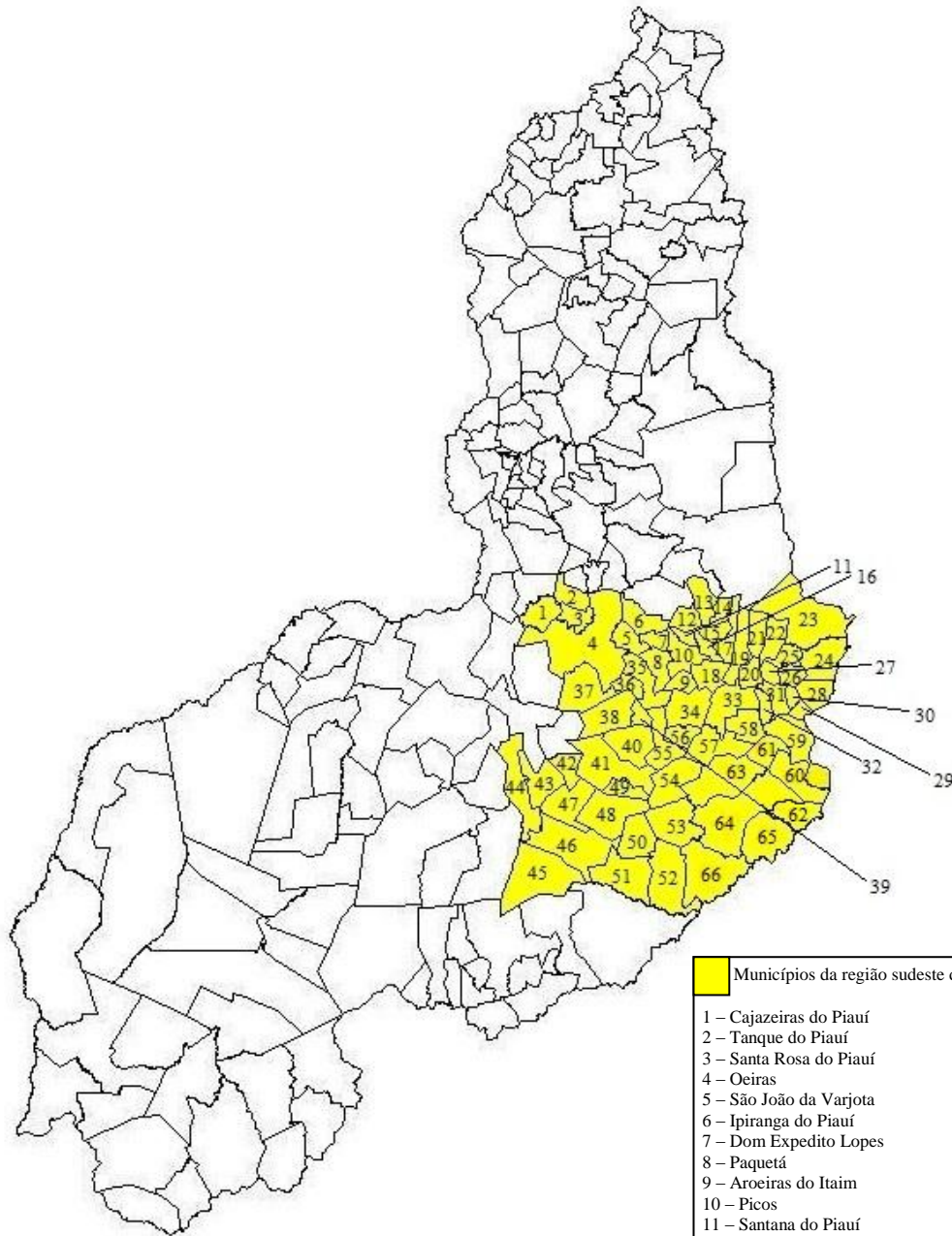
O efeito desse progresso foi percebido nos índices de desenvolvimento dos municípios do Sul do Piauí, como Uruçuí, cujo PIB chegou a ser maior do que o de Teresina e o maior do Estado. Segundo os dados divulgados pela fundação Cepro, em 2015, os maiores PIBs *per capita* e os maiores PIBs concentraram-se nos municípios da região Sul.¹⁶⁴

Essa localidade também está sendo favorecida com a construção de aeroportos e de empreendimentos voltados à geração de energia renovável. Por exemplo, foram instalados parques de energia eólica e, recentemente, foi instalada a maior usina de energia fotovoltaica da América Latina no município de Ribeira do Piauí. Como é possível observar, a região Sul do Estado do Piauí deu um salto significativo no desenvolvimento econômico, social e estrutural.

¹⁶³ ARRAES, 2000, p. 54.

¹⁶⁴ FUNDAÇÃO CEPRO. *Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí 2015*. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201711/CEPRO16_02c65a8a7f.pdf>. Acesso em 07 de janeiro de 2018.

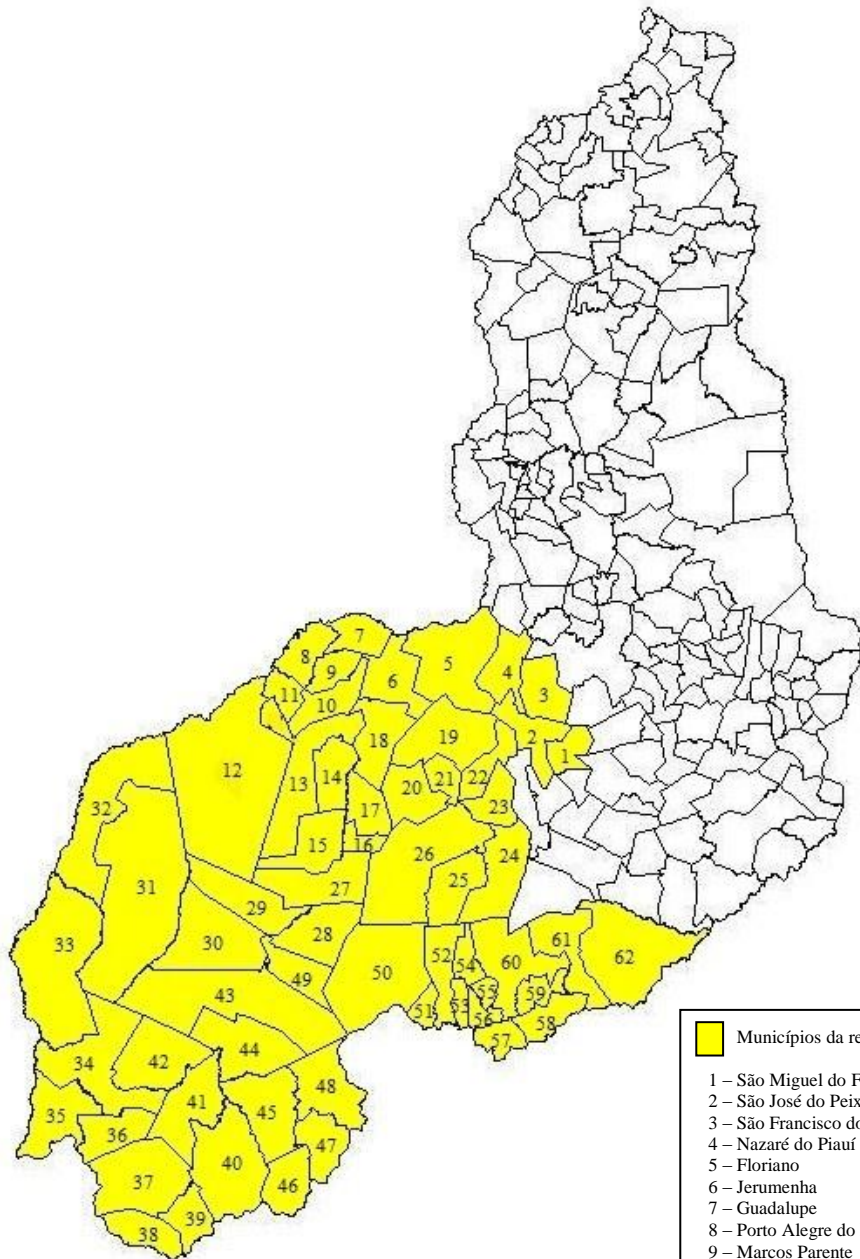
MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDESTE DO PIAUÍ



Municípios da região sudeste do estado do PIAUÍ:

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------------|
| 1 – Cajazeiras do Piauí | 34 – Itainópolis |
| 2 – Tanque do Piauí | 35 – Santa Cruz do Piauí |
| 3 – Santa Rosa do Piauí | 36 – Wall Ferraz |
| 4 – Oeiras | 37 – Colônia do Piauí |
| 5 – São João da Varjota | 38 – Santo Inácio do Piauí |
| 6 – Ipiranga do Piauí | 39 – Floresta do Piauí |
| 7 – Dom Expedito Lopes | 40 – Campinas do Piauí |
| 8 – Paquetá | 41 – Simplicio Mendes |
| 9 – Aroeiras do Itaim | 42 – Paes Landim |
| 10 – Picos | 43 – Socorro do Piauí |
| 11 – Santana do Piauí | 44 – Ribeira do Piauí |
| 12 – São José do Piauí | 45 – João Costa |
| 13 – São João da Canabrava | 46 – São João do Piauí |
| 14 – São Luís do Piauí | 47 – Pedro Laurentino |
| 15 – Bocaina | 48 – Nova Santa Rita |
| 16 – Sussuapara | 49 – Bela Vista do Piauí |
| 17 – Santo Antônio de Lisboa | 50 – Campo Alegre do Fidalgo |
| 18 – Geminiano | 51 – Capitão Gervásio Oliveira |
| 19 – Francisco Santos | 52 – Lagoa do Barro do Piauí |
| 20 – Campo Grande do Piauí | 53 – São Francisco de Assis do Piauí |
| 21 – Monsenhor Hipólito | 54 – Conceição do Canindé |
| 22 – Alagoinha do Piauí | 55 – Isaías Coelho |
| 23 – Pio IX | 56 – Vera Mendes |
| 24 – Fronteiras | 57 – Patos do Piauí |
| 25 – São Julião | 58 – Massapê do Piauí |
| 26 – Alegrete do Piauí | 59 – Simões |
| 27 – Vila Nova do Piauí | 60 – Curral Novo do Piauí |
| 28 – Caldeirão Grande do Piauí | 61 – Caridade do Piauí |
| 29 – Marcolândia | 62 – Betânia do Piauí |
| 30 – Francisco Macedo | 63 – Jacobina do Piauí |
| 31 – Padre Marcos | 64 – Paulistana |
| 32 – Belém do Piauí | 65 – Acauã |
| 33 – Jaicós | 66 – Queimada Nova |

MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DO PIAUÍ



Municípios da região sudoeste do estado do PIAUÍ:

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| 1 – São Miguel do Fidalgo | 32 – Ribeiro Gonçalves |
| 2 – São José do Peixe | 33 – Santa Filomena |
| 3 – São Francisco do Piauí | 34 – Gilbués |
| 4 – Nazaré do Piauí | 35 – Barreiras do Piauí |
| 5 – Floriano | 36 – São Gonçalo do Gurguéia |
| 6 – Jerumenha | 37 – Corrente |
| 7 – Guadalupe | 38 – Sebastião Barros |
| 8 – Porto Alegre do Piauí | 39 – Cristalândia do Piauí |
| 9 – Marcos Parente | 40 – Parnaguá |
| 10 – Landri Sales | 41 – Riacho Frio |
| 11 – Antônio Almeida | 42 – Monte Alegre do Piauí |
| 12 – Uruçuí | 43 – Bom Jesus |
| 13 – Sebastião Leal | 44 – Redenção do Gurguéia |
| 14 – Bertolínia | 45 – Curimatá |
| 15 – Manoel Emídio | 46 – Júlio Borges |
| 16 – Colônia do Gurguéia | 47 – Avelino Lopes |
| 17 – Eliseu Martins | 48 – Morro Cabeça no Tempo |
| 18 – Canavieira | 49 – Santa Luz |
| 19 – Itauera | 50 – Guaribas |
| 20 – Pavussu | 51 – Caracol |
| 21 – Rio Grande do Piauí | 52 – Jurema |
| 22 – Flores do Piauí | 53 – Anísio de Abreu |
| 23 – Pajeú do Piauí | 54 – São Braz do Piauí |
| 24 – Brejo do Piauí | 55 – Bonfim do Piauí |
| 25 – Tamboril do Piauí | 56 – Várzea Branca |
| 26 – Canto do Buriti | 57 – Fartura do Piauí |
| 27 – Alvorada do Gurgueia | 58 – Dirceu Arcoverde |
| 28 – Cristino Castro | 59 – São Lourenço do Piauí |
| 29 – Palmeira do Piauí | 60 – São Raimundo Nonato |
| 30 – Currais | 61 – Coronel José Dias |
| 31 – Baixa Grande do Ribeiro | 62 – Dom Inocêncio |

Mesmo com o desenvolvimento econômico e social da região Sul do Estado, algumas famílias políticas ainda resistem no cenário local. A cidade de São João do Piauí, localizada ao Sudeste do Estado, possui cenário político comandado pela família Paes Landim que é tradicional na política estadual, com representatividade em 1998 com o ex-deputado Paulo Henrique Paes Landim (PFL). Os Paulo também compõem um grupo familiar de destaque ligados ao PSDB, já que possui políticos importantes no cenário estadual piauiense, sendo que pais, sobrinhos e filhos assumem continuamente postos de comando na política piauiense, tais como David Paulo, Sabino Paulo, Firmino Paulo.

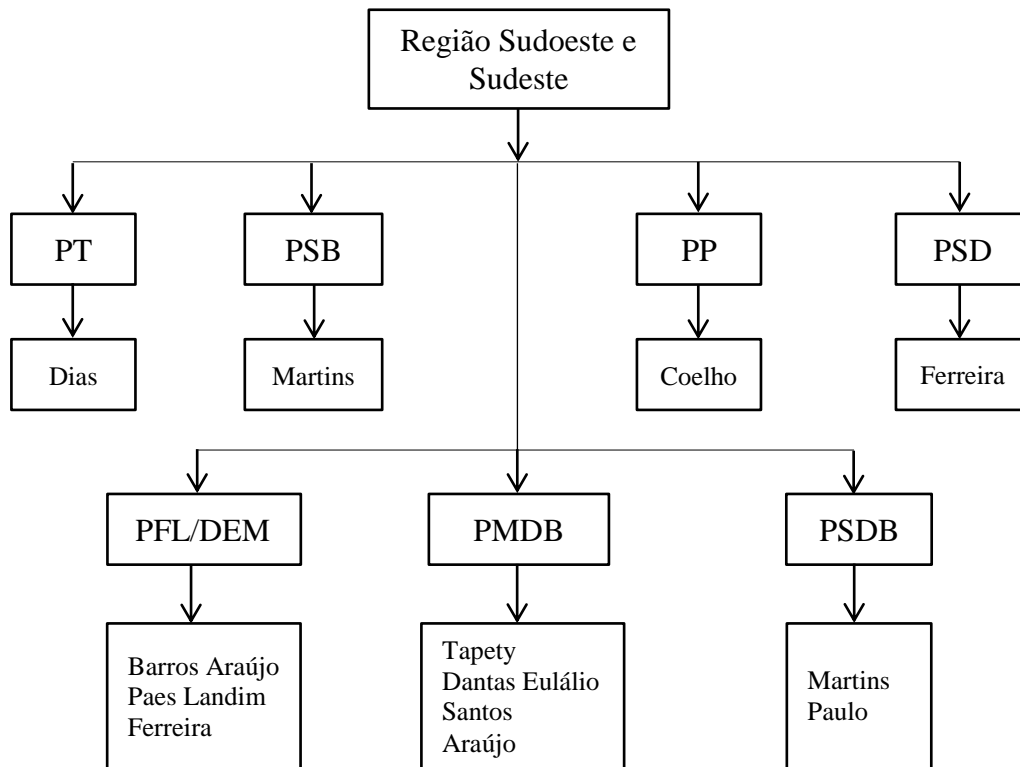
No município de São Raimundo Nonato, a família Ferreira tem destaque político local e era ligada ao PFL. O deputado Edson Ferreira representa o nome familiar na Alepi atualmente, mas depois migrou para o DEM e encontra-se no PSD hoje. A família Castro Dias divide os votos com a família Ferreira e, apesar de não ter tido nenhum representante na Alepi durante o período em análise, sua atividade política é forte com o representante Marcelo Castro (PMDB). Este foi deputado estadual em 1982, 1986 e 1990, filiado ao PMDB. Foi, também, eleito deputado federal entre as eleições de 1998 a 2014 pela mesma sigla e foi Ministro da Saúde no governo presidencial Dilma Rousseff. Tal contexto político que pode ser visualizado no organograma 3, na página seguinte.

Em decorrência dos resultados eleitorais, entre as legislaturas de 1998 e 2014, houve um número significativo de representantes oriundos da região Sul do Estado, somam-se as regiões sudeste e sudoeste, 15 famílias ao todo. Isso caracteriza um controle familiar mais diversificado, porém rígido, e sua influência no recrutamento dos quadros da região. Também se destacam várias famílias de longa tradição na cidade de Oeiras, antiga capital piauiense, como a família Tapety que, ligada ao PMDB, possui relevante destaque com o representante Mauro Tapety.

O município de Picos concentra três famílias importantes na disputa eleitoral para o Parlamento Estadual: a família Barros Araújo, que forneceu três representantes pelo PFL de 1974 a 1998, Antônio Barros Araújo, Kennedy Barros e Abel Barros Araújo; a família Dantas Eulálio, que possui importante atuação dentro da Alepi e começou com o ex-deputado Severo Eulálio, passando para seu filho Kléber Eulálio e, atualmente, seu neto Severo Maria Eulálio Neto ocupa uma cadeira no Parlamento, sendo todos ligados ao PMDB; por último, temos a família Moura Santos, que, nas últimas sete legislaturas, foi representada pelo ex-deputado estadual Warton Santos e na atual, seu filho Pablo Santos assumiu seu lugar, ambos eleitos pelo PMDB.

As famílias supracitadas são recentes na Alepi, mas já mostram uma continuidade e uma transmissão do poder político, bem como da cadeira parlamentar. No município de Floriano, temos a família Araújo que foi, inicialmente, representada pelo ex-deputado estadual Chico Filho, depois pela sua irmã Ana Paula. A família dos irmãos Ana Paula, Chico Filho e Zé Nordeste controlam quatro prefeituras no Estado: a primeira foi prefeita por duas vezes de Sebastião Leal, o segundo foi prefeito de Uruçuí e o terceiro foi prefeito por duas vezes de Canavieira e Bertolínea. Hoje, a família prossegue representada pelo deputado eleito José Ribamar Noletto de Santana, esposo da ex-deputada Ana Paula. Todos esses foram eleitos pelo PMDB.

Organograma 03: Famílias e partidos da região Sudoeste e Sudeste do Piauí (1998-2014)



Fonte: Elaboração própria.

Outras três famílias apareceram recentemente na Alepi: o casal Rejane Dias e Wellington Dias, dos municípios de São João do Piauí e Oeiras, este, em carreira política ascendente, detém o comando do Estado e sua esposa exerceu um mandato na Alepi seguindo para a Câmara Federal. Um fato interessante a respeito destes dois políticos é que ambos

começaram suas atividades políticas na capital do Estado e não em seus municípios de origem. Desse modo, eles conquistaram espaço na política piauiense, sendo eleitos pelo PT.

A família Martins tem como representante principal o ex-governador e ex-deputado estadual Wilson Martins que nasceu na cidade de Oeiras e passou sua cadeira no Legislativo para sua esposa Lilian Martins (PSB). O sobrenome da família continua presente na Alepi com o irmão de Wilson Martins, Rubem Martins (PSB), natural do município de Santa Cruz do Piauí. A família ainda tem representatividade na Câmara Federal com Rodrigo Martins (PSB) e controla as prefeituras nos municípios de Santa Cruz do Piauí e Wall Ferraz.

A família Coelho, representada inicialmente pelo ex-deputado estadual Marcelo Coelho (PPB), que é ligado à família Portella, continua com representação na política piauiense. A ex-deputada estadual e atual vice-governadora do Estado, Margarete Coelho (PP), nascida no município de São Raimundo Nonato, é a representante atual do grupo familiar em questão.

Finalmente, a região Sul do Estado, mesmo passando por avanços significativos para seus municípios, ainda é espaço para a reprodução e manutenção do controle político por alguns grupos familiares. Uma vez que chegam à Alepi, os pertencentes desses grupos se tornam mediadores ligando suas bases eleitorais à capital do Estado. Essas bases eleitorais servem como apoio à conquista de votos, favorecendo as suas sucessivas reeleições. Dessa forma, os cidadãos aspirantes a ocupar as cadeiras no Parlamento Estadual que não pertencem a clãs familiares se deparam com um bloqueio que somente alguns conseguem superar e caminhar com facilidade, alcançando benefícios para si e para suas bases eleitorais.¹⁶⁵

3.3 As famílias políticas mais influentes no Legislativo Piauiense

Até final no século XIX, precisamente no início das décadas de 1980 e 1990, a linha de reprodução e recrutamento das bancadas políticas no Legislativo piauiense tinha passado impreterivelmente pelas principais origens familiares do Piauí. Durante as décadas citadas, duas origens familiares se destacavam no provimento de consecutivas linhagens que possuíam números significativos de representantes diretos no Legislativo do Estado: as famílias Almendra Freitas e Portella.¹⁶⁶ Outra de grande destaque era a família Castelo Branco, tida como “uma oligarquia velha do Piauí, onde seu tronco, Francisco da Cunha de Castelo

¹⁶⁵ ARRAES, 2014, p. 45-46.

¹⁶⁶ ARRAES, 2000, p. 81.

Branco, fixou-se em começos do século XVIII; era irmão do primeiro conde de Pombeiro”.¹⁶⁷ Esta apresentou representantes para o Legislativo até o final dos anos 1990.

Desde o início dos anos 1950 até os anos 1990, a família Freitas possuía representatividade significativa no cenário político piauiense, assumindo cargos de prefeituras municipais até cargos de autoridade máxima do poder executivo. Os membros dessa família foram eleitos pelo PFL e, cronologicamente, pelo PSD, Arena e PDS. A família Freitas formava no estado o cenário político oligárquico típico e confirmava a ideia de governo de poucos.

As conquistas políticas da família Freitas afirmavam a ideia de que o sistema familiar era um importante indício da manutenção da política oligárquica dominante no Piauí. A condição de oligarquia não era vista com bons olhos por alguns políticos descendentes deste grupo familiar, pois, para eles, o processo eleitoral era a única fonte de acesso ao poder. Tal ideia poderia ser contrariada diante de um grande número de políticos descendentes desse grupo familiar no cenário político naquela época.¹⁶⁸

Petrônio Portella era o político notório da família Portella. Trata-se de um indivíduo que conquistou destaque tanto no cenário estadual quanto no Nacional. Foi de vereador a governador do estado, presidiu a Arena e o Congresso Nacional e foi Ministro da Justiça. Com capacidade política na direção das alianças e nas negociações, ele conduziu o esquema político UDN-PSD por vinte anos, que permaneceu unido e vitorioso por vinte e dois anos no Piauí. Somando-se à ascensão da família Freitas, com o casamento de Petrônio Portella com uma filha do então governador piauiense, Pedro Freitas, ainda na década de 1950, as duas oligarquias passaram 35 anos ininterruptos no controle do Poder Executivo do Estado.¹⁶⁹

A família Portella, guiada por Petrônio Portella, comandou uma das maiores e vitoriosas oligarquias, conquistando cargos do alto escalão da política nacional. Esse clã familiar conquistou inúmeros postos políticos que, até 1999, somavam-se quatro governadores, dois senadores e onze deputados. A oligarquia Portella viveu seu apogeu e hegemonia durante as décadas de 1960 e 1970. A partir dos anos 1980, quando a elite local desmembrou-se em duas partes, a família viu seu poder declinar. No entanto, ainda há resquícios de seu poder no atual cenário político federal.

O quadro político piauiense foi espaço historicamente de predomínio e hegemonia de basicamente duas famílias, levando a concluir que o recrutamento das bancadas parlamentares

¹⁶⁷ DORIA, Francisco Antonio et al. *Herdeiros do Poder*. Rio de Janeiro: Revan, 1994. p. 28.

¹⁶⁸ ARRAES, 2000, p. 88.

¹⁶⁹ ARRAES, 2000, p. 88.

ocorria no interior dos esquemas oligárquicos hegemônicos e das famílias tradicionais piauienses. A análise dos tópicos seguintes tem o intuito de discutir se a configuração das bancadas continua sendo a mesma nos quinze primeiros anos da década de 2000.

É possível adiantar que as relações familiares e seus arranjos com o poder político não deixaram de existir, pois as práticas são basicamente as mesmas. No entanto, a mudança ocorre nas concepções de não se limitar na ideia da família nuclear e, a partir disso, tornarem-se mais extensas e com alianças mais diversificadas, mirando no controle e na manutenção do poder político.

Com isso, até às eleições de 1998 observou-se resquícios do poder e influência da família Freitas na composição da bancada parlamentar. Nesse mesmo pleito, o clã familiar elegeu o deputado Robert Freitas que, ainda ligado ao PFL, acumulava mandatos na Alepi desde 1986 e seguiu para exercer o cargo de prefeito de sua cidade natal nos anos seguintes. Dentro desse mesmo grupo familiar, encontramos os políticos Átila Lira e Hugo Napoleão Neto que resistiram ao tempo e conseguiram ocupar postos políticos durante os anos 1990 e 2000.

Wilson Martins (PSDB) e Homero Castelo Branco Neto (PFL) foram outros dois deputados de linhagens familiares tradicionais do estado. Ambos são ligados por entrelaçamento familiar e originários dos primeiros políticos a construir a história política do estado: o primeiro ligado ao Presidente da Província do Piauí, Manuel de Sousa Martins, e o segundo pertence à dinastia dos Castelo Branco.

A família Portella tem mantido uma cadeira na Câmara Federal, com a deputada Iracema Portella (PP). A manutenção do poder político dessa família contou com a ajuda de outra família tradicional do estado: os Nogueira. Ciro Nogueira é o atual líder político dessa família, senador e presidente nacional do Partido Progressista e casado com a deputada supracitada. No Parlamento estadual, também houve outros representantes: o ex-deputado Marcelo Coelho (PPB) e sua esposa Margarete Coelho (PP).

As seguintes legislaturas apresentaram um leque mais diversificado de famílias políticas. A diversificação familiar na composição das bancadas eleitas entre os anos eleitorais de 2002 e 2014, não serve como base para dizer que são famílias frágeis no cenário político piauiense ou que seu poder político está mais fragmentado. A diversificação familiar no Parlamento Estadual evidencia que aquelas famílias tradicionais, coesas, homogêneas e controladoras de todo o poder político, precisavam arquitetar novas táticas de sobrevivência. Para isso, elas se relacionaram com outras famílias que também eram importantes no meio político, mas com poder político mais regionalizado.

Desse pontapé inicial, essas famílias conseguiram estabelecer novas alianças e mais força política, perpetuando-se no poder e transmitindo o mesmo para as gerações futuras. Vale lembrar que essa situação não abrangeu todas as famílias que tiveram representação significativa dentro da Alepi e essas relações se davam tanto em laços de amizade como em laços partidários.

Durante essas legislaturas, houve quatorze famílias influentes que estiveram presentes no Legislativo nas últimas três décadas, como as famílias Dantas Eulálio, da família Monteiro, Paes Landim, Leite, Brandão, Xavier, Paulo, Santos, Castro, Neiva, Ferreira, Moraes Souza, Tapety e Marques. Isso nos levar a considerar que os arranjos realizados pelas famílias políticas servem para controlar uma das vias mais significativas de intermediação entre o poder político e suas zonas de influência eleitorais.

3.4 A herança familiar na Política Contemporânea Piauiense

No Brasil, a herança familiar é algo elementar da política, o que acaba definindo a composição do poder parlamentar. O pertencimento à famílias tradicionais na política proporcionava o ingresso dos aspirantes à política no mundo do poder. Segundo a socióloga Maria Cristina de Queiroz o exercício da política capitalista tem como determinação suprir as necessidades do capital em uma sociedade. A política limita-se pelas novas necessidades do capital. Nesse sentido, se há mudanças na política, estas refletem no sistema eleitoral.¹⁷⁰

Consequentemente, as eleições sofrem restrições legais e políticas que tornam as disputas eleitorais desiguais entre partidos e candidatos. A desigualdade que Queiroz se refere está associada ao capital político construído por famílias que formam verdadeiros clãs políticos. O poder decorre da importância econômica que tem suas bases eleitorais, em geral, resultantes de formas tradicionais de fazer política: clientelismo e o personalismo.¹⁷¹ Isso quer dizer que o subsistema político ainda se reproduz à sombra destas práticas. Lembrando que isso se realiza dentro do processo político democrático e institucional, ou seja, práticas que

¹⁷⁰ NOBRE, Maria Cristina Queiroz. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 3, set./dez. 2017, p. 430-438. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v20n3/1414-4980-rk-20-03-00430.pdf>>. Acesso em 31 de dezembro de 2017.

¹⁷¹ O clientelismo era um subsistema de relação política. Para José Murilo de Carvalho, clientelismo é uma relação entre atores político pela qual uns concedem benefícios públicos e empregos em troca de apoio político, sobretudo, na forma de voto, isto é, uma política de troca de favores entre político e eleitor. Cf.: CARVALHO, 1997.

participam e respeitam o jogo eleitoral livre e regular. De acordo com a autora, a realização dessas práticas está relacionada à força do poder local que mostra sua importância na política a cada eleição.¹⁷²

Destarte, este tópico enfatiza a herança política como um elemento importante no sistema político do estado, acarretando uma sucessão de algumas famílias na política. Mesmo se tratado de tempos atuais, a herança familiar constitui elemento chave para a compreensão do recrutamento e da circulação das elites políticas no Legislativo, servindo como instrumento determinante para impulsionar uma carreira política no Piauí. Os números mostraram que, dentro do Legislativo, a estrutura de poder político se pereniza através das sucessivas linhagens de parentesco, qualificando “um negócio entre famílias”.¹⁷³ A compreensão da história das linhas de sucessão das famílias políticas do Piauí ou a alternância do poder político será apresentada nos próximos parágrafos.

Considera-se o sistema de parentela sem desprezar a influência da ideia das grandes famílias para a estruturação da composição do grupo familiar, na qual a coesão e a homogeneidade são características fundamentais. No entanto, a noção dos princípios e das estruturas que organizam as famílias de elite no Brasil possuíam uma lógica própria e uma habilidade de incluir os “de fora”, que são os membros não parentes, para o interior do sistema familiar.¹⁷⁴ Nesse juízo, a peculiaridade central desse sistema era sua “organização em torno de uma reciprocidade e de lealdade que ultrapassava a família nuclear (pai + mãe = filhos) e que envolvia tios, primos, sobrinhos, sogros, netos e agregados”.¹⁷⁵

O sistema acima representou uma forma específica de “solidariedade e que deu origem a uma ‘nova moral’, marca central da formação da família dirigente”.¹⁷⁶ De acordo com os sociólogos Fernanda Petrarca e Wilson Oliveira, considerando as elites dirigentes, a ideia de “família ia além do núcleo consanguíneo e tornava-se cada vez mais extensa, incluindo parentes lineares e colaterais, parentes não consanguíneos ligados pelo casamento e os afilhados, resultando na fórmula: ‘parentes + afins’”.¹⁷⁷

Quanto ao caso piauiense, a ideia de herança política¹⁷⁸ possui um sentido que vai além do fato de qualquer cidadão poder transmitir meios políticos para outros. Na política do

¹⁷² NOBRE, 2017, p. 432.

¹⁷³ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora UFMS/Anpuh-RS, 2010.

¹⁷⁴ PETRARCA; OLIVEIRA, 2016, p. 151.

¹⁷⁵ PETRARCA; OLIVEIRA, 2016, p. 151.

¹⁷⁶ PETRARCA; OLIVEIRA, 2016, p. 152.

¹⁷⁷ PETRARCA; OLIVEIRA, 2016, p. 152.

¹⁷⁸ ARRAES, 2000, p. 92.

estado, se aplica o ato de herdar ou transmitir determinados patrimônios, redutos e bases eleitorais a uma pessoa que pertença à mesma família, quer por laço de sangue, quer por casamento ou por compadrio.¹⁷⁹

O sentido de herança política, nessa pesquisa, configurou-se na substituição de um político por um parente mais próximo e que, através desses parentes políticos, se mantêm e se dá continuidade à permanência de troncos familiares politicamente importantes no cenário estadual, ampliando e diversificando seu grupo. Considera-se pretendentes a herdeiros políticos aqueles deputados que tenham parentes políticos em linha direta ou colateralmente ou originam-se de lideranças com poder e influência política. É dessa maneira que se dá seguimento às carreiras políticas dos seus ascendentes e força aos sobrenomes familiares. Nesta pesquisa são considerados herdeiros diretos: filhos, sobrinhos, primos, netos, irmão e esposas; e parentes colaterais: genros, cunhados e sogro.¹⁸⁰

Por meio da análise do material que foi coletado sobre os perfis biográficos dos deputados estaduais, constatou-se ampla relação de políticos que herdaram o prestígio político, sobrenome famoso e as bases eleitorais. Os grupos familiares dominantes na política piauiense se encaixam nessa perspectiva e, hereditariamente, vêm transmitindo, mantendo e fortalecendo seu poder político. O quadro abaixo mostra a quantidade de parentes, lineares e colaterais, eleitos a cada ano estudado, indicando o grau de parentesco dos deputados eleitos em relação aos seus antecedentes:

Quadro 08: Composição da Assembleia Legislativa do Piauí, segundo as relações de parentesco (1998-2014)										
Graus de Parentesco	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Filho	13	43	14	46,7	11	36,7	9	30	13	43,3
Sobrinho/Neto	1	3,4	-	-	1	3,4	2	6,7	1	3,4
Irmão	5	16,7	4	13,3	5	16,7	4	13,3	4	13,3
Parente Colateral	5	16,7	4	13,3	2	6,7	6	20	2	6,7
Total	24	80	22	73,3	19	63,3	21	70	20	66,7
Sem parentesco	6	20	8	26,7	11	36,7	9	30	10	33,3
Total	30	100	30	100	30	100	30	100	30	100

Fonte: Pesquisa de campo e dados biográficos da Alepi.

¹⁷⁹ O entendimento de compadrio é a relação social que advém da ideia do afilhado. Cf.: PETRARCA; OLIVEIRA, 2016, p. 152.

¹⁸⁰ ARRAES, 2000, p. 92.

O quadro acima apresenta as relações de parentesco que é um fator importante na composição do legislativo piauiense e uma prática cada vez mais frequente na sequência dos pleitos analisados. Pela análise foi possível observar o fenômeno da continuidade política de vários deputados eleitos em todos os pleitos com “filhos e netos de políticos que tiveram atuação destacada na vida social, política e administrativa do Estado”.¹⁸¹ A análise do referido quadro indica o continuísmo político dos deputados estaduais, evidenciado em cada um dos pleitos, pois encontramos os deputados que foram/são parentes de políticos que tiveram grande importância no cenário social, econômico e político no Piauí.

Na legislatura de 2002, o número de deputados filhos ou de parentes diretos atingiu mais de um terço da bancada, com 14 cadeiras. Observando os pleitos de 1998 a 2014, o número de deputados filhos praticamente se manteve, com exceção do pleito de 2010 em que o número de cadeiras ocupadas por filhos de ex-deputados estaduais foi menor, com 9 parlamentares ao todo.

Nota-se no pleito de 1998 que a presença de grupos familiares detentores de cadeiras da Alepi é a mais expressiva, com 24 cadeiras ou 80%, ocupando grande parte das vagas de deputados estaduais. Esse dado denota o elevado grau de oligarquização do subsistema político do Estado, considerando a presença significativa de clãs familiares ocupando a maior parte das cadeiras na Alepi.

Ao analisar o quadro verifica-se que em média de 2/3 da composição das bancadas eleitas entre 1998 e 2014 foram formadas por representantes ou herdeiros dos grupos familiares de grande poder econômico e político. Uma vez que chega ao Parlamento, o clã familiar busca recrutar seus parentes de confiança com objetivo de perpetuar o sobrenome familiar na política do estado. Portanto, a herança política é uma forma pela qual o grupo familiar consegue manter-se vivo no cenário político local, utilizando-se dos privilégios de sua influência para transferir aos seus sucessores o acesso ao poder político.

No interior das famílias e das redes de parentesco se transmitem as vocações, as convicções ideológicas e o posicionamento partidário.¹⁸² O impacto da herança dos grupos oligárquicos no palco da política piauiense foi caracterizado pela produção de um quadro político marcadamente concentrado, considerando a ocupação e o controle das organizações partidárias e do Parlamento.¹⁸³ Queiroz afirma que: “[Na] Política contemporânea os ritos

¹⁸¹ ARRAES, 2000, p. 93.

¹⁸² CANEDO, Letícia Bicalho. Metáforas do parentesco e a duração em política. *Textos de História*, Brasília, v. 3, n. 1, 1995, p. 82-103. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/textos/issue/view/643>>. Acesso em 28 de dezembro de 2017.

¹⁸³ ARRAES, 2000, p. 94.

eleitorais estão condicionados pela força econômica do candidato em associação às práticas tradicionais de fazer política, além do pertencimento a clãs tradicionais na política local”.¹⁸⁴

A maior parte dos deputados eleitos (71%), como constatado no quadro supracitado, entrou na política basicamente pela influência da longa história política de suas famílias. Dessa maneira, o número expressivo de deputados ligados por algum tipo de parentesco e com objetivos comuns transforma o Parlamento Estadual num ambiente assinalado pela participação e competição bastante limitadas.¹⁸⁵

De acordo com Queiroz a legitimação de um grupo familiar na política de uma região vai além da tradição familiar, pois: “Em combinação com o prestígio do sobrenome, a legitimidade que é revertida em votos se alimenta de métodos de coerção e convencimento, incluso as relações de troca de favores, herança de nossa história”.¹⁸⁶ Durante a análise dos cinco pleitos, há muito deputados com relações de parentesco com alguma família tradicional.

Isso se configura como uma vantagem adicional na competição das eleições estaduais, porque essas famílias construíram, ao longo do tempo, capital político e econômico capazes de exercer influência no meio social e cultural das regiões de onde atuam. A herança política dentro do Legislativo Piauiense é traço característico da política oligárquica e manifesta-se de forma visível no estado, reforçando o peso das relações familiares e/ou a importância do clã familiar na construção do cenário político no Parlamento estadual.

3.5 Famílias e as estratégias políticas

A importância do núcleo familiar ou das relações familiares é decisiva para impulsionar a carreira dos deputados estaduais. Esse item apresenta e discute sobre procedimentos ou estratégias de poder utilizadas pelos grupos dominantes, que são próprios da persistência das elites quanto à entrada de atores políticos de fora desses meios característicos, promovendo o enclausuramento da arena político-partidária. As estratégias básicas utilizadas pelos grupos dominantes são os matrimônios entre famílias próximas ligadas por laços consanguíneos ou por afinidade de interesses, as relações partidárias e a escolha pela adoção dos sobrenomes.

¹⁸⁴ NOBRE, 2017, p. 432.

¹⁸⁵ ARRAES, 2000, p. 96.

¹⁸⁶ NOBRE, 2017, p. 434.

Os matrimônios reforçam os laços de parentesco e ampliam as alianças familiares. O investimento dessa estratégia pelos clãs familiares contribuiu para a valorização dessas alianças e para manutenção do sobrenome familiar no poder político local. A referida estratégia é um traço histórico, já que vem se estabelecendo desde o período colonial piauiense,¹⁸⁷ e traduz uma forma pela qual as famílias constituíam sua supremacia política, social e cultural, utilizando, em muitos casos, os casamentos entre parentes próximos ou entre famílias do mesmo nível social, econômico e político.

Outro principal fator nas relações de casamentos correspondia à formação interna desses grupos, visto que sua composição e suas imbricações eram igualitárias ao longo da história política piauiense. As famílias aliadas estão no mesmo nível social, econômico e político. Por meio da ligação de núcleos familiares e suas sucessivas gerações, a Alepi foi dirigida e representada por este restrito grupo social.

Como supracitado, a consequência da presença dessas famílias no Legislativo é a quantidade significativa de parentes consanguíneos no meio político do estado. Assim, concentrar o poder político nas mãos de um grupo de elite é um mecanismo estratégico que os clãs familiares utilizam para manter e ampliar seu poder socioeconômico e político.¹⁸⁸

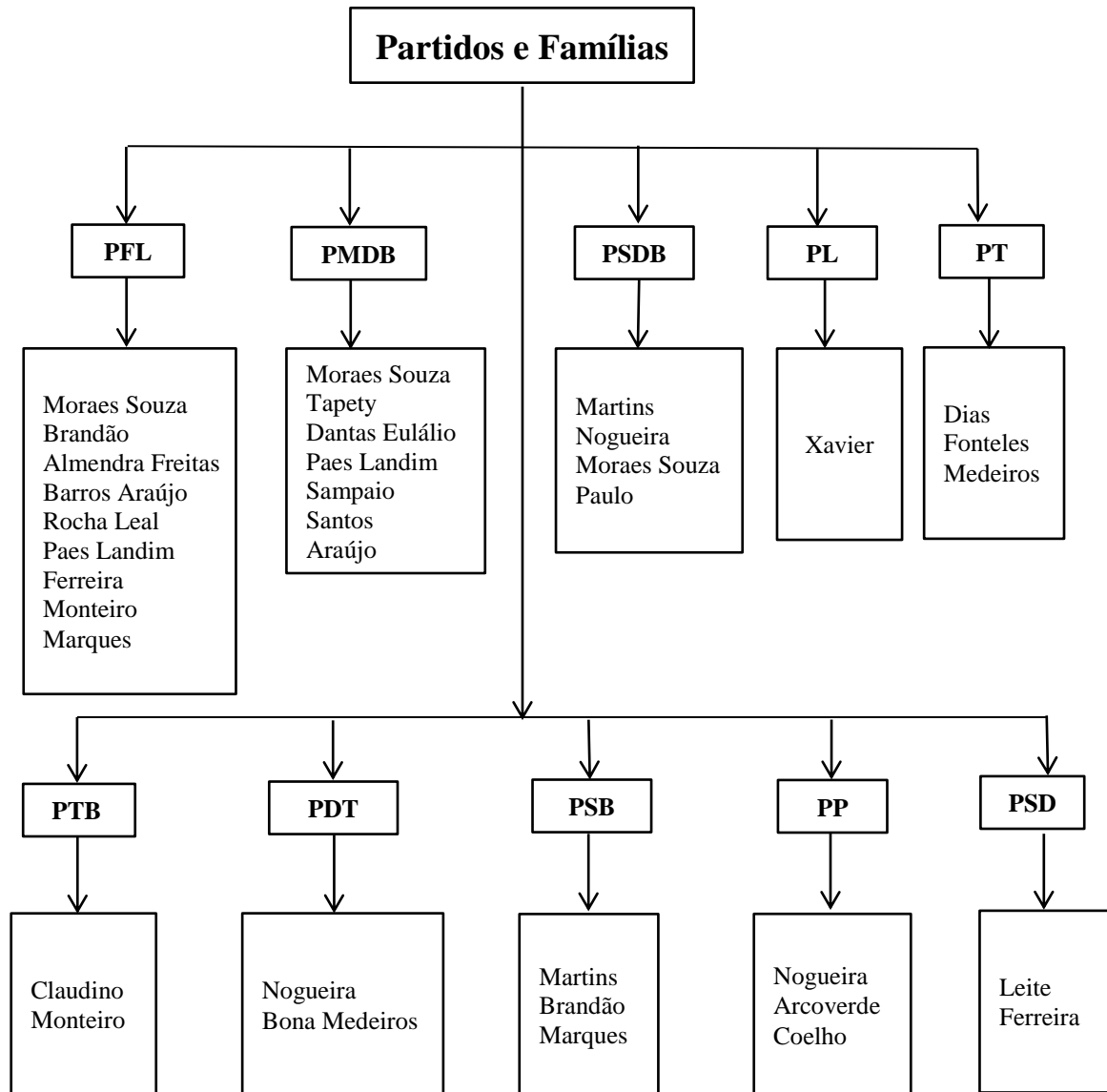
O principal casamento, que concedeu uma sólida aliança política e que favoreceu a união das famílias, ocorreu entre os Portella e os Almendra Freitas, conseguindo coesas vitoriosas até década de 1990, como já mencionado. O que restou das táticas da família Portella foi o primeiro casamento da herdeira Iracema Portella, deputada federal, com o ex-deputado e ex-governador Guilherme Melo (PDS) e o segundo com Ciro Filho (PFL), unindo sua família ao clã Nogueira Lima.¹⁸⁹ Nas legislaturas de 1998 e 2014, Wilson Martins e Juraci Leite foram os deputados que se beneficiaram destas práticas de forma indireta. É possível constatar que essas práticas são estímulos dos processos de continuidade e manutenção de quadros na Alepi.

A dispersão entre várias legendas ou entre os partidos políticos foi outra estratégia utilizada pelas famílias políticas ao redor do poder. O organograma 04 apresenta uma fragmentação ou dispersão de algumas famílias políticas, o que pode ser apenas uma estratégia do jogo político em que os membros de uma mesma família dividem-se em mais de um partido ou seguem a lógica da possibilidade de um ou mais candidatos se elegerem mantendo o sobrenome da família em destaque.

¹⁸⁷ BRANDÃO, 1995.

¹⁸⁸ ARRAES, 2000, p. 98.

¹⁸⁹ ARRAES, 2000, p. 99.

Organograma 04: Dispersão das famílias em partidos políticos (1998-2014)

Fonte: Elaboração própria

A distribuição de candidatos escolhidos pelas famílias políticas para a conquista de vagas no Parlamento Estadual significa uma estratégia política adotada pelos grupos familiares e não uma quebra ou divisão na estrutura interna familiar. Foi o que aconteceu com as famílias Brandão (Wilson Brandão, antes filiado ao PFL e agora ao PSB), Ferreira (Edson Ferreira, antes vinculado ao PFL-DEM e hoje ao PSD), Martins (Wilson Martins e descendentes, antes ligado ao PSDB e agora ao PSB), Moraes Souza (Antônio José de Moraes Souza Filho e descendentes, que foi para o PSDB e retornou para o PMDB) e Monteiro (Fernando Monteiro antes filiado ao PFL e depois ao PTB).

A dispersão foi um método utilizado pelas famílias políticas para abrandar o desgaste político atribuído ao sobrenome da família ao longo do tempo. Logo, são redes densas consolidadas por relações de parentesco, servindo nestes casos como órgãos mantenedores de alianças e espaço alternativo para outros indivíduos dos mesmos níveis sociais e econômicos para exercerem o poder político do Estado.¹⁹⁰

A adoção de sobrenomes que desempenham papel importante nessa configuração é outra prática percebida pelos deputados estaduais, tais como os deputados Sebastião Rocha Leal Júnior (PFL), Themístocles de Sampaio Pereira Filho (PMDB), Luciano Nunes Filho (PSDB), Antônio José de Moraes Souza Filho (PSDB), Homero Castelo Branco Neto (PFL), Flávio Nogueira Júnior (PDT), Severo Maria Eulálio Neto (PMDB), Lilian Martins (PSB), Rejane Dias (PT), Margarete Coelho (PP) e Juliana Moraes Souza (PMDB). Estes foram filhos, netos e esposas que herdaram ou adotaram o sobrenome do clã familiar com objetivos políticos e econômicos, utilizando-se da carga simbólica que possui o sobrenome da família como suporte e segurança no momento da conquista dos votos.

Ainda sobre as alianças matrimoniais, havia na tradição histórica da política brasileira, a prática de os políticos serem substituídos por parentes próximos ou pessoas de confiança. A transferência de mandatos eletivos passava de pai para filho e netos, de irmão para irmão ou de tio para sobrinho. A partir do pleito de 2010, a oligarquia persistiu, mas transformada em parcerias vitoriosas que resultavam na modificação da oligarquia piauiense, evidenciada no receptor do mandato de seu antecessor.

Essa dinâmica foi realizada na transferência de mandatos, isto é, os maridos disputavam mandatos e colocavam suas esposas na disputa por cargos exercidos por ele anteriormente. Em 2010 essa prática foi confirmada com o mandato do ex-deputado Wellington Dias (PT), com carreira política ascendente, sendo senador e governador do Piauí enquanto sua esposa, Rejane Dias (PT), conquistou uma vaga na Alepi. O ex-deputado estadual José Moraes Souza Filho (PMDB) candidatou-se e venceu como vice-governador do estado naquele pleito ao passo que sua esposa Juliana Moraes Souza (PMDB) obteve uma cadeira na Alepi. Na mesma chapa vitoriosa naquele pleito para governador do estado, a deputada estadual Lilian Martins se reelegeu para mais um mandato ao lado de seu esposo, o então governador eleito Wilson Martins (PSB). Ainda nesse pleito, a deputado estadual Margarete Coelho (PP) assumiu a vaga deixada pelo seu esposo Marcelo Coelho (PPB).

¹⁹⁰ VARGAS, 2010, p. 107.

O efeito se repete nas eleições de 2014, exceto para o casal Martins. Wilson Martins (PSB) concorreu a uma vaga no senado e perdeu, ao passo que sua esposa Lilian Martins obteve uma cadeira vitalícia no Tribunal de Contas do Estado (TCE). O ex-senador Wellington Dias (PT) concorreu novamente e venceu a disputa pelo governo do estado, cargo que ocupara pela terceira vez. Simultaneamente, sua esposa Rejane Dias (PT) conquistou uma cadeira na Câmara Federal. Já a deputada estadual Margarete Coelho candidatou-se e venceu como vice-governadora do estado na chapa vitoriosa que disputava pelo governo do estado naquele pleito. A inovação deste efeito aconteceu de modo inverso, visto que a deputada Ana Paula (PMDB) foi quem cedeu sua vaga ao seu esposo José Ribamar Noleto de Santana (PMDB).

As estratégias políticas são artifícios ou manobras utilizadas pelos grupos familiares em períodos passados, mas que ainda são práticas infalíveis na política local. Tais grupos não hesitam em utilizar esses métodos para a manutenção do mando, seja através das práticas políticas tradicionais, seja pela argumentação baseada na suposta experiência e competência administrativa à frente do Poder Legislativo.¹⁹¹ Essas estratégias asseguram o caráter extenso das relações familiares, manifestando a capacidade de incluir novos membros e incluindo as amplas alianças como parte indispensável desse processo. Além disso, essas estratégias evidenciam práticas que não se limitam à família nuclear, tornando as alianças mais diversificadas.¹⁹²

As famílias políticas antigas do Piauí, com o poder político desde o período colonial, estão ligadas pelos fatores históricos, econômicos e sociais, tendo produzido várias gerações de políticos com destaque no estado piauiense. O continuísmo político visa, enquanto estratégia, a perenidade, sendo que a permanência das práticas políticas tradicionais mostra como as elites dirigem o Piauí, visto que as elites produzem instrumentos que favorecem a consolidação do seu domínio político ou socioeconômico. A “persistência de herança familiar na política é uma das dimensões limitadoras da cidadania política por estabelecer condições diferenciadas na disputa de votos”.¹⁹³ Enfim, o histórico e o exercício dessa dominação marca a vida política do estado e evidencia quão frágil e oscilante é nossa democracia, impossibilitando o dinamismo econômico e o processo de democratização no estado piauiense.

¹⁹¹ ARRAES, 2000, p. 99-101.

¹⁹² PETRARCA; OLIVEIRA, 2016, p. 154.

¹⁹³ NOBRE, 2017, p. 434.

4 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DA ELITE PARLAMENTAR PIAUIENSE

Ao analisar a Elite Política Parlamentar Piauiense, fez-se necessário considerar o recrutamento político pelo qual esta elite política passou e, nesse ponto, a análise do Perfil Socioeconômico dos parlamentares piauiense torna-se imprescindível. O objetivo principal deste capítulo é elaborar e analisar o perfil socioeconômico dos parlamentares piauienses que ocuparam as cadeiras da Assembleia Legislativa do Piauí durante as eleições de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Assim, é relevante apresentar, nesse perfil, as características pessoais e ocupacionais que configuraram o acesso a essa Elite Política, utilizando quatro variáveis: a faixa etária, gênero, o nível de escolaridade e a ocupação profissional dos deputados estaduais.

Inicialmente, considera-se o indicador *Faixa etária*, que fornece informações sobre as modificações etárias durante o período em análise. Esse indicador serve mais para caracterizar o grupo político que foi eleito do que como um meio de selecioná-los entre todos os candidatos. Avalia-se, através de quadros, a idade dos deputados ao entrarem no Parlamento pela primeira vez e a idade dos mesmos em cada ano eleitoral, verificando se as bancadas são formadas por políticos mais maduros ou mais jovens. Tais informações foram correlacionadas aos partidos políticos que conquistaram representatividade nas bancadas de 1998 a 2014.

Na análise do segundo indicador *Gênero*, foram feitas as correlações da participação feminina com a participação masculina e a análise dos resultados finais dessas eleições. Ao analisar a situação da Alepi, observou-se um baixo índice de participação feminina tanto entre os candidatos quanto entre eleitos. Porém, essa evidência não era observada apenas no caso piauiense, mas na política brasileira, sendo que a persistência desse quadro desperta o interesse em analisar a representatividade feminina no Parlamento. Assim, foi essencial a construção de quadros comparativos em relação ao número de homens e mulheres que se candidataram e as que conseguiram uma vaga na Alepi. Analisamos, também, a efetividade e os resultados da implantação da Lei de Cotas.¹⁹⁴

Com relação ao terceiro indicador, *Nível de Escolaridade*, os efeitos que a educação tem na conquista de uma cadeira dentro do Parlamento Estadual ficam evidentes. É possível identificar que o nível de educação dos candidatos pode influenciar nos resultados finais das eleições, podendo ser um dos requisitos importantes para o acesso à Casa Legislativa

¹⁹⁴ Refiro-me às Leis 9.100/95, 9.504/97 e 12.034/09.

Piauiense. Verifica-se uma representação política cuja maioria expressiva possui curso superior completo. Para isso, um quadro foi confeccionado para abranger as informações sobre a formação escolar de cada deputado eleito em cada eleição.

No quarto indicador, *Ocupação Profissional*, identifica-se os setores sociais de recrutamento que mais forneceram candidatos para a Assembleia Legislativa, analisando as relações existentes entre os tipos de profissões e o acesso a estes postos de comando. Dessa forma, durante a análise, a composição profissional dos parlamentares forneceu indícios sobre o *status* social destes antes de serem eleitos, assim como os outros indicadores foram complementados por quadros com as informações das atividades profissionais dos deputados que possibilitaram formular conclusões sobre o efeito deste indicador nas eleições para a Alepi.

4.1 A faixa etária da Elite Política Parlamentar

Com a montagem do Perfil socioeconômico dos deputados estaduais, a variável faixa etária nos forneceu indicativos sobre o grau de renovação geracional e parlamentar, o qual foi medido pela idade dos representantes piauienses. O quadro 09 oferece uma interpretação da composição da Casa Legislativa, tendo com base a idade dos deputados estaduais ao ingressarem pela primeira vez no Parlamento Estadual e a idade deles a cada ano eleitoral. Assim, é possível identificar se houve modificação etária das bancadas eleitas, isto é, se elas envelheceram ou não. A escolha e divisão das faixas etárias foram definidas pela idade mínima para o ingresso em Assembleias Legislativas, 21 anos e justifica-se pela existência de deputados com idades mais avançadas, entre 60 e 70 anos. Feito isso, intercalamos as mesmas no espaço de 10 anos.

O quadro 09 mostra que a maioria dos deputados ingressou na Alepi com idade entre 41 e 50 anos. Analisando o pleito de 1998, observamos que 37% dos deputados eleitos entraram na Alepi com idades entre 41 e 50 anos, contra oito deputados (27%) que ingressaram no parlamento com idades entre 31 e 40 anos e contra um deputado (3%) que entrou com 27 anos.¹⁹⁵

¹⁹⁵ O deputado em questão é Silas Freire eleito pelo PMDB para cumprir seu primeiro mandato na Casa Legislativa. Cf.: *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=254>. Acesso em 07 de março de 2017.

Quadro 09: Idade ao ingressar na Assembleia Legislativa do Piauí (1998-2014)										
Faixas de idade	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
21-30 anos	1	3%	1	3%	2	7%	1	3%	1	3%
31-40 anos	8	27%	6	20%	4	13%	9	30%	9	30%
41-50 anos	11	37%	12	40%	14	47%	10	33%	10	33%
51-60 anos	8	27%	8	27%	7	23%	7	23%	8	27%
Mais de 60 anos	2	6%	3	10%	3	10%	3	10%	2	7%
Total	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%

Fonte: Dados do site do TSE e da Alepi.gov. Elaboração própria.

No ano eleitoral seguinte, a faixa etária de 41 a 50 anos, com maior destaque, se repete. Nela observamos que houve um aumento de 3% comparado a legislatura anterior. Nesse pleito observa-se que 12 deputados (40%) ingressaram na Alepi entre os anos estabelecidos pela faixa etária entre 41 e 50 anos, contra seis deputados (20%) que entraram na Casa Legislativa com idade entre 31 e 40 anos e contra um deputado que ingressou na Alepi com 24 anos.¹⁹⁶

No pleito de 2006 observou-se que a faixa etária de 41 a 50 anos foi a maior se comparada aos outros quatro pleitos, visto que nela encontravam-se 14 (47%) deputados que ingressaram na Alepi com idades entre 41 e 50 anos. Ainda nessa legislatura, 4 (13%) deputados entraram com idades entre 31 e 40 anos e 2 (7%) tinham ingressado na Alepi com idade entre 21 a 30 anos.¹⁹⁷ No pleito seguinte, nota-se que a faixa de maior representatividade continua sendo a mesma com 33% das cadeiras ou 10 parlamentares. Ainda nesse pleito, 9 (30%) deputados que adentraram a Alepi tinha entre 31 e 40 anos enquanto 1 (3%) entrou com 29 anos de idade.¹⁹⁸

¹⁹⁶ O deputado em questão é Luciano Nunes Filho eleito pelo PSDB para cumprir seu primeiro mandato na Casa Legislativa. Cf.: *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=24>. Acesso em 07 de março de 2017.

¹⁹⁷ Os deputados em questão são Luciano Nunes e Marden Menezes ambos eleitos pelo PSDB para cumprirem seu segundo mandato na Casa Legislativa. Cf.: *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=25>. Acesso em 07 de março de 2017.

¹⁹⁸ O deputado em questão é Flávio Nogueira Filho eleito pelo PDT para cumprir seu primeiro mandato na Casa Legislativa. Cf.: *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=13>. Acesso em 07 de março de 2017.

No último pleito analisado, a situação se repete, já que na faixa etária entre 41 e 50 anos corresponde ao número de 10 deputados (33%), 9 (30%) parlamentares ingressaram na Casa Legislativa com idade entre 31 e 40 anos e 1 (3%) tinha 21 anos.¹⁹⁹ No que diz respeito às demais faixas etárias, tem-se uma média de 10 deputados que ingressaram na Alepi com mais de 50 anos de idade. Estes são os deputados que estão há muito tempo no Parlamento e conseguiram a reeleição durante as eleições.

Fazendo uma análise geral do quadro 09, observa-se que a faixa etária mais significativa em todas as legislaturas foi a de 41-50 anos, com uma média de 11 parlamentares. Um ponto interessante a ser destacado é que a segunda faixa etária mais frequente é a de 51-60 anos, com a média de 8 deputados e, logo em seguida, vem a terceira faixa etária mais frequente, que é a de 31-40 anos, com a média de 7 deputados estaduais. Esses resultados mostram que os candidatos ingressantes na Alepi são adultos em sua maioria e que, conseqüentemente, já tinham construído suas carreiras políticas e/ou estavam em processo de ascensão.

Vale destacar três deputados que entraram na pela primeira vez na Alepi com idade acima dos 60 anos: em 2006, o deputado José Pinto de Mesquita (PDT),²⁰⁰ com 62 anos de idade; em 2010 o deputado Luiz Ubiraci de Carvalho (PDT),²⁰¹ com 63 anos e em 2014, o deputado José Pessoa Leal (PSD),²⁰² com 68 anos de idade. Para esses casos, os respectivos deputados já tinham conquistado e consolidado uma carreira política com cargos eletivos e/ou

¹⁹⁹ O deputado em questão é Georgiano Neto eleito pelo PSD para cumprir seu primeiro mandato na Casa Legislativa. Cf.: *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=281>. Acesso em 07 de março de 2017.

²⁰⁰ José Pinto de Mesquita é natural do município de Piri-piri onde iniciou sua vida política. Foi vereador nas eleições de 1970 e reeleito em 1972, sendo prefeito nas eleições de 1992 para o município citado acima. Cf.: *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=273>. Acesso em 10 de março de 2017.

²⁰¹ Luiz Ubiraci de Carvalho foi professor da Universidade Federal do Piauí (1972-1993) Secretário de Comunicação da Prefeitura de Teresina (1986-1989), Presidente da Fundação Cultural Monsenhor Chaves (1989-1990), Secretário de Administração da Prefeitura de Teresina (1993-1994), Secretário de Educação do Estado do Piauí (1995-1998), Secretário de Educação do Estado do Piauí (1999-2001), Secretário do Trabalho e Renda (2003-2005) e Presidente da FUNDESPI (2005-2006). Cf.: *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=36>. Acesso em 10 de março de 2017.

²⁰² José Pessoa Leal foi vereador de Teresina nas eleições de 2000, 2004, 2008 e 2012 antes de ingressar na Alepi. Cf.: *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=282>. Acesso em 10 de março de 2017.

na administração pública do Estado. No quadro 10, analisamos a idade de cada deputado para cada ano eleitoral conquistado juntamente com os partidos políticos que os elegeram.

Quadro 10: Faixa etária dos deputados estaduais, por partidos (1998-2014)																
Ano	Idade	PPR/PPB/PP	PMDB	PFL/DEM	PT	PL/PR	PTB	PSBD	PSB	PDT	PPS	PCdoB	PTC	PSD	PRB	(%)
1998	21-30 anos		1													1 (3%)
	31-40 anos		3	3	1			1								8 (27%)
	41-50 anos	2	2	3				1	1	2						11 (37%)
	51-60 anos	1	2	3				2								8 (27%)
	Mais de 60 anos		1	1												2 (6%)
Total		3	9	10	1			4	1	2						30 (100%)
2002	21-30 anos							1								1 (3%)
	31-40 anos	1	1	1	1		1	1								6 (20%)
	41-50 anos	2	4	2	1			2		1						12 (40%)
	51-60 anos	1	1	4	1	1										8 (27%)
	Mais de 60 anos			2						1						3 (10%)
Total		4	6	9	3	1	1	4		2						30 (100%)
2006	21-30 anos							2								2 (7%)
	31-40 anos		2				1				1					4 (13%)
	41-50 anos		4	2	4		1	1	1			1				14 (47%)
	51-60 anos		1	1	1	1			1	2						7 (23%)
	Mais de 60 anos		1	1						1						3 (10%)
Total			8	4	5	1	2	3	2	3	1	1				30 (100%)
2010	21-30 anos									1						1 (3%)
	31-40 anos		1		3			2	2				1			9 (30%)
	41-50 anos	1	1	1	1		3	1	1		1					10 (33%)
	51-60 anos		2		1		1		2			1				7 (23%)
	Mais de 60 anos		1	1						1						3 (10%)
Total		1	5	2	5		4	3	5	2	1	1	1			30 (100%)
2014	21-30 anos													1		1 (3%)
	31-40 anos		2		1	1	1	3		1						9 (30%)
	41-50 anos	1	2		1		2		1				1	1	1	10 (33%)
	51-60 anos		2		1		1		2	1			1			8 (27%)
	Mais de 60 anos						1							1		2 (7%)
Total		1	6		3	1	5	3	3	2			2	3	1	30 (100%)

Fonte: Dados colhidos do site do TSE e do site alepi.gov. Elaboração própria.

De acordo com o quadro 10, acima, tem-se a constituição etária dos deputados estaduais. A maior proporção de deputados estaduais foi historicamente eleita na faixa acima de 40 anos, caracterizando a faixa etária entre 41 e 50 anos como a mais frequente em todas as legislaturas estudadas. Durante os 16 anos que foram analisados, a bancada eleita em 2006 teve o maior número de casos inseridos nessa faixa etária: 14 membros ou 47% dos eleitos. No pleito de 1998, percebe-se que o número é de 11 (37%) deputados nessa faixa etária.

Enfatizando as faixas etárias acima dos 40 anos, tem-se no pleito de 1998, 27% dos deputados que representavam a faixa de 51 a 60 anos e os que pertenciam à faixa etária acima de 60 anos ocupavam 6% das vagas da Assembleia Legislativa do Piauí. No pleito de 2002, os deputados que tinham entre 51 e 60 anos ocupavam 27% dos assentos e aqueles que tinham mais de 60 anos de idade ocupavam 3% das vagas. Portanto, os deputados com mais de 40 anos ocupavam 77% do total das vagas do Parlamento Estadual. Em 2006, os deputados inseridos nas faixas etárias acima dos 40 anos representavam 80% dos deputados estaduais.

Nas legislaturas de 2010 e 2014, 20 parlamentares tinham acima dos 40 anos, em cada legislatura, ou seja, 70%.

Numa análise geral, entre 1998 e 2014, das 150 vagas em disputa, 57 (38%) cadeiras foram ocupadas por deputados situados na faixa de 41 a 50 anos de idade quando assumiram seus mandatos. Outras 38 (25%) cadeiras eram preenchidas por deputados que tinham entre 51 a 60 anos de idade, enquanto 13 (9%) vagas eram ocupadas por deputados estavam acima dos 60 anos. Ao todo, foram 108 deputados nessas faixas (72%), contra 42 deputados (28%) que apresentavam abaixo dos 40 anos de idade. Os resultados apontam para permanência de grande parte de seus quadros políticos na Alepi, sendo que uma experiência política e a reeleição da maior parte de seus deputados ajudam na configuração desse quadro.

Na pesquisa realizada por Ricardo Arraes, que trata da faixa etária dos deputados estaduais e federais no início da década de 1980 e na metade dos anos 1990, observa-se que, dos 110 deputados estaduais que foram analisados, 44 ou 40% estavam situados na faixa de 41 a 50 anos de idade. Aqueles que tinham entre 51 e 60 anos contabilizavam 26 deputados estaduais e 12 deputados estavam acima dos 60 anos. Assim, um total de 80 deputados estava nessas faixas ou 72,7% e 30 deputados (27,3%) estavam abaixo dos 30 anos de idade.²⁰³ Portanto, mesmos em épocas diferentes, a faixa etária de entre 41 a 50 anos dos deputados estaduais continua sendo a mais frequente na Alepi.

Já na pesquisa realizada por Braga, Veiga e Miríade²⁰⁴ sobre o recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos para Câmara dos Deputados nas eleições de 2006, constatou-se que a faixa etária que comporta o maior número de candidatos e eleitos nos cinco partidos (PFL, PP, PSDB, PMDB e PT) estava entre 46 e 55 anos. Isso se alinha com uma tendência presente em vários países e já apontada pela literatura internacional.²⁰⁵ De acordo com Fabrícia Almeida Vieira e Maria Cecília Eduardo,²⁰⁶ a montagem do perfil socioeconômico

²⁰³ ARRAES, Ricardo. *Oligarquias e Elites Políticas no Piauí: 1982-1995*. 2000. 181 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. p.106.

²⁰⁴ BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 70, jun. 2009, p. 123-186. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a08v2470.pdf>>. Acesso em 07 de julho 2017.

²⁰⁵ BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009, p. 12.

²⁰⁶ VIEIRA, Fabrícia Almeida; EDUARDO, Maria Cecília. Perfil socioeconômico dos candidatos e eleitos na disputa para deputado estadual do Paraná em 2014. *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, Paraná, v. 2, n. 11, set. 2015, p. 1-13. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio-v.-2-n.-11.pdf>>. Acesso em 07 de julho 2017.

dos candidatos e deputados estaduais eleitos no ano de 2014 para o estado do Paraná mostra que a faixa etária da maioria dos candidatos ficou entre 41 e 48 anos.

As autoras ressaltam que os casos ficaram bem distribuídos no que se refere aos candidatos, mas, já no caso dos eleitos, notaram uma distribuição mais concentrada em algumas categorias, visto que a faixa etária predominante ficou acima de 56 anos, seguida de parlamentares com até 40 anos.²⁰⁷ Ainda sobre o estado do Paraná, o perfil socioeconômico dos deputados eleitos entre os pleitos de 1995 e 2002, feito pelos pesquisadores Renato Perissinotto e Luiz Domingos Costa,²⁰⁸ demonstra que a faixa etária mais frequente é de 36 a 45 anos, com 48,8% do total de deputados estaduais entrevistados. De acordo com Perissinotto e Costa, a média de idade dos deputados se encontra na faixa dos 42 anos. O deputado mais novo tinha 24 anos quando foi entrevistado pelos autores e o mais velho tinha 58 anos.²⁰⁹

Prosseguindo com a análise do quadro 10, verificam-se extremos de idade de cada bancada que foi eleita durante o período analisado, apresentando os deputados mais jovens e mais velhos de cada eleição. Iniciando com as eleições de 1998, Silas Freire Pereira e Silva, filiado ao PMDB, foi o deputado mais jovem eleito para Alepi, com 27 anos de idade. Já o deputado estadual eleito com mais idade foi Gerardo Juraci Campelo Leite, com 67 anos de idade, filiado ao PFL na época. Lembrando que o primeiro já vinha do cargo de vereança e o último já estava na Alepi desde as eleições de 1982.

Nas eleições de 2002, o deputado Luciano Nunes Santos Filho do PSDB foi o mais jovem eleito, com 25 anos, e o deputado Elias Ximenes do Prado do PDT foi o eleito com mais idade, aos 77 anos. Destacando que o deputado Luciano Nunes Filho herdou a vaga no Parlamento do seu pai Luciano Nunes, que foi deputado estadual desde as eleições de 1982. Já o deputado Elias Prado era um político com longa experiência acumulada, conquistando cargos eletivos e o cargo para deputado na Alepi desde as eleições de 1977.²¹⁰

Nas eleições de 2006, dois deputados foram eleitos com menos idade: o deputado reeleito Luciano Nunes Filho, do PSDB, com 29 anos e o deputado estreante Marden Menezes, também do PSDB, com 29 anos, que herda a vaga na Alepi de seu pai Luiz Menezes, eleito deputado estadual desde a legislatura de 1990. Ainda, Gerardo Juraci

²⁰⁷ VIERA; EDUARDO, 2015, p. 5.

²⁰⁸ PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos. O Perfil dos Parlamentares Paranaenses. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo; FUKS, Mário; BRAGA, Sérgio (Org.). *Quem governa?* Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2007. p. 69-91.

²⁰⁹ PERISSINOTTO; COSTA, 2007, p. 76.

²¹⁰ BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e Legendas da Política Piauiense*. Teresina: Gráfica do Povo, 2015. p. 119, 134.

Campelo Leite foi o deputado com mais idade, reeleito com 75 anos. Nas eleições de 2010, o deputado mais jovem foi Flávio Nogueira Júnior, do PDT, com 29 anos e o deputado com mais idade foi Juraci Leite, reeleito com 79 anos.

O deputado Flávio Nogueira Júnior herdou a cadeira no Parlamento Estadual do seu pai Flávio Rodrigues Nogueira, que teve mandatos entre os anos eleitorais de 1998 até 2010. Nas eleições de 2014 o deputado Georgiano Fernandes Lima Neto do PSD foi o mais jovem eleito do Piauí e do Brasil, com 20 anos, assumindo o cargo aos 21 anos de idade. Ele é filho do deputado federal Júlio César (PSD). Naquele pleito, José Leal Pessoa, conhecido como Dr. Pessoa, vinculado ao PSD, foi o deputado estadual eleito, também estreante, com mais idade aos 68 anos. Ele obteve o cargo de vereador de Teresina entre os anos eleitorais de 2000 e 2012.

Analisando a faixa etária com relação aos partidos políticos em 1998, é constatado que o PFL e o PMDB possuíam o maior número de deputados com idade entre 40 e 60 anos. O primeiro com 7 deputados e o segundo com 5. Já em 2002, o PFL elegeu 8 deputados acima dos 40 anos de idade e o PMDB obteve 5 deputados com idade igualmente acima dos 40 anos. Do outro lado, o PSDB fica com o maior número de deputados com idade abaixo dos 40 anos de idade, 2 ao todo. Nas eleições de 2006 o PMDB continuou com o maior número de deputados com idade acima dos 40 anos e o PSDB continuava tendo a maior representatividade de deputados com idades entre 21 e 40 anos.

No ano eleitoral de 2010, houve igualdade entre o número de deputados com mais idade entre os partidos PMDB e PTB, pois cada um apresentou 4 deputados e o PDT elegeu o deputado mais jovem. Nas eleições de 2014 nota-se certo equilíbrio com relação à eleição anterior na qual o PMDB continuou com mais deputados com idade acima de 40 anos, 4 deputados ao todo, o PSDB permaneceu com maior número de deputados com idades abaixo dos 40 anos, no total de 3 deputados, e o PSD elegeu o deputado mais jovem dessa eleição.

De acordo com Braga, Veiga e Miríade, no caso dos candidatos e eleitos para a câmara dos deputados em 2006, o PMDB, o PP e o PFL possuem candidatos mais idosos do que o PSDB e o PT. A explicação dada pelas pesquisadoras baseia-se na decorrência da trajetória das legendas e de seus líderes, que vêm desde o tempo do MDB e da Arena do período ditatorial entre 1964 e 1982. Assim, os partidos que têm maior representatividade nas Assembleias e no Congresso possuem origens no período da ditadura ou no período da

redemocratização e isso explica a presença dos candidatos e eleitos com mais idade em comparação aos partidos novos com menor representatividade.²¹¹

4.2 Gênero e Representação Política na Alepi

Este tópico enfatiza a participação das mulheres nas eleições de 1998 a 2014 para a Alepi. Foram analisados os resultados comparativos sobre a participação masculina e feminina nas eleições para o Parlamento Estadual, obtidos durante a pesquisa, juntamente com a implantação da Lei de Cotas de 1995, a Lei 9.100/95, com a finalidade de conhecer sua efetividade para o caso piauiense.

A eliminação das desigualdades entre homens e mulheres é um dos principais objetivos na história de luta das mulheres na busca por mais espaço e participação na vida social, econômica e política. A luta das mulheres ganhou força ao longo do tempo, principalmente com o surgimento do movimento feminista no século XX, quando o Brasil redemocratizou-se. As desigualdades entre os sexos se expressam das mais variadas formas: salariais, profissionais, no acesso à educação e ao Poder Político.

Esse é o ponto chave da discussão acerca da participação das mulheres nas eleições para a Assembleia Legislativa Piauiense, já que a análise recai sobre a efetividade da Lei de Cotas (as Leis 9.100/95, 9.504/97 e 12.034/09) como asseguradora da inclusão da mulher nas esferas públicas. Essas ações afirmativas objetivam executar o que já está previsto nos direitos da mulher, a igualdade em todas as instâncias, e as principais áreas contempladas pelas ações afirmativas são o mercado de trabalho, o sistema educacional e a representação política.²¹²

A parte inicial deste tópico aborda a Lei de Cotas à luz da Teoria Política. Para esta, a lei de cotas fere a igualdade política, ao mesmo tempo em que as mulheres desejam combater as desigualdades estruturadas em nossa sociedade. Já na segunda, apresentaram-se os resultados da participação feminina nas eleições de 1998 a 2014 para a Assembleia Legislativa Piauiense, assim como a análise do número de mulheres candidatas, o número de mulheres eleitas, não-eleitas e suplentes, comparando com o universo masculino concorrente

²¹¹ BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009, p. 134-135.

²¹² SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, set./dez. 2015, p.713-734. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41762/30376>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

a uma vaga na Casa Legislativa. Na terceira parte, apresentamos as mulheres eleitas durante o período em análise.

A principal fonte são os dados estatísticos encontrados nos sites do TSE, TRE-PI e nas informações biográficas das deputadas encontradas no site oficial da Assembleia Legislativa Piauiense. Dessa forma, a realização desse tópico baseou-se em estudos semelhantes já existentes sobre a participação feminina na política brasileira e sobre a efetividade da Lei de Cotas para as eleições. Dentre esses estudos, destacam-se os de Maria Jordana Sabino e Patrícia Verônica Lima;²¹³ Clara Araújo;²¹⁴ Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli²¹⁵ e o de Kamila Pagel Oliveira.²¹⁶ No que diz respeito à elaboração dos quadros comparativos e apresentação dos dados, utilizamos, especialmente, dos estudos desenvolvidos pelas autoras Fanny Tabak e Moema Toscano no livro *Mulher e Política*.²¹⁷

A baixa presença das mulheres no Poder Legislativo fez com que o Brasil e outros países adotassem ações afirmativas, ou seja, cotas eleitorais por sexo. Este processo teve início em 1995 com a Lei nº 9.100, que: “Estabeleceu a primeira reserva de vagas para mulheres nas listas de candidaturas em eleições proporcionais, prevendo que cada partido

²¹³ SABINO; LIMA, 2015.

²¹⁴ ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, set./dez. 2001, p. 231-252. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100014>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

_____. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, jul./dez. 2009, p. 23-59. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6626>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

²¹⁵ MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, set./dez. 2010, p. 653-679. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000300003>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

_____. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2 sem. 2001, p. 253-267. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100015>> Acesso em 30 de junho de 2017.

_____. Teoria Política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000, p. 91-102. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4149.pdf>> Acesso em 30 de junho de 2017.

²¹⁶ OLIVEIRA, Kamila Pagel de. *Análise da evolução da participação da mulher na política Brasileira: estudo aplicado às Assembleias legislativas*. Disponível em: <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/publicacoes-2013/7-analise-da-evolucao-da-participacao-da-mulher-na-politica-brasileiraestudo-aplicado-as-assembleias-legislativas/file>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

²¹⁷ TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

apresentasse um mínimo de 20% de candidatas”.²¹⁸ Essa legislação foi aplicada nas eleições do executivo municipal em 3 de outubro de 1996.

No ano de 1997, essa legislação foi ampliada pela Lei nº 9.504, que estendia a medida aos demais cargos eletivos por voto proporcional da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas Estaduais e da Câmara Distrital. Logo, alterou-se o texto do artigo, assegurando não mais uma cota mínima para mulheres, mas a cota mínima de 30% e a cota máxima de 70% para qualquer um dos sexos. Tais modificações fortaleciam o debate sobre a paridade de gênero no âmbito da política, defendido pelo movimento feminista.²¹⁹

Em 2009 uma nova redação foi promulgada através da Lei 12.034. Desta vez mais objetiva do que as anteriores, evidenciando o princípio da obrigatoriedade ao afirmar que do número de vagas resultantes de “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”.²²⁰ A nova redação proposta pela lei 12.034/09 substituiu o termo “deverá reservar” por “preencherá” a cota de 30% de vagas de candidaturas femininas, criou medidas estabelecendo que os partidos destinassem 5% do fundo partidário para ser utilizado no incentivo à participação das mulheres na política e estabeleceu punição aos que violassem essa regra. A Lei prevê ainda a reserva de 10% do tempo de propaganda partidária fora de anos eleitorais para difundir a participação feminina.²²¹

Sob o ponto de vista da teoria política, as cotas implicam uma ruptura com um princípio básico da ordem política liberal ao indicar que o direito de um grupo de ser ouvido nos espaços de representação deve ser preservado.²²² Segundo o cientista político Luís Felipe Miguel, para o liberalismo, o único sujeito de direito é o indivíduo. Portanto, se as mulheres ou os membros de qualquer outro grupo querem ser representadas, esse objetivo deve ser alcançado por meio das opções individuais de seus diversos integrantes sem constrangimentos legais. Para ele, elas podem ingressar nos partidos, disputar convenções e eleições, mas devem conquistar seu espaço sem vantagens consignadas em lei.²²³

²¹⁸ Lei 9.100/95 de 29 de setembro de 1995. Art. 11, § 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19100.htm>. Acesso em 20 de maio de 2017.

²¹⁹ SCHUMACHER, Shuma; CEVA, Antônia. *Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015. p. 215-216.

²²⁰ SABINO; LIMA, 2015, p. 718.

²²¹ SABINO; LIMA, 2015, p. 719.

²²² MIGUEL, Luís Felipe. *Gênero e Representação Política*. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 97.

²²³ MIGUEL, 2014, p. 97.

O questionamento de Miguel nos faz refletir sobre o sentido e o impacto que estas ações afirmativas causam na sociedade, pois as mulheres, como grupo, buscam por mais espaços e representatividade, encontrando na lei um meio para a conquista de tais objetivos. Assim como as mulheres, qualquer outro grupo ou organização pode reivindicar e exigir seus direitos quanto a mais espaço social e público.

No entanto, essas ações afirmativas confirmam as desigualdades e que as mulheres poderiam eleger outras mulheres para o parlamento sem necessidade de alguma medida além da mera igualdade política formal, caso isso fosse realmente de sua vontade.²²⁴ Com isso, podemos perceber que as candidatas eleitas para a Alepi não se utilizam prioritariamente desse artifício para a conquista nas eleições.

Portanto, essa medida serve mais para que os partidos mostrem que estão seguindo e cumprindo a Legislação do que para assegurar a presença efetiva das mulheres na política. Além disso, surge um problema em relação à questão das cotas que se caracteriza pela impossibilidade de ignorar que a promoção da justiça entre grupos leva, muitas vezes, a injustiças em relação aos indivíduos. Assim, aquele indivíduo que perde algum benefício por conta de desigualdades históricas, aquele que não é protegido por cotas, é também vítima de injustiça.²²⁵

Outro questionamento apontado por Miguel²²⁶ consiste no fato de que, por apenas serem mulheres, estas não terão sempre interesses idênticos. Contra isso, há o argumento de que os indivíduos ocupam, ao mesmo tempo, diferentes “posições de sujeito” cujas pressões são variadas e, por vezes, contraditórias. Mulheres candidatas não precisam ter comprometimento com a questão feminina. Ainda mais, o espaço social é constituído, em sua maioria, como um ambiente masculino e o campo político trabalha contra as mulheres, impondo obstáculos maiores a elas.

Os grupos dominantes dispõem de bens materiais que lhes permitem agir de forma mais eficaz no meio político. Em contrapartida, essa exigência em favor das mulheres é a mais importante, pois a presença no campo político demanda disponibilidade de tempo e, diante da organização atual da sociedade, as mulheres são as principais responsáveis pela administração de seus lares. Logo, a sua disponibilidade se torna grande barreira para o início ou o progresso de uma carreira política.²²⁷ A análise dos dados e seus respectivos resultados,

²²⁴ MIGUEL, 2014, p. 97.

²²⁵ MIGUEL, 2000, p. 95.

²²⁶ MIGUEL, 2000, p. 96.

²²⁷ MIGUEL, 2014, p. 105.

encontrados durante o período em estudo, mostraram a representação feminina no Parlamento estadual.

Quadro: Total de candidatos registrados nas eleições de 1998-2014 (Alepi)										
	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homens registrados	147	86%	169	92%	156	87%	138	75%	158	70%
Mulheres registradas	23	14%	15	8%	23	13%	46	25%	68	30%
Total de Candidatos	170	100%	184	100%	179	100%	184	100%	226	100%

Fonte: Elaboração própria. Dados do TSE, TRE-PI.

Segundo o quadro 11, no ano eleitoral de 1998, de 170 candidatos, apenas 23 eram mulheres, contra 147 homens que estavam pela disputa de uma vaga na Alepi. Assim, 14% do total de candidatos eram mulheres, tornando-se perceptível a diferença em comparação ao percentual de homens com candidaturas registradas: 86%. Como a nova reformulação da Lei de cotas foi sancionada em 1997, o resultado tímido da participação das mulheres nas eleições de 1998 foi justificado pelo pouco tempo dado aos partidos para a mobilização de mulheres candidatas. Esperava-se, assim, uma maior mobilização para as eleições seguintes que ocorreriam em 2002.

As eleições de 2002 apresentaram resultado negativo em relação ao número de mulheres candidatas que foram registradas. Ao todo, foram apenas 15 mulheres registradas (8%) contra 169 (92%) homens registrados para as eleições de 2002. No ano eleitoral de 2006 há o mesmo número de mulheres registradas em comparação as eleições de 1998, 23 mulheres (13%). Em contraposição, a participação dos homens foi maior em comparação a mesma eleição, com 156 (87%) homens registrados. Nas eleições de 2010 houve participação maior das mulheres.

Observa-se que, em comparação as eleições de 2006, o dobro de mulheres se candidatou para a disputa eleitoral, um total de 46 (25%) mulheres. Já nas eleições de 2014, é perceptível a participação de 68 (30%) mulheres contra 158 (70%) homens que se candidataram. O número de candidatas cresceu nas últimas duas eleições para a Alepi devido à implantação da Lei 12.034/09, pois os partidos deveriam preencher a cota de 30% das vagas com candidaturas femininas, destinar 5% do fundo partidário no incentivo a participação das

mulheres na política e reservar 10% do tempo da propaganda partidária para expandir a participação das mulheres.

Quadro 12: Número de mulheres e homens eleitos na Alepi (1998-2014)										
	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Número de mulheres eleitas	2	7%	2	7%	3	10%	7	23%	4	13%
Número de homens eleitos	28	93%	28	93%	27	90%	23	77%	26	87%
Total de Eleitos	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%

Fonte: Elaboração própria. Dados do TSE, TRE-PI.

De acordo com o quadro 12, acima, houve crescimento em relação à conquista das mulheres por um posto na Alepi. Em 1998 e 2002 foram 2 eleitas (7%) para a Casa Legislativa, sendo que 1998 foi o ano de retorno da participação feminina, pois a última vez que uma mulher tinha ocupado uma vaga no Parlamento Estadual havia sido em 1970.²²⁸ Em 2006, houve crescimento em comparação a 2000, pois o referido ano eleitoral elegeu 3 (10%) mulheres.

O pleito de 2010 tornou-se de grande destaque, visto que foi o ano eleitoral em que houve o maior número de representantes femininas na Alepi. No mesmo ano eleitoral em que foi eleita a primeira presidente do Brasil, Dilma Rousseff (PT), ao todo, 7 (23%) mulheres obtiveram êxito em suas campanhas eleitorais. Uma justificativa para esse aumento pode ser a execução da Lei 12.034/09. Entretanto, com as eleições de 2014, houve queda no número total de eleitas, com 4 (13%) de mulheres, mas mesmo assim, continuava o dobro de eleitas em relação aos pleitos de 1998 e 2002.

²²⁸ A deputada em questão é Josefina Ferreira Costa, filiada ao Arena e eleita a primeira deputada estadual do Piauí. Ela assumiu a vaga deixada pelo seu esposo Raimundo Vaz da Costa Neto. Cf.: *Eleições 1970*. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-senador-suplente-senador-deputado-federal-deputado-estadual-1970>>. Acesso em 18 de maio de 2017.

Quadro 13: Número de mulheres candidatas, suplente, eleita e não eleita; Alepi (1998-2014)										
	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Número de candidatas	23	13%	15	8%	23	13%	46	25%	68	3%
Número de suplentes	15	9%	12	6%	14	8%	33	18%	42	18%
Número de eleitas	2	1%	2	1%	3	2%	7	4%	4	2%
Número de não eleitas	6	3%	1	0,54%	6	3%	6	3%	22	10%
Total	170	100%	184	100%	179	100%	184	100%	226	100%

Fonte: Elaboração própria. Dados do TSE, TRE-PI.

O quadro 13, acima, apresenta a visualização geral da participação feminina nas eleições para a Alepi entre os anos de 1998 e 2014. Dessa forma, nas eleições de 1998, o número de mulheres que registraram a sua candidatura foi de 23 (13%) num universo de 170 candidatos. Destas 23 mulheres, 15 (9%) ficaram como suplentes, sendo uma convocada,²²⁹ 2 (1% do total de candidatos) foram eleitas e 6 (3%) não conseguiram ser eleitas e nem ficar na suplência. O número de mulheres participantes das eleições de 2002 foi reduzido. No total, foram apenas 15 mulheres (8% do total de candidatos registrados). Destas 15, 12 (6%) ficaram como suplentes (sendo uma convocada),²³⁰ 2 (1%) foram eleitas e 1 mulher não obteve êxito na sua candidatura.

Em 2006, de um universo de 179 candidatos registrados, 23 (13%) eram mulheres. Entre estas, 14 (8%) ficaram na suplência, 3 mulheres (2%) foram eleitas e 6 (3%) mulheres não foram eleitas. O pleito de 2010 foi mais expressivo em comparação aos demais. No total de 184 candidatos registrados, 46 (25%) eram mulheres e 33 (18%) ficaram na suplência (sendo 4 convocadas),²³¹ 7 mulheres (4%) foram eleitas e 6 mulheres (3%) não foram eleitas e nem ficaram para a suplência.

Nas últimas eleições, em 2014, a participação das mulheres foi maior: 68 mulheres (30%) disputaram uma vaga na Alepi. Entretanto, a taxa de sucesso na conquista por uma cadeira no Parlamento foi menor, se comparada à eleição de 2010, já que quatro mulheres

²²⁹ A candidata convocada foi Maria José Ribeiro de Carvalho (PFL). Cf.: BRANDÃO, 2015, p. 180.

²³⁰ A candidata convocada foi Marilene Aguiar (PSDB). Cf.: BRANDÃO, 2015, p. 190.

²³¹ As candidatas convocadas foram Flora Izabel (PT), Amparo Landim (DEM), Nize Rego (PSB) e Elza Bulcar (PDT). BRANDÃO, 2015, p. 212-213.

foram eleitas (2%), 42 (18%) ficaram na suplência, sendo uma convocada,²³² e 22 (10%) não foram eleitas e nem ficaram para a suplência. O quadro 14 apresenta a lista de mulheres que conquistaram uma vaga na Alepi, entre as legislaturas de 1998 a 2014, em meio a um universo majoritário de homens.

Conforme o quadro 14, na legislatura de 1998, duas mulheres foram eleitas: a ex-vereadora de Teresina Francisca Trindade e Margarida Maria Melo Bona. A primeira, natural de Teresina, era filiada ao Partido dos Trabalhadores e foi eleita com pouco mais de 26 mil votos. Ela iniciou sua atuação política nos movimentos de juventude da Igreja Católica no bairro Água Mineral em Teresina. Foi estudante de Filosofia e Teologia pela UFPI e presidente da Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC).

Foi eleita primeira suplente de vereador em Teresina em 1992, convocada em 1994, reeleita para o cargo de vereadora em 1996 e eleita deputada estadual em 1998.²³³ Em 2000, Francisca Trindade foi candidata à vice-prefeita de Teresina, não obtendo êxito. Nas eleições de 2002, foi eleita deputada federal conquistando um recorde de mais de 165 mil votos, mas não conseguiu terminar seu mandato, pois faleceu em julho de 2003.

A segunda, Margarida Maria Melo Bona, era filiada ao Partido Democrático Trabalhista e foi eleita com pouco mais de 12 mil votos. Ela é natural do município de Campo Maior, era professora e irmã dos ex-deputados estaduais César Ribeiro Melo e Maurício Ribeiro Melo. Margarida Melo Bona era cunhada do também ex-deputado estadual Raimundo Bona.²³⁴ O no eleitoral de 2002 também contou com a presença de duas mulheres. Flora Izabel, filiada ao PT, e Maria José, filiada ao PFL, esta obteve aproximadamente 22 mil votos e aquela obteve pouco mais de 24 mil votos. Flora Izabel é natural de Teresina, economista formada pela UFPI e ingressou no serviço público em 1983. Foi vereadora de Teresina em 1996. Em 2000, foi reeleita vereadora da capital piauiense. Ela exerceu esse segundo mandato somente até o ano de 2002, quando foi eleita deputada estadual. Foi reeleita nas eleições do

²³² A candidata convocada foi Belê Medeiros (PP). Cf.: *Parlamentares*. Disponível em: <http://www.alepi.pi.gov.br/deputados_inc.php?idMenu=11>. Acesso em 20 de maio de 2017.

²³³ Informações sobre a deputada Francisca Trindade, cf.: *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=257>. Acesso em 8 de junho de 2017.

²³⁴ Sobre a deputada Margarida Bona, cf.: *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=263>. Acesso em 8 de junho de 2017.

ano de 2006 e tornou-se, também, a primeira mulher a assumir a vice-presidência da Alepi. Flora foi convocada ao cargo de suplente em 2010 e reeleita nas eleições de 2014.²³⁵

Já Maria José Carvalho, nasceu no município de Floriano. Ela esteve à frente da Secretaria do Bem Estar da Assistência Social de Floriano no período em que seu marido, José Leão, foi prefeito do respectivo município.²³⁶ Além de ter sido prefeito, José Leão foi vereador de Floriano e deputado estadual convocado em 1994. Maria José Leão ficou na suplência nas eleições de 1998 para o cargo de deputado estadual, sendo convocada posteriormente.

Quadro 14: Mulheres eleitas, partido e votação obtida; na Alepi (1998-2014)			
Ano Eleitoral	Deputadas	Partido	Votação nominal
1998	Francisca das Chagas da Trindade	PT	26.088
	Margarida Maria Melo Bona	PDT	12.251
2002	Flora Izabel Rodrigues Cardoso	PT	24.221
	Maria José Ribeiro Carvalho	PFL	21.526
2006	Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins	PSB	55.795
	Ana Paula Mendes Araújo de Carvalho	PMDB	29.922
	Flora Izabel Rodrigues Cardoso	PT	26.890
2010	Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins	PSB	66.529
	Rejane Ribeiro Sousa Dias	PT	55.177
	Ana Paula Mendes Araújo	PMDB	34.385
	Juliana de Melo Falcão	PMDB	28.634
	Lusieux Feitosa Coelho	PTB	28.049
	Tazmânia Gomes de Medeiros Oliveira	PSB	24.736
Margarete de Castro Coelho	PP	22.749	
2014	Juliana Melo Falcão	PMDB	43.579
	Janaína Pinto	PTB	31.830
	Lusieux Feitosa Coelho	PTB	26.552
	Flora Izabel Rodrigues Cardoso	PT	23.733

Fonte: Elaboração própria. Dados do TSE, TRE-PI.

²³⁵ Informações sobre a deputada Flora Izabel, cf.: *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=31>. Acesso em 8 de junho de 2017.

²³⁶ SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A política de salto: a participação feminina na política piauiense – 1970-1998*. 2008. 117 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008. p. 49-50.

No pleito de 2006, o número de representantes mulheres aumentou, foram 3 eleitas ao todo. Lilian Martins, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), conseguiu a maior votação dentre os 30 deputados eleitos da história do Parlamento Piauiense, com 55.795 votos. Lilian Martins nasceu em Teresina, é enfermeira formada pela UFPI e advogada formada pela UESPI. Casada com o ex-deputado estadual e ex-governador do Estado do Piauí, Wilson Martins, e mãe de 3 filhos. Ela foi chefe de gabinete do marido quando este exercia o mandato de deputado estadual. Nas eleições de 2006 e 2010 foi reeleita deputada estadual pelo PSB. Com a vaga deixada pelo ex-deputado Xavier Neto no TCE-PI, foi eleita para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Piauí em 2012.²³⁷

A deputada Ana Paula Araújo também foi eleita pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), obtendo quase 30 mil votos. Ana Paula é natural do município de Guadalupe-PI, casada e mãe de 2 filhos e formou-se em Pedagogia pela UESPI. No ano de 1996, Ana Paula, com então 27 anos, iniciou efetivamente sua vida pública como Prefeita de Sebastião Leal-PI, governando por dois mandatos. Ela foi eleita pela primeira vez deputada estadual em 2006. Seu irmão Francisco Donato Linhares de Araújo Filho foi deputado estadual em 1994.²³⁸ Neste mesmo pleito, a deputada Flora Izabel (PT) foi reeleita com quase 27 mil votos nesse pleito.²³⁹

A legislatura de 2010 apresentou a maior representação feminina até então para a Alepi, pois houve 7 eleitas ao todo. Lilian Martins (PSB) conseguiu sua reeleição e conquistou novamente o maior de número de votos dentre os 30 eleitos, contabilizando, ao final, 66.529 votos. Ana Paula Araújo (PMDB) também conseguiu sua reeleição com pouco mais de 34 mil votos. Rejane Dias, filiada ao PT, teve expressivo número de votos, com 55.79.²⁴⁰ Esta nasceu em São João do Piauí, casada com o ex-vereador, ex-deputado estadual, ex-deputado federal, ex-senador e atual governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, e mãe de 3 filhos.²⁴¹

²³⁷ *Parlamentares.* Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=274> Acesso em 8 de junho de 2017.

²³⁸ *Parlamentares.* Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=4>. Acesso em 8 de junho de 2017.

²³⁹ BRANDÃO, 2015, p. 202.

²⁴⁰ BRANDÃO, 2015, p. 211-212.

²⁴¹ *Parlamentares.* Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=34>. Acesso em 08 de junho de 2017.

Rejane Dias é formada em Administração pela AESPI e em Direito pelo CEUT, foi Secretária da Assistência Social e Cidadania (SASC) e comandou a Secretaria para Inclusão da Pessoa com Deficiência (SEID). Foi eleita para o cargo de deputada federal nas eleições de 2014, conquistando mais de 134 mil sufrágios. Atualmente, ela é Secretária de Educação do Estado do Piauí. Outra deputada eleita foi Juliana Falcão (PMDB), Bacharel em Direito, foi casada com o ex-deputado estadual e ex-governador do Piauí Antônio José Moraes Souza Filho. Juliana exerceu o cargo de Diretora Geral do Tribunal de Justiça do Estado.²⁴²

Outra mulher eleita foi Liziê Coelho (PTB), que é natural de Paulistana-PI, formada em Economia pela UFPI e casada com Luís Coelho da Luz Filho, que foi Prefeito de Paulistana-PI. Liziê foi Secretária da Assistência Social da Prefeitura de Paulistana-PI, Interlocutora das Secretarias Municipal de Paulistana, Secretária de Infraestrutura da Prefeitura de Paulistana e Presidente da Associação Piauiense de Primeiras Damas. Ela também foi eleita para o cargo de deputada estadual em 2010, reelegendo-se em 2014.²⁴³

Belê Medeiros (PSB) também figura entre as eleitas no pleito. Nascida no município de Picos, é casada e tem três filhos. Ela é formada em Pedagogia e em Jornalismo e publicidade. Tem como ocupação profissional o setor empresarial, foi chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação de Picos e exerceu o cargo de Secretária Municipal de Saúde naquele município. Belê Medeiros consolidou a sua carreira política em 2000, sendo candidata nas eleições municipais ao cargo de vice-prefeita de Picos. Nas eleições de 2014, obteve a suplência sendo convocada logo depois.

Já Margarete Coelho (PP), eleita no referido pleito, nasceu no município de São Raimundo Nonato-PI, foi casada com o ex-deputado estadual Marcelo do Egito Coelho, com quem teve duas filhas. Advogada, professora do Curso de Direito da UESPI e Diretora da OAB-Secção Piauí. Ocupou os Cargos de Subsecretária de Justiça e Subsecretária de Administração no Governo do Estado do Piauí. Atualmente, ocupa o cargo de vice-governadora do Estado do Piauí.²⁴⁴

²⁴² *Parlamentares.* Disponível em: http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=21>. Acesso em 08 de junho de 2017.

²⁴³ *Parlamentares.* Disponível em: http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=23>. Acesso em 8 de junho de 2017.

²⁴⁴ *Perfil biográfico da Alepi.* Disponível em: http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=26>. Acesso em 8 de junho de 2017.

Nas eleições de 2014, as deputadas Juliana Falcão (PMDB), Liziê Coelho (PTB) e Flora Izabel (PT) foram reeleitas.²⁴⁵ Por seu turno, Janaína Marques, eleita pelo PTB, fez sua estreia na Alepi. Esta nasceu em Teresina, formada em História pela UESPI, casada e mãe de três filhas. Ela ingressou na política aos 21 anos, sendo eleita prefeita do município de Joca Marques-PI. Jannaína Marques também conseguiu se eleger e reeleger para o cargo de Prefeita de Luzilândia-PI. Elegeu-se para o cargo de deputada estadual em 2014, deixando-o para assumir a Secretaria de Estado da Infraestrutura. É sobrinha do ex-deputado estadual Ismar Marques.²⁴⁶

A análise dos resultados das eleições de 1998 a 2014 para a Alepi mostrou que as mulheres continuam tendo dificuldades para ingressar em espaços de poder, apesar de todo o aparato jurídico da Lei de Cotas. Ainda mais, o campo político impõe, às mulheres, alternativas sempre mais complicadas e de forma bem mais severa do que faz com seus competidores do sexo masculino.²⁴⁷

Mediante ao exposto acima, podemos apontar duas conclusões sobre o resultado das eleições e a participação feminina no Parlamento Estadual. A primeira evidencia que a Lei de Cotas parece ser cumprida apenas no seu sentido mais simples e restrito pelos partidos políticos, pois não houve um esforço maior, por parte dos partidos, em construir campanhas eleitorais fortes que sejam suficientes para eleger candidatas. De acordo com os resultados, ocorreu o preenchimento de listas de candidatas com nomes de mulheres para o simples cumprimento da Lei, ao passo que o maior número de candidatas não influencia sozinho o ingresso de mulheres na política.

A segunda conclusão diz respeito à carreira política construída previamente pelas eleitas e o grau de parentesco com políticos importantes do estado. Das doze deputadas que ocuparam as cadeiras da Alepi, seis conseguiram a reeleição, nove eram herdeiras políticas e cinco tinham carreira política prévia. Portanto, o que vemos é uma diversidade de ocupações ou preparações para a vida na política, já que as doze deputadas atuaram desde movimentos de bairros, passando por cargos na administração pública do estado, até chegar a cargos eletivos, prefeita e vereadora. Logo, percebemos que as doze eleitas foram, de alguma

²⁴⁵ *Resultado de votação.* Disponível em: <http://resultadoeleicoes.tre-pi.jus.br/resultado_geral_da_totalizacao_PI.pdf>. Acesso em 8 de junho de 2017.

²⁴⁶ *Perfil biográfico da Alepi.* Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=285>. Acesso em 8 de junho de 2017.

²⁴⁷ MIGUEL, 2014, p. 106-107.

maneira, preparadas para a vida pública e para a vida política, justamente por dar prosseguimento às atividades políticas deixadas pelos seus esposos, pais e irmãos.

Com a análise dos resultados eleitorais e a biografia destas deputadas eleitas, verifica-se que nenhuma foi favorecida ou assegurada pela implantação da Lei de Cotas, visto que todas tiveram uma base política consolidada anteriormente, seja através da herança política ou da ocupação de cargos administrativos ou eletivos, exceto a deputada Francisca Trindade.

Deve-se reconhecer que a implantação e cumprimento da Lei de Cotas elevou razoavelmente o número de candidaturas de mulheres, pois o número de participação feminina nas eleições para a Alepi cresceu durante o período em análise. Entretanto, no que se refere ao impacto sobre os candidatos eleitos, os resultados foram ineficazes, haja vista que, entre a implantação da Lei de Cotas e a última eleição para a Alepi, apenas doze mulheres ocuparam cadeiras nessa Casa Legislativa.

Em suma, é necessário considerar a importância e o lado positivo da Lei de Cotas que possibilita a visibilidade das mulheres e impõe aos partidos políticos maiores responsabilidades. Além disso, a posição social das mulheres é marcada pela inferioridade, ou seja, as mulheres possuem menos acesso às esferas e posições de poder, sendo consideradas frágeis.

Dessa forma, uma manifestação individualizada das mulheres não seria suficiente para romper com a estrutura de dominação masculina existente em nossa sociedade. Deve-se pensar em leis que sejam mais incisivas para assegurar, de fato, a presença das mulheres nas listas partidárias e que apresentem reais possibilidades de sucesso às candidatas. As mulheres não querem apenas preencher uma lista de candidatura, mas sim disputar e vencer uma eleição com chances mais igualitárias.

4.3 Nível de escolaridade da Elite Parlamentar Piauiense

A análise do *Nível de escolaridade dos deputados estaduais* tem como objetivo apresentar o grau de instrução das bancadas eleitas no período de 1998-2014. Como o indicador anterior, as informações foram colhidas do site oficial da Alepi que, logo após, foram organizadas em um quadro. Nesse quadro, as informações educacionais dos deputados eleitos foram distribuídas entre os quatro níveis de escolaridade que foram previamente estabelecidos: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e Ensino Superior incompleto.

O nível educacional ou grau de instrução das elites políticas foi considerado por alguns autores como condição importante para ter acesso aos postos de poder na sociedade. Assim, por exemplo, para o cientista político José Murilo de Carvalho, a educação superior foi o elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial e ele aponta razões que justificam sua afirmativa. A primeira seria porque quase toda a elite possuía estudos superiores, já que “a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”.²⁴⁸ A segunda razão está relacionada à ideia de que a educação superior se concentrava especialmente na formação jurídica, fornecendo, assim, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades.²⁴⁹

Ricardo Arraes estudou o caso piauiense e observou que no processo de dominação se estabeleceu a afirmação política de minorias governantes sobre a imensa maioria governada e, nesse processo, entram como elementos basilares, de um lado, a história e a tradição, e do outro, a superioridade econômica e intelectual das elites políticas.²⁵⁰

De acordo com Ranney e Norris e Lovenduski, a tendência para a grande presença de pessoas com alta escolaridade em disputas eleitorais pode ser explicada como uma questão de demanda dos selecionadores, ou seja, os membros dos partidos preferem aqueles porque o grau de escolaridade denota habilidade, capacidade e prestígio social.²⁵¹

No entanto, esses autores também consideram uma questão de oferta, lembram que os estudos sobre participação política mostraram que a educação é um dos principais requisitos para o ativismo, pois proporciona conhecimento e interesse político.²⁵² Igualmente, Robert Michels evidenciou que a instrução é uma das diferenças existentes entre os chefes e a massa. Além do dinheiro e seus equivalentes e a tradição, a instrução formal ou superioridade intelectual dos que aspiram à dominação está em primeiro lugar entre os fatores que asseguraram a dominação de minorias sobre maiorias.²⁵³

Nesse aspecto, o caso da Assembleia Legislativa Piauiense segue o que os pesquisadores supracitados apontaram em suas pesquisas, já que o nível de escolaridade entre os parlamentares é consideravelmente elevado. De acordo com os dados do IBGE sobre a realidade educacional no Piauí, o número de pessoas que tinham o curso superior completo

²⁴⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 65.

²⁴⁹ CARVALHO, 2014, p. 65.

²⁵⁰ ARRAES, 2000, p. 113.

²⁵¹ NORRIS; LOVENDUSKI apud BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009, p. 135.

²⁵² BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009, p. 135.

²⁵³ MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 53.

era mais de 132 mil.²⁵⁴ Os dados também mostraram que os índices de analfabetismo ainda são elevados. Até 2014, a taxa de analfabetismo entre pessoas com cinco anos ou mais estava na casa dos 20,6% no estado.²⁵⁵ Desse modo, a elite política parlamentar piauiense é composta por uma elite educacional e, portanto, é detentora de um importante recurso para ter acesso ao topo das posições políticas. O quadro 15 traz os números dessa elite com relação ao seu nível de instrução:

Quadro 15: Nível de escolaridade dos deputados estaduais (1998-2014)										
Nível de escolaridade	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino médio	3	10%	4	13%	2	7%	1	3%	-	-
Ensino superior	25	83%	23	77%	25	83%	28	93%	27	90%
Ensino Superior incompleto	2	7%	3	10%	3	10%	1	3%	3	10%
Total	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%

Fonte: Dados colhidos do site da ALEPI.gov. Elaboração Própria.

Com relação ao nível de escolaridade dos deputados, os dados apontam a alta formação educacional das cinco bancadas analisadas nessa pesquisa. Por seu turno, a maior incidência de deputados que cursaram até o ensino médio ocorreu na bancada de 2002, com 4 representantes e os demais parlamentares possuíam formação superior. A legislatura de 2010 foi a que registrou o maior número de deputados detentores de títulos universitários, 28 contra 1 que cursou o ensino médio completo.²⁵⁶

Em 2014 foi o ápice, pois todos os deputados estaduais eleitos tinham feito pelo menos um ano de seus cursos superiores. No pleito de 1998, Mauro Tapety (PMDB)²⁵⁷ e José Roncalli (PSDB)²⁵⁸ iniciaram cursos superiores, porém não os concluíram, até a época do

²⁵⁴ Cf.: *Censo 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em novembro de 2017.

²⁵⁵ Cf.: *Pnad 2014*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em novembro de 2017.

²⁵⁶ O deputado Paulo Martins (PT) declarou sua formação educacional como ensino médio completo. Cf.: *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais*. Disponível em: <<http://divulgaandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2010/14417/PI/180000000269>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

²⁵⁷ O deputado Mauro Tapety (PMDB) declarou sua formação educacional como ensino médio completo. Cf.: *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais*. Disponível em: <<http://divulgaandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2006/14423/PI/10369>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

²⁵⁸ O deputado José Roncalli (PSDB) declarou sua formação educacional como ensino médio completo. Cf.: *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais*. Disponível em: <<http://divulgaandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2006/14423/PI/10229>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

resultado da eleição. Em 2002 e 2006, José Icemar (PPB), José Roncalli (PSDB) e Mauro Tapety (PMDB) não concluíram o ensino superior e, em 2010, José Icemar (PTB) ainda se encontrava nessa mesma situação. Em 2014, três deputados não tinham concluído o curso superior: Georgiano Neto (PSD),²⁵⁹ que havia iniciado o curso de Direito, Fábio Xavier (PR)²⁶⁰ e José Icemar (PTB).²⁶¹

Na Assembleia Legislativa Piauiense há o predomínio dos estratos mais altos do sistema educacional, que indicou o grau de concentração política nas mãos da elite educacional, social, política e econômica. Já a relação entre o nível de escolaridade e os partidos políticos, até 2002, o PFL era o partido com a mais alta formação acadêmica entre seus representantes. Esse partido, em 1998, tinha 10 (33%) deputados com nível superior completo e, em 2002, 8 (27%) deputados. Em 2006 e 2010, o PMDB elegeu 6 (20%) deputados e 5 (17%) deputados, respectivamente, com nível superior completo.

No pleito de 2010 o PSB assumiu o posto deixado pelo PMDB, com 5 (17%) deputados eleitos que possuíam formação superior completa. Em 2014 o PMDB retorna à liderança com 6 deputados eleitos com curso superior concluído. Por outro lado, o PMDB também foi o partido que mais teve deputados eleitos somente com o Ensino Médio completo, com quatro casos. Logo após vem o PT e o PDT, com dois casos em cada e, por último, o PFL e o PSDB com um caso em cada partido.

De acordo com os dados coletados, mais de 85% dos ocupantes das vagas na Alepi, durante o período em análise, tinham o grau universitário completo. Além disso, 7% dos ocupantes se encontravam com os seus estudos superiores incompletos, levando ao entendimento de que os candidatos que ocuparam as cadeiras na Alepi estagnaram os seus estudos superiores para se dedicarem exclusivamente às atividades políticas. Quanto aos demais, 8% possuíam o ensino médio completo.

O reduzido número de deputados sem formação superior, no período em questão, evidencia o elitismo educacional na Alepi. Os índices que foram apresentados demonstram a

²⁵⁹ Georgiano Neto (PSD) não concluiu o ensino superior. Cf.: *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais*. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/PI/180000000105>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

²⁶⁰ Fábio Xavier (PR) não concluiu o ensino superior. Cf.: *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais*. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/PI/180000000283>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

²⁶¹ José Icemar (PTB) não concluiu o ensino superior. Cf.: *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais*. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2006/14423/PI/10113>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

importância de um diploma de curso superior na conquista de altos postos políticos. Considerando que 15% dos deputados das cinco eleições analisadas não possuíam o ensino superior completo, é confirmada a existência da desigualdade de recursos necessários para entrar na disputa por espaços dentro da alta política.

O nível educacional dos parlamentares piauienses, no período em questão, é mais elevado se comparado aos dados referentes à elite política nacional. O cientista político Leôncio Rodrigues Martins apresentou dados muito parecidos com os quais foram encontrados com essa pesquisa. Quando ele analisou os anos de 1999 e 2003, a 51ª e 52ª legislaturas da Câmara Federal, descobriu que 82% tinham “algum diploma de curso superior”. Segundo ele, isso indicava que as pessoas com baixa escolaridade tinham chances mínimas de chegar ao posto de deputado federal.²⁶²

Para termos uma ideia da manutenção desse quadro na Alepi, no estudo de Arraes sobre as eleições de 1982 até 1994, o número de deputados estaduais com o nível superior completo era alto. Em 1982, 20 deputados eleitos tinham ensino superior completo; em 1986 eram 27 deputados; em 1990 eram 23; e em 1994 eram 26 deputados que possuíam os títulos universitários. Por conseguinte, os deputados com nível universitário ultrapassavam os 2/3 das bancadas nos quatro pleitos apresentados.²⁶³ Para o caso do Paraná, de acordo com os dados que foram expostos, 56% dos deputados que foram entrevistados tinham grau universitário completo.²⁶⁴

Nas eleições de 2014, para o caso do Paraná, o percentual de 90,7% dos deputados eleitos possuía um alto nível escolar.²⁶⁵ Retroagindo, Sérgio Soares Braga, ao traçar o perfil socioeconômico da Assembleia Constituinte de 1946, observou que 88,2% dos parlamentares tinham o curso superior completo.²⁶⁶ Ainda sobre a educação superior dos parlamentares eleitos analisados, observamos os cursos de formação dos mesmos. O curso de Direito aparece em destaque com 39 deputados ao longo dos cinco pleitos de análise, ou seja, 26% do total de parlamentares.

Isso nos remete a Carvalho que indica que 72,5% dos políticos tinha formação jurídica no período do Império do Brasil (1822-1889). Conclui-se, assim, que a relação entre formação superior/educação-jurídica/educação, deu certa homogeneidade ideológica e de

²⁶² RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 99.

²⁶³ ARRAES, 2000, p. 114-115.

²⁶⁴ PERISSINOTTO; COSTA, 2007, p. 76-77.

²⁶⁵ VIEIRA; EDUARDO, 2015, p. 6.

²⁶⁶ BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998, p. 69.

treinamento à elite política do Brasil Imperial, sendo necessária para as tarefas de construção do poder nas circunstâncias históricas em que o Brasil se encontrava.²⁶⁷ O curso de Medicina aparece como outra formação profissional de destaque para o caso da Alepi, com 18% do total de vagas ocupadas no Parlamento no período em questão. Para Arraes, a elitização do ensino de Medicina no Brasil é um fato histórico e sempre foi um obstáculo para a entrada e a formação de jovens de baixa renda, pois, mesmo em universidades públicas, estudantes de medicina em sua maioria são filhos das elites.²⁶⁸

4.4 Ocupação profissional dos deputados estaduais

Esse tópico analisa o perfil das atividades profissionais dos parlamentares piauienses. Nesse sentido, foi possível identificar setores sociais representados na Casa Legislativa. Por meio dessa variável, observou-se o predomínio político-eleitoral de setores da elite na esfera parlamentar. Além disso, a análise da composição profissional dos parlamentares eleitos nos proporcionou uma indicação do status social destes e ofereceu, também, indicações da fonte de recrutamento político e meio social de onde vieram os deputados estaduais piauienses.

Com os resultados dos dados que foram coletados, verificou-se um grande número de médicos e de advogados na elite política piauiense. Essas profissões são possuidoras de *status*, privilégios econômicos e sociais que são reconhecidos por uma presumida competência e autoridade dentro da sociedade piauiense. Assim, supõe-se que essas características sejam utilizadas enquanto estratégia para impulsionar uma carreira política. A análise do perfil das profissões dos deputados estaduais permitiu compreender que eles pertenciam a famílias da elite econômica do estado.

No tópico anterior, foi apresentada a hegemonia da formação universitária dentro das bancadas eleitas para a Alepi e isso se reproduz no perfil profissional dos parlamentares. Há o predomínio de deputados oriundos ou atuantes em setores socioeconômicos de elite. Nota-se, com os resultados dos dados, que os deputados, além de exercerem atividades profissionais antes do primeiro mandato na Alepi, tinham um emprego público que se destinava, muitas das vezes, a facilitar a militância política e aquisição de um mandato.²⁶⁹

²⁶⁷ CARVALHO, 2014, p. 84.

²⁶⁸ ARRAES, Ricardo. O *babyboom* da oligarquia: de como a senda eleitoral reproduz a elite dirigente no Piauí. *Revista Eleições e Cidadania*, Teresina, n. 5, jun. 2013-2014, p. 38.

²⁶⁹ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006. p. 105.

Quadro 16: Última ocupação declarada pelos deputados estaduais (1998-2014)											
	1998		2002		2006		2010		2014		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº (%)
Político Profissional	3	10%	12	40%	10	33%	16	53%	12	40%	53 (35%)
Médico	8	27%	3	10%	3	10%	1	3%	5	17%	20 (13%)
Servidor Público	5	17%	5	17%	2	7%	3	10%	2	7%	17 (11%)
Advogado	4	13%	2	7%	5	17%	2	7%	2	7%	15 (10%)
Empresário	3	10%	4	13%	3	10%	1	3%	2	7%	13 (8%)
Economista	4	13%	-	-	-	-	2	7%	1	3%	7 (5%)
Odontólogo	1	3%	-	-	1	3%	2	7%	1	3%	5 (3%)
Professor	1	3%	2	7%	1	3%	-	-	1	3%	5 (3%)
Fisioterapeuta	-	-	1	3%	1	3%	1	3%	1	3%	4 (3%)
Engenheiro	1	3%	-	-	1	3%	-	-	2	7%	4 (3%)
Farmacêutico	-	-	1	3%	1	3%	-	-	-	-	2 (1%)
Bancário	-	-	-	-	2	7%	-	-	-	-	2 (1%)
Jornalista	-	-	-	-	-	-	1	3%	-	-	1 (1%)
Administrador	-	-	-	-	-	-	1	3%	-	-	1 (1%)
Pedagogo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3%	1 (1%)
Total	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	150 (100%)

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov. Elaboração própria.

Isso quer dizer que durante os cinco últimos pleitos em questão a composição das bancadas foi formada por 38% de parlamentares que ocuparam cargos públicos anteriormente, como, por exemplo, cargos de diretoria e secretaria nas instituições públicas do estado, sinalizando que uma importante fatia da composição das bancadas eleitas para o Legislativo estadual foi formada por indivíduos com experiência pública. Desse modo, o exercício dessas funções públicas, principalmente na administração, serviu de via de acesso inicial, para os aspirantes a políticos, a um cargo público importante para aumentar o potencial na

participação do jogo político.²⁷⁰ O quadro 16 apresenta a última ocupação declarada pelos deputados estaduais ao Tribunal Superior Eleitoral antes de cada ano eleitoral:

A análise comparativa da distribuição ocupacional das bancadas eleitas entre os anos de 1998 e 2014 demonstra indícios de continuidade e poucas mudanças. Ponderando a continuidade, o recrutamento político para a composição das bancadas ou da elite política continuou a vir dos quatro segmentos de maior destaque: médicos, com 13,33% do total das vagas; do serviço público, com 11,33% do total de vagas em disputa; advogados, com 10% ao todo e empresários, com 8% das vagas disponíveis durante o período em questão. Considera-se como continuidade porque, nas décadas de 80 e 90, esses mesmos segmentos profissionais se destacavam na Alepi.²⁷¹

Por outro lado, há um alto número de deputados que se declararam como políticos profissionais. Ao todo, 53 cadeiras (35%) foram ocupadas por deputados declarantes como políticos profissionais. A mudança, nesse sentido, ocorre apenas na apresentação ou na caracterização da ocupação atual dos deputados, já que a maioria dos políticos ditos profissionais saiu dos mesmos segmentos sociais e ocupacionais que abastecem a Alepi.

A presença de deputados vindos das classes mais populares e que estavam ligados ao sindicalismo representa a mudança mais significativa encontrada. Estes estavam divididos entre a categoria do funcionalismo público e da administração pública do estado. Essa pequena mudança de 4% das vagas ocupadas entre 1998 e 2014 por deputados que estavam vinculados aos sindicatos, em questão de números, não diminuiu a presença das ocupações mais dominantes na Alepi.

Isso aponta para uma mudança significativa em relação à conquista de lugar em um campo de poder dominado por profissionais liberais e por bacharéis, pois a configuração da composição das bancadas na Alepi agora divide espaço com deputados dos estratos sociais mais populares. Diante disso, é importante analisar especificamente cada categoria profissional. Para embasamento teórico-empírico, recorre-se às análises feitas pelo pesquisador Leôncio Rodrigues sobre a 51ª e 52ª legislaturas para a Câmara dos Deputados.

Sobre a categoria políticos profissionais, é necessário fazer algumas ponderações. A expressão político profissional surgiu quando o sociólogo Max Weber analisou as características, a formação e a definição do Estado Moderno no Ocidente. De acordo com ele, o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta “caráter institucional e que procurou monopolizar a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo

²⁷⁰ RODRIGUES, 2006, p. 50.

²⁷¹ ARRAES, 2000, p. 117-123.

esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão”.²⁷² Isso quer dizer que o Estado moderno “expropriou todos os funcionários que, segundo o princípio dos ‘Estados’ dispunham no passado”²⁷³ e foi nesse processo que surgiu uma nova espécie de políticos profissionais.

Tendo o aspecto econômico como critério de diferenciação, Weber distingue aqueles que vivem “para” a política daqueles que vivem “da” política. Na visão do autor, todos podem exercer a política, mas há aqueles a quem ela dará significação à suas vidas, já que encontrarão prazer ou satisfação na simples posse do poder e exercê-la lhes permite achar equilíbrio interno, vivendo para a ela. No caso contrário, existirão aqueles que veem na política uma permanente fonte de renda, estes vivendo da política.²⁷⁴

O autor evidencia que todo homem sério que vive para uma causa, vive também dela, mas isso não impede que a distinção econômica dos que vivem “para” e “da” política não seja importante. Além disso, o homem político deve ser economicamente independente das vantagens que a atividade política possa lhe proporcionar, possuindo sua fortuna pessoal ou tendo, na sua vida privada, situação que lhe assegure ganhos suficientes.²⁷⁵

Destarte, Weber defende que o desenvolvimento moderno da função pública exigiria um corpo de trabalhadores intelectuais especializados ou altamente “qualificados e que se preparam para o desempenho de sua tarefa profissional, estando animados por um sentimento muito desenvolvido de honra corporativa, onde se acentua o capítulo da integridade”.²⁷⁶

Robert Michels também destaca que, nos partidos políticos modernos, há insistência na necessidade de se formar uma classe de políticos profissionais, de técnicos da política, testados e experimentados.²⁷⁷ É o que podemos perceber ao analisar a biografia dos deputados estaduais eleitos: parlamentares que foram preparados especialmente para exercer a vida pública ou que deixaram a sua ocupação principal ou civil para viver da política como a principal ou a única atividade.

Assim, analisando o quadro 16, identifica-se 3 deputados autointitulados como políticos profissionais em 1998. Mauro Tapety (PMDB) era um deles e exercia a função de chefe e assessor de gabinete na Alepi antes de ser eleito deputado estadual, cargo público que

²⁷² WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 2004. p. 62.

²⁷³ WEBER, 2004, p. 62.

²⁷⁴ WEBER, 2004, p. 64-65.

²⁷⁵ WEBER, 2004, p. 65.

²⁷⁶ WEBER, 2004, p. 69.

²⁷⁷ MICHELS, 1982, p. 19.

lhe serviu como preparação para a vida política.²⁷⁸ O outro caso é o da deputada Francisca Trindade (PT) que tinha atuação popular e se autodeclarou pertencente a essa categoria dos políticos profissionais. Há o caso do deputado Silas Freire (PMDB) que declarou a política como sua ocupação principal.

Já nas eleições de 2002, houve um salto de 3 deputados para 12 que se declaram políticos profissionais. Destes, dez deputados exerciam atividades liberais, eram médicos, advogados, economistas e dentista, um exercia atividade em instituição pública e o outro era oriundo do serviço público. Em 2006, eram 10 deputados que ocupavam esse grupo e, destes, 6 eram profissionais liberais e 2 eram servidores públicos. Em 2010, eram 16 declarantes desse grupo, sendo 3 empresários, 1 servidor público, 1 pedagogo e 11 profissionais liberais. Nas últimas eleições, em 2014, foram 12 deputados inseridos nessa categoria profissional. Destes, seis eram profissionais liberais, 1 que exercia a função de jornalista, 1 pastor, 1 empresário e 1 servidor público

Com a apresentação desse grupo ou dessa categoria, é notório que a maioria dos deputados tinha profissões civis e acabaram por abandonar para viver exclusivamente da vida pública. De acordo com Rodrigues, depois da primeira eleição vitoriosa, dificilmente há o retorno à vida civil e, apontando a atração que a política exerce sobre os que nela entram, afirma: “A entrada na vida pública não tem retorno para a vida civil. Uma vez político, sempre político”.²⁷⁹

Essa afirmação de Leôncio Rodrigues cabe à realidade piauiense, pois 53% do total de vagas concorridas, no período em análise, foram ocupadas por indivíduos que deixaram sua profissão civil para dedicar-se a vida na política e não retornando para àquela. Mas há situações em que o político retorna a sua vida civil, como resultado de cassações, derrotas eleitorais e motivos pessoais. Trata-se de um retorno indesejado e desagradável, um retorno forçado.²⁸⁰

Após os políticos profissionais, a atividade médica foi o segundo meio ocupacional declarado pelos deputados eleitos. Vimos que a maioria destes políticos profissionais são médicos ou advogados. Assim, a ocupação médica ainda tem grande presença no Parlamento Estadual. Analisando as legislaturas em 1998, 8 deputados declaram atuar ainda nessa área. Já

²⁷⁸

Parlamentares.

Disponível

em:

http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=27>. Acesso em 19 de junho de 2017.

²⁷⁹ RODRIGUES, 2006, p. 107.

²⁸⁰ RODRIGUES, 2006, p. 107.

em 2002, o número de deputados que declararam exercer a medicina foi de 3 deputados, mas 6 deputados eleitos atuavam na área médica.

Isso se deve pelo fato de que, possivelmente, depois da conquista da eleição, pararam de atuar. Em 2006, também foram apenas 3 deputados que apresentaram essa categoria como sua ocupação principal. Entretanto, 5 deputados eleitos eram médicos. Nas eleições de 2010, temos apenas 1 deputado que declarou a medicina como sua atividade profissional, ao passo que 4 deputados que atuavam na área médica não a declararam como ocupação principal. Nas eleições de 2014, tivemos 5 deputados que apresentaram a referida área como ocupação principal.

Conforme Rodrigues, a atividade médica era tida como um relevante critério para a entrada na vida pública. O Brasil possui a tradição de ter médicos entre os chefes políticos. Ele ainda destaca a importância do grupo de profissionais liberais como celeiro de abastecimento da elite política. Na comparação entre as cinco grandes regiões do país, feita por Rodrigues, durante as 51^a e 52^a legislaturas para a Câmara Federal, a presença de profissionais liberais foi mais forte entre os deputados nordestinos.²⁸¹

A terceira categoria profissional de maior importância quantitativa foi a do setor público. Nas eleições de 1998 e 2002, 5 deputados, em cada eleição, estavam nesse cargo. Em 2006 e 2014, foram 2 deputados para cada, e em 2010 apenas 3 deputados tinham o funcionalismo público como ocupação principal declarada. A quarta profissão mais declarada foi advogado, onde 15 (10%) vagas foram ocupadas por essa atividade profissional.

Historicamente, o bacharelismo em Direito era visto como uma preparação para o ingresso na esfera de Poder e a construção de uma vida pública. Analisando o quadro montado entre o período de 1982 a 1994 Arraes afirma que a formação jurídica orientava os bacharéis para a ocupação de cargos na administração pública e, de certa forma, preparavam-nos para a atividade pública.²⁸²

A ocupação de empresário também teve destaque no fornecimento de quadro para a Alepi. Para caso analisado, a atividade empresarial tem o sentido bem amplo, pois envolve todos os tipos de empresários, seja ele de pequeno, médio ou grande porte. Foram considerados empresários os proprietários de empresas privadas, de fazendas, de estabelecimentos comerciais, enfim, todos aqueles que tinham relação com as atividades comerciais. Durante o todo período em análise, 13 (8%) das cadeiras na Alepi foram ocupadas por este setor.

²⁸¹ RODRIGUES, 2006, p. 47.

²⁸² ARRAES, 2014, p. 41.

Há um desequilíbrio com o passar das cinco últimas legislaturas, já que houve crescimentos e recuos no número de parlamentares pertencentes a essa ocupação. Para Rodrigues, foi o Nordeste que forneceu o maior número de deputados do setor empresarial ao final da década de 1990 e no início dos anos 2000. No entanto, o autor lembra que a proporção de empresários teve um declínio nas bancadas em todas as regiões do Brasil, exceto no Sul do país, sendo mais significativo nas regiões Sudeste e Nordeste, regiões que anteriormente tinham o maior número de cadeiras.²⁸³

As ocupações de economista e odontólogo registraram 7 (5%) e 5 (3%) das vagas em disputa no período em questão, respectivamente. Já os professores ocuparam 5 (3%) vagas na Alepi no período em análise. As ocupações declaradas de fisioterapeuta, engenheiro, farmacêutico, bancário, jornalista, administrador e pedagogo tiveram menor destaque. Estas, em números, foram respectivamente: 4 (3%), 2 (1%) e 1 (1%). Somente um deputado, que também era sindicalista, declarou ocupação no setor bancário. As funções de administrador e pedagogo também aparecem, havendo apenas um deputado (para cada ocupação). Houve a participação de apenas dois deputados recrutados do meio jornalístico.

Em conformidade com Rodrigues, comunicadores formam a ala dos profissionais da palavra e da escrita, atividade que, por si própria, possibilita desenvolver a oratória e o convencimento, que são fundamentais para a entrada e ascensão ao mundo político. São profissões que possibilitam, também, uma rápida e ampla divulgação do nome e da imagem para os eleitores. Assim, o trabalho profissional serve para tornar o candidato conhecido por um grande número de eleitores. Portanto, os comunicadores são pessoas populares e conhecidas pelos eleitores que tendem estabelecer relações de empatia com esses profissionais.²⁸⁴

Com relação aos deputados eleitos que eram ligados aos Sindicatos, deve-se deixar claro que exerciam funções paralelas às atividades dos Sindicatos. O deputado Cícero Magalhães (PT) foi o primeiro parlamentar que se declarou pertencente a essa categoria e presidiu o Sindicato dos Comerciários-PI antes de ingressar ao mundo político, juntando-se, a ele, mais cinco outros deputados sindicalistas.²⁸⁵ Segundo Rodrigues, atividades nos sindicatos não podem ser entendidas como uma profissão, mas sim uma atividade de representação.

²⁸³ RODRIGUES, 2006, p. 40-41.

²⁸⁴ RODRIGUES, 2006, p. 66.

²⁸⁵ Os outros deputados foram: Olavo Rebelo (PT), Antônio Castelo Branco (PT), João de Deus (PT) e Assis Carvalho (PT).

A função de administração de uma categoria que se transforma em emprego definitivo e os benefícios proporcionados pelo trabalho de representação levam os presidentes ou diretores a se esforçarem para continuar no meio sindical, havendo a oportunidade de ascender para outra atividade mais vantajosa. O campo profissional mais acessível aos sindicalistas é o da política e o um dos motivos dessa troca é o salto da representação profissional para da representação política. A militância sindical é um importante degrau para levar pessoas, sem outros recursos pessoais, a ocupar espaços importantes no cenário político local, regional ou nacional.²⁸⁶

Desagregando as atividades profissionais dos deputados em relação aos partidos políticos que os elegeram, Rodrigues ressalta que as atividades profissionais são indicadores do *status* ou dos meios sociais de origem dos parlamentares antes da ascensão econômica advinda da entrada na vida pública. Além disso, permite mensurar a importância que determinados meios sócio-ocupacionais de recrutamento político tem em cada partido.²⁸⁷

Ao relacionar as atividades profissionais exercidas pelos deputados com os partidos políticos, Rodrigues evidenciou que as diferenças na fonte de recrutamento podem indicar e influenciar as opções individuais quanto aos partidos escolhidos como porta de entrada para a vida pública e continuidade nela. De acordo com autor, a adesão errada a um partido poderia prejudicar nas relações com seus círculos sociais e dificultaria sua ascensão na vida pública.²⁸⁸

Entretanto, é possível que, no momento da escolha, os candidatos busquem os ambientes socioculturais com os quais se identifiquem, ou seja, há um encaminhamento mais de natureza social do que ideológica.²⁸⁹ Todavia, ele reconhece que as opções do início da carreira política no Brasil não são influenciadas apenas pela escolha livre de partidos com os quais os políticos se identificam social e politicamente, mas também pelas siglas que estão disponíveis e parecem propiciar maiores chances de realização do projeto político.

Os setores que dominam as máquinas partidárias controlam igualmente a seleção de candidatos aos postos eletivos que são aqueles que poderão ter seus nomes aprovados em convenções e integrar as listas para as disputas eleitorais. As origens sociais constituiriam uma primeira forma de filtro seletivo.²⁹⁰ Em resumo, há vários fatores que influenciam a escolha da legenda pelos candidatos, mas existem outros que servem como porta de entrada.

²⁸⁶ RODRIGUES, 2006, p. 137.

²⁸⁷ RODRIGUES, 2006, p. 11.

²⁸⁸ RODRIGUES, 2006, p. 115.

²⁸⁹ RODRIGUES, 2006, p. 116.

²⁹⁰ RODRIGUES, 2006, p. 117.

A coleta dos dados sobre o perfil profissional dos deputados e o espectro partidário mostrou que, no PMDB, dos trinta e quatro deputados eleitos entre 1998 e 2014 para o Legislativo Piauiense, dezessete se autodeclararam políticos profissionais, mas, dentro dessa categoria apresentada pelos deputados, encontramos predomínio de políticos que exerciam atividades liberais. Prosseguindo, dez deputados eleitos pelo PMDB apresentaram o exercício das atividades liberais como sua principal atividade profissional, outros seis deputados declararam serem empresários e um deputado apresentou-se como professor.

No caso do PFL, vinte e cinco cadeiras da Casa Legislativa foram ocupadas por deputados oriundos desta sigla entre as legislaturas de 1998 e 2014. Destes 25 deputados, 14 exerciam atividades liberais, 9 autodeclararam ser políticos profissionais, um deputado era professor e um parlamentar atuava no serviço público. Vale lembrar que esse partido mudou sua sigla nas eleições de 2010 para DEM.

O PSDB, durante o período eleitoral em questão, obteve dezessete representantes. Dentre estes, oito declararam-se políticos profissionais, cinco exerciam atividades liberais, três parlamentares atuavam no serviço público e, um deputado era empresário. O PT também teve dezessete eleitos, destes, seis se autodeclararam políticos profissionais, seis eram servidores públicos, dois parlamentares eram professores, dois deputados profissionais liberais e um era jornalista.

O PTB, com doze cadeiras conquistadas durante o período eleitoral em análise, era formado por profissionais liberais (sete deputados), políticos profissionais (quatro parlamentares) e empresários (um deputado). Em relação às profissões dos deputados eleitos pelo PDT, temos 7 parlamentares que eram profissionais liberais, um deputado que era professor, um que atuava no serviço público, um empresário, e um que se autodeclarou político profissional.

Dos onze deputados eleitos pelo PSB, cinco eram servidores públicos, três declarantes políticos profissionais, dois políticos liberais e um empresário. O PPB teve nove representantes durante as eleições de 1998 a 2014 e, em 2010, essa agremiação partidária muda sua sigla para PP. Dessa forma, dos nove eleitos, quatro atuavam no serviço público, três eram profissionais liberais e dois agiam no setor empresarial.

Os partidos PL-PR, PPS, PCdoB, PTC, PSD e PRB elegeram menos deputados em comparação aos outros. O primeiro partido teve 3 cadeiras conquistadas durante as legislaturas de 1998 e 2013, destas, duas foram ocupadas por profissionais liberais e uma por político profissional. A segunda agremiação obteve duas cadeiras e elas se dividiram entre as categorias de profissional liberal e de político profissional. O terceiro partido, com também

duas cadeiras conquistadas, teve representação no setor público e na categoria político profissional. O quarto partido, com três cadeiras ocupadas na Alepi, obteve um representante na categoria das atividades liberais, político profissional e na área pedagógica. O PSD com três parlamentares eleitos, com profissões declaradas na categoria das atividades liberais e um empresário.

Por fim, o perfil profissional da elite política parlamentar mostrou relativa estabilidade ao longo das cinco últimas eleições para a Alepi, associada a um baixo nível de entrada de outras categorias socioeconômicas. É válido reconhecer o crescimento de uma nova categoria que veio sendo cada vez mais declarada pelos deputados, de políticos profissionais. Dentro dessa categoria, na maior parte dos casos, estão os políticos que exerciam anteriormente atividades liberais, sendo que o domínio dessa categoria ainda permanece. Os dados permitem observar a natureza do domínio e a resistência das elites em não abrir espaços para uma participação mais ampliada de outros setores sociais. Apesar do pequeno acesso de deputados oriundos do setor sindicalista do estado, eles não conseguiram reverter a situação dominante.

Pelos números apresentados, pôde-se perceber que em todas as cinco últimas bancadas eleitas para a Alepi, a maioria possuía parlamentares inseridos no grupo das atividades que exigem um elevado nível de escolaridade, econômico e cultural. Essa situação reforça o alto grau de elitismo dentro das bancadas eleitas entre 1998 e 2014, o que comprava a permanência histórica das velhas oligarquias no quadro Legislativo piauiense em meio a um sistema político democrático vigente.

4.5 Trajetória Política dos deputados estaduais

A análise dos perfis biográficos elaborados pela Assembleia Legislativa revelou a grande ocorrência de deputados com extensas carreiras políticas. Os dados biográficos mostraram que os parlamentares, antes de assumirem o mandato na Alepi, tinham ocupado cargos eletivos nos diferentes níveis de representação. Estes são os deputados que ocuparam cargos eletivos municipais de vereador e prefeito e nas atividades desenvolvidas na administração pública do estado.

São estratégias utilizadas pelos candidatos, como atividades que facilitaram o contato com uma linguagem política, além de se familiarizarem com o jogo político de forma mais ampla. Ademais, os candidatos que iniciaram suas atividades com cargos eletivos municipais

e, dessa forma, se instalaram no poder, procuraram dar prosseguimento às suas carreiras políticas, fazendo delas uma carreira política ascendente.

Os candidatos oriundos dos principais clãs familiares, como mostrados anteriormente, saltam as etapas iniciais da carreira política dentro dos partidos e isso favorece sua ascensão e estreia política. Todas essas características ajudam na permanência do grau de hegemonia, do caráter excludente e elitista do recrutamento da elite parlamentar piauiense. É importante ressaltar que a experiência política é o exercício de qualquer atividade pública que os candidatos tenham executado dentro do Parlamento estadual ou federal e no âmbito municipal, ou seja, são atividades políticas que contribuíram para consolidar a carreira política dos candidatos.

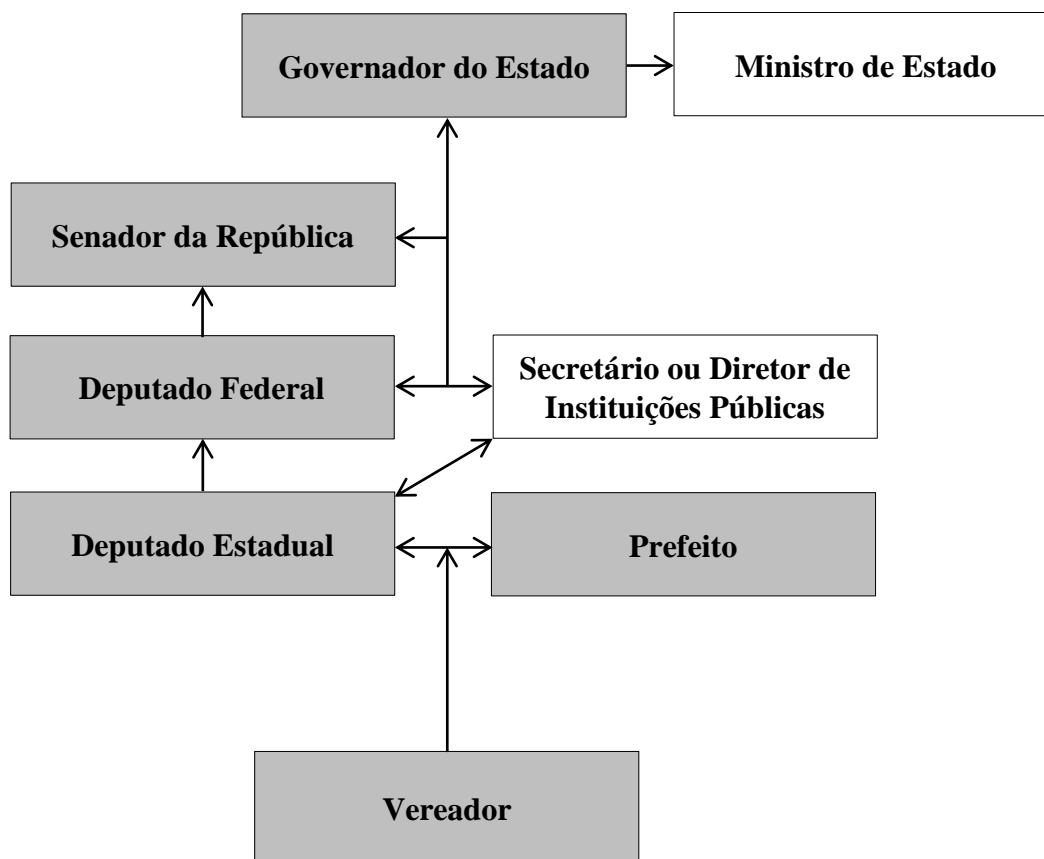
O organograma 05, abaixo, é uma estrutura da carreira política no Piauí. Assim, é possível identificar as etapas pelas quais os aspirantes ao Poder Político passam. Lembrando que estas etapas não são fixas e nem são seguidas rigorosamente pelos candidatos, pois podem acontecer alguns saltos de cargos. A estrutura da carreira política no Piauí foi elaborada em uma margem explicativa acerca dos dados biográficos que foram colhidos ao longo da pesquisa, identificando avanços nas etapas políticas.

Para concretização da pesquisa foi necessário arriscar-se em estabelecer uma estrutura da carreira política no Piauí. O termo arriscar é plausível porque faltam estudos específicos para determinar, de forma mais exata, as etapas políticas elaboradas e com a coleta dos dados biográficos dos deputados estaduais. Dessa forma, é importante esclarecer que a base do organograma é ocupada pelo cargo de Vereador, pois esta é a posição eletiva de menor predominância política.

O candidato que se elege para o cargo de Vereador deseja ascender na carreira, deseja disputar a eleição para Deputado Estadual ou Prefeito Municipal. Os candidatos que almejam o cargo de Deputado Estadual e não seguem à risca a sequência apresentada anteriormente, vêm, nos cargos administrativos, um meio de preparação política e de conseguir o cargo desejado.

Em relação aos deputados estaduais eleitos, uns prepararam-se para a reeleição e outros se prepararam para ascenderem politicamente, surgindo o desejo de ocupar uma vaga na Câmara Federal e assim por diante até a conquistar o Governo do estado. Considerando a continuidade do prosseguimento das etapas da estrutura da carreira política, certamente o topo seria ocupado pela Presidência da República.

Organograma 05: Estrutura da Carreira Política no Piauí



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de campo.

Nota: As caixas em cinza indicam cargos obtidos através pelo voto.

Entretanto, no Piauí, não houve um político para ocupar tal cargo, mas, no máximo, a possível indicação do ex-governador Petrônio Portella para ser o futuro e primeiro presidente civil do país após duas décadas da Ditadura Militar. Este faleceu pouco antes da indicação ser efetivada. Equivalem-se ao cargo de governador de estado aqueles piauienses que foram governadores e depois foram Ministros de Estado.²⁹¹

²⁹¹ Entre 1923 e 2014, o Piauí teve seis ministros. O primeiro foi o ex-deputado federal e senador Félix Pacheco, assumindo o Ministério das Relações Exteriores no governo de Bernardes (1922-1926). O segundo foi o paraibano João Paulo dos Reis Veloso que assumiu o Ministério do Planejamento nos dois governos militares (1969-1979). O ex-governador Petrônio Portella foi ministro da Justiça (1979-1980) durante o governo do general João B. Figueiredo. Devido à morte do ex-governador Dirceu Arcoverde, seu irmão, Waldir Arcoverde assumiu o Ministério da Saúde em 1979. O ex-governador e senador Hugo Napoleão foi nomeado ministro da Educação no governo de José Sarney (1985-1990), assumindo ainda o Ministério da Cultura. Ele também foi ministro das Comunicações no governo de Itamar Franco em 1992. O deputado federal Marcelo Castro (PMDB) foi nomeado Ministro da Saúde,

Vale ressaltar que a estrutura da carreira política no Piauí não se trata de uma carreira rígida e que deve seguir, criteriosamente, todas as etapas, visto que existem outros fatores em jogo. Para cada ano eleitoral, o político pode escolher concorrer a um cargo que requer menos votos e custos financeiros. Esse fluxo na estrutura da carreira política piauiense, juntamente com os cálculos eleitorais para uma possível vitória feita pelos candidatos, explicam os referidos saltos de etapas. Enfim, a estrutura da carreira política no Piauí foi esboçada para explicar, didaticamente, os passos que os candidatos percorrem até chegar ao cargo político mais elevado. Desse modo, é realizada a análise e apresentação da carreira política dos parlamentares piauienses que foram eleitos entre os anos eleitorais de 1998 e 2014.

Quadro 17: Experiência política dos deputados estaduais: 1998-2014										
Experiência Política	1998		2002		2006		2010		2014	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem experiência	7	23%	3	10%	4	13%	6	20%	7	23%
Ex-vereador	5	17%	4	13%	2	7%	1	3%	1	3%
Ex-prefeito	1	3%	-	-	1	3%	3	10%	4	13%
Reeleitos	17	57%	23	77%	23	77%	20	67%	18	60%
Total	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%

Fonte: Dados do TSE, site oficial da Alepi.gov. Elaboração própria.

De acordo com o quadro 17, acima, em questão de números, há mais deputados com experiência do que aqueles sem algum tipo de carreira política conquistada anteriormente. Percebemos que para as eleições de 1998, dos 30 candidatos que foram eleitos, 17 (57%) conseguiram a reeleição e 13 (43%) conseguiram seu primeiro mandato. Destes, 7 (23%) deputados não tinham ocupado cargos eletivos anteriormente, 5 (17%) deles foram vereadores tanto na capital quanto em outros municípios do estado e apenas 1 (3%) deputado havia sido prefeito.

Na legislatura de 2002, apenas 7 (23%) deputados estavam estreando na Alepi. Destes, 3 (10%) não havia acumulado uma carreira política anteriormente e 4 (13%) foram

por um período de dois meses, no governo de Dilma Rousseff em 2016. Um dado a destacar: Teresina é o local de nascimento do ex-governador do Rio de Janeiro Moreira Franco. Moreira Franco fez sua carreira política no estado do Rio de Janeiro, foi ministro da Aviação Civil no governo de Dilma Rousseff e atualmente, é ministro da Secretaria-Geral da Presidência no governo de Michel Temer. Cf.: ARRAES, 2014, p. 29-32.

vereadores. Em 2006, também com apenas 7 (23%) deputados estreantes, 4 (13%) eram deputados sem experiência política, 2 (7%) tinham sido vereadores e 1 (3%) tinha sido prefeito. Já em 2010, 10 (33%) deputados estreavam na Casa Legislativa. Destes, 6 (20%) não tinham experiência política, 1 (3%) tinha sido vereador e 3 (10%) ex-prefeitos. Nas últimas eleições para a Alepi, 12 (40%) deputados estavam conquistando pela primeira vez o mandato. Destes 12 deputados, 6 (20%) não tinham experiência política, 1 (3%) deputado havia conquistado o cargo de vereador e 4 (13%) deputados foram ex-prefeitos.

Fazendo uma análise mais detalhada sobre a composição das carreiras políticas e as ligações familiares, entende-se como funciona o processo para a conquista de uma cadeira no Legislativo Piauiense. No pleito de 1998 foram eleitos 13 novos deputados e destes, 7 não tinham conquistado cargos eletivos anteriormente. Quando a análise recai sobre quem foram esses sete deputados que entravam sem experiência na Alepi, percebemos que não são tão inexperientes. Vejamos agora quem são estes deputados.

O primeiro deles foi Mauro Tapety, eleito pelo PMDB. Mauro Tapety foi assistente administrativo da Companhia Energética do Piauí. Ele exercia, antes do mandato na Alepi, a função de chefia e assessoria de gabinete do seu pai, o ex-deputado estadual Juarez Tapety.²⁹² Mauro Tapety reelegeu-se em 2002 e 2006. Ele ficou na suplência nas eleições de 2010 e 2014, sendo efetivado em ambas. Outro deputado estreante foi José Roncalli Paulo,²⁹³ eleito pelo PSDB. Ele tentou a eleição pelo PFL no pleito de 1994, mas ficou apenas na suplência. Nessa época, o governador do estado do Piauí o convidou para assumir a Secretaria de Defesa Civil.

Elias Ximenes do Prado Júnior foi outro deputado estreante nas eleições de 1998 e foi eleito pelo PDT. Ele foi presidente da Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI) e era filho do ex-deputado estadual Elias Ximenes do Prado, eleito em 1978, 1982 e 2002.²⁹⁴ O outro estreante é o deputado Flávio Aurélio Nogueira, eleito pelo PSDB. Para este, não foi possível obter mais informações sobre a existência ou não de uma carreira política construída anteriormente.

²⁹² Juarez Tapety (ARENA) foi eleito para a Assembleia Legislativa nos pleitos, 1967-1971, 1975-1991 e 1992-1995. Cf.: BRANDÃO, 2015, p. 91, 109, 119, 133, 151, 163.

²⁹³ Seu pai é David Paulo Alves, foi deputado estadual em 1962 e seu irmão, Sabino Paulo Alves Neto foi deputado estadual em 1974, 1978, 1982, 1986 e 1990. José Roncalli foi reeleito em 2002, 2006 e suplente efetivado em 2010. Cf.: BRANDÃO, 2015, p. 74, 119, 133, 151, 162, 190, 203, 212.

²⁹⁴ *Parlamentares.* Disponível em: http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=186. Acesso em 05 de julho de 2017.

Margarida Maria Melo Bona foi eleita pelo PDT e estreou na Alepi na legislatura de 1998. Ela era irmã do ex-deputado estadual César Ribeiro Melo, eleito em 1978, 1990 e 1994, e do ex-deputado estadual Maurício Ribeiro Melo, eleito em 1982 e 1986. Margarida Melo Bona era cunhada do também ex-deputado Raimundo Bona, eleito em 1994.

O deputado de primeiro mandato no Parlamento foi Edson Ferreira. Eleito pelo PFL, ele foi Diretor do Hospital Regional do município de São Raimundo Nonato no Piauí e era irmão do ex-deputado estadual Ferreira Neto, eleito em 1994. Sua família tem grande força política no município de São Raimundo Nonato. Edson Ferreira seguiu no Parlamento estadual e foi reeleito em 2002, 2006, 2010 e 2014.²⁹⁵

Gustavo Conde Medeiros foi o último deputado que estreou nas eleições de 1998, sendo eleito pelo PFL. Ele era filho de José Raimundo Bona Medeiros. Este foi um político importante para o estado piauiense, pois foi deputado estadual nos anos de 1962 até 1998, prefeito de Teresina, Governador e vice-governador do Piauí. Gustavo Medeiros foi reeleito em 2002 e depois foi eleito prefeito de sua cidade natal, União (PI).

Ainda nas eleições de 1998, observando os deputados com experiência em cargos eletivos anteriores, 5 deputados foram vereadores. Foram eles: João Henrique Rebelo, vereador em Teresina (PI); Francisca Trindade, também foi vereadora em Teresina(PI); Elias Pereira Lopes, vereador em Picos(PI); José Ribamar, vereador em Barras(PI) e Silas Freire, foi vereador em Teresina(PI). O deputado eleito Abel Barros Araújo foi prefeito na cidade de Picos (PI). Foram 17 deputados estaduais reeleitos no total. Destes, três²⁹⁶ deputados estaduais foram vereadores (sendo um deles herdeiro político direto), dois²⁹⁷ prefeitos de municípios piauienses, um²⁹⁸ estava ligado à CUT e onze²⁹⁹ eram herdeiros políticos.

²⁹⁵ *Parlamentares*. Disponível em: http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=12>. Acesso em 05 de julho de 2017.

²⁹⁶ Themístocles Sampaio (PMDB), vereador de Teresina, e Tadeu Maia (PPB), vereador em Itainópolis-PI, Alberto Monteiro, vereador de Teresina, eram herdeiros políticos diretos também,.

²⁹⁷ Francisco Donato Linhares de Araújo Filho (PMDB) foi prefeito do município de Bertolândia-PI em 1988. Pompílio Cardoso (PSDB) foi prefeito de São Miguel do Tapuio-PI.

²⁹⁸ Olavo Rebelo de Carvalho Filho (PSB), membro do sindicato dos Bancários do Piauí e da Central Única dos Trabalhadores. Ele é Conselheiro do Tribunal de Contas do Piauí. Cf.: *Parlamentares*. Disponível em:

http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=246>. Acesso em 05 de julho de 2017.

²⁹⁹ São eles: Wilson Brandão (PFL), Marcelo do Egito Coelho (PPB), Kléber Eulálio (PMDB), Wilson Martins (PSDB), Sebastião Leal Júnior (PFL), Robert Freitas (PFL), Warton Santos (PMDB), Homero Castelo Branco Neto (PFL), Paulo Henrique Paes Landim (PFL), Antônio Moraes Sousa (PMDB) e Juraci Leite (PFL).

Em 2002, tivemos apenas sete deputados estreantes, sendo três sem experiência política anterior e quatro ex-vereadores. Os deputados sem experiência política eram: Hélio Isaías da Silva (PTB), José Icemar Lavor Néri, conhecido como Nerinho e eleito pelo PTB, e Luciano Nunes Santos Filho (PSDB). Sobre o primeiro, a ligação direta que observamos com a conquista do cargo no parlamento está configurada na relação de parentesco com o ex-deputado José Isaías da Silva, eleito em 1990. Nesse caso os dois são irmãos. Hélio Isaías conseguiu reeleição até a legislatura de 2014. Da mesma forma, o segundo, Nerinho, era filho do ex-deputado estadual José Néri de Sousa. Nerinho foi reeleito nas eleições seguintes. A situação se repete com o terceiro deputado, Luciano Nunes, que era filho do ex-deputado estadual Luciano Nunes Santos. Este foi reeleito nos pleitos de 2002, 2010 e 2014.

Sobre os outros 4 deputados estreantes, todos exerceram o cargo de vereador no Estado do Piauí. Antônio José Medeiros (PT) tentou a eleição anteriormente para o Parlamento Estadual, mas não obteve êxito. Depois conseguiu o cargo de vereador de Teresina em 1989. Em seguida, elegeu-se para a Alepi e, depois de seu mandato estadual, seguiu para a Câmara dos Deputados.

É importante frisar que Antônio José era membro da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (ADUFPI); Membro da Direção Estadual e Nacional da CUT e foi Vice-Presidente Regional Nordeste da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES). O parlamentar Antônio José de Moraes Souza Filho (PSDB), além de ser um herdeiro político, filho do ex-deputado Antônio Moraes Sousa e sobrinho de Francisco de Assis de Moraes Sousa, o Mão Santa, foi eleito vereador e prefeito da cidade de Parnaíba (PI). Logo depois da conquista de uma cadeira na Alepi, seguiu para o cargo de vice-governador do estado piauiense, assumindo o controle do estado em 2014 após renúncia do titular.

Os outros dois deputados estreantes que foram vereadores são Flora Izabel e João de Deus, ambos filiados ao PT. Flora Izabel foi eleita vereadora de Teresina em 1996. Foi reeleita deputada estadual em 2006 e suplente convocada em 2010, conquistando mais um mandato na Alepi nas eleições de 2014. No início de sua militância política, a deputada fundou e presidiu o Sindicato dos Servidores Públicos Federais (SINSEP). O deputado João de Deus foi eleito vereador de Teresina (PI) em 1999. Foi reeleito em 2006 para a Alepi e foi suplente convocado em 2010 e 2014. Ele foi Presidente da Associação dos Professores do Estado (APEP), hoje, SINTE, e presidiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT-PI).

Com relação aos 23 deputados reeleitos em 2002, foram dois ex-prefeitos,³⁰⁰ seis ex-vereadores³⁰¹ e quatorze herdeiros políticos.³⁰² As informações sobre a biografia dos deputados não apresentaram se o deputado estadual Rodrigues Nogueira ocupou cargo público anterior ao mandato na Alepi. Ele foi suplente convocado nas eleições de 1998, reeleito em 2006 e suplente convocado para o cargo de deputado federal nas eleições de 2014.

Nas eleições de 2006, também foram sete os deputados estreantes. Destes, quatro não possuíam experiência política, dois eram vereadores e um foi prefeito. Os deputados inexperientes eram: Antônio Félix, Francisco de Assis Carvalho, Lilian Martins e Robert Rios. O primeiro foi eleito pelo PPS, sem informações de ocupação de cargos eletivos anteriormente. Sua base política é o município de Campo Maior (PI) onde exerceu atividades empresariais. Antônio Félix foi reeleito em 2010 e suplente convocado em 2014. O deputado Francisco de Assis Carvalho foi eleito pelo PT. Ele teve participação partidária ativa e era membro da Confederação dos Bancários. Seguiu carreira política ascendente elegendo-se para o cargo de deputado federal em 2010 e 2014.

A deputada estreante Lilian Martins, eleita pelo PSB, não exerceu cargos eletivos anteriormente, mas, além da sua profissão de enfermeira, exerceu o cargo, na Alepi, de Assessora de gabinete do seu marido, Wilson Martins que era deputado estadual na época. Lilian Martins conseguiu reeleição em 2010 e em 2012 assumiu o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O deputado Robert Rios foi eleito pelo PCdoB, era Delegado Federal e foi reeleito em 2010 e 2014.

Ainda sobre os novatos na Alepi, foram eleitos dois vereadores e uma prefeita. Os vereadores eram José Pinto (PDT), vereador em Piripiri (PI), e Cícero Magalhães (PT) que foi vereador de Teresina e presidiu o Sindicato dos Comerciantes. Magalhães foi suplente convocado nas eleições de 2010 e 2014. A prefeita era Ana Paula Araújo (PMDB) do município de Sebastião Leal (PI). Ela é irmã do ex-deputado estadual Francisco Donato Linhares de Araújo Filho e foi reeleita em 2010.

³⁰⁰ Francisco Donato Linhares de Araújo Filho (PMDB) e Elias Ximenes do Prado (PDT).

³⁰¹ Alberto Monteiro (PFL), Elias Lopes (PPB), Themístocles Sampaio (PMDB), João Henrique Rebelo (PMDB), Tadeu Maia (PPB) e Xavier Neto (PL).

³⁰² Wilson Martins (PSDB), Kléber Eulálio (PMDB), Marcelo Coelho (PPB), Wilson Brandão (PFL), Gustavo Conde Medeiros (PFL), Mauro Tapety (PMDB), Edson Ferreira (PFL), Warton Santos (PMDB), José Roncalli (PSDB), Maria José Ribeiro de Carvalho (PFL), Juraci Leite (PFL), Paulo Henrique Paes Landim (PFL), Homero Castelo Branco Neto (PFL) e Sebastião Leal Júnior (PFL).

Também nas eleições de 2006, 23 deputados foram reeleitos. Destes, onze³⁰³ eram herdeiros políticos, sete foram vereadores,³⁰⁴ um foi prefeito³⁰⁵ e um estava ligado ao sindicalismo.³⁰⁶ Vale destacar que destes 23 reeleitos, três tinham sido suplentes convocados antes da eleição de 2006: Marden Menezes (PSDB), herdeiro político e filho do ex-deputado Luiz Menezes; Antônio Uchôa, eleito pelo PDT, conseguiu sucessivos mandatos na Alepi desde 1994; João Madison, eleito pelo PMDB, foi eleito vereador da sua cidade natal, Corrente (PI) e era irmão do ex-deputado estadual Flávio Aurélio Nogueira.

Já nas eleições de 2010, 10 deputados estreavam nessa Casa Legislativa, sendo que 6 deputados não tinham experiência na política, um era ex-vereador e 3 eram ex-prefeitos. Em relação aos inexperientes, foram: Juliana Moraes Sousa, Margarete Coelho, Flávio Rodrigues Júnior, Rejane Dias, Merlong Solano e Liziê Coelho. Juliana Moraes Sousa foi eleita pelo PMDB e não ocupou nenhum cargo eletivo, mas ocupou cargo administrativo como Diretora do Tribunal de Justiça do Piauí. A deputada foi casada com o ex-deputado estadual Antônio Moraes Sousa Filho, sendo reeleita em 2014. A parlamentar Margarete Coelho foi eleita pelo PP, também não ocupou cargos eletivos, mas foi Diretora da OAB (PI) e ocupou cargos de Subsecretária de Justiça e Subsecretária de Administração no Estado do Piauí. Ocupa o cargo de vice-governadora do estado, conquistado nas eleições de 2014.

Flávio Rodrigues Júnior foi eleito pelo PDT e não ocupou cargos eletivos anteriormente. Este era filho do ex-deputado e atual deputado federal Flávio Rodrigues. Eleita pelo PT, a deputada Rejane Dias não ocupou nenhum cargo eletivo anteriormente. Rejane Dias é esposa do governador do estado do Piauí e ex-deputado estadual, Wellington Dias. Rejane seguiu na carreira política sendo eleita para o cargo de deputada federal em 2014.

Merlong Solano foi eleito também pelo PT. Este não ocupou cargo eletivo anteriormente, porém, foi Secretário de Estado de Planejamento do Piauí e Secretário de Estado de Governo do Piauí antes das eleições de 2010. Liziê Coelho foi eleita pelo PTB e não ocupou nenhum cargo eletivo antes das eleições de 2010. Sua principal base política é no município de Paulistana-PI e seu marido Luís Coelho foi eleito, mais de uma vez, como prefeito do mesmo município.

³⁰³ Edson Ferreira (PFL), Juraci Leite (PFL), Wilson Brandão (PFL), Kléber Eulálio (PMDB), Mauro Tapety (PMDB), Warton Santos (PMDB), José Roncalli (PSDB), Luciano Nunes Filho (PSDB), José Icemar (Nerinho) (PTB) e Hélio Isaías (PTB).

³⁰⁴ Antônio Moraes Sousa Filho (PMDB), Alberto Monteiro (PFL), Henrique Rabelo (PMDB), Themístocles Sampaio (PMDB), Flora Izabel (PT) e João de Deus (PT).

³⁰⁵ Ismar Marques (PSB), que foi prefeito de Luzilândia-PI.

³⁰⁶ Olavo Rebelo (PT).

Prosseguindo a abordagem sobre os estreantes, foram eleitos três ex-prefeitos e um ex-vereador. Firmino Filho foi eleito pelo PSDB e é prefeito da cidade de Teresina; Gustavo Neiva foi eleito pelo PSB e foi prefeito de Porto Alegre do Piauí-PI; Belê Medeiros foi eleita pelo PSB e foi vice-prefeita de Picos (PI). Os dois últimos continuam na Alepi. Já Evaldo Gomes foi eleito pelo PTC e assumiu o cargo de vereador de Teresina em abril de 2010. No pleito de 2010, foram reeleitos 20 deputados. Destes, 10 deputados foram herdeiros políticos,³⁰⁷ 3 deputados foram vereadores³⁰⁸ e 2 deputados foram prefeitos.³⁰⁹

Há destaque para os três deputados que foram reeleitos e que conseguiram seus mandatos anteriormente por meio de suplência: Paulo Martins, eleito pelo PT, não ocupou cargo eletivo antes das eleições de 2010; Fábio Novo, eleito pelo PT, foi vereador do município de Bom Jesus (PI); Ubiraci Carvalho, eleito pelo PDT, foi presidente da Fundação dos Esportes do Piauí e da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, secretário de Educação do Estado e de Comunicação da Prefeitura de Teresina, cargos que possibilitaram sua eleição.

Na legislatura de 2014, observamos que, dos 30 deputados eleitos, 12 estreavam na Alepi. Destes 12 novos deputados, 7 não tinham experiência política, 4 foram prefeitos e um foi vereador. Começando pelos que não tinham experiência política que, no caso, são 7 deputados: José Hélio de Carvalho Oliveira foi eleito pelo PTC, mas não foram encontradas informações que indicassem alguma atividade política anterior; Firmino Paulo foi eleito pelo PSDB e não ocupou cargos eletivos anteriormente. Ele é filho do ex-deputado estadual Sabino Paulo e sobrinho do ex-deputado estadual José Roncalli.

Georgiano Neto, eleito pelo PSD, não ocupou nenhum cargo eletivo anterior ao mandato no Parlamento. Ele ocupou cargo na Secretaria Municipal de Governo da Prefeitura de Teresina por pouco mais de um ano. Georgiano Neto é filho do deputado federal Júlio César. Outro estreante é o deputado Júlio Arcoverde, eleito pelo PP, que não ocupou nenhum cargo eletivo anteriormente. Júlio Arcoverde atuou em cargos na administração do Estado, sendo Diretor e Presidente do DETRAN-PI e Presidente da AGESPISA. Ele é filho do ex-governador e ex-senador do Piauí Dirceu Arcoverde, político de destaque no cenário piauiense.

Pablo Santos, eleito pelo PMDB, não ocupou cargos eletivos anteriormente, sendo filho do ex-deputado estadual Warton Santos. Severo Eulálio Neto foi eleito pelo PMDB e

³⁰⁷ Hélio Isaías (PTB), Nerinho (PTB), Luciano Nunes Filho (PSDB), Marden Menezes (PSDB), Lilian Martins (PSB), Wilson Brandão (PSB), Kléber Eulálio (PMDB), Warton Santos (PMDB), Juraci Leite (DEM) e Edson Ferreira (DEM).

³⁰⁸ Alberto Monteiro (PTB), Henrique Rebelo (PT) e Themístocles Sampaio (PMDB).

³⁰⁹ Ismar Marques (PSB) e Ana Paulo Araújo (PMDB).

também não exerceu cargos eletivos antes do mandato estadual. Ele é filho do ex-deputado estadual Kléber Eulálio e neto do ex-deputado estadual Severo Eulálio. O deputado José Santana, eleito pelo PMDB, não ocupou cargos eletivos. Ele exerceu algumas funções administrativas no Estado, como na Secretaria de Justiça. Zé Santana, como é conhecido, é casado com a ex-deputada estadual Ana Paula Araújo.

Os ex-prefeitos que estrearam na Alepi são: Francisco Limma, eleito pelo PT, foi prefeito do município de São João do Arraial (PI); Janaína Marques, eleita pelo PTB, foi prefeita do município de Joca Marques (PI) e Luzilândia (PI). Ela é sobrinha do deputado estadual Ismar Marques. Rubem Martins foi eleito pelo PSB e foi prefeito no município de Wall Ferraz (PI). Ele é irmão do ex-deputado estadual e ex-governador do Piauí, Wilson Martins. Fábio Xavier foi eleito pelo PP e ocupou o cargo de vice-prefeito em Regeneração (PI). Este é filho do ex-deputado estadual Guilherme Xavier Neto. O único deputado que exerceu o cargo de vereança em Teresina, de 2000 a 2012, foi o Dr. Pessoa, eleito pelo PSD.

Entre os 18 deputados reeleitos, tivemos 8 deputados que eram herdeiros políticos,³¹⁰ 6 foram vereadores³¹¹ e 1 foi prefeito,³¹² com destaque ao deputado Gessivaldo Isaías, eleito pelo PRB, foi deputado federal em 1998. Nas eleições de 2010, ele disputou o cargo de deputado estadual e ficou na suplência, sendo convocado. O quadro 18 traz o tempo de carreira política que esses deputados acumularam antes de cada ano eleitoral. Vale lembrar que os mandatos legislativos referem-se apenas aos cargos legislativos de vereador, prefeito, deputado estadual e federal.

A análise do tempo de carreira política que foi acumulado pela elite parlamentar, antes e durante o período em questão, revelou que, das 150 cadeiras disponíveis para todo o período estudado, 82% foram ocupadas por candidatos que tiveram algum cargo eletivo e que acumularam anos de experiência política. Com os resultados expostos nos quadros 17 e 18, é possível verificar que a experiência dos parlamentares era significativa, visto que os prepararam para a vida política no estado.

³¹⁰ Edson Ferreira (PSD), Flávio Rodrigues Júnior (PDT), Hélio Isaías (PTB), Juliana Moraes Sousa (PMDB), Luciano Nunes Filho (PSDB), Marden Menezes (PSDB), Nerinho (PTB), Wilson Brandão (PSB).

³¹¹ Evaldo Gomes (PTC), Fernando Monteiro (PTB), Flora Izabel (PT), Fábio Novo (PT), João Madison (PMDB), Themístocles Sampaio (PMDB).

³¹² Gustavo Neiva (PSB).

Quadro 18: Tempo de carreira política dos deputados estaduais (1998-2014)											
Tempo acumulado	1998		2002		2006		2010		2014		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Até 5 anos	8	27%	8	27%	5	17%	7	23%	5	17%	22%
Até 10 anos	4	13%	7	23%	11	37%	7	23%	5	17%	23%
Até 15 anos	3	10%	3	10%	1	3%	3	10%	6	20%	11%
Até 20 anos	7	23%	9	30%	2	7%	1	3%	4	13%	15%
Até 25 anos	1	3%	-	-	7	23%	2	7%	1	3%	7%
Até 30 anos	-	-	-	-	-	-	4	13%	2	7%	4%
Sem experiência	7	23%	3	10%	4	13%	6	20%	7	23%	18%
Total	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	100%

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov. Elaboração própria.

De acordo com o quadro 18, 22% dos deputados eleitos durante todo o período analisado tinham até 5 anos de carreira política. Os deputados que tinham acumulado até 10 anos de experiência política contabilizavam 23% e aqueles que acumularam até 15 anos de carreira política, em média, totalizam 11%. Juntando os deputados que acumularam até 15 anos de carreira política, temos 55%, ou seja, a metade das vagas em disputa foi ocupada por deputados com até 15 anos de experiência política, considerada uma trajetória relativamente extensa.

Os deputados que tinham até 20 anos de experiência política totalizavam 15%, os que tinham até 25 anos somavam 7% e os que tinham até 30 anos de carreira política inteiravam os 4%. Segundo Putnam, o tempo de carreira dos membros das elites políticas pode indicar o grau de permeabilidade da elite. Assim, quanto menor a trajetória política dos indivíduos tanto maior será a permeabilidade da elite a *outsiders*, o que é contrário ao que os dados mostraram para o caso piauiense. A maior parte dos deputados que foram eleitos passou por cargos eletivos e acumularam tempo de carreira.³¹³

³¹³ PUTNAM apud CODATO; ALMEIDA, 2007, p. 117.

Acatando a afirmação de Putnam, esse fenômeno reduz espaço para aqueles que não pertencem a esse grupo ou reduz a entrada dos *outsiders*. Diante dos resultados, podemos perceber que o número de deputados eleitos sem experiência prévia vem diminuindo a cada ano eleitoral. Isso nos leva a apontar a fixação de alguns requisitos que se mostraram importantes para a conquista de uma vaga na Alepi, como ter construído uma carreira política, ter uma carreira em fase de construção ou ser um herdeiro político.

5 A POLÍTICA OLIGÁRQUICA NA ALEPI: O PROCESSO DE OLIGARQUIZAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo oferecer uma interpretação do processo de oligarquização da arena política Estadual do Piauí. Como visto anteriormente a respeito da carreira política dos deputados estaduais, essa variável indica a manutenção de elites dentro da Casa Legislativa estudada. Essa dimensão analítica permitiu, ainda, argumentar sobre o maior e menor grau de oligarquização do subsistema político-partidário e examinar as agremiações políticas que mais reelegeram representantes nos anos eleitorais entre 1998 e 2014. Nesse capítulo foi possível compreender como se deu o processo de circulação das elites utilizando-se das ideias formuladas por Pareto para o entendimento do processo no qual os indivíduos circulam entre a elite e a não elite ou se houve a substituição de uma elite por outra.

A discussão política que aborda o tema de poder local no país foi desenvolvida a partir do conceito de oligarquia. Sendo assim, o segundo sentido do termo, que essa pesquisa tomou, ajudou a identificar um sistema permanente de dominação de um grupo político minoritário dentro Legislativo. A linha de estudo sobre o poder local no Brasil girava ao redor da ausência de mudanças importantes na vida política local e que continuava sendo dominada por um ou mais famílias tradicionais. A manutenção dessa estrutura política oligárquica era permitida graças à integração e o isolamento dos municípios.³¹⁴

O entendimento que se tinha era que a estrutura da política oligárquica modificaria ou perderia significação diante de transformações no cenário da infraestrutura socioeconômica, pois a estrutura oligárquica era baseada na propriedade da terra. Esse raciocínio mostra que as sociedades que passaram por processos de industrialização e de urbanização, conseqüentemente de desenvolvimento político, estariam livres ou teriam superado esse quadro político oligárquico.

Nesse sentido, o sociólogo e cientista político Gláucio Soares defende e apresenta duas culturas políticas existentes no Brasil. A primeira estaria presente nas regiões agrárias do país onde predominam o conservadorismo dos grupos dominantes e o tradicionalismo, denominada por ele como política de atraso, e a segunda está presente e predomina nas áreas

³¹⁴ARRAES, Ricardo. *Oligarquias e Elites Políticas no Piauí: 1982-1995*. 2000. 181 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. p. 36.

desenvolvidas e urbanas, denominada por ele como política do desenvolvimento.³¹⁵ Na lógica do autor, os ambientes urbanos, desenvolvidos e industrializados teriam maiores chances de desenvolver uma política ideológica, enquanto que o exercício da política não ideológica se tornaria presente em regiões agrárias.

Segundo Soares, a estrutura socioeconômica que gerou o sistema político da República Velha não desapareceu com o aparecimento da Revolução de 1930, nem com a ditadura Vargas, nem depois de quase 20 anos de experiência democrática e continuava viva depois de mais de 20 anos da ditadura militar.³¹⁶ O autor deixa claro aos leitores que essa estrutura socioeconômica não permaneceu imutável, pois a transformação da estrutura agrária não aconteceu, mas a redução de seu peso e da sua significação provocada pela urbanização e industrialização. Com a sobrevivência dessa infraestrutura socioeconômica, preservaram-se alguns padrões políticos, principalmente, no nível local e estadual.³¹⁷ Para Soares, alguns desses padrões “sobreviveram quase sem alterações, enquanto outros experimentaram adaptações às novas estruturas políticas mais amplas, à nova legislação eleitoral, à ampliação na participação eleitoral”.³¹⁸

Seguindo o raciocínio de Soares, a área de dominação desses padrões políticos sofreu um processo de contração e declinou em vários estados do país, ocorrendo de forma mais rápida e completa naqueles estados que se industrializam e se urbanizam mais rapidamente. O autor estabeleceu indicadores que podem revelar uma situação oligárquica, como: o controle e o monopólio dos bens de produção; o isolamento, tanto econômico e político, e do comércio; a manipulação de recursos através da política; a importância dos votos rurais sobre o total do município e a existência de municípios agrícolas, rurais e dominados por uma ou mais famílias tradicionais.³¹⁹

Conforme Soares: “A própria existência de estudos sobre o poder local no Brasil indicam que havia (e há) um *padrão* local, herança do passado político do país”³²⁰ (grifo do autor). O autor evidencia ainda que a manutenção dessas condições de infraestrutura econômica rural não seria o único caminho para a política oligárquica e que não haveria fórmula única para explicá-la.

³¹⁵ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

³¹⁶ SOARES, 2001, p. 28.

³¹⁷ SOARES, 2001, p. 28.

³¹⁸ SOARES, 2001, p. 28.

³¹⁹ SOARES, 2001, p. 102.

³²⁰ SOARES, 2001, p. 29.

Dessa forma, a influência desse modo político fez-se presente no cenário político piauiense. De acordo com o autor, os estados que fossem menos urbanizados e industrializados receberiam fortes interferências das práticas desse modo político e, observando o desenvolvimento social dos estados brasileiros dos últimos anos,³²¹ o Piauí estaria incluso nessa situação oligárquica.

A política oligárquica piauiense se reproduziu a cada ano eleitoral, fincada nas suas raízes históricas e nas suas práticas políticas tradicionais. As poucas mudanças ocorridas nos índices de urbanização e industrialização do estado piauiense ajudaram a consolidar a base de poder locais das oligarquias e das elites políticas, permanecendo a sua forma tradicional em vigor.

A ideia básica desse modo político fundamentava-se na precisão de que o jogo político fosse um jogo entre iguais e não entre opostos. Para Soares, foi exatamente a existência de políticas oligárquicas nos estados brasileiros e em dezenas ou centenas de municípios que possibilitou a supremacia da política tradicional no nível estadual em detrimento de uma política moderna e ideológica, baseada nos interesses de classe ou de desenvolvimento nacional.³²²

Ainda para o autor, a política de muitos estados do país teria sido muito diferente se a política municipal fosse caracterizada por uma grande participação político-eleitoral dos setores sociais menos favorecidos, se não houvesse dominação de famílias tradicionais e as agremiações partidárias representassem os interesses de diferentes classes sociais e não de diferentes famílias tradicionais e oligárquicas.³²³ Desse modo, a partir desse contexto histórico sobre a política oligárquica, é possível compreender as variáveis que explicam a permanência e a relativa estabilidade das elites políticas que têm tornado possível o processo de oligarquização dentro do Legislativo Estadual.

5.1 Oligarquia e o Processo de oligarquização

³²¹ Para uma análise mais aprofundada e precisa dos dados do desenvolvimento social do Brasil, incluindo o Estado do Piauí, Cf.: ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *O desenvolvimento social do Brasil: balanço dos anos 1900-2010 e agenda para o futuro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

³²² SOARES, 2001, p. 27.

³²³ SOARES, 2001, p. 27.

O termo oligarquia tornou-se mais um adjetivo de aplicação orientada do que um conceito instrumentalizável para a pesquisa empírica e para a reflexão teórica.³²⁴ Diante disso, Couto mostra aos pesquisadores que é possível utilizar as contribuições de Robert Michels, especificamente seu conceito de oligarquia, para elaborar um modelo de análise que permita explicar e identificar processos de oligarquização de organizações sociais e políticas. O conceito de oligarquia formulado por Michels permite identificar processos em que certos grupos apoderam-se do poder organizacional. Conquistado este poder, os grupos políticos, para o caso estudado nesta pesquisa, defendem e tornam-se contrários a qualquer tipo de controle, sejam eles democráticos ou meritocráticos.³²⁵

Em Michels, a elite política é importante para a construção de um conceito descritivo de oligarquia, visto que é ela que permite pensar nos oligarcas como um grupo de poder específico e na oligarquia como a forma de predomínio desse grupo que se distingue dos demais não por sua origem de classe, mas pelo papel organizacional específico que desempenha. Assim, a oligarquia se compõe necessariamente daquele grupo minoritário que, por meio da divisão organizacional do poder, logra ocupar posições institucionais que lhe permitem tomar decisões que afetam os interesses coletivos de forma infensa a controle.³²⁶

Na teoria das Elites, Mosca e Pareto falam em classe política e elite governante e não em oligarquia, como se refere Michels. Nesse sentido, com as descobertas de Mosca e Pareto, Michels vai além ao elaborar uma teoria que centra especificamente no processo pelo qual elites dirigentes se transformam em oligarquias.³²⁷ Nela, oligarquia é, no sentido etimológico da palavra, a única forma possível de Governo:

Com isso, os elitistas não querem afirmar que todos os Governos sejam iguais: limitam-se a sustentar que, no tocante ao número de governantes segundo qual têm sido discriminadas as diversas formas de Governo, os Governos não apresentam diferenças relevantes, isto é, todos eles são oligarquias, embora de espécie diversa (...).³²⁸

Michels afirma que:

Grande organização e, conseqüentemente, o Estado sejam e não possam ser senão governados por um restrito número de pessoas, fenômeno que tem

³²⁴ COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e Processos de Oligarquização: o aporte de Michels à análise Política Contemporânea. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 20, n. 44, nov. 2012, p. 47-62. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44a04.pdf>>. Acesso em 29 de março de 2017.

³²⁵ COUTO, 2012, p. 47.

³²⁶ COUTO, 2012, p. 48.

³²⁷ COUTO, 2012, p. 51.

³²⁸ BOBBIO, Norberto. Teoria das elites. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 836.

sido cada vez mais considerado como algo dependente da própria natureza das coisas.³²⁹

Neste sentido, o termo Oligarquia, para essa pesquisa, foi utilizado para designar a elite dominante encontrada no Parlamento Estadual Piauiense e o processo de oligarquização foi percebido pela longa permanência e acúmulo de mandatos dos parlamentares piauienses.

Robert Michels tinha entendimento que a compreensão do processo de oligarquização dentro do partido, decorreria da análise da ocupação de posições de mando dentro do partido que seria vista pelos ocupantes como uma oportunidade profissional. Logo, estes se profissionalizavam como dirigentes partidários, retirando seus ganhos e seu *status* dessa condição e desfrutando de condições de poder organizacional, garantindo condições para a formação de uma oligarquia. Couto lembra que, o que permite essa transformação de oligarcas não é apenas a sua:

Conversão em profissionais da política (embora seja uma condição necessária), mas a detenção de um poder na organização não desfrutado pelos demais, ou seja, a organização é capturada pelos dirigentes, e isto é o que lhes converte em oligarcas.³³⁰

O processo de oligarquização foi consolidado na política estadual piauiense quando se observou que os parlamentares possuem uma carreira política extensa e quando estes acumularam mandatos dentro da Alepi. Isto quer dizer que os deputados estaduais se profissionalizaram como políticos, retirando e garantindo seu sustento e seu status. Por isso, eles não abrem mão de tal condição de poder.

Com os resultados colhidos evidenciou-se que, das 150 vagas disponíveis para disputa entre os anos de 1998 e 2014, apenas 76 deputados ocuparam tais vagas. Assim, 4 deputados ocuparam as cadeiras parlamentares por cinco vezes, outros 7 parlamentares ocuparam as vagas por quatro vezes, 6 deputados conquistaram por três vezes os assentos na Alepi, 25 representantes ocuparam as cadeiras parlamentares por duas vezes e outros 34 deputados³³¹ ocuparam os assentos no Legislativo piauiense apenas uma vez.³³²

³²⁹ BOBBIO, 1992, p. 836.

³³⁰ COUTO, 2012, p. 48.

³³¹ Os deputados que estiveram presentes em cinco pleitos eleitorais: Wilson Brandão (PSB), Fernando Monteiro (PRTB), Edson Ferreira (PSD) e Themístocles Filho (PMDB). Deputados que estiveram presentes em quatro legislaturas: Juraci Leite (DEM), Henrique Rebelo (PT), Kléber Eulálio (PMDB), Warton Santos (PMDB), Nerinho (PTB), Hélio Isaías (PP) e Luciano Nunes Filho (PSDB). Deputados que estiveram presentes em três pleitos: Mauros Tapety (PMDB), Antônio José Moraes Filho (PMDB), José Roncalli (PSDB), Flora Izabel (PT), Marden Menezes (PSDB) e Robert Rios (PDT). Deputados que estiveram presentes em duas legislaturas: Leal Júnior (PFL), Homero Castelo Branco Neto (PFL), Paulo Henrique Landim (PFL), Gustavo Medeiros (PFL), Marcelo Coelho (PPB), Judas Tadeu (PPB), Elias Prado (PDT), Francisco Donato Linhares (PMDB), Wilson Martins (PSDB),

Bobbio reforça essa ideia ao enfatizar que:

A oligarquia não designa esta ou aquela instituição, mas sim de que o poder está nas mãos de um restrito grupo de pessoas, ligadas por vínculos de sangue ou interesses, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para conservá-los.³³³

Dessa forma, os quadros abaixo apresentam o grau de manutenção do poder político, tendo como principal variável as longas carreiras políticas que serão representadas pelo número de mandatos dos deputados estaduais eleitos entre os anos eleitorais de 1998 e 2014:

Quadro 19: Número de mandatos dos deputados estaduais, por legislatura										
Nº de mandatos	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Um	13	43%	7	23%	7	23%	10	33%	12	40%
Dois	6	20%	8	27%	8	27%	7	23%	7	23%
Três	2	7%	5	17%	6	20%	4	13%	1	3%
Quatro	6	20%	2	7%	1	3%	2	7%	6	20%
Cinco	3	10%	5	17%	2	7%	-	-	1	3%
Seis	-	-	3	10%	4	13%	2	7%	-	-
Sete	-	-	-	-	2	7%	4	13%	1	3%
Oito	-	-	-	-	-	-	1	3%	2	7%
Total	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o quadro 19, acima, nota-se uma relativa estabilidade dos quadros da elite política que permaneceu quase inalterada durante os cinco pleitos. A análise do quadro revelou que a bancada na Assembleia Legislativa vem mantendo uma renovação numérica

Olavo Rebelo Filho (PSB), João de Deus (PT), Guilherme Xavier Neto (PL), Flávio Nogueira (PDT), Ana Paula Araújo (PMDB), João Madison (PMDB), Antônio Félix (PPS), Ismar Marques (PSB), Lilian Martins (PSB), Evaldo Gomes (PTC), Lizziê Coelho (PTB), Fábio Novo (PT), Gustavo Neiva (PSB), Juliana Moraes Souza (PMDB), Elias Pereira (PPB) e Flávio Nogueira Júnior (PDT). Deputados que estiveram presentes em uma única legislatura: Robert Freitas (PFL), Abel de Barros Araújo (PFL), Margarida Bona (PDT), Francisca Trindade (PT), José Ribamar (PMDB), Silas Freire (PMDB), Flávio Aurélio Nogueira (PSDB), Pompílio Cardoso (PSDB), Maria José Carvalho (PFL), Antônio Castelo Branco Medeiros (PT), Antônio Uchoa (PDT), José Pinto (PDT), Cícero Magalhães (PT), Assis Carvalho (PT), Paulo Martins (PT), Rejane Dias (PT), Merlong Solano (PT), Belê Medeiros (PSB), Margarete Coelho (PP), Ubiraci Carvalho (PDT), Dr. Hélio (PR), Dr. Pessoa (PSD), Firmino Filho (PSDB), Firmino Paulo (PSDB), Francisco Limma (PT), Fábio Xavier (PR), Georgiano Neto (PSD), Gessivaldo Isaías (PRB), Jannaína Marques (PTB), Júlio Arcoverde (PP), Pablo Santos (MDB), Rubem Martins (PSB), Severo Eulálio (MDB) e José Santana (MDB).

³³² O número de cadeiras que foram ocupadas não é o mesmo que número preciso de mandatos acumulados pelos deputados, pois a contagem aborda apenas os anos eleitorais entre 1998 e 2014. Isto quer dizer que alguns deputados ocuparam mandatos anteriores a legislatura de 1998. Como é o caso do deputado Fernando Monteiro (PRTB) que entrou na Alepi em 1986. A contagem de cadeiras ocupadas pelos deputados não incluiu aquelas cadeiras obtidas através de suplência.

³³³ BOBBIO, 1992, p. 835.

dos quadros dentro de uma média de 10 deputados estaduais a cada legislatura ou 1/3 das bancadas: em 1998, com 13 deputados; 2002 e 2006 com apenas 7 parlamentares e crescendo em 2010, com 10 deputados e em 2014, com 12 parlamentares estreando mandatos. Houve apenas uma renovação simples, dada a existência de deputados com carreiras políticas construídas e consolidadas anteriormente.

O quadro 19 pode ser entendido da seguinte forma: em 1998, numa bancada de 30 deputados estaduais, 17 (57%) estavam no segundo mandato ou mais, sendo que, destes, 9 deputados cumpriam o quarto mandato ou mais. Essa proporção cresceu nas legislaturas de 2002 e 2006 quando 23 deputados (77%) se encontravam com mais de um mandato eletivo acumulado nos pleitos anteriores.

Na legislatura de 2010, eram 20 (67%) deputados com dois ou mais mandatos, representando dois terços das cadeiras na Alepi. Já em 2014, observamos que ocorreu uma diminuição de 60% no número de reeleição, taxa considerada elevada. Essa queda pode ser atribuída, em grande parte, à entrada de herdeiros políticos, pois, em números, havia sete herdeiros políticos entre os 12 deputados estreantes em 2014.

Fazendo uma análise geral do quadro 19, o resultado dos pleitos de 2002 e 2006 são os mais marcantes no que diz respeito à manutenção política. Nessas legislaturas, a continuidade de mandatos alcançou o seu ápice com 23 deputados estaduais permanecendo na Assembleia Legislativa. Isso significa que mais de dois terços das vagas não mudaram de dono, ficando para a disputa apenas sete vagas.

Fica evidente, ainda, que a disputa por cadeiras dos pleitos referidos acima foi mais acirrada e o cenário político estadual alcançou seu ponto máximo de oligarquização, tendo em vista a concentração de poder entre poucas pessoas ou lideranças pertencentes aos mesmos partidos. Dessa maneira, os quadros a seguir mostram o número de mandatos exercidos por cada um dos deputados eleitos entre as legislaturas de 1998 e 2014 dentro da Alepi e por partidos:

Quadro 20: Número de mandatos por partido na Alepi (1998)											
Partidos	Número de mandatos										
	Um		Dois		Três		Quatro		Cinco		Total (30)
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
PFL	3	10	1	3	2	7	3	10	1	3	10
PPB	1	3	1	3	-	-	1	3	-	-	3
PDT	2	7	-	-	-	-	-	-	-	-	2
PT	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PMDB	4	13	1	3	-	-	2	7	2	7	9
PSDB	2	7	2	7	-	-	-	-	-	-	4
PSB	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: Dados estatísticos. TSE

Diante dos dados que foram coletados para a presente pesquisa, no que diz respeito à estreia de mandatos, o PFL é o que mais renovou sua bancada até o pleito de 1994. Esse é um indicativo de sua grande força eleitoral na política local, pois possuía grande apelo eleitoral naquela época e estava enraizado em quase todos os municípios do estado. Porém, a partir das eleições de 1998, o quadro partidário se modificou um pouco, já que nesse pleito o PFL já aparece em segundo lugar quanto à renovação de sua bancada, enquanto o PMDB lidera com maior número de renovação. Em termos percentuais e proporcionais ao tamanho das respectivas bancadas, o PFL teve 30% de deputados em seu primeiro mandato e o PMDB teve 44% de renovação.

Quadro 21: Número de mandatos por partido na Alepi (2002)													
Partidos	Número de mandatos												
	Um		Dois		Três		Quatro		Cinco		Seis		Total (30)
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
PFL	-	-	3	10	1	3	2	7	2	7	1	3	9
PT	3	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
PL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1
PPB	1	3	1	3	1	3	-	-	1	3	-	-	4
PDT	-	-	1	3	1	3	-	-	-	-	-	-	2
PTB	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PSDB	2	7	1	3	1	3	-	-	-	-	-	-	4
PMDB	-	-	2	7	1	3	-	-	2	7	1	3	6

Fonte: Dados estatísticos. TSE

Além disso, percebemos que a carreira política dos deputados piauienses em função do número de mandatos também aponta para o PFL como o partido que possuiu o maior número de parlamentares com dois ou mais mandatos até a legislatura de 2002. Então, dos 10 deputados eleitos em 1998, 7 encontravam-se com dois ou mais mandatos e na legislatura de

2002, dos 9 deputados eleitos, todos estavam no seu segundo mandato ou mais (ver quadro 21). Nesse pleito, o segundo partido que teve mais parlamentares que permaneceram na Casa Legislativa foi o PMDB. Por outro lado, o PT e o PSDB foram os que mais lançaram deputados. No caso do primeiro partido, ele apareceu como a contrapartida às carreiras políticas longas e consolidadas, comum dentro dos grandes partidos tradicionais locais, como o PFL e o PMDB.

As eleições de 2006 trouxeram o PMDB como o partido que possuía o maior número de deputados exercendo seu segundo mandato ou mais (ver quadro 22). Naquele pleito, o partido elegeu 8 deputados, sendo que, destes, 7 estavam exercendo seu segundo mandato ou mais e destes 7 deputados, 5 (62,5%) estavam no seu terceiro mandato ou mais. Em segundo lugar, vem o PFL sobrevivendo a cada eleição com 4 deputados eleitos e todos estes assumindo seu segundo mandato ou mais.

Quadro 22: Número de mandatos por partido na Alepi (2006)								
Partidos	Número de mandatos							
	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco	Seis	Sete	Total (30)
PFL	-	-	1 (3%)	-	1 (3%)	2 (7%)	-	4
PMDB	1 (3%)	2 (7%)	2 (7%)	-	-	2 (7%)	1 (3%)	8
PSDB	-	2 (7%)	1 (3%)	-	-	-	-	3
PPS	1 (3%)	-	-	-	-	-	-	1
PDT	1 (3%)	-	2 (7%)	-	-	-	-	3
PT	2 (7%)	2 (7%)	-	1 (3%)	-	-	-	5
PL	-	-	-	-	-	-	1 (3%)	1
PTB	-	2 (7%)	-	-	-	-	-	2
PSB	1 (3%)	-	-	-	1 (3%)	-	-	2
PCdoB	1 (3%)	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: Dados estatísticos. TSE

Em relação aos partidos que renovaram a sua bancada em 2006, o PT teve maior número, 2 deputados estreantes como na legislatura anterior. Nessa eleição tivemos dois deputados que atingiram a marca dos sete mandatos: Kléber Eulálio (PMDB) e Guilherme Xavier Neto (PL), ambos vinham reelegendo-se desde o pleito de 1982.

Nas eleições de 2010, em razão de mais partidos terem participado das eleições elegendando mais deputados, a situação partidária ficou bastante dividida. Os partidos que mais renovaram suas bancadas foram o PT e o PSB com o maior número de deputados nessa situação. O PSB foi o único partido que possuía dois deputados com seis mandatos acumulados: Wilson Brandão e Ismar Marques, ambos filiados ao PFL anteriormente.

Quadro 23: Número de mandatos por partido na Alepi (2010)								
Partidos	Número de mandatos							
	Um	Dois	Três	Quatro	Seis	Sete	Oito	Total (30)
PTC	1 (3%)	-	-	-	-	-	-	1
PTB	1 (3%)	-	2(7%)	-	-	1(3%)	-	4
PT	2 (7%)	2(7%)	-	1(3%)	-	-	-	5
PSDB	1 (3%)	-	2(7%)	-	-	-	-	3
PSB	2 (7%)	1(3%)	-	-	2(7%)	-	-	5
PPS	-	1(3%)	-	-	-	-	-	1
PP	1(3%)	-	-	-	-	-	-	1
PMDB	1 (3%)	1(3%)	-	-	-	2(7%)	1 (3%)	5
PDT	1 (3%)	1(3%)	-	-	-	-	-	2
PCdoB	-	1(3%)	-	-	-	-	-	1
DEM	-	-	-	1(3%)	-	1(3%)	-	2

Fonte: Dados estatísticos. TSE

O PMDB foi o partido que teve a bancada com o maior número de mandatos, tendo deputados com sete e oito mandatos reunidos: Themístocles Filho, Warton Santos e Kléber Eulálio, respectivamente. Do PTB, o deputado Fernando Monteiro conquistou sete mandatos de 1986 até 2010. O número alto de mandatos acumulados pelos deputados estaduais mostra que o cargo político estadual, que é um cargo temporário, com duração de 4 anos, transformou-se em cargo fixo, pois os resultados mostraram que os deputados tornaram-se irremovíveis das suas cadeiras no Parlamento estadual.

As eleições de 2014 foram bem parecidas com as eleições anteriores pelas mesmas razões de fragmentação partidária e por haver mais partidos concorrendo e elegendo candidatos. Novamente, o PTB e o PMDB foram os que mais acumularam mandatos. Ambos com um deputado com oito mandatos reunidos ao longo do tempo, que, no caso, foram os mesmos deputados das eleições anteriores: Themístocles Filho (PMDB) e Fernando Monteiro (PTB). No entanto, foi o PMDB que mais renovou sua bancada, ao todo, foram 3 deputados que estreavam no Poder Legislativo. Desse modo, o fenômeno oligárquico aconteceu quando a elite política parlamentar renovou seus mandatos a cada legislatura enfatizando o alto grau de oligarquização dos quadros parlamentares dentro da Alepi.

Vale dizer que, em certa medida, o PT foi um dos que mais renovou suas bancadas, visto que mais deputados adentram pela primeira vez ao parlamento estadual. De certa forma, isso ocorreu porque os demais partidos se sobressaíram por terem bancadas maiores e, por isso, a concentração das cadeiras acaba sendo maior. Todavia, os partidos PMDB e PFL possuíram as bancadas com deputados com o maior número de mandatos acumulados.

Quadro 24: Número de mandatos por partido na Alepi (2014)								
Partidos	Número de mandatos							
	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco	Sete	Oito	Total (30)
PTC	1 (3%)	1 (3%)	-	-	-	-	-	2
PTB	1 (3%)	1(3%)	-	2(7%)	-	-	1(3%)	5
PT	1 (3%)	-	1(3%)	1(3%)	-	-	-	3
PSDB	1 (3%)	-	-	2(7%)	-	-	-	3
PSB	1 (3%)	1(3%)	-	-	-	1(3%)	-	3
PP	1(3%)	-	-	-	-	-	-	1
PMDB	3 (10%)	1(3%)	-	1(3%)	-	-	1 (3%)	6
PDT	-	2(7%)	-	-	-	-	-	2
PSD	2 (7%)	-	-	-	1(3%)	-	-	3
PR	1(3%)	-	-	-	-	-	-	1
PRB	-	1(3%)	-	-	-	-	-	1

Fonte: Dados estatísticos. TSE

Cabe ainda dizer que o processo de manutenção dos mandatos não se deu somente com a reeleição dos candidatos. Alguns deputados conseguiram manter-se no poder na condição de suplentes bem colocados na coligação vencedora. Os casos mais claros desse processo foram o do deputado Homero Castelo Branco Neto que acumulou seis mandatos ao longo do tempo, sendo que três foram obtidos através de suplência, e o do deputado Antônio Uchôa que tinha quatro mandatos acumulados, conquistando três por suplência.

Este fenômeno de rearranjos e de acomodação no interior das elites políticas é comum nos momentos de montagem das equipes de governo. Alguns deputados são convocados para assumirem pastas no Executivo, abrindo vagas nas bancadas e oferecendo oportunidade dos suplentes assumirem um mandato temporário ou definitivo.

A bancada formada nas eleições de 2014 foi modificada pela saída de 10 deputados para assumirem cargos na secretaria do estado e, conseqüentemente, a bancada atual da Assembleia é composta por 1/3 de deputados suplentes. Para efeito de demonstração do grau de oligarquização do cenário piauiense, considera-se apenas o pleito de 2014, que contempla o número de mandatos obtidos pelos parlamentares que se encontravam no segundo ou mais mandatos. Nesse caso, de um total de 30 vagas, 18 ou 60%, foram reeleitos.

De acordo com os dados sobre a composição parlamentar eleita em 2014 (ver quadro 25), dezoito representantes ou 60% já havia exercido pelo menos um mandato na Alepi e os outros doze parlamentares ou 40% estavam na primeira legislatura. Porém, dentre estes, cinco já havia passado por cargos no Executivo e Legislativo municipal, trazendo consigo experiência política anterior e desses estreates, sete eram herdeiros políticos.

Essa situação reflete na redução do espaço para a entrada de candidatos que não se enquadram ao modo oligárquico e de candidatos não pertencentes ao mundo político. A análise e exposição dos dados desse tópico nos confirmam que há um controle do cenário político estadual e um acirramento na disputa pelas cadeiras da Alepi favorecendo a elite política. Esta tem como reforço o poder econômico e a intervenção das famílias políticas do estado. Então, os fatos relatados dificultam, mas não impossibilitem a renovação das bancadas por candidatos *outsiders*.

Quadro 25: Relação dos deputados e número de mandatos por partidos (2014)		
Deputados Estaduais	Partidos	Número de mandatos
Themístocles Sampaio	PMDB	8
Fernando Monteiro	PTB	8
Wilson Brandão	PSB	7
Edson Ferreira	PSD	5
Flora Izabel	PT	4
Hélio Isaías	PTB	4
João Madison	PMDB	4
Marden Menezes	PSDB	4
Luciano Nunes filho	PSDB	4
José Icemar Neri	PTB	4
Fábio Novo	PT	3
Evaldo Gomes	PTC	2
Flávio Nogueira Júnior	PDT	2
Gessivaldo Isaías	PRB	2
Gustavo Neiva	PSB	2
Juliana Moraes Souza	PMDB	2
Liziê Coelho	PTB	2
Robert Rios	PDT	2
Fábio Xavier	PR	1
Georgiano Neto	PSD	1
Dr. Pessoa	PSD	1
Firmino Paulo	PSDB	1
Francisco Limma	PT	1
Jannaína marques	PTB	1
Dr. Hélio Oliveira	PTC	1
Júlio Arcoverde	PP	1
Pablo Santos	PMDB	1
Rubem Martins	PSB	1
Severo Eulálio	PMDB	1
José Santana	PMDB	1

Fonte: Dados biográficos da Assembleia Legislativa do Piauí.

5.2 Circulação da Elite Política Piauiense

A ideia de circulação de Elites formulada por Pareto consiste em duas concepções: a primeira é que a circulação de elites se referia a um processo em que os indivíduos circulam entre a elite e a não elite e a segunda, a um processo em que uma elite é substituída por outra.³³⁴ As concepções de Pareto estão presentes no processo de circulação da Elite Política Piauiense Estadual, pois se observou que a renovação de lideranças política no Estado, entre os anos eleitorais de 1998 e 2014, ocorreu em níveis baixos quando relacionada à faixa etária ou medida em termos numéricos.

É pertinente afirmar que, nesse grupo minoritário, o recrutamento foi seletivo e basicamente feito entre os círculos familiares e entre as mesmas classes sociais e econômicas. No entanto, com a organização das informações e dos dados referentes a esse assunto, tivemos o recrutamento de indivíduos de outros setores sociais e econômicos em proporções menores. Logo, a circulação se deu entre diferentes categorias da própria elite governante e tivemos a circulação entre a elite e o resto da população.

Dessa forma, o quadro estadual sofreu transformações ao longo do período estudado que acirraram o processo de restrição quanto à entrada na arena política, já que o poder político das oligarquias do Estado ainda resiste ao tempo e às mudanças socioeconômicas e demográficas. A reflexão sobre a entrada e permanência de quadros na política local será apresentada melhor após a observação dos dados do quadro 26 abaixo:

Quadro 26: Taxas de renovação e permanência na Assembleia Legislativa do Piauí (1998-2014)											
	1998		2002		2006		2010		2014		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%
Taxa de Permanência	17	57%	23	77%	23	77%	20	67%	18	60%	67%
Taxa de Renovação	13	43%	7	23%	7	23%	10	33%	12	40%	33%
Total	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	100%

Fonte: Elaboração própria.

O quadro 26 apresenta as taxas de reeleição e renovação dos quadros na política dentro do Legislativo Estadual. É importante ressaltar que essa renovação ocorreu englobando aqueles candidatos que integraram o quadro político da Assembleia Legislativa pela primeira vez, os estreantes. Dessa maneira, pôde-se observar que, nas eleições de 2002, 2006 e 2010, a

³³⁴ BOTTOMORE, Thomas Burton. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 44.

estreia de mandatos na Alepi foi bastante reduzida, visto que a continuidade de mandatos da maioria do grupo dominante anterior prevaleceu chegando a 77% de permanência.

De modo geral, a taxa de permanência do período em análise foi 67%, enquanto que a taxa de renovação na Alepi foi de 33%. Os resultados do quadro 26 atestam que o Parlamento Estadual representa mais o passado do que o presente. Com base na manutenção de mandatos, a Assembleia Legislativa Piauiense possui um nível maior de oligarquização em todo período estudado. Como se observou no quadro 26, a menor taxa de permanência foi de 57% no pleito de 1998. Ainda com a análise do quadro 26, o ponto máximo desse processo se deu nas legislaturas de 2002 e 2006 quando 23 deputados mantiveram seus mandatos contra a entrada de apenas 10 deputados.

Essa situação teve uma queda acentuada nos pleitos de 2010 e 2014, mas, mesmo assim, o número de deputados que se mantiveram em suas cadeiras foi maior que a entrada de candidatos. A partir disso, observamos que a circulação no interior da elite política é aparente, pois a maioria das vagas tende a permanecer restrita aos grupos políticos dominantes.

Sendo assim, entre os 30 deputados eleitos em 1998, somente 13 eram estreantes na Alepi (43%), fazendo-se a maior taxa de renovação parlamentar no período em estudo. Porém, dentre estes, se encontram seis deputados que estavam em processo de ascensão política tanto do Executivo como dos Legislativos Municipais e os outros sete parlamentares eram herdeiros políticos, não tinham nenhuma ligação ou experiência anterior na política. Diante dessa constatação, percebe-se que nenhum deles era um estranho no mundo político, pelo contrário, eram indivíduos que já possuíam certa familiaridade política ao chegaram à Alepi. Então, os parlamentares estreantes ou eram herdeiros políticos ou estavam em processo de ascensão política.

Essa conjuntura permanece ao longo dos anos eleitorais abordados nessa pesquisa, por exemplo, até à última eleição, em 2014, para o Parlamento Estadual, tínhamos dezoito deputados que mantiveram seus mandatos contra doze estreantes. Dentre estes, sete eram herdeiros políticos e cinco eram parlamentares em processo de ascensão política, sendo que, dos cinco parlamentares em processo de elevação política, dois eram também herdeiros políticos.

Isso nos remete ao que Michels enfatiza quando afirma que: “Toda oligarquia é suspeita em relação aos seus próprios aspirantes, nos quais ela busca seus sucessores ou

herdeiros prontos a suplantá-la sem esperar sua morte natural”.³³⁵ Fazendo referência aos partidos dos parlamentares estreantes na Alepi, temos o PMDB, PT e o PSDB como os partidos que mais renovaram suas bancadas. Os dois primeiros foram os que mais renovam deputados na Alepi, logo em seguida vem o PDT e o PSB.

O fenômeno da circulação das elites políticas que aconteceu dentro do Legislativo Estadual faz perceber aquilo que Mosca reconhecia quando confirmava que a circulação de elites consiste na luta entre elites e na substituição de uma elite velha por uma nova.³³⁶ Além do reconhecimento dessa forma de circulação, Mosca identificava outra forma que consistia na renovação da elite pelo ingresso de indivíduos oriundos das classes inferiores da sociedade. Essa segunda forma apresentada por Mosca se assemelhava a ideia formulada por Pareto de que a circulação de indivíduos se dava entre os dois estratos, elite e não-elite. Essa forma foi identificada dentro do Legislativo Estadual Piauiense.

A segunda concepção formulada pelos dois teóricos pôde ser vista dentro da Alepi porque alguns deputados eram oriundos de setores sociais populares e membros de Sindicatos e Associações, sendo eleitos para o cumprimento de mandatos políticos. Foi o caso dos deputados Olavo Rebelo, Wellington Dias, Francisca Trindade, Antônio Castelo Branco, João de Deus, Flora Izabel, Assis Carvalho, Rejane Dias, Paulo Martins, Cícero Magalhães e Merlong Solano, todos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores. Podemos notar, diante desses parlamentares eleitos para a Alepi e que tiveram sua ascensão política efetiva, o surgimento e ascensão de uma nova elite dentro do Legislativo Piauiense que foi classificada como elite sindical e originada pelos membros sindicais e associativos.

De acordo com Pareto, devemos compreender que a circulação de elites é o resultado do declínio de interesses estabelecidos e da ascensão de novos interesses, já que para ele, as elites representam determinados interesses sociais.³³⁷ Além disso, Pareto pretende explicar a circulação de elites pelas mudanças ocorridas nas características psicológicas dos membros das elites e dos estratos inferiores.³³⁸ Segundo Bottomore, Pareto afirma existir:

[Apenas um] movimento cíclico infundável em que uma elite em decadência é revigorada pelo recrutamento de novos elementos dos estratos inferiores da população, ou é derrubada e substituída por uma nova elite formada por esses mesmo elementos naquelas situações em que lhes negam acesso, individualmente, à elite estabelecida.³³⁹

³³⁵ MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 97.

³³⁶ BOTTOMORE, 1974, p. 51.

³³⁷ BOTTOMORE, 1974, p. 45.

³³⁸ BOTTOMORE, 1974, p. 46.

³³⁹ BOTTOMORE, 1974, p. 54.

Por fim, a circulação das elites políticas dentro do Legislativo Piauiense permaneceu no seu quadro histórico pelo qual a elite política circula e renova-se entre a própria elite política. A partir das eleições de 1994, se observou, em proporções menores, o ingresso e ascensão política de candidatos que estavam fora desse grupo político dominante.

O exame desse processo político desenvolvido dentro da Alepi contribuiu para o entendimento das mudanças políticas ocorridas nas instituições formais do governo, nas oscilações do poder e na influência de grupos na sociedade. Isso pôde ser explicada pelo reconhecimento de novos grupos sociais que se formaram diante de mudanças econômicas, sociais e culturais. Tais grupos, com o passar do tempo, aumentaram seu poder de influência na sociedade e produziram pequenas mudanças no sistema político, como uma modificação na composição das bancadas que foram eleitas para o Parlamento Estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs-se a discutir sobre as Oligarquias e a Elite Política dentro do Parlamento Estadual piauiense durante o período de 1998 a 2014. Mostraram-se os elementos essenciais à compreensão do fenômeno da oligarquização que reveste a Assembleia Legislativa do Piauí e a existência do poder político familiar oligárquico dentro da Casa Legislativa. Dessa maneira, evidenciou-se que o cenário político parlamentar piauiense não é diferente daquele definido nos estudos que a literatura teórica clássica e a literatura recente produziram sobre o tema da elite, oligarquia e política local.

Ao longo desses dezesseis anos, o cenário político partidário piauiense passou por mudanças paulatinas, no que diz respeito ao seu tamanho. Historicamente, em toda parte, quase sempre que ocorreram mudanças econômicas e sociais, o sistema político também se transformou. No caso do subsistema político piauiense, até início da década de 1990, apresentava grande capacidade de se adaptar às tensões externas que ocorreram, bem como às mudanças econômicas e sociais. Durante o período em análise, o quadro político partidário piauiense desenvolveu condições de adaptações à nova realidade política e manteve alguns parâmetros e práticas tradicionais que permitiam estabelecer conexão histórica com sistema político em vigor no século XX.

Em meados dos anos 1980, foi implantado o sistema multipartidário brasileiro. Esse processo resultou da reforma partidária de 1979 que ampliou o sistema partidário brasileiro e pôs fim ao bipartidarismo vigente durante o regime autoritário. A participação de novos partidos fez surgir um ambiente político mais competitivo e diversificado no cenário político piauiense. Nas eleições de 1982, a formação partidária composta no Piauí continuava inalterada, pois apenas o PDS e o PMDB conquistavam cadeiras dentro do Parlamento Estadual.

Em 1986, o PFL entrou na disputa com o PMDB e o PDS, sendo que este conquistou mais da metade das vagas em disputa. Até meados dos anos 1990, o PFL era o partido com a maior força política dentro do estado no que diz respeito à conquista de cadeiras no Poder Legislativo. Esse partido despontava nas eleições e tinha a preferência do eleitorado piauiense. Todavia, a partir das eleições de 1994, o PFL é acometido por crises internas e desentendimentos entre os próprios aliados do grupo. O partido vinha perdendo suas forças ao passar dos anos eleitorais, desaparecendo efetivamente do cenário político piauiense nas eleições de 2014.

Na contramão, vinha o PT que cresceu principalmente nas eleições de 2006 e 2010, época em que o partido conquistava o eleitorado tanto piauiense como brasileiro. O sucesso do partido estava apoiado em seu discurso, até então, novo para o eleitorado piauiense e no amparo político e financeiro de partidos políticos já consagrados no estado, como o PMDB. Em aliança com o PT, o PTB era um partido em ascensão política e obteve crescimento no que se refere à conquista de assentos na Casa Legislativa. O PSB, também coligado ao PT, teve crescimento contínuo nas eleições de 1998, 2006 e 2010, tendo uma queda na representatividade na Alepi em 2014. O PMDB e o PSDB, historicamente partidos políticos tidos como tradicionais e conservadores, conseguiram manter-se positivamente no cenário político piauiense.

Percebeu-se que, até o início dos anos 1990, havia relativa estabilidade partidária e parlamentar no Piauí. Os três maiores partidos do estado, o PFL, o PMDB e o PPB, conseguiam sempre mais de dois terços das cadeiras em disputa na Assembleia Legislativa do Piauí. Isso ocasionava estabilidade no sentido da permanência e do domínio eleitoral e parlamentar dos partidos considerados historicamente conservadores no Legislativo Estadual.

No entanto, a situação só começa a modificar-se em decorrência do progresso da execução do sistema multipartidário no país e, conseqüentemente, no estado piauiense. Em resultado disso, há maior fragmentação observada pelo grande número de partidos parlamentares, a distribuição e a diluição do poder político no estado e o crescimento de partidos até então desconhecidos no cenário político local.

No que diz respeito ao controle de grupos familiares da arena política, observou-se que o controle do poder era feito pelas famílias políticas de todas as regiões do estado, como ficou evidenciado no segundo capítulo desse trabalho. Assim, as famílias políticas controlam os partidos políticos em suas respectivas cidades e fornecem os candidatos aptos a ocupar as vagas na Alepi. A pesquisa evidenciou, também, que a substituição de elites no subsistema político piauiense tende a ocorrer no seu próprio interior. Isto é, a renovação pode significar a perpetuação das oligarquias.

Dessa maneira, o subsistema político piauiense é resultado de uma situação típica oligárquica que perpassa pela história política estadual. Nota-se, no Piauí, a hereditariedade na composição das bancadas eleitas. Em números, isso significa que, em 1998, dos 30 deputados eleitos, 24 possuíam algum grau de parentesco com as oligarquias tradicionais, bem como em 2002, 2006, 2010 e 2014 com respectivamente 22, 19, 21 e 20 deputados que tinham parentesco com as oligarquias antigas.

Logo, o espectro político piauiense transforma-se numa prioridade nas mãos das famílias mais importantes, passando de pai para filhos, irmãos, esposas e parentes. Os herdeiros aparecem como uma reserva política, criada e preparada para assumir o poder político na ausência dos antigos líderes. Assim, a substituição política dentro da família tende a impedir a instabilidade dentro dos grupos oligárquicos que dominam os partidos políticos.

Este fato fica nítido com a grande influência de famílias como Barros Araújo, Paes Landim, Tapety, Dantas Eulálio, da região Sul do estado; as famílias Almendra Freitas, Bona Medeiros, da região centro-norte do Piauí, e os Moraes Souza e Sampaio Pereira da região norte do estado. Todas essas oligarquias têm apoio de outras oligarquias menores e mais restritas política e geograficamente.

A manutenção do corpo político-partidário no Parlamento pode ser constatada pela permanência de vários mandatos dos parlamentares, o que propicia longas carreiras políticas. Como consequência, a extensa experiência acumulada pelos deputados estaduais é utilizada para empreender alianças úteis e necessárias na correlação de forças políticas e para o aumento de sua influência.

Constatou-se, ainda, que as carreiras políticas tendem a ser mais extensas quando os deputados pertencem aos partidos ditos tradicionais e conservadores, como, por exemplo, o PFL e o PMDB. O efeito disso são deputados mais experientes e consolidados no cenário político estadual que procuram ocupar os espaços políticos desenvolvendo grande capacidade de atrair lideranças para seu partido ou grupo político, mantendo-se no poder e reelegendo-se sucessivamente.

Por último, com a montagem do Perfil Socioeconômico dos deputados estaduais eleitos entre os pleitos de 1998 e 2014, foram identificados alguns traços comuns a todas as composições formadas ao observarmos a faixa etária, o nível de escolaridade, a ocupação profissional e a trajetória política. O somatório desses parâmetros é a composição de um alto nível de homogeneidade social que influencia o acesso a uma cadeira na Alepi.

A análise dos dados sobre a idade nos mostra que a faixa etária mais frequente, durante o período em estudo, foi a de 41 a 50 anos, em média, 38% dos eleitos. Esse fato se refletiu na associação feita entre as faixas etárias e os partidos políticos presentes na Alepi. Observamos que o PMDB, PP e o PFL possuem deputados mais maduros em comparação ao PT e ao PSDB que possuíam deputados mais jovens.

No que diz respeito à idade dos deputados que ingressaram pela primeira vez na Alepi, em média, 47% dos deputados tinham entre 31 e 40 anos de idade. Uma explicação

para isso reside no fato de que os deputados ao ingressarem na Casa Legislativa pela primeira vez já havia construído suas carreiras políticas e estavam em processo de ascensão.

Referente à variável gênero, os dados revelam que a participação feminina ainda é pequena, mas constatou que houve um crescimento contínuo de mulheres que conquistaram espaço dentro do Parlamento Estadual. Durante o período em estudo, 12% do total de eleitos eram mulheres e 88% eram homens. A efetividade da Lei de Cotas teve pouca significação para as eleitas e a preparação que estas tiveram para iniciar a vida na política foi mais decisiva na conquista do cargo. A biografia das deputadas revela dois indicativos: já tinham acumulado experiência política anteriormente ou eram herdeiras políticas e, conseqüentemente, tinham subsídio maior durante as eleições.

Já no quesito escolaridade, predomina o alto grau de instrução dos deputados estaduais e esse quadro que vem crescendo com o passar das legislaturas. Os dados mostraram que, entre os pleitos de 1998 e 2014, em média, mais de 85% das vagas na Alepi eram ocupadas por deputados que tinham o grau universitário completo, os outros 6,6% dos ocupantes se encontravam com os seus estudos superiores incompletos e apenas 8% possuíam o ensino médio completo.

A análise do perfil profissional dos deputados estaduais eleitos mostrou que o celeiro de abastecimento da Alepi vem basicamente de três segmentos: dos profissionais liberais, do serviço público e do setor empresarial. Os resultados obtidos através das análises dos dados demonstraram que, durante o todo o período em estudo, 38% das vagas foram ocupadas por profissionais liberais; 36% das cadeiras foram ocupadas por deputados autodenominados políticos profissionais; 11% por servidores públicos e 8% por empresários. Desse modo, percebe-se o reflexo do alto nível de escolaridade dos deputados estaduais ao apresentarem suas ocupações profissionais, pois a maioria pertencia a atividades liberais que exigem um alto desempenho intelectual e cultural.

Sobre a trajetória política dos deputados eleitos, constatou-se que, do total de cadeiras disponíveis para todo o período estudado, 82% foram ocupadas por deputados que já tinham exercido algum cargo eletivo. Isso pode sugerir que a experiência política dos parlamentares foi significativa, visto que ela os preparou para a vida política no estado. Detectou-se ainda que mais da metade das vagas disputadas foram ocupadas por deputados com até 15 anos de experiência política ou 55%, sendo considerada uma trajetória relativamente longa.

Portanto, os resultados demonstraram que todas as variáveis expostas podem influenciar significativamente no sucesso daqueles que buscam conquistar uma cadeira e

permanecer na Alepi. Em suma, dentre os fatores que aproximam o candidato ao posto de deputado estadual e levam a conquistar uma vaga na Assembleia Legislativa do Piauí, estão: ter entre 31 e 40 anos de idade, ser homem, possuir curso superior completo, pertencer ao segmento dos profissionais liberais e ter experiência na política. Este é o Perfil Socioeconômico que se formou durante as eleições de 1998 a 2014.

Em vista disso, é importante lembrar que mesmo sendo o mesmo mecanismo de escolha dos deputados, que é através das eleições, o candidato que se enquadrar a este perfil poderá ter maiores chances de conquistar uma vaga, mas é preciso ter em mente que não basta apenas ter esse perfil socioeconômico para atingir seu objetivo. A montagem do perfil socioeconômico da elite política parlamentar revelou que há um domínio de classe com grande identificação social, econômica, educacional e profissional. Além disso, os resultados apontaram para a diminuição das possibilidades de fragmentação dentro do subsistema político piauiense, possibilitando a manutenção da estabilidade do poder político.

Enfim, a permanência desses elementos produz relativa estabilidade no quadro político piauiense. O controle de grupos de famílias políticas, o alto nível de homogeneidade das elites estaduais, tendo por base o perfil socioeconômico dos parlamentares, as altas taxas de manutenção e as longas carreiras políticas são suportes básicos para a estabilidade política. Os resultados expostos ao longo deste trabalho indicaram que as legislaturas têm se constituído em uma renovação de gerações pela qual os antigos caciques são substituídos por seus filhos, irmãos, esposas, tios, enfim, por parentes próximos assumindo os postos políticos deixados pelos seus antecedentes.

É necessário reconhecer, que dentro desse círculo político extremamente fechado, há a presença de políticos oriundos do setor sindical do estado. Sinalizando para uma modificação potencial do cenário político piauiense. No entanto, tal modificação não é suficiente para mudar totalmente o poder hegemônico das oligarquias e das elites que estão no controle do poder há anos.

Por fim, a relativa estabilidade política e a homogeneidade das elites políticas no Piauí confirmam o caráter oligárquico existente no sistema político local. A estabilidade política não pode ser vista como algo positivo do sistema político, pois evidencia a forte presença da oligarquização da arena política que se reproduz. Isto é, uma oligarquia que governa em um sistema democrático. Esta busca sua legitimidade no voto popular e é autorizada pelo processo eleitoral legal, colocando, em evidência, os limites do sistema político democrático no estado.

REFERÊNCIAS

ALBERTONI, Ettore. *Doutrina da classe política e teoria das elites*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1990.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *O desenvolvimento social do Brasil: balanço dos anos 1900-2010 e agenda para o futuro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

ALVES, Livia Maria Silva. *Elites e oligarquias: o caso da elite dirigente piauiense (1994-2010)*. 2015. 95 f. Monografia (Graduação). Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, set./dez. 2001, p. 231-252. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100014>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

_____. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, jul./dez. 2009, p. 23-59. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6626>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

ARON, Raymond. Estrutura social e estrutura de elite. In: _____. *Estudos sociológicos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 101-145.

ARRAES, Ricardo. *Oligarquias e Elites Políticas no Piauí: 1982-1995*. 2000. 181 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. O *babyboom* da oligarquia: de como a senda eleitoral reproduz a elite dirigente no Piauí. *Revista Eleições e Cidadania*, Teresina, n. 5, jun. 2013-2014, p. 19-54.

ASSIS, Éder Araújo. Goiás: os partidos, as eleições e as transformações recentes. In LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org.). *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 73-110.

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BASTOS, Cláudio. *Família e poder*. Belo Horizonte: Imprimaset, 1991.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003. P. 57-98.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

_____. Teoria das elites. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 385-391.

_____. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 70, jun. 2009, p. 123-186. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a08v2470.pdf>>. Acesso em 07 de julho 2017.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

BRANDÃO, Tânia M. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e Legendas da Política Piauiense*. Teresina: Gráfica do Povo, 2015.

CAJADO, Ane Ferrari Ramos; DORNELLES, Thiago; PEREIRA, Amanda Camylla. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/tse-eleicoes-no-brasil-uma-historia-de-500-anos-2014.pdf>> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

CANEDO, Letícia Bicalho. Metáforas do parentesco e a duração em política. *Textos de História*, Brasília, v. 3, n. 1, 1995, p. 82-103. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/textos/issue/view/643>>. Acesso em 28 de dezembro de 2017.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. P. 56-104.

CONSTITUIÇÃO *da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. P. 15.

CORADINI, Odaci Luiz. As elites como objeto de estudo. In: CORADINI, O. L. *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul*: algumas retribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 7-18.

COTTA, Maurizio. Parlamento. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 877-888.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e Processos de Oligarquização: O aporte de Michels à análise política contemporânea. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 20, n. 44, nov. 2012, p. 47-62. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44a04.pdf> >. Acesso em 29 de março de 2017.

DAHL, Robert. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: AMORIM, M. S. de (Org.). *Sociologia Política II*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. P. 90-100.

_____. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

DORIA, Francisco Antonio et al. *Herdeiros do Poder*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

FARIAS, Francisco P. *Do coronelismo ao clientelismo*: a transição capitalista numa região do Piauí – 1982-1986. 1999. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Elites Políticas Regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, out. 2011, p. 176-249. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/14.pdf>>. Acesso em: 29 de março de 2017.

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, nov. 2008, p. 432-453. P. 433. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/07.pdf>>. Acesso em 11 de dezembro de 2017.

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência, política e trajetórias sociais*: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. Do pessimismo ao pluralismo político: apropriações da teoria das elites nos Estados Unidos. In: REIS, Eliana Tavares; GRILL, Igor Gastal (Org.). *Estudos sobre Elites Políticas e Culturais*. Vol. 2. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 49-80.

KELLER, Suzanne. *O destino das elites*. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social, São Paulo, 1700-1980. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, set. 1988/fev. 1989, p. 37-63.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1997.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Alienação eleitoral e seus determinantes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, out. 1990. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_06.htm>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. *Gênero e Representação Política*. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93-108.

_____. Oligarquia, democracia e representação no pensamento de Michels. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 13, jan./abr. 2014, p. 137-154. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n13/a06n13.pdf>> Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

_____. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, set./dez. 2010, p. 653-679. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000300003>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

_____. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2 sem. 2001, p. 253-267. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100015>> Acesso em: 30 de junho de 2017.

_____. Teoria Política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000, p. 91-102. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4149.pdf>> Acesso em 30 de junho de 2017.

MILLS, Charles Wright. *Elites do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MONTEIRO, Brandão; OLIVEIRA, Carlos Alberto P. de. *Os partidos políticos*. São Paulo: Global, 1989.

MORAES, Herculano. *Assembleia Legislativa do Estado do Piauí: visão histórica, social e política*. Teresina: APL, 2011.

MORAES FILHO, José Filomeno. Ceará: o subsistema partidário e o retorno ao multipartidarismo. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org.). *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 35-72.

NICOLAU, Jairo. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, 2006, p. 689-720. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n4/02.pdf>>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

NOBRE, Maria Cristina Queiroz. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 3, set./dez. 2017, p. 430-438. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v20n3/1414-4980-rk-20-03-00430.pdf>>. Acesso em 31 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA, Kamila Pagel de. *Análise da evolução da participação da mulher na política Brasileira: estudo aplicado às Assembleias legislativas*. Disponível em: <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/publicacoes-2013/7-analise-da-evolucao-da-participacao-da-mulher-na-politica-brasileiraestudo-aplicado-as-assembleias-legislativas/file>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo; FUKS, Mário; BRAGA, Sérgio (Org.) *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos. O Perfil dos Parlamentares Paranaenses. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo; FUKS, Mário; BRAGA, Sérgio (Org.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora UFPR, 2007. p. 69-92.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano Nervo. Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, out. 2009, p. 143-195. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n71/v24n71a10.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José F. Os estudos de elites no Brasil: um ensaio crítico sobre a produção recente. In: REIS, Eliana Tavares; GRILL, Igor Gastal (Org.). *Estudos sobre Elites Políticas e Culturais: reflexões e aplicações não canônicas*. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 141-167.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris [Dir.]. *História da Civilização Brasileira: o Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 172-214.

REIS, Eliana Tavares; GRILL, Igor Gastal (Org.). *Estudos sobre Elites Políticas e Culturais*. Vol. 2. São Luís: EDUFMA, 2016.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. *Geografia e História do Piauí: estudos regionais*. Teresina: Ed. Halley, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

_____. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.

ROMERO, Sílvio. *Provocações e debates: contribuição para o estudo do Brasil social*. Porto: Livraria Chardron, 1910.

SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, set./dez. 2015, p.713-734.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41762/30376>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

SANTOS, José Lopes dos. *1982: novo tempo chegou*. Brasília: Gráfica do Senado, 1983.

_____. *Política e políticos*. Teresina: Gráfica Mendes: 1988.

SCHUMAHER, Shuma; CEVA, Antônia. *Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SILVA, Roberto John da. *Metamorfose das Oligarquias: O caso do Piauí*. 1999. 381 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 23, n. 56, dez. 2015, p. 75-106. p. 75. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v23n56/0104-4478-rsocp-23-56-0075.pdf>>. Acesso em: 16 de novembro de 2017.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

SOUSA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: AlfaÔmega, 1983.

SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A política de salto: a participação feminina na política piauiense – 1970-1998*. 2008. 117 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora UFMS/Anpuh-RS, 2010.

VIEIRA, Fabrícia. Almeida; EDUARDO, Maria Cecília. Perfil socioeconômico dos candidatos e eleitos na disputa para deputado estadual do Paraná em 2014. *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, Paraná, v. 2, n. 11, set. 2015, p. 1-13. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio-v.-2-n.-11.pdf>>. Acesso em 07 de julho 2017.

FONTE ELETRÔNICA

Eleições 1970. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-senador-suplente-senador-deputado-federal-deputado-estadual-1970>>. Acesso em 18 de maio de 2017.

Evolução da Justiça Eleitoral no Brasil. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/o-tre/o-tre-pi/memoria-e-cultura/evolucao-da-justica-eleitoral-no-brasil>>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

FUNDAÇÃO CEPRO. *Piauí em números*. Teresina, 2012. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201306/CEPRO07_8a8208d146.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

FUNDAÇÃO CEPRO. *Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí 2015*. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201711/CEPRO16_02c65a8a7f.pdf>. Acesso em 07 de janeiro de 2018.

História das eleições no Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/09/historia>>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

IBGE – Censos Demográficos. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

IBGE. *Dados estatísticos*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

IBGE. *Estimativas preliminares para os anos intercensitários dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datusus*. Disponível em: <<http://tabnet.datusus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poppi.def>> Acesso em 18 de novembro de 2017.

IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <www.Ibge.gov.br>. Acesso em novembro de 2017.

IBGE. *Pnad 2014*. Disponível em: <www.Ibge.gov.br>. Acesso em novembro de 2017.

Lei 9.100/95 de 29 de setembro de 1995. Art. 11, § 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19100.htm>. Acesso em 20 de maio de 2017.

Resultado de votação. Disponível em: <http://resultadoeleicoes.tre-pi.jus.br/resultado_geral_da_totalizacao_PI.pdf>. Acesso em 8 de junho de 2017.

FONTES BIOGRÁFICAS

Ana Paula Araújo. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=4>. Acesso em 8 de junho de 2017.

Belê Medeiros. *Parlamentares*. Disponível em: <http://www.alepi.pi.gov.br/deputados_inc.php?idMenu=11>. Acesso em 20 de maio de 2017.

Edson Ferreira. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=12>. Acesso em 05 de julho de 2017.

Elias Ximenes do Prado Júnior. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=186>. Acesso em 05 de julho de 2017.

Fábio Xavier (PR) não concluiu o ensino superior. Cf.: *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais*. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/PI/180000000283>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

Flávio Nogueira Filho. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=13>. Acesso em 07 de março de 2017.

Flora Izabel. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=31>. Acesso em 8 de junho de 2017.

Francisca Trindade. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=257>. Acesso em 8 de junho de 2017.

Georgiano Neto. *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais*. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/PI/180000000105>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

Georgiano Neto. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=281>. Acesso em 07 de março de 2017.

Janaína Marques. *Perfil biográfico da Alepi*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=285>. Acesso em 8 de junho de 2017.

José Icemar. *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais*. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2006/14423/PI/10113>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

José Pessoa Leal. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=282>. Acesso em 10 de março de 2017.

José Pinto de Mesquita. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=273>. Acesso em 10 de março de 2017.

José Roncalli. *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais*. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2006/14423/PI/10229>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

Juliana Falcão. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=21>. Acesso em 08 de junho de 2017.

Lilian Martins. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=274>. Acesso em 8 de junho de 2017.

Liziê Coelho. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=23>. Acesso em 8 de junho de 2017.

Luciano Nunes Filho. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=24>. Acesso em 07 de março de 2017.

Luiz Ubiraci de Carvalho. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=36>. Acesso em 10 de março de 2017.

Marden Menezes. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=25>. Acesso em 07 de março de 2017.

Margarete Coelho. *Perfil biográfico da Alepi*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=26>. Acesso em 8 de junho de 2017.

Margarida Bona. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=263>. Acesso em 8 de junho de 2017.

Mauro Tapety. *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais*. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga#/candidato/2006/14423/PI/10369>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

Mauro Tapety. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=27>. Acesso em 19 de junho de 2017.

Olavo Rebelo de Carvalho Filho. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=246>. Acesso em 05 de julho de 2017.

Paulo Martins. *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais*. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga#/candidato/2010/14417/PI/180000000269>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

Rejane Dias. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=34>. Acesso em 08 de junho de 2017.

Silas Freire. *Parlamentares*. Disponível em: <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=254>. Acesso em 07 de março de 2017.

Anexos

ANEXO I – Profissões dos deputados estaduais, por partidos políticos (1998)

Quadro: Profissões dos deputados estaduais, por partidos políticos – 1998.

Profissões	PFL		PPB		PDT		PT		PMDB		PSDB		PSB		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%
Profissões liberais	9	30%	1	3%	1	3%	-	-	4	13%	3	10%	-	-	18 (60%)
Políticos	-	-	-	-	-	-	1	3%	2	7%	-	-	-	-	3 (10%)
Profissionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5 (17%)
Setor Público	1	3%	2	7%	-	-	-	-	-	-	1	3%	1	3%	3 (10%)
Empresário	-	-	-	-	-	-	-	-	3	10%	-	-	-	-	1 (3%)
Professor	-	-	-	-	1	3%	-	-	-	-	-	-	-	-	30 (100%)
Total	10	33%	3	10%	2	7%	1	3%	9	30%	4	13%	1	3%	

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov. Elaboração própria.

ANEXO II – Profissões dos deputados estaduais, por partidos políticos (2002)

Quadro: Profissões dos deputados estaduais, por partidos políticos – 2002.

Profissões	PFL	PPB	PDT	PT	PMDB	PSDB	PL	PTB	Total
Profissões Liberais	1 (3%)	1 (3%)	1 (3%)	-	-	2 (7%)	1 (3%)	1 (3%)	7 (23%)
Políticos Profissionais	7 (23%)	-	-	-	5 (17%)	-	-	-	12 (40%)
Setor Público	-	2 (7%)	-	2 (7%)	-	1 (3%)	-	-	5 (17%)
Empresário	-	1 (3%)	1 (3%)	-	1 (3%)	1 (3%)	-	-	4 (13%)
Professor	1 (3%)	-	-	1 (3%)	-	-	-	-	2 (7%)
Total	9 (30%)	4 (13%)	2 (7%)	3 (10%)	6 (20%)	4 (13%)	1 (3%)	1 (3%)	30 (100%)

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov. Elaboração própria.

ANEXO III – Profissões dos deputados estaduais, por partidos políticos (2006)

Quadro: Profissões dos deputados estaduais, por partido políticos – 2006.

Profissões	PFL	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PT	PL	PTB	PSB	PC do B	Total
Profissionais Liberais	3 (10%)	2 (7%)	-	1 (3%)	3 (10%)	-	1 (3%)	1 (3%)	1 (3%)	-	12 (40%)
Políticos Profissionais	1 (3%)	4 (13%)	3 (10%)	-	-	2 (7%)	-	-	-	-	10 (33%)
Empresários	-	2 (7%)	-	-	-	-	-	1 (3%)	-	-	3 (10%)
Bancários	-	-	-	-	-	2 (7%)	-	-	-	-	2 (7%)
Professores	-	-	-	-	-	1 (3%)	-	-	-	-	1 (3%)
Servidor Público	-	-	-	-	-	-	-	-	1 (3%)	1 (3%)	2 (7%)
Total	4 (13%)	8 (27%)	3 (10%)	1 (3%)	3 (10%)	5 (17%)	1 (3%)	2 (7%)	2 (7%)	1 (3%)	30 (100%)

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov. Elaboração própria.

ANEXO IV – Profissões dos deputados estaduais, por partidos políticos (2010)

Quadro: Profissões dos deputados estaduais, por partidos políticos – 2010.

Profissões	PTB	PT	PSDB	PSB	PPS	PP	PMDB	PDT	PC do B	DEM	PTC	Total
Profissões Liberais	3 (10%)	1 (3%)	-	1 (3%)	-	1 (3%)	1 (3%)	1 (3%)	-	1 (3%)	-	9 (30%)
Políticos Profissionais	1 (3%)	2 (7%)	3 (10%)	2 (7%)	1 (3%)	-	4 (13%)	-	1 (3%)	1 (3%)	1 (3%)	16 (53%)
Servidor Público	-	1 (3%)	-	1 (3%)	-	-	-	1 (3%)	-	-	-	3 (10%)
Empresário	-	-	-	1 (3%)	-	-	-	-	-	-	-	1 (3%)
Jornalista	-	1 (3%)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 (3%)
Total	4 (13%)	5 (17%)	3 (10%)	5 (17%)	1 (3%)	1 (3%)	5 (17%)	2 (7%)	1 (3%)	2 (7%)	1 (3%)	30 (100%)

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov. Elaboração própria.

ANEXO V – Profissões dos deputados estaduais, por partidos políticos (2014)

Quadro: Profissões dos deputados estaduais, por partidos políticos – 2014.

Profissões	PR	PSD	PTC	PRTB	PSDB	PT	PDT	PRB	PSB	PP	PTB	PMDB	Total
Profissões Liberais	1 (3%)	2 (7%)	-	-	-	1 (3%)	1 (3%)	-	2 (7%)	1 (3%)	1 (3%)	3 (10%)	12 (40%)
Políticos Profissionais	1 (3%)	1 (3%)	-	1 (3%)	2 (7%)	1 (3%)	1 (3%)	1 (3%)	1 (3%)	-	2 (7%)	2 (7%)	13 (43%)
Empresários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 (3%)	-	-	1 (3%)
Servidor Público	-	-	-	-	1 (3%)	1 (3%)	-	-	-	-	-	-	2 (7%)
Pedagogo	-	-	1 (3%)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 (3%)
Professor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 (3%)	1 (3%)
Total	2 (7%)	3 (10%)	1 (3%)	1 (3%)	3 (10%)	3 (10%)	2 (7%)	1 (3%)	3 (10%)	2 (7%)	3 (10%)	6 (20%)	30 (100%)

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov. Elaboração própria.

ANEXO VI – Primeiro cargo público ocupado pelos deputados estaduais antes de cada pleito analisado (1998-2014)

Quadro: Primeiro cargo público ocupado pelos deputados estaduais antes de cada pleito analisado (1998-2014).

Cargo Público	1998		2002		2006		2010		2014	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Servidor público concursado	9	30%	11	37%	10	33%	8	27%	5	16%
Deputado estadual	7	23%	7	23%	8	27%	8	27%	7	23%
Vereador	5	17%	3	10%	6	20%	4	13%	6	20%
Prefeito	3	10%	3	10%	3	10%	5	16%	5	16%
Diretor de instituições públicas	1	3%	1	3%	-	-	2	7%	2	7%
Secretário municipal/estadual	1	3%	-	-	-	-	1	3%	2	7%
Chefe/Assessor de gabinete	1	3%	1	3%	1	3%	-	-	-	-
Deputado federal	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3%
Não ocupou cargo anterior	3	10%	4	13%	2	7%	2	7%	2	7%
Total	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%	30	100%

Fonte: Dados do TSE, TRE-PI e Alepi.gov. Elaboração própria.

ANEXO VII – Distribuição dos partidos que, juntos obtiveram mais da metade dos votos na Alepi (1998-2014)

Quadro: Distribuição dos partidos que, juntos obtiveram mais da metade dos votos na Alepi (1998-2014).

1998	2002	2006	2010	2014
PFL+PMDB +PSDB	PFL+PPB+PSDB +PMDB	PFL+PTB+PT +PMDB	PMDB+PSB+PT+P SDB+PTB	PMDB+PSB+P T+PTB
71%	53%	57%	71%	57%

Fonte: Dados estatísticos. TSE

ANEXO VIII – Porcentagem de cadeiras obtidas pelos quatro maiores partidos,
na Alepi (1998-2014)

**Quadro: Porcentagem de cadeiras obtidas pelos quatro maiores partidos, na Alepi
(1998-2014).**

1998		2002		2006	
PFL+PMDB+PSDB	Outros partidos	PFL+PMDB+PSDB+PPB	Outros Partidos	PFL+PMDB+PT	Outros partidos
77%	23%	77%	23%	57%	43%
2010			2014		
PMDB+PT+PSB	Outros Partidos		PMDB+PT+PSB+PTB+PSDB+PSD	Outros Partidos	
50%	50%		70%	30%	

Fonte: Dados estatísticos. TSE

ANEXO IX – Relação dos deputados com o número de mandatos, por partido,
1998

Quadro: Relação dos deputados com o número de mandatos, por partido, 1998.

Deputados Estaduais	Partidos	Numero de mandatos
Wilson Brandão	PFL	3
Fernando Monteiro	PFL	4
Sebastião Leal Júnior	PFL	2
Robert Freitas	PFL	4
Homero C. B. Neto	PFL	5
Paulo Henrique P. Landim	PFL	3
Juraci Leite	PFL	4
Abel Barros Araújo	PFL	1
Edson Ferreira	PFL	1
Gustavo Medeiros	PFL	1
Marcelo Coelho	PPB	4
Judas Tadeu	PPB	2
Elias Pereira	PPB	1
Elias X. Prado Júnior	PDT	1
Margarida Bona	PDT	1
Francisca Trindade	PT	1
Mauro Tapety	PMDB	1
Henrique Rebelo	PMDB	1
Francisco Araújo Linhares	PMDB	2
Themístocles Filho	PMDB	4
Kléber Eulálio	PMDB	5
Warton Santos	PMDB	4
Antônio Moraes Souza	PMDB	5
José Ribamar	PMDB	1
Silas Freire	PMDB	1
José Roncalli	PSDB	1
Wilson Martins	PSDB	2
Flávio Nogueira	PSDB	1
Pompílio Cardoso	PSDB	2
Olavo Rebelo	PSB	2

ANEXO X – Relação dos deputados com o número de mandatos, por partido, 2002

Quadro: Relação dos deputados com o número de mandatos, por partido, 2002.

Deputados Estaduais	Partidos	Numero de mandatos
Fernando Monteiro	PFL	5
Homero C. B. Neto	PFL	6
Paulo Henrique P. Landim	PFL	4
Juraci Leite	PFL	5
Edson Ferreira	PFL	2
Maria José Carvalho	PFL	2
Gustavo Medeiros	PFL	2
Wilson Brandão	PFL	4
Sebastião Leal Júnior	PFL	3
Antônio C. B. Medeiro	PT	1
Flora Izabel	PT	1
João de Deus	PT	1
Guilherme Xavier Neto	PL	6
Judas Tadeu	PPB	3
José Icemar	PPB	1
Marcelo Coelho	PPB	5
Elias Pereira	PPB	2
Elias X. Prado	PDT	3
Flávio Rodrigues	PDT	2
Hélio Isaiás	PTB	1
José Roncalli	PSDB	2
Luciano Nunes Filho	PSDB	1
Antônio Moraes Souza Filho	PSDB	1
Wilson Martins	PSDB	3
Warton Santos	PMDB	5
Henrique Rebelo	PMDB	2
Mauro Tapety	PMDB	2
Francisco Araújo Linhares	PMDB	3
Themístocles Filho	PMDB	5
Kléber Eulálio	PMDB	6

ANEXO XI – Relação dos deputados com o número de mandatos, por partido,
2006

Quadro: Relação dos deputados com o número de mandatos, por partido, 2006

Deputados Estaduais	Partidos	Numero de mandatos
Edson Ferreira	PFL	3
Fernando Monteiro	PFL	6
Juraci Leite	PFL	6
Wilson Brandão	PFL	5
Ana Paula Araújo	PMDB	1
Antônio Moraes Souza Filho	PMDB	2
Henrique Rebelo	PMDB	3
João Madison	PMDB	2
Kléber Eulálio	PMDB	7
Mauro Tapety	PMDB	3
Themístocles Filho	PMDB	6
Warton Santos	PMDB	6
José Roncalli	PSDB	3
Luciano Nunes Filho	PSDB	2
Marden Menezes	PSDB	2
Antônio Félix	PPS	1
Antônio Uchôa	PDT	3
Flávio Rodrigues	PDT	3
José Pinto	PDT	1
Cícero Magalhães	PT	1
Flora Izabel	PT	2
Assis Carvalho	PT	1
João de Deus	PT	2
Olavo Rebelo	PT	4
Guilherme Xavier Neto	PL	7
Hélio Isafas	PTB	2
José Icemar	PTB	2
Ismar Marques	PSB	5
Lilian Martins	PSB	1
Robert Rios	PCdoB	1

ANEXO XI – Relação dos deputados com o número de mandatos, por partido,

Quadro: Relação dos deputados com o número de mandatos, por partido, 2010.

Deputados Estaduais	Partidos	Numero de mandatos
Evaldo Gomes	PTC	1
Fernando Monteiro	PTB	7
Hélio Isafas	PTB	3
Liziê Coelho	PTB	1
José Icemar	PTB	3
Paulo Martins	PT	2
Rejane Dias	PT	1
Fábio Novo	PT	2
Merlong Solano	PT	1
Henrique Rebelo	PT	4
Luciano Nunes Filho	PSDB	3
Firmino Filho	PSDB	1
Marden Menezes	PSDB	3
Gustavo Neiva	PSB	1
Belê Medeiros	PSB	1
Lilian Martins	PSB	2
Ismar Marques	PSB	6
Wilson Brandão	PSB	6
Antônio Félix	PPS	2
Margarete Coelho	PP	1
Kléber Eulálio	PMDB	8
Themístocles Filho	PMDB	7
Juliana Moraes Souza	PMDB	1
Ana Paula Araújo	PMDB	2
Warton Santos	PMDB	7
Flávio Rodrigues Júnior	PDT	1
Ubiraci Carvalho	PDT	2
Robert Rios	PCdoB	2
Juraci Leite	DEM	7
Edson Ferreira	DEM	4